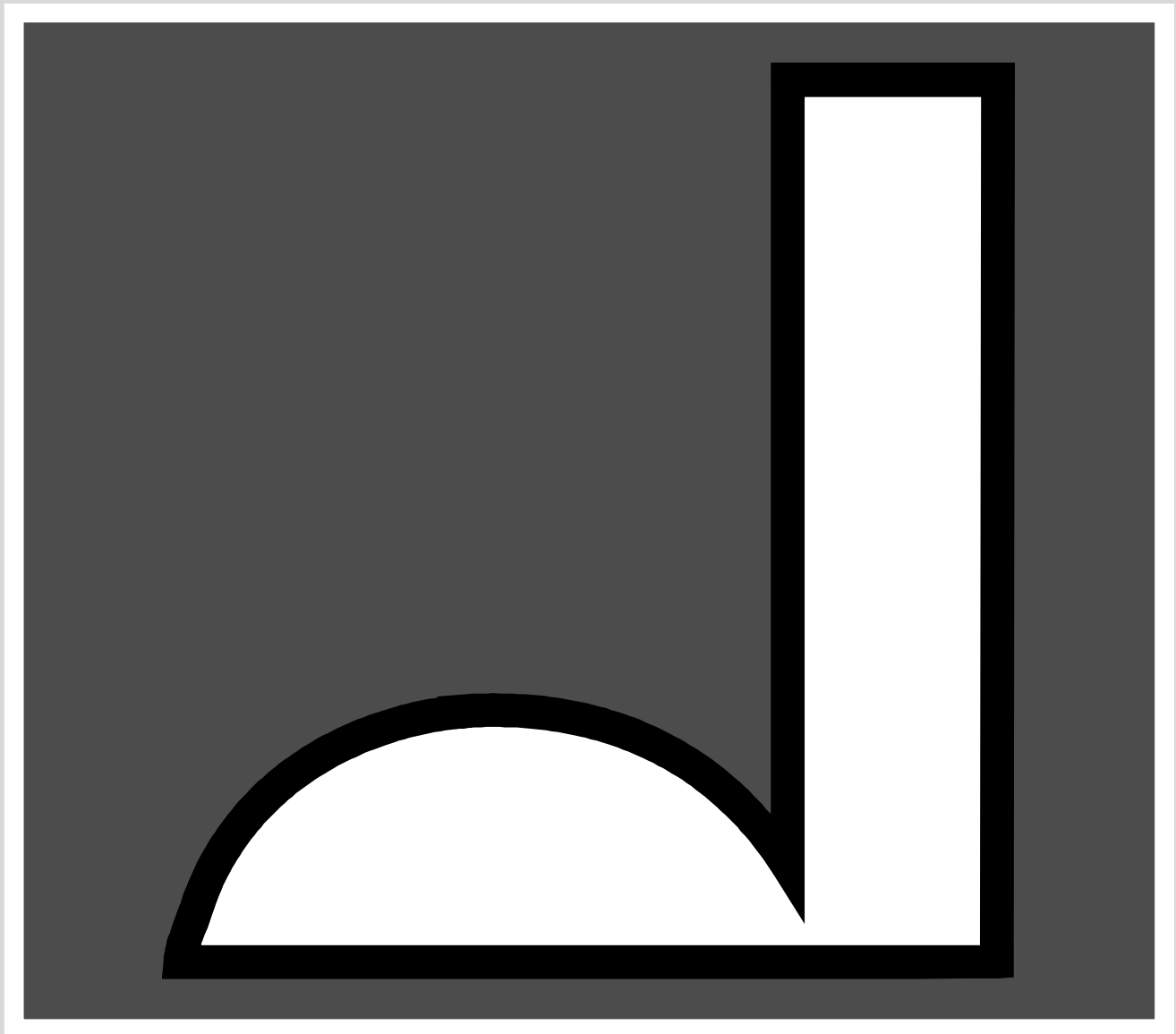




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 012 - QUINTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF**

---

**(\*)Replicado por incorreção no anterior.**

MESA		
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>MAIORIA (PMDB) – 20</b> <b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) <sup>(5)</sup></p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PMDB</b> (vago) <sup>(3)</sup> (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) <sup>(6)</sup> Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p><b>Vice-Líder do PDT</b> (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMR – 1</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b> <b>(PT/PL/PSB) – 17</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Delcídio Amaral – PT</b></p>	<p><b>Vice-Líderes</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 12</b> <b>Delcídio Amaral</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PT</b> Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p><b>Vice-Líder do PL</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b></p> <p><b>Vice-Líder do PSB</b> (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PTB – 4</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p><b>Vice-Líder do PTB</b> Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>Heloísa Helena</b></p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA</b> <b>(PFL/PSDB) – 31</b></p>	<p><b>LÍDER</b> José Jorge – PFL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup></p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 15</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p><b>Vice-Líderes do PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> <p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloízio Mercadante – PT</p> <p><b>Vice-Líderes do Governo</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(1)</sup></p>
EXPEDIENTE		
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005**

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao Pc do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005**, que *“altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 270, de 15 de dezembro de 2005**, que *“abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 825.908.968,00, para os fins que especifica”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 14 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 86, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 31 de janeiro, do ex-Governador do Paraná e ex-Prefeito de Londrina, *José Hosken de Novaes*..... 02684

##### 1.2.2 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 4, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que inclui o § 2º ao art. 52, da Constituição, para dispor sobre a revogação da aprovação de escolha de autoridades..... 02684

Nº 5, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea s e parágrafo único ao inciso I do art. 102 da Constituição Federal..... 02687

##### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE – Críticas ao aumento da dívida pública em 2005..... 02691

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Encaminhamento de requerimento de voto de aplauso ao jornal *O Dia*, do Piauí, pelo seu 55º aniversário.... 02692

##### 1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 87, de 2006, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa, solicitando voto de aplauso ao jornal *O Dia*, do Piauí, pelo seu 55º aniversário. .... 02693

Nº 88, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento hoje, nos Estados Unidos, de Carlson Gracie, lutador brasileiro de Jiu-Jitsu..... 02693

##### 1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a importância de Juscelino Kubitschek para o estabelecimento do índice do salário mínimo e para a distribuição de emprego. A situação dos aposentados e pensionistas com relação ao reajuste de seus proventos..... 02693

SENADOR MAGUITO VILELA – Apelo pela duplicação da rodovia BR-060 no trecho de Goiânia a Santa Rita do Araguaia/GO, localizada no sudoeste do estado, fronteira com Mato Grosso..... 02696

SENADOR ROMEU TUMA – Gravidade do quadro da habitação no Brasil. .... 02699

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários sobre recente decisão do STF em relação à quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, do Sebrae..... 02704

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Participação de S.Exa. na solenidade de abertura do Ano Judiciário. .... 02704

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento relatando as atribuições por que passou o Prefeito de São Paulo, José Serra. .... 02705

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Preocupação com o desafio da educação no país, frente à globalização..... 02708

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Comentários sobre a questão da liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim, relativa à quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, do Sebrae. .... 02710

SENADOR TIÃO VIANA – Solicitação de prudência aos parlamentares nas críticas dirigidas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, por ter concedido liminar que suspende a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário de Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae..... 02711

SENADOR EFFRAIM MORAIS – Esclarecimentos, como Presidente da CPI dos Bingos, sobre as decisões do STF com relação a depoentes na CPI. .... 02727

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* de hoje, intitulada “*Justiça condena ex-diretoria do Banco do Brasil*”. .... 02729

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Refutação as críticas do diretor da Petrobrás, Ildo Sauer, ao projeto de lei de S. Exª que estabelece um marco

regulatório para o setor de gás natural, chamado de Lei do Gás. .... 02730

SENADOR *JOSÉ SARNEY* – Registro de comparecimento à sessão de Abertura do Ano Judiciário. Solicitação de transcrição do discurso proferido pelo Presidente Nelson Jobim durante aquela solenidade. .... 02734

SENADOR *MAGNO MALTA* – Registro da inauguração de subestação de Furnas no Espírito Santo. Manifestação sobre a questão da decisão do STF com relação à quebra de sigilo bancário de depoentes na CPI dos Bingos. .... 02746

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE* – Contestação de matéria do jornal **Correio Braziliense** de que S.Exa. teria solicitado que as informações referentes à quebra de sigilo não fossem encaminhadas ao Conselho de Ética. .... 02748

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Manifestação sobre a CPMI dos Correios. .... 02749

SENADORA *PATRICIA SABOYA GOMES* – Voto de congratulações ao jornalista Edilmar Norões. .... 02749

#### 1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 89, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de censura ao Advogado Marcos Augusto Perez, que defende o Presidente do Sebrae nas investigações da CPI dos Bingos, pelas insólitas e descorteses frases proferidas com o propósito de agredir o Congresso Nacional. .... 02750

#### 1.2.7 – Requerimento do Conselho de Comunicação Social

Nº 1/2006, encaminhando alterações propostas pelo Conselho, para os fins estabelecidos pelo art. 49, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, aprovado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2004. .... 02751

#### 1.2.8 – Ofícios

Nºs 15 a 18/2006, de 25 do corrente, da Liderança do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, de substituição de membro nas Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às Medidas Provisórias nºs 275, 271, 272 e 274, de 2005, respectivamente. .... 02759

#### 1.2.9 – Parecer

Nº 72, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 288, de 2005 (nº 849/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora *Denise Maria Ayres de Abreu* para exercer o cargo de Diretora do Departamento Nacional de Aviação Civil – ANAC. .... 02760

#### 1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 90/2006, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sus-

tentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. .... 02762

Nº 91, de 2006, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003. .... 02762

Nº 92, de 2006, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2006, que aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004. .... 02762

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

##### Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 268, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 73, de 2006-PLEN**, proferido pelo Sr. Flávio Arns (Relator Revisor), tendo usado da palavra o Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Heloísa Helena, os Srs. José Agripino, Ramez Tebet, Heráclito Fortes e Romeu Tuma. À promulgação. .... 02762

#### Item 2

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. **Aprovado**, em segundo turno, após usarem da palavra os Srs. Arthur Virgílio e Sibá Machado (Votação nominal). À Câmara dos Deputados. .... 02800

##### 1.3.1 – Retirada de matéria, a pedido do autor

Requerimento nº 17, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, lido em sessão anterior. **Ao Arquivo**. .... 02803

#### 1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

##### Item 3 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º,

II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária). **Apreciação transferida para amanhã.**.....

02806

**Item 4 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. **Apreciação transferida para amanhã.**.....

02806

**Item 5 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências. **Apreciação transferida para amanhã.**.....

02806

#### Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias. **Leitura do Parecer nº 74, de 2006-CCJ** (Relator Senador Edison Lobão), concluindo pela rejeição das Emendas nºs 3 a 6 e 8-PLN, aprovação da Emenda nº 7-PLN e apresentação da Emenda nº 9-CCJ. **Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.**.....

02806

#### 1.3.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de duas sessões extraordinárias, logo após o término da presente sessão, destinadas à continuidade da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, em primeiro turno.....

02809

#### 1.3.4 – Ordem do Dia (continuação)

**Item 7 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)**

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. **Aprovada** decisão da Presidência que deferiu Requerimento nº 93, de 2006, para encaminhamento do projeto

à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Leitura do **Parecer nº 75, de 2006-CCJ** (Relator: Senador José Jorge), apresentando a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Usa da palavra na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, o Sr. José Jorge, como Relator.....

02809

#### Item 8

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. **Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.**.....

02815

#### Item 9

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça. **Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.**.....

02815

**Item extrapauta (Apreciado em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 90, de 2006, lido no Expediente e aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. **Aprovado**, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, após leitura dos **Pareceres nºs 76, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos; **nº 77, de 2006**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e **78, de 2006**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo usado da palavra os Srs. José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, a Sra. Ana Júlia Carepa, os Srs. Amir Lando, Arthur Virgílio, Pedro Simon, a Sra. Heloísa Helena e os Srs. João Batista Motta, Wellington Salgado de Oliveira, Augusto Botelho e Almeida Lima (Votação nominal). À Comissão Diretora para redação final.....

02815

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (**Parecer nº 79, de 2006-CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. ....

02815



**1.3.4 – Ofício**

Nº 29/2006, de 1º de fevereiro de 2006, do Senador Roberto Saturnino, justificando sua ausência na votação nominal do Item 2 da pauta da presente sessão. .... 02880

**1.3.5 – Comunicação da Presidência**

Designação do Senador Marcelo Crivella, para integrar o grupo de trabalho a ser constituído para definir os preparativos do V Fórum dos Parla-mentos dos Países de Língua Portuguesa, a realizar-se nos próximos dias 4 e 5 de abril, em Luanda, capital da República de Angola, tendo em vista as conclusões e propostas contidas nos itens 14 e 15 do Comunicado Final do IV Fórum, realizado em Brasília em 27 e 28 de janeiro de 2005. .... 02880

**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – ATA DA 13ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 2006****2.1 – ABERTURA****2.2 – ORDEM DO DIA****Item Único**

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias. **Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno,** tendo sido proferido o **Parecer nº 80, de 2006-PLEN,** sobre a Emenda nº 10-PLEN. .... 02881

**2.3 – ENCERRAMENTO****3 – ATA DA 14ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 2006****3.1 – ABERTURA****3.2 – ORDEM DO DIA****Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias. **Discussão encerrada em primeiro turno.** .... 02884

**Item Extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 91, de 2006, aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003. **Aprovado,** após **Parecer nº 81, de 2006-PLEN,** proferido pelo Sr. Eduardo Azeredo. À promulgação. .... 02884

**Item Extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 92, de 2006, aprovado nesta oportunidade)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2006, que aprova o texto do Acordo de Santa

Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004. **Aprovado,** após **Parecer nº 82, de 2006-PLEN,** proferido pelo Sr. Papaléo Paes. À promulgação. .... 02886

**3.3.1 – Apreciação de matérias**

Requerimento nº 1.499, de 2005, solicitando a prorrogação, por mais noventa dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko, destinada a planejar e co-ordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. **Aprovado.** .... 02887

Requerimentos nºs 1.500, de 2005, e 75, de 2006, de realização de sessões especiais. **Apro-vados.** .... 02887

**3.3.2 – Discursos encaminhados à publi-cação**

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – A hora de o PT aprender a conviver com a democracia. .... 02888

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Soli-citação de inserção nos Anais, de artigo de autoria do Senador Jefferson Péres, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 1º de fevereiro do corrente, intitulado “Ao próximo presidente, seja quem for” ..... 02888

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Regis-tro do editorial intitulado “*Quatro anos de mistério*”, publicado na seção Opinião do **Jornal do Brasil**, edição de 21 de janeiro último. .... 02890

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “*As perspectivas da esquerda*”, de autoria do filósofo Ruy Fausto, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de janeiro último. .... 02891

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Reg-istro do artigo intitulado “*Qual o Lula que estará valendo na campanha?*”, de autoria do jornalista J.R.Guzzo, publicado na revista **Exame**, edição de 1º de fevereiro do corrente. .... 02892

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “*Legista aponta tortura em Celso Daniel*”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 25 de janeiro último. .... 02893

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o trabalho desenvolvido pelo Comitê para Democratização da Informática – CDI. .... 02895

SENADOR AMIR LANDO – Comemoração pelo transcurso, no dia 29 de janeiro último, do Dia Mundial de Combate à Hanseníase. .... 02896

**3.3.3 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de ses-são deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 2 de fevereiro, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 02898

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 1-2-2006

**SENADO FEDERAL**

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

**CONGRESSO NACIONAL**

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

---



# Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e João Alberto Souza

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/2/2006 07:38:13 até 1/2/2006 23:02:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PSDB	MS	LEVÊNIO DA CONCEIÇÃO	X	X
PMDB	SC	ALMEIDA LIMA	X	X	PCdoB	TO	LEONAR QUINTANILHA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	RO	LEONIL PAVAN	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VIANA	X	X
PMDB	RO	AMIR LAMDO	X	X	PMDB	PA	LIZ OTÁVIO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JULIA GAREPA	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MARIOTA	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PMDB	GO	MAGU TO VILELA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MACIEL FARIAS	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X	PH	PE	MARCO MARIN	X	X
PDI	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PFL	MA	CÉSAR BORGES	X	X	PTB	RE	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PSB	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TONRES	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PFL	MA	EDSON LOBÃO	X	X	PSDB	AP	PAPAEDO PAES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUFFICY	X	X	PTB	DF	PAULO OCTAVIO	X	X
PFL	PE	FÉRRARI MORAIS	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA GILFIDE	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	PMDB	MS	RAMEZ FCBET	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	RN	GAB. SALDANHAS FILHO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	X	PFL	BA	RODOLFO TOURINHO	X	X
PMDB	RS	GERSON CAMATA	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRAHO	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	AP	GILVAN BORGES	X	X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
P-SOL	AI	HELOISA FERNANDA	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CARVAL	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GILBERTO	X	X
Bloco-PT	SC	JOEL SALVATI	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	X	Bloco-PT	MT	SELYE SHESSARENKO	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X	Bloco-PT	AC	SILVA MACHADO	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTA	X	X	PSDB	AL	TECTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPE	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHALSEN	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PFI	RN	JOSE AGRIPINO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X
PFI	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	FB	JOSÉ MARIANO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					

Compareceram: 77 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 86, DE 2006**

**Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências, à família, pelo falecimento, ocorrido na última terça-feira, dia 31 de janeiro, do ex Governador do Paraná e ex-Prefeito de Londrina, José Hosken de Novaes.**

#### **Justificação**

Dr. Hosken de Novaes, foi um dos principais líderes políticos da história do Paraná. Ele morreu aos 88 anos, em Londrina, município do qual foi prefeito e onde desenvolveu boa parte de suas atividades votadas para a causa pública. Nascido em Carangola, estado de Minas Gerais, 07 de fevereiro de 1917, Hosken de Novaes, era filho de Américo Moreira e Maria Hosken de Novaes e deixou a esposa Adelina Castaldi de Novaes. Fez o curso fundamental onde nasceu. Mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar Direito.

Em 1939 obteve o grau de bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito. Em 1942, a família mudou-se para Londrina, Norte do Paraná, onde o jovem bacharel dedicou-se à advocacia, tornando-se um dos mais importantes advogados do Estado. Foi professor de Direito Civil na Faculdade Estadual de Direito, depois incorporada à Universidade de Londrina. Ingressou na política após a redemocratização do país, em 1945, na União Democrática Nacional (UDN), tendo exercido os cargos de Procurador Geral do Estado, Secretário de Estado da Fazenda e membro da Comissão Estadual de Revisão de Terras e Consultas.

Em 1963, elegeu-se Prefeito Municipal de Londrina, com administração modelar. Em sua gestão, que foi de 1963 a 1969, investiu na infra-estrutura da cidade, tendo criado o Sercomtel (serviço de telefonia), a Cohab (companhia de habitação) e a primeira instituição de ensino profissionalizante, o Ipolon. Foi o responsável pelo avanço da rede de saneamento básico, melhorou a pavimentação e criou o primeiro

Serviço de Assistência Médica Municipal e o Pronto Socorro Odontológico.

Em 1979 foi nomeado para o cargo de Vice-governador, tendo como Governador o político Ney Braga.

Assumiu o Governo do Paraná com a desincompatibilização de Ney, candidato ao Senado. Parcimonioso, destacou-se pela contenção de gastos, apoio às atividades culturais e proteção ao social. Em toda a sua vida pública, Hosken de Novaes ficou conhecido como o homem que sempre encabeçou as diretivas de seus governos e extremamente eficiente no trato das questões administrativas. Era rigoroso nas contas, não fazia promoções e nem era dado a conchavos políticos. Deixou um nome honrado e extremamente respeitado em todo o Paraná.

Pelo incontestável papel que exerceu no desenvolvimento social, político e econômico do Paraná, Dr. Hosken de Novaes tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Álvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2006**

**Inclui o § 2º ao Art. 52 da Constituição, para dispor sobre a revogação da aprovação de escolha de autoridades.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda à Constituição:

Art. 1º Inclui-se o § 2º ao art. 52 da Constituição que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. ....

.....

§ 2º Nos casos previstos na letra f, do inciso III, o Senado Federal, por iniciativa própria ou do Presidente da República, poderá, a qualquer tempo revogar, por voto secreto, a aprovação dada aos titulares dos cargos.(NR)”.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Esta Proposta de Emenda Constitucional introduz no ordenamento jurídico constitucional brasileiro a possibilidade da remoção do cargo que exerce, por aprovação do Senado Federal, de autoridades elencadas na letra *f*, do inciso III, do Art. 52, ou seja “titulares de outros cargos que a lei determinar, a qualquer tempo antes do termino do mandato.

O instituto assemelha-se ao *recall*, usado no ordenamento jurídico dos Estados Unidos da América, e observamos aplicação análoga em outros países como Argentina, Alemanha e Suíça. Na realidade, o instituto aplicado nesses países trata da revogação de mandato eletivo, o que difere da proposta ora apresentada.

No nosso ordenamento jurídico temos consagrado formas semelhantes de **recall**, guardadas as devidas proporções que são os processos de **impeachment** e mesmo a cassação dos mandatos parlamentares. O que difere na espécie, é que a competência para aplicar esses institutos não é a mesma que foi adotada para a escolha ou eleição. Mas a essência é a mesma: desaprovar autoridades no curso do mandato para os quais foram escolhidos.

A iniciativa é deferida ao Presidente da República e ao Senado Federal, porquanto já estatuídos na Constituição, respectivamente, como autor da escolha da autoridade e agente da aprovação desta escolha.

A medida pode ocorrer a qualquer tempo em resposta oportuna a fatos políticos ou ações deletérias provocadas ou relacionadas negativamente com determinada autoridade. A adoção de voto secreto uniformiza-se com o procedimento exigido para aprovação da escolha, capitulando, portanto, no princípio da isonomia, indicado para esta situação.

O Senado Federal, com a nova norma, se atém estritamente dentro de seus limites de competência constitucional, pois aquele que pode fazer determinado procedimento, poderá desfazer, do mesmo modo e na mesma quantidade e qualidade, o que fez.

O mesmo, **mutatis mutandis**, também se aplica à ação do Presidente da República, que poderá fazer a indicação para a nomeação e, do mesmo modo a indicação para a revogação.

Nenhuma ingerência há de um poder sobre o outro, nem os poderes são aumentados, ou diminuídos. Permanecem incólumes.

A ação prevista agora para o Senado Federal é um corolário lógico decorrente dos poderes político-administrativos de respeitados os procedimentos formais previstos para a espécie, tanto na Presidência da República como no Senado, escolher alguém para determinada função e de aprovar esta escolha.

Quem pode escolher, pode, igualmente, desistir da escolha na mesma medida e da mesma forma. O Senado tem o poder de aprovar a escolha. Não o fazendo, a autoridade indicada não ocupará a função pretendida. O instituto do *recall* apenas transfere a revogação da aprovação para um momento posterior, em face de implicações políticas inarredáveis.

Os motivos determinantes fundam-se, tanto numa como noutra espécie, em condicionantes, limitações ou bases eminentemente políticas, de “foro íntimo” dos titulares dos poderes em questão, no caso os próprios Senadores. A ação de escolher, como a de aprovar são objeto de fiscalização permanente, ainda que difusa, da sociedade sobre os agentes responsáveis. Com certeza, será considerado, se as autoridades escolhidas representam seus melhores interesses, se são competentes e capazes para o exercício do mandato outorgado, e estarão sob permanente vigilância para que cumpram os mandatos dentro das competências específicas da aprovação dada pelo Senado da República.

A autoridade escolhida, e aprovada, deve ser um servidor público diligente, responsável e operante, e não um detentor de mandato autônomo e independente, com poderes amplamente discricionários, durante o período de seu mandato.



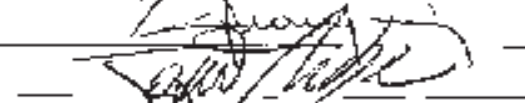

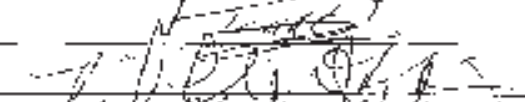
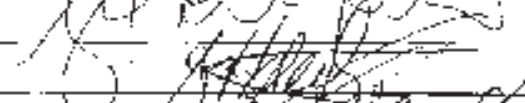
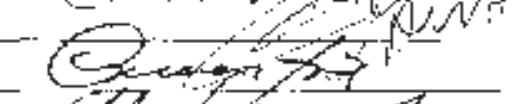
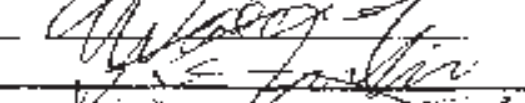
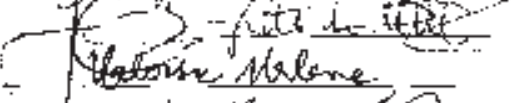
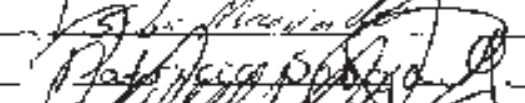
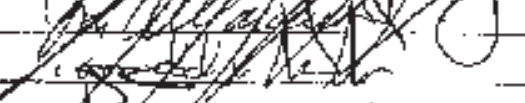
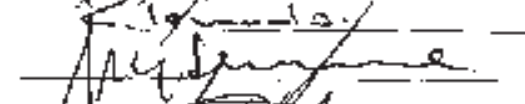

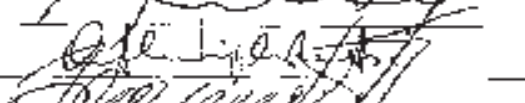
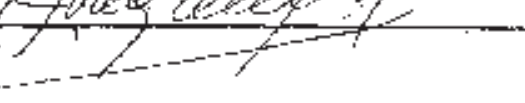


Nem se fale que a medida tolherá a independência das autoridades em questão, dando um poder desmesurado ao Senado. É sabido, e incontestado, que as autoridades em questão tem suas atividades e procedimentos jungidos estritamente à lei, e que estas normas no Brasil caracterizam-se, principalmente, pelo talvez demasiado poder discricionário dados às funções. É mister que se eleja a responsabilidade aliada à confiança como valores maiores na administração pública.

Assim o instituto que ora se propõe, já adotado em maior extensão e diferente medida em outros países, parece ser o mais recomendado para que autoridades, ocupando funções de alto poder, possam ser devida e eficientemente, com amparo legal, fiscalizadas pelos Poderes, no caso pelo Senado Federal, dentro de suas atribuições de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Outro aspecto a ser considerado é que neste instrumento estarão capitulados os dirigentes de agências reguladoras – Órgão de Estado e não de Governo – modelo de gestão, inovador e moderno, recentemente incluído em nosso ordenamento jurídico, e não parece aceitável que a outorga de poderes para gerir determinado segmento estatal, não possa ser revisto, constatados desvios no curso do mandato aprovado pelo Senado Federal.

Esperamos que a presente PEC possa, após sua discussão, ser acolhida pelos integrantes do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

## Continuação dos assinantes

	Wladimir Costa SA/OPB
	Augusto Bokke
	Roberto Lima
	Paulo Pina
	Edmar Aguiar
	João Leite
	Marcos
	Mário Aguiar
	Antônio Lima de Barros
	L. P. P. P.
	Alvalade
	J. P. P. P.
	Heloisa Helena
	Patrícia Suby
	José Magalhães
	Fábio Ribeiro
	Ney G. Vassunha
	José Azevedo
	César Borges
	Romero Silva
	Arthur Vilela
	Reginaldo Duarte



## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:  
.....

Parágrafo único. Nos casos previstos nos e, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....  
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:  
.....

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.  
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2006**Acrescenta a alínea s e parágrafo único ao inciso I do art. 102 da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea e parágrafo único:

“Art. 102. ....  
I – processar e julgar, originariamente:  
.....

**s) o mandado de segurança, o habeas corpus**, a ação popular e a ação civil pública propostos contra atos privativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem

como atos do Congresso Nacional, previstos nos artigos 48, 49, 51, 52 e 58.

Parágrafo único. As decisões liminares nos feitos previstos na alínea **s**, bem como na ação direta de inconstitucionalidade, somente poderão ser deferidas pelo plenário do Tribunal.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**Justificação**

A presente proposta de emenda constitucional determina a competência do Supremo Tribunal Federal para o processo e julgamento dos atos privativos do Congresso Nacional e sua inclusão no texto constitucional reveste-se de grande importância, eis que a Corte já toca a mais manifesta responsabilidade pelos atos de impacto amplo e difuso e, bem por isso, pelas ações relativas aos agentes políticos estatais.

A vontade do legislador constitucional originário compreendia residir, no foro da Suprema Corte, a atribuição de competência única para prevenir os desmedidos e possivelmente infundáveis conflitos aptos a submeter a risco a harmonia entre os Poderes, causa legislativa da insegurança jurídica que se visa resguardar.

Contudo, a jurisprudência do Tribunal tem considerado que somente os atos expressamente previstos na regra constitucional fixadora de sua competência poderão ser ali apreciados, amputando conflitos fundamentais de Poder aptos a colocar em risco a eficiência e harmonia dos órgãos da soberania Nacional.

Nesse contexto, revela-se um paradoxo: compete ao STF processar e julgar criminalmente os Parlamentares Federais, porém seus atos legislativos escapam à sua jurisdição.

Portanto, a presente proposta de emenda à Constituição repara a ausência indicada atribuindo ao plenário do STF competência para processar e julgar os atos privativos do Legislativo Federal, estabilizando, de conseqüente, tais relações, por vezes contaminadas pela problemática da conjuntura política.

Como responsável pelo processo legislativo, pesa, sobre Congresso Nacional e suas respectivas Casas, graves responsabilidades, dentre as quais

sobressai o dever de resguardar a segurança jurídica nacional.

Constituindo-se, a República Federativa do Brasil, em Estado Democrático de Direito, tem-se que o próprio Estado submete-se ao ordenamento jurídico por ele mesmo produzido, a par de guardar respeito aos direitos inerentes ao ser humano e à sua sociedade, enfim, aos princípios nele adotados.

Fenômeno recente vem provocando um desequilíbrio entre os poderes da República por excessiva, repetitiva e muitas vezes contraditória utilização do Judiciário para dirimir toda sorte de conflitos surgidos em nossa sociedade.

Tal ocorrência, no âmbito da relação entre os poderes, tem levado a fenômeno de particular relevância, já chamado de “judicialização da política”, ao qual corresponde sua nefasta contraparte, a “politização da Justiça”.

Verifica-se, dentro de tal contexto, a crescente tensão dialética entre os órgãos da soberania nacional, a qual poderá, eventualmente, provocar crise de proporções imprevisíveis e cuja prevenção é obrigação do Congresso.

Ocorrência cada dia mais freqüente, e de particular risco, vem a ser a reiteração de decisões judiciais contraditórias e de caráter provisório, colocando em cheque a eficiência do processo legislativo e submetendo a Administração e os cidadãos a verdadeiras marchas e contramarchas, infundindo a insegurança jurídica, desmoralizando e deslegitimando o funcionamento dos órgãos legislativos.

Em última instância, tal perverso mecanismo social poderia provocar a inviabilização do processo legislativo, e, por via de consequência, a paralisação de um dos poderes do Estado.

A ordem jurídica há de se adaptar ao referido fenômeno, criando, ela própria, mecanismos de estabilização das relações institucionais.

De consequente, a presente proposta objetiva a estabilização das relações entre os Poderes Legislativo e Judiciário da República, através da submissão de todos os atos privativos das Casas do Congresso ao Supremo Tribunal Federal, o que não ocorre atualmente, porquanto a Corte interpreta sua competência restritivamente.

Ao demais, evita-se que o vai e vem de decisões contraditórias no âmbito do STF prejudiquem o pro-

cesso legislativo federal, através do estabelecimento de competência privativa do plenário para decisão de liminar contra ato do Congresso, de suas Casas e de suas Comissões.

Por outro lado, a fixação da competência da Corte para apreciar os atos privativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem assim do Congresso Nacional, previstos nos artigos 48, 49, 51, 52 e 58, revela-se de grande importância para a pacificação do funcionamento do legislativo. Isso porque, tendo em vista a interpretação restritiva da competência do STF já mencionada, muitos atos das Casas hoje em dia sujeitam-se às decisões de todos os juízes de primeira instância em todo o País e, portanto, há um manifesto desequilíbrio na relação entre os poderes, no fato de que qualquer magistrado poderá determinar a todo o Congresso, por exemplo, que deixe de prestar um serviço público fundamental.

Impende ver que inexistem inconstitucionalidades, na presente proposição. Com efeito, não se está a subtrair do Supremo Tribunal quaisquer de suas competências. Ao revés, atribui-se-lhe novas funções, em harmonia com aquele relativo às relações maiores da soberania de Estado, a par de conferir maior significação ao princípio da colegialidade, amplamente reconhecido como aplicável aos órgãos de deliberação coletiva, tais como os Tribunais e Câmaras Legislativas.

Assim, por exemplo, de acordo com o Regimento Interno do STF, são da competência do plenário o processo e julgamento dos atos do próprio Tribunal e do TCU, as medidas cautelares requeridas pelo Procurador-Geral da República, entre muitos outros feitos a que a Corte atribui maior relevo (RISTF, artigos 5º, 6º, 7º e 8º), sendo nitidamente desproporcional e sujeito a riscos de prejuízos incalculáveis que um único julgador possa deferir liminar, mesmo sem ouvir o Congresso, podendo praticamente paralisar todos os seus trabalhos, através decisão monocrática, discrepância ora corrigida pela presente proposição.

Em conclusão, a aprovação da presente proposição atenderá à harmonização maior das relações entre os Poderes Legislativo e Judiciário, conforme preconizado pelo artigo 2º da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006 – Senador **Álvaro Dias**.





## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.  
.....

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o **habeas corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) (Revogada).

i) o *habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como orador, mas eu gostaria de também garantir a minha fala para uma comunicação inadiável, caso não seja chamado como orador inscrito. Obrigado.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, do PMDB de Goiás, pela ordem.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é para a mesma providência.

Quero me inscrever para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na prorrogação do Horário do Expediente, será assegurada a palavra a V. Ex<sup>as</sup>: em primeiro lugar, ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento. Eu encaminhei à Mesa um voto de pesar pela morte da viúva de Martin Luther King, que faleceu anteontem e pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se esse voto de pesar já foi lido e será encaminhado à Embaixada dos Estados Unidos e à família de Martin Luther King.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Informo a V. Ex<sup>a</sup> que o voto de pesar foi lido na sessão de ontem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, por até dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, tenho vindo muitas vezes a esta tribuna para criticar os rumos do Governo Lula.

Hoje farei diferente. Venho aqui para concordar com a obra do Presidente da República que, como afirma sempre em seus discursos, “nunca se fez algo semelhante na história deste País”. É a frase preferida do Presidente Lula. De fato, nunca, na história do Brasil, tivemos uma dívida pública do tamanho da construída por Sua Excelência.

Segundo os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, a dívida líquida do setor público ultrapassou, em dezembro, a casa de um trilhão de reais. Sim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Não estou falando em um bilhão de reais, estou falando em um trilhão de reais. Sim, estonteantes doze zeros depois do numeral um. Eu fiz até um cartaz, Sr. Presidente, para mostrar à população brasileira o que é um trilhão de reais.

*(O Sr. Senador José Jorge exhibe um cartaz com o valor da dívida do setor público: R\$1.000.000.000.000,00)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – São mil bilhões de reais! É um dinheiro que pouca gente pode imaginar. Está aqui na frente do microfone para todo mundo ver. É um dinheiro que não dá nem para acreditar que possa existir, e, no entanto, essa é a dívida pública que o País tem hoje, e é isso que faz com que os juros aumentem e todas essas dificuldades que temos.

Eis, finalmente, uma grande obra do Governo Lula!!!

Esta dívida de exatos R\$1,002 trilhão equivale a 51,65% do Produto Interno Bruto – 50% do PIB anual. Desta “cordilheira de dinheiro” – não é uma montanha e sim uma cordilheira” –, cerca de 66% corresponde à dívida do Governo Federal. Só durante o ano de 2005, a dívida pública teve um crescimento de 45 bilhões, um eloquente exemplo de como a dívida cresce, pois o governo gasta mais do que arrecada; R\$45 bilhões, fora o que se pagou, que foi em torno de R\$150 bilhões.

Outro fator que justifica este resultado explosivo é a política de juros promovida pelo Banco Central no ano passado. A taxa Selic acumulou uma variação anual de 19,05%, que implicou o pagamento de R\$29 bilhões a mais de juros pela elevação da Selic. Em proporção ao PIB, esta conta saiu de 7,23% para 8.13% – praticamente 1% do PIB.

Na avaliação da experiente jornalista Miriam Leitão, este “custo extra seria normal num momento de crise, mas fica difícil de entender e aceitar isso num ano sem crise, com o mundo crescendo, os indicadores melhorando, o ajuste externo feito, como 2005”.

Segundo especialistas, o custo da dívida continua crescente porque o governo aumenta a carga fiscal, enquanto o Estado brasileiro gasta cada vez mais e, como temos visto no Governo Lula, gasta mal, financiando os “valeriodutos” e os “PTodutos”.

Nos últimos anos, o esforço fiscal tem sido bem maior do que as metas fixadas, por ingerência do FMI. E temos visto os sucessivos recordes de arrecadação de impostos, que atingiram, em 2005, um total de R\$364 bilhões, só pela Receita Federal.

Mas se não houver uma ação efetiva do governo no controle dos juros, este arrocho fiscal será insuficiente para equilibrar as contas públicas.

Apesar da economia de 11,3 bilhões, o esforço de toda a sociedade brasileira está se mostrando insuficiente para custear os gastos públicos, que também bateram recordes, com juros de R\$157,1 bilhões.

O que se mostra cada vez mais claro, a cada divulgação do resultado das contas nacionais, é que o Banco Central exagerou ao deixar a taxa Selic elevada por um prazo muito longo. Essas taxas, que são as mais altas do mundo, não só lançam a dívida pública às alturas como desestimulam os investimentos

e sufocam a produção com conseqüências diretas sobre a inflação.

O que as classes produtoras esperam é que o Banco Central acelere o ritmo da queda da taxa Selic, para concluir o ano em curso na faixa de 10 a 11%. Nos países em condições econômicas semelhantes à nossa, estas taxas não ultrapassam 7%.

Ainda segundo observadores, a disputa eleitoral deste ano deverá agravar este quadro, já que, sem o apoio de consideráveis parcelas da sociedade, o Presidente da República tudo fará para garantir a sua reeleição.

Eu gostaria de lembrar outra “grande obra” deste governo, que foi o pagamento da dívida com o FMI. Para assumir o discurso demagógico de independência em relação ao Fundo, o governo resolveu quitar o empréstimo com o FMI, substituindo uma dívida com juros, Senador Heráclito Fortes, de 4% ao ano, por outra, calcada nos extorsivos juros praticados no mercado interno, que são da ordem de pelo menos 18% ao ano.

Para facilitar a compreensão, não só dos Senadores, mas principalmente dos ouvintes da rádio e os telespectadores da TV Senado, o que o Governo Lula fez foi mais ou menos, Senador Heráclito, como se um desavisado cidadão comprasse uma geladeira nas Casas Bahia, em 24 prestações, com os “propagandeados” 2,99% de juros ao mês – basta ligar a televisão para aparecer um rapaz com uma placa dos juros dessa loja, 2,99%, achando baixo evidentemente. Depois, o ingênuo resolvesse quitar a dívida com a casa comercial, pagando com o cheque especial do Banco do Brasil, Banco estatal, que tem juros de 8,3% ao mês. Isto é, ele estava no meio do pagamento, Sr. Presidente, faltavam pagar dez prestações, estava pagando juros de 2,99%, e, para não dever mais à loja, ele usou o cheque especial, quitou a dívida e, em compensação, os juros dele passaram de 2,99% para 8,3%, o que, na verdade, é uma desvantagem enorme. Foi isso que o Governo fez quando tomou dinheiro emprestado no mercado interno para pagar a dívida com o FMI, que tem os juros muito mais baixos. Depois dessa “barbeirada” econômica, o incauto comprador sairia alardeando ter feito um grande negócio, já que não deve nada à tal citada loja.

Com esse exemplo bem simplório, pretendo demonstrar que é exatamente isso que o Governo Lula está fazendo com a dívida externa, substituindo-a por uma dívida muito cara.

Ao concluir, eu queria alertar a população brasileira para que, à semelhança do cidadão fictício que descrevi, não se deixe enganar por manobras de marqueteiros e políticos inescrupulosos, que criam

ilusões difíceis de ser desconstruídas pelas pessoas mais simples, como é o caso do pagamento da dívida pública externa.

Sr. Presidente, neste momento em que nós atingimos este valor que já mostrei aqui, que é de R\$1 trilhão a dívida externa, temos exatamente esta preocupação: está-se construindo um discurso eleitoral que não está baseado em verdades, porque se pagou a dívida do FMI, que era de 15 bilhões – e nós estamos falando em trilhão –, pedindo emprestado internamente, com juros muito mais altos. Por isso, sempre quem lucra são os mesmos, exatamente aqueles que dispõem de capital e podem aplicar: os intermediários. Enquanto isso, o povo faz outra festa com o salário de R\$350,00.

Portanto, Sr. Presidente, concluindo o nosso discurso, pedimos que o Governo adote uma política de seriedade na sua forma de comunicação com a população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, por dez minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É apenas para pedir a V. Ex<sup>a</sup> que aprove o requerimento que faço.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito na lista de oradores.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Em 23º lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente. Por isso, sem prejuízo dos oradores inscritos, estou concedendo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, que, inclusive, pode ler o requerimento e usar da palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Mas o pronunciamento que farei ainda está em fase final de elaboração.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não. V. Ex<sup>a</sup> pode encaminhar o requerimento. Concederei a palavra, sem prejuízo dos oradores, ao nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais do Senado Federal Voto de Aplauso ao jornal **O Dia**, do Piauí, que completa, neste 1º de fevereiro, 55 anos de fundação.

Requeiro ainda que deste voto de aplauso sejam cientificados o Diretor-Presidente de **O Dia**, Dr. Valmir Miranda, e todo o corpo de funcionários do jornal.



O Voto de Aplauso que ora requero justifica-se pela importância política, econômica e cultural do jornal **O Dia**, o mais antigo do Piauí, que tem pautado suas mais de cinco décadas de existência pela seriedade e pela busca constante de inovação.

O jornal **O Dia** é um jornal vitorioso, que se credenciou junto à população pela excelência de seus serviços informativos desenvolvidos no Piauí. É esse jornal que hoje homenageio, requerendo um voto de aplauso do Senado da República.

Sala das Sessões,  
Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho a certeza de que, como homem do Maranhão que acompanha o dia-a-dia do Piauí, sabe a importância da existência do jornal **O Dia** para a nossa imprensa.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa recebe o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 87, DE 2006**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de aplauso ao Jornal **O Dia**, do Piauí, que completa, neste 1º de fevereiro, cinquenta e cinco anos de sua fundação.

Requeiro ainda que deste voto de aplauso sejam cientificados o diretor-presidente de **O Dia**, Valmir Miranda, e todo o corpo de funcionários do jornal.

#### **Justificação**

O voto de aplauso que ora requero justifica-se pela importância política, econômica e cultural do jornal **O Dia**, o mais antigo do Piauí, que tem pautado suas mais de cinco décadas de existência pela seriedade e pela busca constante de inovação.

O Jornal **O Dia** é um jornal vitorioso, que se credenciou junto à população pela excelência de seus serviços informativos desenvolvidos no Piauí. É esse jornal que hoje homenageio, requerendo um voto de aplauso ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Mão Santa**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 88 DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento hoje, nos Estados Unidos, de Garlson Gracie, grande lutador brasileiro de Jiu-Jitsu.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 1º de fevereiro de 2005, nos Estados Unidos, do notável lutador de Jiu-Jitsu, reconhecido internacionalmente como “Maior Lutador de Vale-Tudo do Mundo” e ídolo brasileiro dos anos 50.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Carlson Gracie e à Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu.

#### **Justificação**

O talvez mais notável lutador brasileiro de Jiu-Jitsu, Carlson Gracie, morreu hoje nos Estados Unidos. A notícia causou-me profunda consternação pelo que ele representou nessa modalidade de competição desportiva, no Brasil e no mundo inteiro. Na Internet (portal do Google), há mais de 40 entradas dedicadas a Carlson Gracie, com sites especializados em esporte. A mim, particularmente, esta terá sido a mais triste notícia desses últimos tempos. Gracie foi meu professor e, além disso, amigo e conselheiro dos tempos de juventude. Conforta-me ter tido contato com ele, recentemente, em Manaus e estou entendendo isso como uma dádiva de Deus. Mais que a saudade pessoal e o preito de homenagem que o País certamente tributa ao grande lutador, o Voto que ora proponho é justo, por significar também o reconhecimento do valor daquele grande brasileiro.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006.

– **Arthur Virgílio** – Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por até dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, eu estava inscrito para falar na sessão de homenagem aqui realizada ao grande Presidente Juscelino Kubitschek. Infelizmente, o tempo encerrou, e

dei por lido meu pronunciamento. Mas, por uma questão de justiça, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu resolvi comentar, desta tribuna, parte desse pronunciamento.

Todos os oradores foram brilhantes na homenagem que fizeram a Juscelino Kubitschek, mas, na minha avaliação, Senador João Alberto Souza – V. Ex<sup>a</sup> conheceu muito bem Juscelino Kubitschek –, houve uma falha coletiva que resolvi reparar. Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> fez um brilhante discurso, assim como todos os que falaram. Nós falamos de Juscelino como um grande empreendedor, um grande democrata, um homem que, de fato, como diz a frase, fez em 5 anos o que outros levariam 50 anos para fazer; e foi cassado por suas virtudes e não por um ou outro defeito.

Admito que, no dia de ontem, deveria ter apartado V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, para dizer que ele é o símbolo de uma luta que todos nós travamos. Trato este assunto, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, com um carinho especial: a luta do salário mínimo. Devia ter dito ontem – não o fiz porque tive de sair, embora soubesse que o Senador Renan Calheiros me daria a palavra se eu a pedisse; apenas dei como lido meu discurso porque tinha outro compromisso – que, desde a criação do salário mínimo, em 1940, a época em que o salário mínimo ultrapassou o valor original, que era de quase R\$500,00, foi durante o Governo de Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek conseguiu fazer com que, no Brasil, na sua época, chegássemos a um valor correspondente hoje a R\$750,00. A história do salário mínimo desde quando surgiu – como se tivéssemos aqui um gráfico – mostra que iniciou com, digamos, R\$100,00; chega a Juscelino com R\$750,00; e daí só cai; e hoje vale R\$300,00. Então, Juscelino conseguiu mostrar – e, por isso, essa referência é importante – que o País pode crescer, pode desenvolver. Os aposentados, na época dele, recebiam o mesmo percentual de reajuste para o salário mínimo, sem que isso trouxesse nenhum impacto negativo para a economia, como alguns tentam mostrar hoje.

Senador Heráclito Fortes, Senador Maguito Vilela, que é da terra do grande Juscelino, na época dele eu tinha em torno de 8 anos de idade. Meu pai ganhava salário mínimo, trabalhava no Marcopolo, nós éramos dez filhos e nós tínhamos já casa própria na época. E ele sustentava dez filhos. Claro que com as dificuldades naturais com os R\$750,00, que era muito mais do que R\$300,00, que é o valor de hoje.

Então, por uma questão de justiça, numa homenagem a Juscelino Kubitschek e a todos os oradores – e no meu pronunciamento destaco a iniciativa do Senador Paulo Octávio –, eu fiz questão de usar parte do meu espaço no dia de hoje para dizer que Jusceli-

no Kubitschek, se pegarmos todos os Presidentes da História do Brasil, ficará em primeiro lugar em matéria de emprego e distribuição de renda e com um salário mínimo correspondente a R\$750.

Ontem ainda eu conversava aqui no plenário com o Presidente da Comissão do Salário Mínimo, Deputado Jackson Barreto, e ele me falava – e quando jovem era militante pela causa de Juscelino Kubitschek e pelo seu partido –do cuidado com o social. Então, Juscelino não era só um empreendedor; ele entendia que o crescimento da economia, o Brasil em nível internacional, com uma economia que caminhava para o Primeiro Mundo, tinha compromisso também com os trabalhadores, com os aposentados, com os pensionistas, com os sem-teto, com os sem-terra. Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de, nesta oportunidade, deixar, de público, não só registrado por escrito à Mesa a minha visão do grande Juscelino Kubitschek.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PC do B – TO) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Leomar Quintanilha.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PC do B – TO) – Senador Paulo Paim, talvez por razão diferente, não tive, como V. Ex<sup>a</sup>, oportunidade de me manifestar ontem na justa e oportuna homenagem que esta Casa prestou a este grande brasileiro de saudosa memória, este grande estadista, o Presidente Juscelino Kubitschek. Dentre outros traços do seu caráter administrativo, V. Ex<sup>a</sup> ressaltou a sua grande preocupação com o social. Olhe o que o país experimentou com relação ao processo de industrialização. Gostaria de dar um breve testemunho com relação à grande visão e à mudança que o País experimentou após a administração de Juscelino Kubitschek, com vistas à integração nacional. Sou goiano, um Estado mediterrâneo, do interior, que viveu, ao longo da história do Brasil, desses 400 anos, a expectativa de um dia experimentar o processo de desenvolvimento que só ocorria na região litorânea. Então, foi o Juscelino Kubitschek, com essa grande visão de integrar o País, que acabou transformando Goiás nessa extraordinária potência que é hoje. Até então Goiás era um Estado provinciano, extremamente atrasado, primário, totalmente dependente. Foi essa transferência do poder central para o Planalto Central – e Goiás aí foi generoso, pois cedeu uma parte do seu território para o Distrito Federal – que provocou essa extraordinária transformação que Goiás e todo o interior do País experimentou. Hoje, vê-se um movimento muito grande da Região Centro Norte, em decorrência dessas ações do Presidente Juscelino Kubitschek. Não quero tomar mais tempo nesse precioso trabalho e preciosa intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, mas não poderia dei-



de registrar que o Estado de Goiás e o Estado de Tocantins, o grande interior deste Brasil deve muito a esse extraordinário estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Quintanilha, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, que só fortalece o meu pronunciamento com essa visão macro efetivamente que tinha o nosso grande Juscelino Kubitschek.

Fiz questão de dar esse destaque da questão do mínimo porque ontem, quando eu saía, dois, três Senadores haviam lido o meu pronunciamento e perguntaram: “Paim, não vai falar que o maior salário mínimo” – como eu comentava com eles – “foi do Juscelino?” Eu disse: “Não, não falo hoje, mas, com certeza, falarei amanhã”, o que fiz agora, e V. Ex<sup>a</sup> reforça o meu pronunciamento dando essa visão nacional e internacional que tinha o Juscelino Kubitschek. E a partir do momento em que ele pega o centro do País, o coração do Brasil – porque assim se dizia na época – e, efetivamente, traz para cá a capital, que ninguém acreditava que fosse verdadeiro, e ele o fez, fortalecendo, assim, com certeza absoluta, e inclusive o Estado de Goiás, que V. Ex<sup>a</sup> aqui colocou e também Tocantins, com muita firmeza e com muita convicção.

Sr. Presidente, aproveitando esse espaço – e o Senador Leomar Quintanilha é um dos grandes defensores dos aposentados e pensionistas – quero ainda deixar aqui junto a V. Ex<sup>a</sup> a minha visão sobre a situação dos aposentados e pensionistas. Teremos, Senado Romeu Tuma, e vou passar para V. Ex<sup>a</sup> em seguida, uma sessão de homenagem aos idosos, aposentados e pensionistas, no dia 13, às duas da tarde. Gostaria de convidar todos os Senadores a participar dessa sessão, que é de debate, porque a sessão vai se pautar em questões relacionadas à situação dos aposentados. Até o momento, eles não sabem ainda. O reajuste deles será em 1º de junho? Será em 1º de maio? Será em 1º de abril? Quando será? Será um terço do valor dado ao mínimo? Será mais? Será menos? Portanto, teremos que debater este assunto. E o meu pronunciamento hoje vai nessa linha.

Com satisfação, faço questão de dar um aparte aqui ao nosso grande Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Não vou tomar tempo. Sei que V. Ex<sup>a</sup> já esgotou o seu tempo, e é precioso o seu depoimento. Cumprimento também o Presidente Juscelino, nas entrelinhas do seu discurso. Hoje pela manhã, falei com V. Ex<sup>a</sup> e vi as suas aflições, a sua tensão e angústia quando conversávamos sobre os aposentados e pensionistas. É uma coisa tão terrível, Senador, que nós, que temos uma certa idade, e sabemos o que representam as despesas para sobre-

vivermos mais algum tempo, principalmente no que diz respeito a tratamento médico, Senador Ramez Tebet, é que vejo que os argumentos que usavam para não dar a equiparação do salário mínimo aos aposentados é que não tinham despesas, não precisavam comprar sapatos, andavam de chinelo, não precisavam trocar de terno, mas esquecem que há tantas outras despesas. O aposentado não pode andar como mendigo, pedindo esmola em cada esquina e buscar um comprimido em cada hospital. Ele tem de ter dignidade na sua vida depois de ter oferecido praticamente 35 anos dessa vida trabalhando em prol de uma empresa e em benefício do País. Rezo todos os dias por V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante trabalho que tem feito em benefício dos menos favorecidos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, agradeço pelo seu aparte.

De fato, comentamos hoje pela manhã, e tomei a liberdade de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tomo três remédios todos os dias. É claro que posso pagar, pois sou Senador da República. V. Ex<sup>a</sup> disse: tomo mais que você. Sem entrar na questão dos números, naturalmente, V. Ex<sup>a</sup> também pode pagar. Agora, os idosos do nosso País, na sua ampla maioria, também têm de tomar remédio todos os dias. E se observarmos o processo inflacionário, a inflação para os idosos é mais alta do que a média que hoje acaba atingindo a população porque é remédio, aluguel, transporte, saúde, enfim, enfermagem. Então, temos de nos debruçar sobre esse tema. E, com esse objetivo, a Comissão Especial do Salário Mínimo, composta de 11 Deputados e 11 Senadores – o Senador Romeu Tuma, por exemplo, sei que faz parte, e mesmo os que não compõem essa comissão, porque não dá para todos fazerem parte – participarão do debate ativamente e vão colocar seu ponto de vista, apontam que essa Comissão tem que dizer qual será a política salarial para os próximos anos e como fica o benefício dos aposentados e pensionistas.

Não dá para continuar sem enfrentarmos esse debate. Percebo, Senador Ramez Tebet, e vou passar o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, porque eu acho, Senador, que eu ainda tenho aqueles cinco minutos, além dos dez eu tinha mais cinco.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ah! Dez mais dois, V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Se permitir, eu daria esse minuto final para o Senador Ramez Tebet.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão: são dois minutos.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, vamos supor que eu não estivesse ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, mas, se estivesse vendo V. Ex<sup>a</sup>, eu saberia o

assunto que estava sendo tratado, porque, em dez vezes que V. Ex<sup>a</sup> sobe à tribuna, felizmente, para a classe trabalhadora do País, é para a defesa deles. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> está defendendo e buscando uma solução para os aposentados e os pensionistas do País. Tenho que lhe dar um aparte não só para cumprimentá-lo como para dizer que não é possível que, no fim da vida, o sujeito seja condenado. Senador, isso é de uma desumanidade a toda prova. Então, a legislação tem que melhorar. Não é possível. Toda vez que vamos discutir o salário mínimo, a objeção é esta: vai atrapalhar as contas da Previdência Social. Senador Paulo Paim, não é possível mais! Por isso, formulo votos de que a Comissão de que V. Ex<sup>a</sup> faz parte encontre uma solução e nós todos, Legislativo, Executivo, possamos acabar com a tremenda injustiça que sofrem, na questão salarial, os aposentados e os pensionistas do Brasil. Era isso que eu queria falar, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, assisti ao brilhante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, ontem, na homenagem ao Juscelino. No início do meu pronunciamento, eu disse que, na época de Juscelino, o salário mínimo equivalia a R\$750,00. Foi o maior da história do País desde 1940, e se estendia o mesmo percentual aos aposentados. Na Constituinte, da qual participei, disseram o seguinte: vamos desvincular, porque aí o salário mínimo cresce. Nós desvinculamos, e de lá para cá o salário mínimo despencou. Na Constituinte, o salário mínimo chegou a valer em torno de R\$400,00 e hoje vale R\$300,00. Por isso que é necessário enfrentar este debate, e com certeza a Comissão fará o seu papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, do PMDB do Estado de Goiás, por até dez minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB, após a Ordem do Dia. Gostaria de saber se já há inscritos de outros partidos, para que eu seja o primeiro, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ainda não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Então, após a Ordem do Dia, eu gostaria de ser o primeiro a falar pelo meu Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu só diria a V. Ex<sup>a</sup> que se qualquer líder partidário pedir a palavra ele tem prioridade.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Correto, respeitarei o Regimento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sempre às ordens, Senador Leonel Pavan.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senado, ontem, teve uma tarde histórica, memorável, sob todos os aspectos. Foi a grande homenagem ao cinquentenário da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Sem dúvida alguma, o maior estadista da história deste País. Um Presidente que deu exemplos em todos os setores.

O Senador Paulo Paim dizia que o momento em que o salário mínimo teve as suas altas mais significativas foi no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. No Governo dele, o País atingiu também o maior crescimento – 10,8%. As grandes estradas foram abertas e pavimentadas, a industrialização chegou ao nosso País, inclusive a indústria naval e automobilística. Juscelino Kubitschek é o grande exemplo para os políticos brasileiros.

Eu disse ontem que todas as homenagens prestadas a esse homem público são justas e que, quanto mais prestarmos homenagens a Juscelino Kubitschek de Oliveira, melhor será para o nosso País, para a atual e para as futuras gerações, porque ele realmente é um exemplo. Tudo o que nós prestarmos em termos de homenagem é pouco, pelo que mereceu o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Ontem, até fiz um pronunciamento emocionado, porque toda a minha família – meus pais, meus irmãos – recebeu o Juscelino em Jataí, no dia 5 de abril de 1955. Eu tinha apenas cinco anos. E a minha irmã mais velha casou-se com o Toniquinho, que fez a célebre pergunta. Eles estavam juntos na minha cidade, à qual Juscelino voltou em três oportunidades. Hoje, em Jataí, há um memorial que construímos com o prefeito e há o Parque Ecológico JK. Eu disse ontem e repito que Jataí talvez seja a mais “juscelinista” de todas as cidades brasileiras, com todo respeito a Diamantina.

Juscelino tinha o sonho de voltar a presidir o Brasil para investir justamente em infra-estrutura, estradas, ferrovias, hidrovias. O Brasil está precisando de investimentos maciços em ferrovias. Não adianta, o País não será competitivo, os nossos agricultores e pecuaristas não serão competitivos enquanto estivermos transportando as nossas riquezas em carrocerias de caminhão.

O Brasil é hoje o segundo ou terceiro maior consumidor mundial de pneu de caminhão, o que encarece sobremaneira o frete em nosso País. Então, precisamos investir em ferrovias, em hidrovias, nas nossas rodovias. As grandes e principais rodovias brasileiras precisam ser duplicadas, precisam ter manutenção correta, precisam ser recapeadas, não apenas passar pelo trabalho de tapa-buracos.

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para dizer que, em Goiás, duas grandes rodovias estão sendo duplicadas, e a conclusão do trabalho será nos próximos meses. Na rodovia que liga Goiânia a Brasília, a BR-060, faltam apenas trinta quilômetros para se completar a duplicação. Na BR-153, de Goiânia a Itumbiara, também já está bem avançado o trabalho de duplicação, que deverá ser concluído nos próximos três meses.

A BR-060 também é muito importante porque liga a capital de Goiás, Goiânia, a Mato Grosso. Essa é a região de Goiás onde existe hoje a maior produção de alimentos. E uma das regiões que mais produzem no Centro-Oeste brasileiro é entre Goiânia e Santa Rita do Araguaia. Essa rodovia precisa ser duplicada. De lá, exportam-se milhares e milhares de suínos para a Rússia e muitos países do mundo. Exportam-se frangos também. A Perdigão, hoje, abate 280 mil frangos por dia, que são transportados por esta rodovia que corta todo o sudoeste goiano. De lá, exporta-se para o mundo grande parte da carne bovina. Grande parte da exportação de soja do sudoeste goiano passa também pela rodovia BR-060.

Portanto, o Governo precisa urgentemente começar a duplicação da rodovia Goiânia – Santa Rita do Araguaia, onde existe a grande produção de alimentos, de grãos, de carne bovina, de suínos, de aves, onde está localizada a Perdigão com uma monstruosa indústria.

Já estamos com o projeto de meio ambiente praticamente pronto. Estão sendo feitos os últimos estudos, os últimos reparos no Dnit, no Ministério dos Transportes, para que seja autorizado o projeto de engenharia para a duplicação dessa rodovia importantíssima. Futuramente, pretendemos dar a ela o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira, pois é justamente a rodovia que desemboca na cidade onde ele prometeu a mudança da capital, no dia 4 de abril de 1955.

Essa rodovia é tão importante, que, entre 1955 e 1957, por ela era transportada a madeira dos Municípios de Jataí e Perolândia para fazer os escoramentos da construção dos primeiros prédios aqui na capital federal.

Portanto, quero dizer da minha luta e de todos os políticos do sudoeste goiano, Prefeitos, Vereadores,

Vice-Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, o Prefeito de Goiânia, Íris Rezende Machado, que está extremamente interessado nessa duplicação da rodovia de Goiânia, Guapó, Acreúna, Rio Verde, Santa Helena, Quirinópolis, Jataí, Mineiros, Santa Rita do Araguaia.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao ilustre Senador Ramez Tebet e, posteriormente, ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Maguito Vilela, ouço V. Ex<sup>a</sup> com atenção. V. Ex<sup>a</sup> ontem, saudando Juscelino, fez um brilhante pronunciamento, de berço natal. V. Ex<sup>a</sup> foi, entre os oradores que saudaram Juscelino Kubitschek, aquele que invocou o seu torrão natal, a sua querida Jataí. E hoje V. Ex<sup>a</sup> está à tribuna, como sempre esteve, para dizer o que estão fazendo em Goiás – eu gostaria de dizer o que estão fazendo em Mato Grosso do Sul, mas, infelizmente, não dá para falar, porque não há nada sendo feito – e reivindicando coisas para o seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> não estava ontem em plenário quando, cumprimentando todos os oradores, assustei algumas pessoas dizendo que queria fazer um reparo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que, tão apaixonado que é pela sua Jataí e pelo seu Estado de Goiás, falou que ninguém é mais apaixonado por Juscelino Kubitschek que o povo goiano. Eu, então, fiz o reparo dizendo que a paixão não é apenas de Goiás, que ela é nacional.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Exatamente. Acolho o reparo de V. Ex<sup>a</sup>: é uma paixão nacional. Reconheço isso. Juscelino Kubitschek foi importantíssimo para o Brasil e para todos os brasileiros.

Com a palavra o ilustre Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Maguito Vilela, peço desculpas por interromper o seu importante discurso, que tem uma visão econômica muito forte. Ontem, fiquei com muita vontade de falar algumas palavras sobre o Presidente Juscelino Kubitschek, mas com ele não tive nenhuma convivência. Eu tinha outra atividade, vivia em São Paulo e praticamente pouco tinha a esclarecer sobre a grandiosidade da alma e do trabalho de Juscelino Kubitschek, como V. Ex<sup>a</sup> fez dessa tribuna. Mas há um fato que guardo na lembrança. Quando assumi o serviço na Polícia em São Paulo, perguntei se havia a ficha de antecedentes de algum dos membros da minha família. Trouxeram para mim a do meu irmão mais velho, cujo nome é Riscala Tuma. Constava da ficha que ele era um dos colaboradores, junto com Mário Garnero, de apoio ao Presidente Juscelino quando ele ia a São Paulo, que cedia o carro, que saía com Juscelino. É um fato que tenho na memória até hoje. Algum laço de admiração eu tinha por osmose, por meio do trabalho do meu irmão. Mas eu



descobri ontem, com seu discurso, por que o senhor foi um Governador empreendedor: porque, em Jataí, onde V. Ex<sup>a</sup> nasceu, Juscelino prometeu construir Brasília. Provavelmente, o espírito de Juscelino está na sua alma de Governador, com a grande atividade que fez. V. Ex<sup>a</sup> fala das empresas que hoje se encontram em Goiânia. Lembro-me de que, às vezes, São Paulo reclamava de que algumas indústrias estavam saindo da nossa cidade para irem para Goiás, porque o espírito empreendedor e a visão de progresso para o povo de Goiás faziam com que V. Ex<sup>a</sup> assumisse alguns compromissos para incentivar o aumento do parque industrial do seu Estado. Desculpe-me a intervenção, mas são coisas que ficam na nossa alma.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço os apartes dos Senadores Romeu Tuma e Ramez Tebet, que me honraram sobremaneira, porque são dois homens extraordinários, competentes e que têm dado os melhores exemplos a todos nós. Muito obrigado.

Ouç o aparte do Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> concedeu um tempo bastante precioso ao Senador Paulo Paim em função do discurso de S. Ex<sup>a</sup>. Mas o pronunciamento do Senador Maguito Vilela também não deixa de ser importante para o momento que vive o nosso País. O Senador Maguito Vilela levanta uma questão muito importante: a infra-estrutura das nossas rodovias. S. Ex<sup>a</sup> trata de uma rodovia de grande benefício ao seu Estado. O Senador Maguito Vilela, sem dúvida alguma, independentemente de cores partidárias, foi um grande Governador, o que é reconhecido por todos. Senador Maguito Vilela, não se trata apenas de Goiás. Os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná e, inclusive, a BR-101, que vai a São Paulo e que corta este Brasil, precisam de investimentos. Todos nós, da Base do Governo ou não, temos cobrado do Governo Federal, do Presidente Lula e vamos continuar cobrando do futuro Presidente de República, seja quem for seriedade, lealdade com o contribuinte, respeito pela Nação brasileira. Sem rodovias e sem infra-estrutura, as exportações que pretendemos fazer e que trazem grande benefício ao Brasil serão duramente prejudicadas. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e peço que inclua na sua fala as rodovias de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná. Obrigado.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço os apartes dos brilhantes Senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma e Leonel Pavan.

Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana, do PT do Acre.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para uma comunicação inadiável na prorrogação da Hora do Expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito em primeiro lugar.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço para me inscrever para falar pela Liderança do PT logo depois do pronunciamento do Senador Romeu Tuma, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB da Amazônia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço para me inscrever ainda no período anterior à Ordem do Dia, como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu já havia anunciado a palavra do Senador Romeu Tuma. V. Ex<sup>as</sup> falarão logo após o Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> já despachou requerimento de minha autoria com voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Hosken de Novaes, ilustre figura do meu Estado, ex-Prefeito de Londrina e ex-Governador do Estado.

Quero, em poucas palavras, registrar essa ocorrência e lamentar profundamente o desaparecimento de uma das figuras mais dignas da atividade política do meu Estado.

José Hosken de Novaes foi um grande Prefeito. Foi, acima de tudo, um jurista brilhante, professor emérito da Universidade Estadual de Londrina e chegou a ocupar o cargo de Governador transitoriamente, substituindo o saudoso Governador Ney Braga, exatamente no período eleitoral, em que disputamos uma vaga para o Senado Federal.

O Dr. José Hosken de Novaes, no exercício do cargo de Governador, ofereceu aos paranaenses um grande exemplo, com uma postura ética imbatível. Todos, na atividade pública, sabem dos riscos que corre quem assume o governo se o seu antecessor, ao final da gestão, não tiver adotado uma postura ética na administração estadual. Hosken de Novaes ofereceu um verdadeiro presente a José Richa quando este assumiu o seu mandato de Governador, exatamente pela sua qualificação como executivo competente, mas sobretudo pela postura ética de impedir a utilização da máquina pública durante a campanha eleitoral.

Se todos os governantes fossem como foi José Hosken de Novaes, não necessitaríamos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi idealizada e aprovada exatamente para coibir abusos de administradores desonestos. Eu poderia ressaltar aqui inúmeras outras virtudes do Dr. José Hosken de Novaes, mas resalto essa qualidade, porque faz sentido, nesta hora da vida pública brasileira, oferecer mais esse grande exemplo, lamentando a perda.

Fica o exemplo de um homem público de dignidade incomparável, como foi José Hosken de Novaes.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Garibaldi Alves Filho. Depois, ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, e à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Governo. Em seguida, aos Senadores Roberto Saturnino e Valdir Raupp. São 26 inscritos. Há ainda a Ordem do Dia. Se não respeitarmos o tempo determinado, ficará difícil todos os Senadores usarem da palavra. Assim sendo, solicito que cumpram o tempo estipulado para que possamos ouvir o maior número de Srs. Senadores.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, quero apoiar o requerimento do Senador Alvaro Dias, de homenagem ao ex-Governador Hosken de Novaes, porque todos no Paraná admiram a conduta que ele teve no exercício do cargo. Eu não poderia, neste momento, deixar de emprestar minha solidariedade a esse requerimento de homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, do PFL por São Paulo. Antes do Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB pelo Rio Grande do Norte, falarão os Líderes Arthur Virgílio e Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, por dez minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, a moradia constituiu-se direito de todo cidadão. Lembro que houve uma proposta de um Senador por Goiás, cuja relatoria foi feita por mim, para que se incluísse, nos direitos individuais, o direito à moradia. No entanto, é grave o quadro da habitação no Brasil.

Sob demanda do Ministério das Cidades, a Fundação João Pinheiro, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, elaborou um circunstanciado estudo intitulado “Déficit Habitacional no Brasil”. A segunda edição, publicada em 2005, apresenta dados atualizados sobre o problema.

Lembro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Governador Geraldo Alckmin, no ano passado, por concordância dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, conseguiu um empréstimo do BID para a recuperação do que se chama cortiço, que são moradias coletivas na vertical. Ele está fazendo um belo trabalho na recuperação desses cortiços, verdadeiras favelas verticais, onde não há energia elétrica, água, nada, onde a vida é desumana, uma terrível promiscuidade. O Governador teve a cautela e a visão de buscar esse empréstimo, aprovado pelo Senado, que hoje está em execução em algumas cidades do Estado de São Paulo.

Dois conceitos embasam a metodologia do estudo: o déficit habitacional propriamente dito e a inadequação de moradias. O primeiro é entendido como uma necessidade de construir novas residências, seja para repor o estoque, seja para incrementá-lo. O segundo reflete problemas na qualidade de vida dos moradores não relacionados ao dimensionamento do estoque de habitação e, sim, às especificidades do estoque existente.

Estima-se que exista hoje um déficit de sete milhões e duzentas mil novas moradias, além de um déficit de “habitabilidade” que ultrapassa os doze milhões de unidades. Da necessidade de moradias urbanas, 55% referem-se a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos; 29%, a famílias com renda mensal de dois a cinco salários mínimos; e 16%, a famílias com renda superior a cinco salários mínimos.

Na área rural, o quadro é ainda mais grave, pois 78% do déficit se concentra nas famílias com renda inferior a três salários mínimos.

Em outras palavras, são as famílias mais pobres que não têm casa ou as possuem sem condições mínimas de habitabilidade.

Analisando-se a trajetória da política habitacional no Brasil, chega-se à seguinte conclusão: os recursos inicialmente previstos para melhorar a situação habita-

cional da população mais carente sempre foram canalizados para os segmentos sociais com maior renda.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso dizer que a situação melhorou após a criação do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, em meados dos anos 60. A Lei 4.380/64, ao criar o Sistema, objetivou dar sustentação, viabilidade ao mercado de intermediação financeira, oferecendo condições mais realistas aos investidores. A principal “ferramenta” foi a instituição de mecanismo de correção monetária, visando enfrentar o problema dos créditos de longo prazo numa economia inflacionária. Contudo, nos tempos do extinto Banco Nacional de Habitação, cerca de 70% das unidades construídas, ao longo dos 22 anos de existência do Banco, foram destinadas às famílias com renda mensal acima de cinco salários mínimos.

Além da falta de foco dos programas, persistiram, ao longo dos anos, problemas como: indisponibilidade de recursos; intensa burocracia; elevado grau de exigência para conseguir o financiamento; e complexidade de aspectos técnicos e jurídicos dos contratos de financiamento.

No final do ano passado, a Câmara dos Deputados realizou dois importantes painéis sobre o assunto, cujos títulos foram: “A Problemática do Financiamento Público para a Habitação” e “Financiamento Público para a Habitação Popular: a Retomada do Papel do Estado”. Entre painelistas e debatedores, estiveram representados diversos setores como Municípios, ONGs, associações de moradores, conselhos comunitários, Cohabs, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, BNDES, Fórum Nacional de Secretários de Estado de Habitação e Confederação Brasileira de Cooperativas Habitacionais.

Não por acaso, entre as medidas sugeridas destacam-se as propostas visando o estabelecimento de subsídios à habitação popular e a desburocratização e flexibilização das atuais regras de financiamento.

O governo anunciou recentemente que o Programa de Crédito Solidário, que financia a moradia popular sem juros para as famílias organizadas em cooperativas, terá R\$350 milhões do Fundo de Desenvolvimento Social, em 2006.

Esse ainda é um exemplo muito tímido do que pode ser feito para contemplar a primeira das sugestões do painel da Câmara dos Deputados. Contudo, outras distorções afligem aqueles que tiveram acesso às linhas de financiamento imobiliário pelo SFH.

Quero crer que o Poder Público, além de subsidiar a habitação popular, considerada um bem meritório, não deve descuidar do segmento de mercado do setor habitacional, seja porque responde por parcela expressiva da atividade econômica e por número cor-

respondente de empregos, seja porque tais distorções atingem hoje uma vasta porção dos mutuários, configurando um verdadeiro problema social.

O jornal **Correio Braziliense** publicou reportagem, em 22 de janeiro, sobre o drama de 50 mil famílias que enfrentam um pesadelo cotidiano: como pagar os débitos referentes à aquisição da casa própria, sonho de uma parcela significativa da sociedade brasileira? O grande vilão, aqui, recebe o nome de saldo devedor. Contudo, seria mais justo – e preciso – chamá-lo de saldo remanescente.

Os gabinetes das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores certamente recebem inúmeras queixas a respeito dos financiamentos imobiliários concedidos pelo SFH. V. Ex<sup>as</sup> têm conhecimento, portanto, do drama dessas famílias que se deparam com a angústia de não poder arcar com os custos de contratos que geram prestações crescentes e não amortizam o principal, restando saldos devedores impagáveis. Cerca de cinco mil famílias, Senador Mão Santa, perderam seus imóveis nos últimos quatro anos. Quase 80% do total de contratos com dívidas exorbitantes já estão em fase de execução judicial. Amanhã, Sr. Presidente, essas famílias podem estar ao relento!

Eu gostaria de comentar, brevemente, a utilização da Tabela *Price* nesses financiamentos. Uma já longa polêmica tem tido curso sobre sua utilização. Economistas, contadores, matemáticos e advogados debatem sobre a conceituação do anatocismo e sua incidência com o uso da Tabela *Price*.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Senador Leonel Pavan, se a Presidência permitir, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Nobre Senador Romeu Tuma, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é realmente brilhante e vem esclarecer muitas coisas a respeito do setor habitacional. V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido o Senador da segurança e da ética, faz, hoje, um pronunciamento que não foge da sua linha de trabalho nesta Casa e que se refere à segurança habitacional justamente para a classe mais sofrida do País, a classe que, infelizmente, muitas vezes não tem voz e não consegue ser atendida. Permita-me apenas uma explicação, além do seu tempo, pois V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais dois minutos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Prefiro ouvi-lo a ter o meu tempo. Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muita honra e prazer porque V. Ex<sup>a</sup> participa de uma discussão a respeito da qual tenho recebido dezenas de pessoas



com lágrimas nos olhos pela possibilidade de ficarem na rua por não poderem pagar a prestação, mesmo tendo completado todo o pagamento da dívida inicial, às vezes até o dobro.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Nobre Senador, eu estava fazendo as contas,...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – ...recentemente, sobre a questão do salário família, a ajuda que o Lula oferece a quase 10 milhões de famílias. Fiz as contas rapidamente: R\$60,00 por família dá um resultado de aproximadamente R\$10 bilhões em um ano. Dez bilhões de reais! Uma casa boa, para famílias carentes, pobres, que moram embaixo da ponte, custa cerca de R\$20 mil. Daria para construir aproximadamente cinco milhões de moradias em um ano. Não sou contra a ajuda que oferece o Presidente, mas esta, muitas vezes, vai para a bebida, para o fumo, para outras coisas, sendo que poderia atender a cinco milhões de famílias com casas, com residências.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Cinco milhões de famílias poderiam ser atendidas com esses recursos por ano. Além disso, não existe uma distribuição justa quando a Caixa Econômica Federal financia as casas. Nós, em Santa Catarina, aplicamos na poupança em torno de 4% a 5% da aplicação do Brasil, e o retorno para investimentos em habitação é de menos de 1%. Falta, portanto, por parte do Governo e da Caixa Econômica Federal, uma avaliação melhor, uma contrapartida em relação àquele que mais aplica na poupança. No que diz respeito ao Programa Bolsa-Família, o Governo deveria construir casas para as pessoas ao invés de dar os recursos, que, muitas vezes, podem ser desviados.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, por gentileza, Sr. Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – ...em benefício dos menos favorecidos.

Sr. Presidente, para não tomar mais tempo, solicito que o restante do meu pronunciamento seja transcrito por completo.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, a moradia constitui-

se em direito de todo cidadão. No entanto, é grave o quadro da habitação no Brasil. Sob demanda do Ministério das Cidades, a Fundação João Pinheiro, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), elaborou um circunstanciado estudo intitulado **Déficit Habitacional no Brasil**. A segunda edição, publicada em 2005, apresenta dados atualizados sobre o problema.

Dois conceitos embasam a metodologia do estudo: o déficit habitacional propriamente dito e a *inadequação de moradias*. O primeiro é entendido como a necessidade de construir novas residências, seja para repor o estoque, seja para incrementá-lo. O segundo reflete problemas na qualidade de vida dos moradores, não relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às especificidades do estoque existente.

Estima-se que exista hoje um déficit de 7 milhões e duzentas mil novas moradias, além de um déficit de “habitabilidade” que ultrapassa os 12 milhões de unidades. Da necessidade de moradias urbanas, 55% referem-se a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, 29% a famílias com renda mensal de dois a cinco salários mínimos e 16% a famílias com renda superior a cinco salários mínimos. Na área rural, o quadro é ainda mais grave, pois 78% do déficit se concentra nas famílias com renda inferior a três salários mínimos.

Em outras palavras, são as famílias mais pobres que não têm casa, ou as possuem sem condições mínimas de habitabilidade. Analisando-se a trajetória da política habitacional no Brasil, chega-se à seguinte conclusão: os recursos inicialmente previstos para melhorar a situação habitacional da população mais carente sempre foram canalizados para segmentos sociais com maior renda.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso dizer que a situação melhorou após a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em meados dos anos 60. A Lei 4.380/64, ao criar o SFH, objetivou dar sustentação e viabilidade ao mercado de intermediação financeira, oferecendo condições mais realistas aos investidores. A principal “ferramenta” foi a instituição de mecanismos de correção monetária, visando enfrentar o problema dos créditos de longo prazo em uma economia inflacionária. Contudo, nos tempos do extinto Banco Nacional de Habitação, cerca de 70% das unidades construídas, ao longo dos 22 anos de existência do banco, foram destinadas às famílias com renda mensal acima de cinco salários mínimos.

Além da falta de foco dos programas, persistiram, ao longo dos anos, problemas como: indisponibilida-

de de recursos; intensa burocracia; elevado grau de exigência para conseguir o financiamento; e complexidade de aspectos técnicos e jurídicos dos contratos de financiamento.

No final do ano passado, a Câmara dos Deputados realizou dois importantes painéis sobre o assunto, cujos títulos foram: “A Problemática do Financiamento Público para Habitação”; e “Financiamento Público para a Habitação Popular: a Retomada do Papel do Estado”. Entre painelistas e debatedores, estiveram representados diversos setores, como municípios, ONGs, Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, COHABs, o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o Fórum Nacional de Secretários de Estado de Habitação, e a Confederação Brasileira de Cooperativas Habitacionais.

Não por acaso, dentre as medidas sugeridas, destacam-se propostas visando o estabelecimento de subsídios à habitação popular e a desburocratização e flexibilização das atuais regras de financiamento. O Governo anunciou, recentemente, que o Programa de Crédito Solidário, que financia moradia popular sem juros para famílias organizadas em cooperativas, terá 350 milhões de reais do Fundo de Desenvolvimento Social em 2006. Este é um exemplo, ainda muito tímido, do que pode ser feito para contemplar a primeira das sugestões do Painel da Câmara dos Deputados.

Contudo, outras distorções afligem aqueles que tiveram acesso às linhas de financiamento imobiliário pelo SFH. Quero crer que o Poder Público, além de subsidiar a habitação popular, considerada um “bem meritório”, não deve descuidar do segmento de mercado do setor habitacional, seja porque este responde por parcela expressiva da atividade econômica e por número correspondente de empregos, seja porque tais distorções atingem hoje uma vasta porção dos mutuários, configurando um verdadeiro problema social.

O jornal **Correio Braziliense** publicou reportagem, em 22 de janeiro, sobre o drama de 50 mil famílias que enfrentam um pesadelo cotidiano: como pagar os débitos referentes à aquisição da casa própria, sonho de uma parcela significativa da sociedade brasileira? O grande vilão, aqui, recebe o nome de saldo devedor. Contudo, seria mais justo – e preciso – chamá-lo de saldo remanescente.

Os Gabinetes das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores certamente recebem inúmeras queixas a respeito dos financiamentos imobiliários concedidos pelo SFH. Vossas Excelências têm conhecimento, portanto, do drama dessas famílias que se deparam com a angústia de não poder arcar com os custos de contratos que ge-

ram prestações crescentes e não amortizam o principal, restando saldos devedores impagáveis. Cerca de cinco mil famílias perderam seus imóveis nos últimos quatro anos. Quase 80% do total de contratos com dívidas exorbitantes já estão em fase de execução judicial. Amanhã, Senhor Presidente, essas famílias podem estar ao relento!

Gostaria de comentar, brevemente, a utilização da Tabela Price nesses financiamentos. Uma já longa polêmica tem tido curso sobre sua utilização. Economistas, contadores, matemáticos e advogados debatem sobre a conceituação do anatocismo e sua incidência com o uso da Tabela Price.

Parece-me, aqui, haver um equívoco sério, de vez que a Tabela incorpora a teoria dos juros compostos e, ainda mais significativo, tem realmente ensejado uma série de problemas nos contratos, em prejuízo dos mutuários. Estes, em número cada vez maior, recorrem ao Poder Judiciário, que, em geral, tem-se mostrado sensível à argumentação dos demandantes. Nesses casos, faz-se uma perícia nos montantes pagos e uma revisão nos valores, aplicando-se uma taxa linear de juros. Afinal, entendimento do Supremo Tribunal Federal expresso na Súmula nº 121 assegura que “é vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada”.

Assim, embora se advogue que a Tabela *Price* facilita os cálculos dos planos de pagamento de longo prazo, mutuamente contratados e aceitos pelas partes, a verdade mais chã mostra que muitos homens e mulheres de boa-fé têm assinado contratos, fiando-se em uma percepção errônea induzida pela aplicação da Tabela *Price*. Ora, sabemos que o cidadão comum faz o cálculo baseado na capacidade de pagamento imediata, que é o que ele tem condições de prever. Desdobramentos ulteriores, ensejados pela dinâmica das questões econômicas ou por tecnicismos aritméticos ou jurídicos embutidos nos contratos, decididamente escapam à sua capacidade de previsão.

Todos sabem que sou um defensor ardoroso da letra da lei e do cumprimento dos contratos. Todavia, há um princípio básico a orientá-los: eles têm de ser justos! Quero dizer, Senhoras e Senhores Senadores, que não uso a expressão “boa-fé” gratuitamente. A aplicação positiva de tal princípio foi introduzida no direito pátrio pelo Código do Consumidor. Essa legislação, todos sabemos, é considerada de vanguarda e assegura, nos contratos, a prevalência do respeito, da ética e da preservação da dignidade humana, legitimando a expectativa do outro contratante. Sobre tudo nos contratos habitacionais, há uma relação de desigualdade entre as partes da relação negocial,

com maior parcela de força a residir no pólo do agente financeiro. Este é um elemento que precisamos considerar e trabalhar, em favor da recomposição das condições paritárias.

Outro ponto a merecer consideração diz respeito à adoção da Taxa Referencial, a chamada TR, como indexador dos contratos habitacionais. A TR é um índice destinado ao mercado tomador de aplicações financeiras, e seu impacto nos contratos sob regência do SFH produz efeitos indesejáveis.

Historicamente, o reajuste dos contratos esteve atrelado à variação inflacionária medida por índice oficial. Buscava-se, com isso, refletir adequadamente as variações no poder aquisitivo da moeda nacional. A edição da Lei 8.177/91, contudo, instituiu a TR como mecanismo apto a reajustar o saldo devedor dos contratos de financiamento habitacional, o que efetivamente tem configurado a ocorrência do anatocismo, ou a capitalização de juros sobre juros.

Em nosso entendimento, a referida Lei não deve ser aplicada aos contratos de financiamento habitacional, pois ela afronta dispositivo contido na Lei 4.380/64, que institui o Sistema Financeiro da Habitação e é, portanto, a única a reger os contratos celebrados em seu âmbito.

Aliás, é sempre oportuno frisar que o Supremo Tribunal Federal já exarou entendimento sobre o uso da TR como indexadora dos contratos habitacionais. Refiro-me ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 493-0/DF, publicada em 04/09/1992: “A taxa referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois, refletindo as variações do custo primário da capacitação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda”.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu partido tem-se caracterizado por uma postura sensata e responsável. Mantemos vigília sobre as ações de Governo, criticando-o quando necessário, mas sem nos furtar ao aplauso quando merecido. Semana retrasada, o Governo Federal deu mostras de que pretende ampliar o montante destinado à habitação. O Ministro Márcio Fortes falou em 18 bilhões e setecentos milhões de reais. São boas novas, é preciso reconhecer. Mas não se queira, com isso, ignorar os problemas dos contratos em vigor. Aqui, também, é requerida a atenção do Sr. Ministro – e estamos vigilantes!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável de interesse partidário.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabamos de presenciar, Senador Alvaro Dias, e V. Ex<sup>a</sup> estava conosco, uma cena bastante esclarecedora do momento brasileiro. O Supremo Tribunal Federal nega, pela ação e pela decisão de seu Presidente, o ilustre Ministro Nelson Jobim, a quebra de dois sigilos telefônicos, bancários e fiscais: dos Srs. Paulo Okamoto e Roberto Carlos Kurzweil, aquele do carro blindado que teria transportado os tais dólares cubanos para a campanha do Presidente Lula.

Antes de qualquer coisa, gostaria de louvar o gesto do Presidente Efraim Morais e do Relator Garibaldi Alves Filho de irem ao Ministro Jobim, com o respeito e com todo o acatamento que merece um Ministro com assento naquela Corte, aliás, que merece qualquer magistrado que se porte com a decência equivalente à do Ministro, e perguntarem a ele exatamente o que falta. Ou seja, o que não pode é uma CPI abrir mão da sua prerrogativa básica, fundamental e essencial de quebrar sigilos; fora disso, ela não passa de uma mera Comissão de Fiscalização e Controle, não precisaria de CPI, bastaria levar os depoentes para a Comissão de Fiscalização e Controle. Perguntar, de maneira clara e objetiva, o que é preciso fazer, o que estava errado, onde houve o equívoco formal, esclarecer com o Ministro olho no olho, com muita clareza, para que o Ministro, jurista respeitável que é e parlamentar notável que foi, esclareça e demonstre bem claramente. Não tenho dúvida alguma: ele não tem nada contra o avanço das investigações. Tenho absoluta convicção disso e, por isso, devoto ao Ministro respeito pessoal e público. O que não pode é ficar como está.

Senador Osmar Dias, gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que hoje vi uma cena que mostra os tempos brasileiros. O Sr. Roberto Carlos Kurzweil, tendo transportado ou não os tais dólares, foi, como empresário, ao Supremo, tentando impedir a quebra de seus sigilos. Aí, eu me pergunto: ele fez mal, ele fez bem? Sinceramente, considero que ele exercitou um direito legítimo de alguém que não tem o que perder na vida pública, até porque homem público não é. Alguém que agiu parecido com o que agiriam seus outros colegas empresários, agiu como alguém munido das prerrogativas de quem exerce e vive a vida privada. Já o Sr. Paulo Okamoto, não, esse é da vida pública. Esse é Presidente do Sebrae, mexe com bilhões e bilhões de dólares por ano. Esse tan-

to quanto o Sr. Kurzweil, vai ao Supremo para não quebrarem os seus sigilos, ou seja, ele demonstra constrangimento em ter os seus segredos, a sua vida partilhada com a sociedade, e ele é homem público. Uma coisa aprendemos com nossos avós: homem público não se pertence, pertence à sociedade que representa.

Ele é acusado de quê? Ele é acusado de ter pago o empréstimo do Presidente Lula. O Presidente Lula disse que não contraiu empréstimo nenhum; ele é acusado de ter pago o empréstimo do Presidente Lula; o Sr. Delúbio diz que é verdade o que diz Okamoto; o Sr. Okamoto diz que pagou o empréstimo, diz que pagou com cheques, e nós estamos impedidos de saber, pela quebra de sigilo bancário dele, se pagou ou se não pagou, se é verdade ou se não é verdade.

Sr. Presidente, fico pasmo. Eu me espantaria se eu localizasse algum dos 81 Senadores que se negasse a ter os seus sigilos quebrados, não mereceria estar nesta Casa; não mereceria pertencer a esta Casa, porque, afinal de contas, estaria demonstrando ter alguma coisa a esconder numa vida que não pode ter nada a esconder por ser uma vida pública.

Portanto, o Sr. Okamoto, a meu ver, perdeu as condições de exercer cargo público, e não temos outra alternativa a não ser quebrar, sim, os sigilos dele e esclarecer essa verdade toda, tintim por tintim, doa a quem doer, dê no que der, custe o que custar e haja o que houver. É isso que tem que ser dito com clareza nesse diálogo franco entre os dois grandes homens públicos que são Garibaldi Alves e Efraim Morais, e esse grande homem público, que é o Ministro Nelson Jobim. Ou seja, a CPI vai concluir o seu trabalho. Não vejo nenhuma dificuldade de se recolher 27....

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Não há nenhuma dificuldade de se recolher 27 assinaturas e prorrogar a CPI. Ela tem que concluir os seus trabalhos e apresentar o relatório de maneira convincente. Portanto, entendemos que haverá de se estabelecer, daqui para frente, uma relação muito clara de colaboração entre a CPI – o Legislativo, portanto –, o Executivo no que lhe cabe e o Judiciário na parte que lhe couber também.

Por ora, Sr. Presidente, é, de maneira muito modesta, aquilo que tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti,

do PT de Santa Catarina, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Por gentileza, Senadora.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tive oportunidade de estar na solenidade de abertura do ano Judiciário. Foi uma solenidade com toda pompa, por conta da presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República, do Presidente do Congresso, do Presidente da Câmara dos Deputados e do Procurador-Geral da República. Ou seja, as instituições brasileiras estavam presentes nessa solenidade, numa verdadeira demonstração da vitalidade da democracia brasileira, dos avanços e do quanto ainda temos a construir no sentido do fortalecimento dessa tão sofrida e, a duras penas, reconquistada democracia no nosso País depois de um longo período de ditadura militar.

Nos pronunciamentos, ouvimos palavras muito fortes e muito altaneiras de todos os Chefes de Poder, pronunciamentos contundentes que expõem a visão de cada um dos Poderes sobre a reconstrução e o fortalecimento da nossa democracia.

O Presidente Lula teve a oportunidade, em seu pronunciamento, de assinalar e parabenizar o que foi possível ser feito nesse período recente com relação à reforma do Judiciário, que, durante muitos anos, mais de década, não foi aprovada e que teve sua ratificação exatamente nesta legislatura. Essa reforma contou com ações do Executivo, iniciativas do Ministro Márcio Thomaz Bastos e todo o trabalho articulado entre Executivo, Legislativo e Judiciário, que agora tem como decorrência significativas modificações nos Códigos Processuais, tanto o Código Civil, quanto o Código Penal, e nos projetos que estamos aqui apreciando.

Foi feito o pacto entre os três Presidentes – Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente do Congresso Nacional – para dar agilidade à reforma, a fim de que a Justiça brasileira tenha efetivamente a capacidade de acelerar os processos e dar cada vez mais condição aos que mais precisam da Justiça, exatamente as camadas mais pobres da população, de ter acesso a ela.

No pronunciamento feito pelo Senador Renan Calheiros em nome do Congresso, houve várias citações. Tratou-se de um assunto que debateremos hoje: a modificação das condições de edição de medidas provisórias. Ao mesmo tempo em que recebemos



elogios, também tomamos conhecimento de posicionamentos claros acerca de mudanças necessárias – uma delas, inclusive, estaremos votando ainda esta tarde.

O pronunciamento contundente do Presidente do Supremo, Ministro Nelson Jobim, merece registro nesta tribuna, inclusive porque há uma contenda entre os Poderes. Esta semana há uma contenda em razão de uma deliberação do Ministro Nelson Jobim, que concedeu uma liminar apesar de uma reivindicação da CPI dos Bingos. Obviamente, isso criou uma situação que mereceu, da parte do Ministro Jobim, uma citação elegante e contundente que é própria dele.

Faço questão de fazer esse registro se o Presidente assim me permitir. Fazendo referência às demandas que o Supremo recebe cotidianamente, ele diz que, em muitos casos, há a tentativa de erigir o Supremo julgador da conveniência e oportunidade de determinadas políticas, mas o que vale é o conjunto das liberdades.

Aqui estão as demandas de proteção às garantias individuais. São **habeas corpus** e mandados de segurança que trazem ao Supremo Tribunal Federal as objeções às condutas e decisões de tribunais, do Ministério Público, das Comissões Parlamentares de Inquérito. Enfim, das autoridades públicas.

Diante disso, tudo aflora a questão para urgente debate. Qual o paradigma que deve orientar a atuação do Supremo na preservação da Constituição, pergunta o Ministro Nelson Jobim. A resposta acadêmica é tautológica: é a preservação da Constituição.

Diante de demandas concretas, tal afirmação não tem sentido, nada significa, nada orienta, é insuficiente, em vez de esclarecer, esconde.

A experiência indica, muitas vezes, que atender às pretensões de postulantes é o caminho fácil para o aplauso e o reconhecimento. Em outros casos, decidir contra suposta vontade da maioria da opinião pública, significa a exposição à iras de alguns poderosos. Significa exposição a toda sorte de ilações injustas. Esquecem que o Supremo nunca se curvou e não irá se curvar a patrulhamentos de nenhum tipo, públicos ou privados.

Eu trago esse trecho do pronunciamento do Ministro Nelson Jobim, porque...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir.

Eu trago esse trecho do pronunciamento do Ministro Nelson Jobim, porque aqui, nesta tribuna, muito foi elogiado quando o Supremo determinou a instalação da CPI dos Bingos, baseado no art. 58, § 3º

da Constituição Federal. Exatamente baseado nesse artigo, foi instalada a CPI dos Bingos. Acontece que a liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim, negando a abertura do sigilo, também se deve a esse mesmo artigo, que diz: A Comissão Parlamentar de Inquérito é criada mediante requerimento de um terço de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo. Portanto, o artigo que instalou a CPI é o mesmo artigo que dá sustentação ao Ministro Nelson Jobim, para não permitir que a CPI, mediante questão aritmética de quantos membros tem, de que lado estão, o que o resultado das votações permitem fazer ou não, se afaste do cumprimento da Constituição.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concluindo, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (PT – SC) – Foi isso que o Ministro Nelson Jobim declarou em alto e bom-som, e tenho a convicção da posição absolutamente correta, constitucional, como não poderia deixar de ser, do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Agradeço, Sr. Presidente e peço desculpas pelos minutos que extrapolei.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse pela Liderança do meu Partido, para que eu possa me pronunciar antes da Ordem do Dia. A comunicação está sendo encaminhada a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. O documento já está aqui comigo, Senador. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito após o Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhando à Mesa, para publicação, pronunciamento breve relatando as atribulações por que passou o Prefeito de São Paulo, José Serra, vítima de verdadeiro ataque petista, ou seja, cercado, reivindicando melhorias habitacionais que negaram a São Paulo por quatro anos, mostrando aquela história: de vez em quando, lobo finge que não é lobo. Mas lá estavam no velho estilo, lá que são Oposição, eles que não estão se havendo bem na arte, no mister de governar.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

Senhor Presidente, Senhoras e  
Senhores Senadores,

O PT não aprende. O PT insiste em sua desastrada postura incivilizada. O PT não perde o jeitão fascista de atuar, esquecendo-se de que vivemos num regime democrático.

Há pouco, mais precisamente na semana passada, os petistas deram mais uma demonstração de seu desastrado modelo, na maior e talvez mais cosmopolita cidade do País, São Paulo.

Leio nos jornais que o Prefeito José Serra foi vítima da sanha petista, ao inaugurar duas escolas no Parque Novo Mundo, na Capital paulista.

O que houve foi mais uma das manjadas montagens tão ao gosto petista. O PT orientou cem moradores da chamada Favela Funerária, que fica ao redor das escolas. O grupo entrou numa das escolas, onde estava o Prefeito e aí começou o espetáculo petista.

Ao contrário dos petistas, Serra procurou dialogar com os manifestantes, inclusive com uma observação a propósito dos dizeres de uma das faixas acusando o Governo pela existência de favelas. Eles cobravam moradias.

Serra lembrou que a cidade fora governada por quatro anos pelo próprio PT, que, naquele momento, organizava mais aquela demonstração, num repetido modo fascista de o PT se portar.

Serra conseguiu acalmar os ânimos. Agiu com civilidade e sugeriu que os manifestantes mantivessem um encontro para debater o assunto com o Secretário Municipal de Habitação.

Já passou da hora de o PT abandonar esse seu modo inconveniente, indecente e despropositado de fazer reivindicações. Na verdade, não era bem esse o desejo petista. Queriam tão somente tumultuar uma solenidade pública.

Até quando o PT vai continuar agindo tresloucadamente? Não estaria na hora de aprender a conviver com a democracia?



**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º do Regimento Interno.)

# O ESTADO DE S. PAULO

ADMINISTRAÇÃO

## Serra enfrenta o maior protesto da sua gestão

Moradores de favela cobraram construção de moradias: para prefeito, foi armação da PT

### Silvia Almeida

O prefeito José Serra (PSDB) enfrentou ontem o maior protesto em eventos públicos desde que assumiu o cargo. A manifestação aconteceu na inauguração de duas escolas no Parque Novo Mundo, zona norte. Cerca de cem moradores da Favela da Funerária, que fica ao redor das escolas, cobraram do prefeito a construção de moradias. Serra acusou o PT de orquestrar o protesto.

Com cartazes com as frases "Queremos moradia" e "Prefeito, esqueça a eleição de 2006 e lembre-se de nós", o grupo entrou na escola e exigiu atendimento aos moradores que foram vítimas de dois incêndios ocorridos em dezembro na favela - 235 barracos pegaram fogo, mas apenas 50 famílias foram assistidas pela Prefeitura. Segundo o governo, houve um erro no cadastramento e muitas pessoas que não estavam entre as vítimas receberam ajuda - verba de R\$ 5 mil - no lugar das verdadeiras vítimas.

Antes de Serra falar, vereadores e o secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti, tentaram em vão acalmar os manifestantes, acusando falsas do prefeito na área habitacional. Ao pegar o microfone, Serra tentou ignorar a manifestação, citando os benefícios que as escolas levariam à região,

mas o tumulto só aumentou. Sob valetas, ele decidiu dialogar. "Eu vi uma faixa dizendo que a favela é culpa do governo. São Paulo foi governada por quatro anos por quem está organizando essa manifestação e deixou essa situação assim", disse, ao pedir que os manifestantes conversassem com o secretário de Habitação, Orlando de Almeida, que estava no local.

Sheila da Silva, de 27 anos, uma das manifestantes, foi convidada a subir ao palco por Serra. Ela explicou o motivo do protesto: "Não queremos R\$ 5 mil. Queremos moradia." Serra respondeu: "Eu entendo o desejo de quem quer ter moradia, ter seus filhos em uma escola decente, mais saúde e melhor transporte. Estamos trabalhando para isso." Depois de quase dez minutos de confusão, os manifestantes concordaram em falar com o secretário e Serra reuniu a inauguração. O presidente municipal do PT, Paulo Pinheiro, reagiu à acusação do prefeito. "Jamais houve participação do PT no protesto." O líder comunitário da favela, Cícero Pinheiro do Nascimento, também negou envolvimento político no ato. ■

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda o documento.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, PMDB, ex-Governador excelente do Rio Grande do Norte.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup> por até dez minutos, Senador.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente João Alberto Souza.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ultimamente tenho ocupado a tribuna desta Casa para manifestar uma preocupação com relação à educação frente aos desafios da globalização.

Não se trata de não termos, isoladamente, investimentos. Inclusive, a partir de um regramento na Constituição, há obrigatoriedade de se investir 25% na educação. Agora mesmo, estamos nos preparando para discutir aqui o Fundeb e, por medida de precaução, já prorrogamos este antigo Fundo a fim de que tenhamos mais investimentos na educação.

Mas a coisa muda, Sr. Presidente, toma novo rumo, nova dimensão quando passamos a comparar os nossos números, a nossa realidade frente à educação em outros Países. E não precisamos ir muito longe. O Chile vem investindo maciçamente em educação e, traçando um paralelo com os nossos números, verifica-se a influência do investimento no capital humano nos indicadores socioeconômicos de um Estado nacional. O Chile apresenta uma média de estudo de 9 anos e uma taxa de analfabetismo de 3,5%, enquanto no Brasil essa média é de apenas 6,4 anos, e a taxa de analfabetismo é de 11%. A média de escolaridade de toda a população chilena só é inferior à média dos nossos 20% mais ricos, em 1,4 anos.

Mas vamos mais longe, vamos chegar à Índia. Quando nos deparamos com a situação do País asiático – a sua população, que já superou um bilhão de pessoas; os problemas de origem étnica que desaguarão no desmembramento de parte do seu território – cabe perguntar o porquê de o Brasil não trilhar o mesmo caminho, se não temos os problemas afletivos e urgentes que a Índia tem. Só para termos uma idéia da revolução que a Índia experimenta nas áreas de educação, ciência e tecnologia, existem hoje 31 milhões de indianos com título de doutor, contingente superior à população do Canadá. As escolas superiores indianas formam por ano 2,5 milhões de estudantes, dos quais 10% são engenheiros. Como fruto desse esforço e de medidas acertadas na área econômica, as exportações na indústria de tecnologia de informação e de serviços correlatos devem atingir US\$ 60 bilhões até 2010. Ressalte-se que todas essas transformações se

deram concomitantemente à criação de um ambiente democrático e de abertura econômica do País. Na contramão desse exemplo, temos 82% dos nossos jovens em idade universitária fora da sala de aula, o que constitui um universo de 19 milhões de estudantes. Em contrapartida, existem apenas 41 mil PhDs trabalhando em nossas empresas, em nossas instituições. Todos esses dados se refletem de forma preponderante na produtividade do setor econômico.

O tema oficial do último Fórum Econômico de Davos foi o “Imperativo Criativo”, em que se discutiu o papel da criatividade, da inventividade e da capacidade de se pensar e de formular na economia global.

Hoje, essa assertiva se torna ainda mais verdadeira. Como competir então com um País como a Índia se não cumprimos o elementar dever de casa que é o de preparar, em mais larga escala, o nosso povo?

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já na década de 50, o economista Celso Furtado diferenciava o mero crescimento econômico do real e efetivo desenvolvimento que repercutisse na melhoria do padrão de vida da população. O desenvolvimento real, duradouro e sustentável somente ocorre quando a educação é tratada como prioridade nacional.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? Desculpe-me interromper sua leitura.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> toca num tema relevantíssimo, que é o da educação. Ainda hoje, na **Folha de S.Paulo**, está publicado um artigo de minha autoria em que faço uma comparação entre os países latino-americanos e os do leste asiático. E mostro que, entre outras coisas, aqueles países se distinguem dos nossos pela altíssima prioridade que deram à educação, educação de boa qualidade. Senador Garibaldi Alves, há 30 anos, a Coréia do Sul era um país miserável, muito mais pobre que o Brasil. Hoje tem toda a população alfabetizada, toda a população na faixa etária de 15 e 17 anos escolarizados no Ensino Médio, praticamente toda a população com menos de 30 anos no curso superior. E mais, olhe que dado impressionante, Senador: a Coréia do Sul tem mais PHDs por habitante do que os Estados Unidos da América do Norte. Mas ficam os latino-americanos, nós no meio, perdendo tempo com ideologias rançosas, buscando inimigos externos, e não fazemos o que é essencial; entre outras coisas, cuidar seriamente da educação. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço, Senador Jefferson Péres. Vou procurar ler o artigo de V. Ex<sup>a</sup> na íntegra, porque V. Ex<sup>a</sup> oferece

novos cotejos, novas comparações para que possamos aprender uma lição. Como V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, o Brasil, em vez de dar prioridade à educação, fica realmente na mesmice, sem se dar conta de que o mundo globalizado, a tecnologia, tudo isso oferece novos horizontes para os nossos jovens.

A última comparação que eu quero trazer é com a Espanha, que tinha indicativos sociais extremamente precários em 1975, após 36 anos de ditadura. Hoje, apesar das altas taxas de desemprego o que não é problema apenas dela, mas do Mercado Comum Europeu, a Espanha surpreende pelo alto grau de inovação tecnológica e pela excelência da educação do seu povo.

Portanto, Sr. Presidente, vamos procurar investir na educação com determinação, vamos procurar, realmente, prestigiar a educação pública, de modo que possamos construir uma nova sociedade, de modo que possamos oferecer uma nova perspectiva ao nosso País.

Agradeço ao Senador Jefferson Péres e digo aos Srs. Senadores que devemos insistir neste debate e neste tema para que, realmente, possamos construir um País melhor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB-RN) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, o Senador Jefferson Péres fez uma observação muito pertinente. Como V. Ex<sup>a</sup> disse que gostaria de ler o artigo de S. Ex<sup>a</sup>, sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que, numa homenagem ao Senador Jefferson Péres, peça ao Presidente que seja transcrito nos Anais do Senado o artigo de autoria dele publicado hoje na **Folha de S. Paulo**, porque se trata de recomendações que ele faria se Presidente da República fosse. Ele disse aqui que provavelmente não o será, como gostaria, mas tudo está em aberto para eventualmente o seu Partido designá-lo. Como se trata de um colega por quem todos temos muito respeito e cujas idéias são pertinentes e válidas, faço essa recomendação a V. Ex<sup>a</sup>, porque as idéias que ele coloca são pertinentes, inclusive muito condizentes com o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer sobre a questão educacional e outras também destacadas nesse artigo. Obrigado.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Senador Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> faz uma recomendação que vou cumprir prazerosamente, fazendo justiça à preocupação do Senador Jefferson Péres em abordar esses temas tanto da tribuna do Senado como pela imprensa do nosso país. Vou encaminhar o requerimento pedindo a transcrição do artigo do Senador Jefferson Péres.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Pela ordem, também, em seguida.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem.) – Eu queria solicitar de V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição pela Liderança da Minoria, antes do horário do Expediente. A documentação já está com a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a inscrição após a hora do Expediente, pela Liderança do PFL. Encaminharei à mesa a documentação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito, e eu aguardo o documento.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do PDT, depois da Ordem do Dia. Meus agradecimentos ao Senador Eduardo Suplicy, homem sempre muito elegante, pela sua iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Após a Ordem do Dia, Senador?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT AM) – Se puder ser antes, melhor, mas me parece que ouvi que a Ordem do Dia será antecipada; é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estou aguardando o Sr. Presidente, que havia marcado para...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT AM) – Se puder antes da Ordem do Dia, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu verifico, Sr. Senador.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino, do PFL do RN.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem.) – Igualmente, Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PFL, se possível antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo, de imediato, a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Não seria eu, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não chegou ainda o documento encaminhado à Mesa por V. Ex<sup>a</sup>. Ademais, os Líderes têm preferência, Senador Magno Malta.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei muito breve. Quero fazer um comentário que envolve a posição do meu Partido, que envolve o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. Penso que é preciso que o Partido se posicione em relação a isso.

Quando eu saí, há pouco, para dar entrevista, perguntaram-me muito sobre declarações de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente do Supremo, sobre declarações do Presidente da Câmara dos Deputados, sobre declarações do Presidente da República, colocando o conflito entre eles e me perguntando se eu achava que estava havendo desarmonia entre os Poderes. Dei a minha opinião, e a pergunta inevitável veio em seguida, sobre a questão da liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim relativa à quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Okamoto, petista, amigo fraterno do Presidente da República e que disse ter pago contas pessoais de Sua Excelência.

Ora, o Sr. Paulo Okamoto disse isso na Comissão. Disse e repetiu. Respondendo a perguntas minhas, Senador Suplicy, disse que havia pago realmente em dinheiro, em São Paulo, e que tirou parte do dinheiro em São Paulo e parte em Brasília.

Quem paga contas com a carteira de identidade de outro – no caso, a identidade do Presidente Lula – e não paga com cheque ou com documento que comprove a origem do dinheiro, no mínimo, tem explicações a dar, explicações que S. S<sup>a</sup> nunca deu.

Muito bem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. O que se discute hoje é a concessão da liminar pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, suspendendo a quebra do sigilo bancário, que é uma peça fundamental. O que a CPI deseja não é perseguir ninguém; o que deseja é esclarecer fatos que estarrecem a opinião pública do Brasil, Senador Jefferson Péres. O brasileiro comum está dizendo: “Bom, o PT está emprestando dinheiro ao Presidente, mas partido político não pode emprestar dinheiro a ninguém, muito menos ao Presidente da República, que é filiado ao PT”.

Chega alguém e diz que pagou as contas do Presidente, e o Presidente diz que não devia. Lula disse que não devia. Paulo Okamoto disse que pagou as contas do Presidente, com a identidade dele, pagou em dinheiro, sacando parte do dinheiro em Brasília, parte em São Paulo. O que estamos querendo descobrir? De onde veio o dinheiro

do pagamento, Senador Antonio Carlos! De onde veio o dinheiro do pagamento! Daí a quebra do sigilo.

O Presidente Nelson Jobim deve ter tido razões para conceder a liminar. O Presidente Efraim, acompanhado do Relator – estou informado –, pretende pedir uma audiência ao Ministro Jobim, não para desafiar S. Ex<sup>a</sup>. O que nós esperamos do Poder Judiciário é colaboração. O objetivo da CPI é investigar para chegar a conclusões que a sociedade exige de nós. O que queremos do Poder Judiciário? Colaboração! Que facilite nossa vida, que nos ajude. Na medida em que a liminar coloca o impeditivo definitivo numa peça que é importantíssima para se chegar a conclusões, é claro que temos que estrebuchar.

O Presidente e o Relator vão lá não para desafiar o Presidente do Supremo; vão perguntar a S. Ex<sup>a</sup> onde é que o requerimento errou, onde é que ele tem que ser reparado, para que se possa fazer um novo requerimento à imagem e semelhança do que se pretenda legal, para que o objetivo, que tem que ser de todos, possa ser atendido ou atingido, que é chegar à origem do dinheiro que pagou as contas de Lula, Presidente da República.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte também?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Senador Jefferson Péres tem a prioridade, pois já havia pedido, e, em seguida, o Senador Suplicy, com o maior prazer.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador José Agripino, o Sr. Okamoto contou uma história que nem criança acredita. Ele sacou dinheiro vivo daqui e mandou para São Paulo. Não sei por quê. Não em cheque, ordem de pagamento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ele levou. A pergunta foi minha.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Levou para São Paulo dinheiro vivo, para pagar a dívida do Presidente Lula com o PT.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu quero saber de onde ele sacou esse dinheiro.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Todo o Brasil, creio eu.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Brasil todo.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – E o Ministro Nelson Jobim quer impedir que o Senado Federal apure isso em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Ministro Nelson Jobim realmente está passando dos limites. Aliás, passou dos limites há muito tempo. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Presidente Efraim é um sujeito de atitudes firmes, mas de boa cabeça. Tenho certeza absoluta de que vai lá, com muito



bons modos, perguntar ao Ministro Jobim o que é preciso fazer para embasar o requerimento de quebra de sigilo bancário desse cidadão, para que o Brasil saiba de onde veio esse dinheiro. A pergunta que ele vai fazer é essa, porque a ilação de jogo do bicho com Paulo Okamoto, com Roberto Teixeira, com o cidadão que vai depor ainda e com quem se supõem íntimas ligações, é claríssima. Então, o que estamos fazendo não é a disputa entre Poderes, é a disputa pelo direito de chegar às conclusões que o Brasil quer. E disso nós não vamos abrir mão.

Senador Eduardo Suplicy, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, em primeiro lugar, conforme a Senadora Ideli Salvatti há pouco destacou, quando o Supremo Tribunal Federal – e o próprio Ministro Nelson Jobim – decidiu que deveria se assegurar o direito de pelo menos um terço de Senadores ou de Deputados constituírem uma CPI, isso foi saudado por V. Ex<sup>a</sup> e por muitos. Registro esse fato para que consideremos que o Ministro Nelson Jobim tem isenção do ponto de vista da história das suas decisões. Porque houve momentos aqui em que a sua decisão não foi, digamos, aquela que mais pudesse agradar o governo. Falo isso só para registrar um ponto importante. As considerações de V. Ex<sup>a</sup> estão levando em conta o seu respeito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. É perfeitamente válido que o Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, acompanhado do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, faça uma visita ao Ministro e dialogue com S. Ex<sup>a</sup>. Eu me lembro – eu estava presente – de quando V. Ex<sup>a</sup> perguntou ao Sr. Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae hoje, a respeito daquele pagamento que ele tomou a iniciativa de, conforme disse com muita sinceridade, realizar para cobrir uma dívida do Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Levando a carteira de Luiz Inácio Lula da Silva, como se ele tivesse pagando.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Então, o que quero ressaltar é que percebi, naquele dia, que o Sr. Paulo Okamoto falou as coisas como elas aconteceram, com espontaneidade e tudo. Portanto, V. Ex<sup>a</sup>, o Senado, teve a oportunidade de perguntar a ele, e ele esclarecer. É possível que surjam ainda algumas dúvidas. Se há alguma dúvida ou alguma questão que, naquele dia, V. Ex<sup>a</sup> gostaria de ter inteiramente esclarecida e que não o foi, quem sabe possam V. Ex<sup>a</sup> e os demais Senadores que tenham dúvidas colocá-las. Certamente, o próprio Presidente da CPI pode encaminhá-las ao Sr. Paulo Okamoto para que ele, então, esclareça-as com maior profundidade. Oportunidade houve. Lembro que se consideraram praticamente respondidas as perguntas feitas naquele dia. Os Senado-

res tiveram a oportunidade de perguntar. Eu mesmo fui um dos que fizeram perguntas ao Sr. Paulo Okamoto. Aliás, naquele dia, dei meu testemunho sobre o conhecimento que tenho da pessoa dele. Não vi nenhum procedimento que fosse inadequado. Faço essa consideração como um possível caminho que...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy, o tempo do orador já se encerrou.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Okamoto deixou várias perguntas sem resposta, inclusive minhas. Ele ficou estatelado em alguns momentos, sem responder as perguntas. A grande pergunta que foi feita ou que está para ser feita e que está para ser respondida é: de onde veio o danado do dinheiro que pagou os R\$29,4 mil reais que foram parar no bolso de Lula e que foram pagos pelo Sr. Paulo Okamoto? Por que ele pagou em dinheiro? Eu e o Brasil todo temos o direito de supor. Se ele não quer entregar seu sigilo bancário é porque teme. Se recorreu ao Supremo, é porque teme. Teme o quê? Posso supor que o dinheiro com que ele pagou as contas de Lula veio do “valerioduto”. Abrindo-se o sigilo bancário dele, ele dará a resposta definitiva a esse assunto: sim ou não. É só isto que eu quero: o direito de chegar a conclusões cirurgicamente precisas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, serei breve. Acho apenas que o PT deveria solicitar ao Okamoto que desse seu sigilo bancário. Se não há nada de mais... Se quiserem o meu, eu dou. Então, que dê seu sigilo bancário. O Senador Pedro Simon tem uma procuração minha e de minha mulher para ver qualquer conta bancária minha, dada aos gerentes dos bancos onde nós temos qualquer recurso. Por que o PT não diz: “kamotto vai atender aos reclamos da CPI e vai mostrar todo o seu sigilo bancário?”

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Teminaria herói nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães. Ao invés disso, ele está se transformando num vilão, de quem nós queremos conhecer as contas bancárias.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, do PT do Acre.

Senador, por gentileza, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> observasse o tempo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, observarei rigorosamente o tempo.

O assunto que, sem dúvida alguma, começa a absorver o Plenário é exatamente este tema da decisão do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito a uma decisão de S. Ex<sup>a</sup> sobre a autorização ou não para a quebra do sigilo bancário pela CPI dos Bingos.

Eu trago muito mais uma compreensão crítica ao Senado Federal sobre este debate, porque o que nós construímos nesses momentos, no campo político, é um mal-estar que dá uma sensação de maniqueísmo: a decisão é boa ou é ruim? Ela merece críticas ou merece elogios? Isso não é bom nem para o Governo nem para a Oposição.

Dentro do Parlamento, eu tenho plena entendimento disso porque nós estamos tratando de uma relação institucional. O Supremo Tribunal Federal é uma instituição que caminha para quase 180 anos de existência. Os seus Ministros representam, efetivamente, a instituição. Os seus presidentes – já são cinquenta presidentes, contados a partir do Império ainda – têm a devida dimensão da responsabilidade que pesa sobre seus ombros e sobre suas vidas. Parece-me que nós começamos a vulgarizar a autoridade do Supremo Tribunal Federal, quando proferimos esse julgamento maniqueísta sobre as decisões judiciais. É evidente que a crítica, o descontentamento, a insatisfação, com o resultado que diz respeito a nossos interesses, é natural. Discordar da decisão de um magistrado é absolutamente natural no processo democrático. Daí a começar um processo de corrosão da autoridade institucional? Isso me parece um pouco delicado.

Falo isso porque entendo que, da forma como as críticas foram veiculadas, a imagem pública de um Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal foi afetada, porque ele agiu com sua consciência jurídica, pautado na relação de um direito individual que lhe foi apresentado por um cidadão brasileiro.

É fato que o Supremo Tribunal Federal, a Justiça brasileira tem evoluído de tal forma que há uma redução no espaço dos direitos individuais da Velha República, do Império, para favorecer a presença efetiva e consolidada, de maneira virtuosa, dos direitos coletivos. Mas os direitos individuais são sempre componentes fundamentais do Estado democrático de direito. E foi o juízo de um magistrado expedido sobre um determinado fato que foi apresentado por um cidadão brasileiro, quando reivindicou o seu direito de defesa. Não entro no mérito do acerto ou do erro do Sr. Paulo Okamoto ao tomar tal atitude. Mas entro numa compreensão da biografia e da imagem do homem Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Senadora Ideli Salvatti e Senador Sibá, já lhes concederei a palavra.

Há uma manifestação do Ministro Nelson Jobim no dia de sua posse. Eu gostaria de fazer a leitura dela para V. Ex<sup>as</sup>, pois acho da maior importância fazê-lo. É sobre compromissos e teses de um homem que tem a sua biografia confirmada neste País, desde o advogado militante ao Constituinte. Um pilar fundamental das soluções jurídicas encontradas para a Assembléia Constituinte, que votamos em 1988. Um homem que consolidou sua vida de respeito dentro do Parlamento e pretende, sem dúvida alguma, manter essa vida consolidada na condição de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Olhem frases que ele expressa, ao Parlamento brasileiro, no seu discurso de posse, ainda: – “Quem não faz seu papel na história não é nem bom, nem mau; pior, é inútil”.

Diz mais: – “A história não registra e não se satisfaz com queixas, com explicações ou desculpas; a história lembra do que fizemos, do que deixamos de fazer, nada mais. A história incorpora resultados e fatos”.

Diz mais ainda: – “A concordância com o diagnóstico. Nós, no Brasil hoje, temos concordância quanto ao diagnóstico e só divergências radicais contra a terapia”.

Outra: – “Nós devemos ter compromissos com os que só têm compromisso com os seus interesses”.

E mais: – “Alguém já disse que pior para a verdade não são as mentiras, são as convicções”.

“Vamos à mesa” – diz o Ministro –, “temos que sentar todos: advogados, juízes, promotores, acadêmicos, organizações sociais, o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Baixemos as armas, vamos ao diálogo e ao debate democrático”.

Ora, o Ministro, com a sua biografia, a sua história, não tenho dúvidas, que faculta, na crítica apresentada por algum Senadores, Parlamentares e membros da opinião pública hoje, o direito de, na serenidade necessária da instituição Poder Legislativo, reivindicar uma revisão da decisão tomada em relação ao sigilo bancário do Sr. Okamoto. Não tenho a menor dúvida da grandeza de figura institucional que ele tem.

Eu leria mais, eu leria aquilo que julgo mais importante para lembrarmos na biografia e no discurso de posse do Ministro Nelson Jobim:

Não somos mais e também não somos menos que os outros Poderes. Com eles, harmonicamente com eles, devemos servir à Nação. Lembro que, nos anos 70, a nossa geração procurou atribuir ao Poder Judiciário uma função de oposição ao regime político de então. Não tínhamos espaço para influir nas políticas públicas. Por isso tentávamos subverter o regime pela sentença. Bravejávamos a distinção entre o legal e o justo. Queríamos, na sentença, o segundo, em lugar do primeiro. Pregá-

vamos a rebeldia jurisdicional. Tudo porque o legal era produto de um regime autoritário. O Poder Judiciário aparecia como um local em que poderíamos produzir – na sentença – uma oposição ao regime.

As circunstâncias políticas mudaram. O País é outro. O regime autoritário ficou no registro da história. Na plenitude democrática só o voto legitima as políticas públicas. O discurso e a prática de ontem são imprestáveis hoje. A decisão judiciária não pode se produzir fora dos conteúdos da lei – lei essa democraticamente assentada em processo político, constitucionalmente válido.

Não há espaço legítimo para soberanismos judiciários estribados na visão mística do poder sem voto e sem povo. A mensagem democrática e republicana é simples: cada um em seu lugar; cada um com sua função.

Falo com a mais absoluta serenidade, dividindo este momento de reflexão com os meus colegas de Senado, porque o Ministro Jobim deixou claro no seu discurso hoje que foi atingido naquilo que ele julga uma incorreção praticada por alguns que julgaram precipitadamente a sua decisão judicial. Felicito o Senador Efraim Moraes pela serenidade com que interpretou a decisão do Ministro e expressou seu descontentamento com aquilo que julga um prejuízo da CPI. S. Ex<sup>a</sup> assumiu publicamente o caminho que seguirá de dialogar com o Ministro e expor as necessidades que tem a CPI de avançar nas suas justas reivindicações. Então, o ponto de equilíbrio, o caminho do meio, as relações entre Poder Legislativo e Supremo Tribunal Federal não precisam se dar no campo maniqueísta, mas podem se dar no campo do Estado. E acredito que estamos diante da biografia de um homem do Estado brasileiro e digno da história republicana.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Ele pede que aquilo que possa ser resolvido entre as partes no Poder Legislativo o seja. E, há poucos meses, um Deputado foi ao Supremo querendo impedir – o Deputado Miro Teixeira, um gigante da história democrática deste País – uma votação no Parlamento. Não é esse o papel. Podemos resolver os nossos conflitos e achar as nossas soluções. Isso é herança de um modelo autoritário no qual para tudo tem de se recorrer ao Supremo. Estamos diante de um conflito agora: o direito individual sendo delegado ou não a uma pessoa para recorrer ao Supremo, à decisão de um Magistrado e a nossa visão, no meu entendimento, em parte mani-

queísta. Não o protesto, não a crítica, mas a sentença como prejudicial ao Poder Legislativo.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte,...

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – AC) – Senador Tião, por favor.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – ...primeiramente, ao Senador Antero, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti; depois aos Senadores Sibá Machado e Alvaro Dias, com a anuência do nosso democrático Presidente Renan, se for possível.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senador Tião Viana, quero agradecer o aparte. Inicialmente, para cumprimentar a evolução do PT. V. Ex<sup>a</sup> pertence a um Partido que, antes, assumia a tribuna para dizer que o Ministro Jobim era líder do Governo FHC no Supremo Tribunal Federal. Sempre achamos que ele nunca foi líder do Governo FHC como continuamos achando que não é líder do Governo Lula. Ele manifesta as suas convicções. Como Ministro do Supremo, ele é muito importante, mas ele também erra. É evidente que as decisões do Supremo são para serem cumpridas, mas elas podem, sim, e devem, sim, ser criticadas. Direitos e Garantias Individuais, ninguém mais que eu os defende. Ajudei a escrever na Constituição os Direitos e Garantias Individuais, como o Ministro Jobim ajudou, ele que, inclusive, foi Sub-Relator da nossa Constituição. Agora, também a nossa Constituição – e o Supremo é o guardião dela, para estabelecer o controle da constitucionalidade – prevê os poderes da CPI de quebra do sigilo quando há evidente conexão com o fato determinado. E nos dois fatos que o Ministro sobrestou há provas exuberantes de que existe conexão com os fatos determinados. E a nossa Constituição coloca como cláusula pétrea a separação dos poderes, a independência dos poderes. Com todo o respeito que o Ministro merece, a decisão de hoje – falo menos da decisão do Okamoto – é uma decisão, sim, que atrapalhou a CPI, que atrapalha os trabalhos de investigação, que mostra que o Supremo Tribunal Federal não teve consideração de, primeiramente, pedir as informações para a CPI. Ele mandou sustar a possibilidade da utilização do sigilo de um cidadão que é sócio de casa de bingo e de loteria. O Sr. Okamoto participou, sim, de lavagem de dinheiro. É preciso dizer ao Brasil que essa CPI é sobre bingos e lavagem de dinheiro. E existem provas exuberantes. Aliás, há o depoimento do próprio Okamoto confessando isso. Lamentavelmente, o PT está eticamente desconfortável. E, na minha avaliação, V. Ex<sup>a</sup> não está defendendo o Ministro Jobim, V. Ex<sup>a</sup> está defendendo Okamoto e o Presidente Lula.



**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Informo aos Senadores que o meu tempo está reduzido. Lamento discordar completamente da última informação que faz o Senador Antero, porque o que contestei aqui foi uma manifestação maniqueísta que possamos ter em relação a uma sentença judicial. Nunca se negar o direito à crítica e à diferença. Mas é um juízo de valor que V. Ex<sup>a</sup> faz e resta-me no debate democrático a tolerância.

Concedo apartes à Senadora Ideli Salvatti, e aos Senadores Sibá Machado e Alvaro Dias, respeitando a decisão da Presidência sobre o tempo do orador.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Tião, tive a oportunidade de me reportar a respeito de maniqueísmos. Porque, quando o Supremo, acatando uma solicitação da Oposição nesta Casa, com base no art. 58 da Constituição, § 3º, requisitou o direito da minoria de,...

*(Interrupção do som.)*

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – ...mediante um terço de assinatura, instalar a CPI, foi elogiado o procedimento do Supremo. Quando, com base no mesmo artigo 58, § 3º, na linha de baixo, porque na linha de cima diz: “mediante requerimento de um terço de seus membros”, na linha seguinte diz: “para a apuração de fato determinado”. Portanto é o mesmo artigo. Tudo aquilo que não estiver dentro do fato determinado, o artigo da Constituição não admite que a CPI tenha prerrogativa e podemos, aqui, imaginarmos o que quisermos. Eu, inclusive, já tive a oportunidade de, na vinda do Ministro Antonio Palocci, dizer que há determinadas situações que vão para além da imaginação, ou seja, cada um tem o direito de imaginar o que quiser. Agora, investigar pelo instrumento CPI é aquilo que tem a conexão e ligação inequívoca como fato determinado e, portanto, se vale aquilo que se imagina ou que se quer investigar, nós, então, poderemos ter aqui uma lista imensa e eu diria que inesgotável de quebra de sigilo porque, em termos de lavagem de dinheiro, eu quero saber onde está porque a CPI é para investigar bingos e a sua conexão com o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Portanto, tem que estar conectada com o bingo, com o jogo e, se nós vamos falar a respeito de quebrar o sigilo para além da imaginação, que qualquer um – ainda mais em um período pré-eleitoral acirrado como este no qual inúmeras iniciativas têm o claro objetivo de atingir, sim, a pessoa do Presidente Lula, nós, então, vamos ter aqui uma lista imensa. Podemos fazer aqui uma lista incontável de quebra de sigilos para além da imaginação, além dos que estão em debate neste momento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senadora Ideli Salvatti.

Ouçõ o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, eu, até agora, não tinha participado deste assunto – participei dele assim que a CPI resolveu tratar lá no começo. O que eu penso sobre isso? Uma medida tomada pelo Judiciário sempre vai ser motivo de interpretações mil. Uma medida do Judiciário será sempre em razão de conflitos – tem duas partes, tem dois interesses, duas visões, duas posições. É claro que sempre vai desagradar o lado que achou que perdeu. Sempre vai ser assim. Quando foi o fato, já dito aqui pela Senadora Ideli, eu também achei que estava errado, outros acham que está errada essa tomada de posição, mas queria falar mesmo sobre o mérito do problema. Tive oportunidade de conversar sobre isso com o tesoureiro da época, o Deputado Pimentel, e digo que foi uma irresponsabilidade da administração interna das finanças do PT, porque o PT não empresta dinheiro para absolutamente ninguém. O Presidente Lula estava cumprindo uma missão partidária, uma viagem delegada pelo Partido, em nome do Partido. Portanto...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – ... não tem empréstimo, era pagamento de despesas de viagem e não podemos aceitar... Perguntei ao Deputado Pimentel: – Por que você não faz a retificação da prestação de contas!? Admita que o Partido mandou o Presidente Lula para uma missão, pagou essa missão, que era o obrigatório, porque sou presidente partidário e, quando viajo, o PT também paga as minhas despesas, e, portanto, era só fazer a correção da prestação de contas no Tribunal Superior Eleitoral. Nesse caso, para mim, está resolvido, é só fazer isso. Fazer ilações quanto à participação de ter ou não origem de dinheiro para pagar o Presidente faz parte, é claro, do direito da Oposição. Portanto, saúdo V. Ex<sup>a</sup> por estar aqui tratando tão brilhantemente sobre esse tema.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Sibá. Ouço o Senador Suplicy. Após, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, creio que a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, demanda de todos que analisemos com equilíbrio as atitudes e as decisões do presidente do Supremo Tribunal Federal...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ... é muito positiva, assinalando ainda que o Ministro Nelson Jobim foi designado a Ministro pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo seu nome aprovado pelo Senado Federal, inclusive com o consenso de praticamente todos os Senadores que, à época – fomos testemunhas – foi muito elogiado. Então, se há um Ministro que tem uma história de respeito por todos os Congressistas tem sido o Ministro Nelson Jobim.



**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias, depois, ao Senador Almeida Lima e, após, Senador Amir Lando.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, sem discutir mérito, quero destacar que a decisão monocrática, seja desse ou daquele Ministro do Supremo, provoca esta turbulência que estamos vivendo, comprometendo a boa relação entre os Poderes, enfim, a interdependência que é dispositivo da Constituição. Por isso, estamos apresentando, encaminhando à Mesa, agora, já com 30 assinaturas, uma proposta de Emenda Constitucional que estabelece que as liminares somente serão concedidas contra atos praticados pelo Poder Legislativo, Câmara dos Deputados ou Senado Federal, por decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Estamos propondo acabar com esse expediente da decisão monocrática quando a liminar se referir a atos praticados pelo Congresso Nacional, pelo Poder Legislativo. Espero a adesão dos colegas Senadores para essa proposta.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Senador Almeida Lima; após, Senador Amir Lando, encerrando.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador Tião Viana, observo o debate nesta Casa e gostaria de acrescentar apenas o seguinte: estamos vendo que o Congresso Nacional, pelas suas CPIs e, em especial, o Senado Federal, pela CPI dos Bingos, presta um inestimável serviço à Nação, descobre e relaciona uma série de bandidos que até então a vida nacional não conhecia, dá uma satisfação à sociedade e, no meu modo de ver, o que é lamentável, os outros Poderes e órgãos, podem colaborar e não o fazem. Vemos, lemos, ouvimos o noticiário mostrando que o Ministério da Justiça, em vez de colaborar com as informações procedentes do exterior, assim não o faz e é Poder Executivo. Estamos cansados de ver o Poder Judiciário, por intermédio do Supremo Tribunal Federal, praticar a mesma falta de colaboração com o Poder Legislativo. Portanto, diante do papel inestimável que essas duas Casas estão prestando, entendo que o Poder Judiciário e o Poder Executivo deveriam nos respeitar um pouco mais. O que se está buscando, na verdade, são firulas jurídicas diante de um bem jurídico muito maior, sendo prejudicado. Afinal, o Senado Federal não está mandando para a força nenhum homem de bem, não está mandando sequer os bandidos, porque nenhum deles sequer ainda foi preso, coisa que o Judiciário já deveria ter determinado há muito tempo. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Ouço o Senador Amir Lando, como último apartante. Agradeço ao Senador Almeida Lima.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Nobre Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema que merece uma reflexão deste Congresso e do Senado da República especialmente: as relações entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Na órbita de sua competência, nós não temos nenhuma soberania superior ao Poder Judiciário, e, na órbita da nossa competência legislativa, o Poder Judiciário também não tem ingerência. Todavia, em uma questão dessa natureza, é preciso que nos detenhamos à história da construção jurisprudencial. Sabemos que a quebra de sigilo bancário exige fundamentação; o que a legitima é a fundamentação. Essa jurisprudência é dominante. Não quero entrar no caso concreto, mas quero dizer, sobretudo, que o Poder Legislativo tem esbarrado numa série de desvios que ofendem claramente o devido processo legal. É por isso que, em vários momentos, a intervenção se fez necessária, não quanto ao mérito, mas exatamente quanto aos desvios, quanto ao procedimento. Nisso, o Supremo Tribunal Federal é soberano, e não há como censurá-lo, não há como censurar decisões dessa natureza. O que poderíamos fazer é divergir. Evidentemente, podemos divergir, mas não há como censurar. Por isso, quero dizer que precisam viver em harmonia os Poderes. Hoje, estamos vivendo um momento de ruptura das instituições. Falo e tenho falado que a coesão das instituições republicanas passa por um sério risco, um sério perigo. Temos que manter a coesão dos Poderes para manter a integridade do País, da União. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por ter trazido à discussão do Senado uma decisão que pode não ser aceita, que pode ser criticada – é evidente –, mas que pode ser objeto de recurso. Certamente ela será apreciada pelo Plenário. Nesse momento, com certeza, a palavra final será da maioria, e a maioria há que ser respeitada. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e dizer que é preciso ter cautela e, sobretudo, respeito para com os Poderes, porque, se não forem respeitados os Poderes, a República corre risco, e teremos a desagregação política e jurídica do País.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador Amir Lando, agradeço muito a contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu pronunciamento, assim como aos demais. A minha manifestação é tão-somente a confirmação de convicções que dizem respeito à opinião de que política se deve fazer levando sempre a responsabilidade do cotidiano do exercício do mandato, da autoridade que nos é conferida no plano constitucional, para que a imagem pública, quando tratarmos de quem quer seja, seja pautada com absoluto zelo pelo limite do juízo de valor, com a coerência com aquilo que se constrói ao

longo de tantas décadas, que são biografias admiráveis e exemplares para o nosso País.

Penso que o Ministro Jobim construiu ao longo de sua história o legítimo e reconhecido direito de ser tratado com o mais elevado respeito, como figura republicana, como homem do Estado brasileiro, como acadêmico, como Constituinte, como homem do Legislativo e como homem da história contemporânea do Brasil. Não é a

corrosão da sua imagem pública que engrandecerá o Legislativo ou diminuirá o Poder Judiciário brasileiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º do Regimento Interno.)

*Solicito publicações  
na íntegra do meu  
pronunciamento (anexo).*  
*Tião Viana*  
*1-2-5*

**Discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Nelson  
Jobim na cerimônia de posse na presidência do STF, em 03 de  
junho de 2004, em Brasília/DF**

Senhor Presidente da República

(a história)

Esta é a trigésima nona sessão em que o órgão de cúpula do Poder Judiciário Republicano empossa seus novos dirigentes. Considerado o Supremo Tribunal de Justiça do Império, esta seria a quinquagésima sessão. Entre Império e República, lá se vão 175 anos. Soube o tribunal vir do Império e firmar-se na República. Foi a República que lhe deu a cara e a personalidade. Órgão com funções republicanas. Para assegurar e garantir a república. São 113 anos de história.

A compreensão do Poder Judiciário passa pela compreensão da própria República. As instituições nascem da história política de um povo. São as circunstâncias e embates históricos que produzem o desenho. O 15 de novembro foi, no início, um golpe militar, interno ao regime imperial. Após, converte-se na derrubada do regime. Porque se tratara de um golpe militar sem povo, os republicanos se impuseram uma específica configuração ao novo estado brasileiro.

Tinha que ser fortemente federalista, porque o império havia sido um estado unitário. Tinha que ser presidencialista, porque o império fora um regime de gabinete. Os republicanos viam o sistema parlamentar como uma acomodação européia com as monarquias. A par disso, tinham os republicanos de forjar instituições judiciárias condizentes com suas necessidades políticas.

A exacerbação descentralizadora esteve nas palavras do apostolado positivista do Brasil que falara na:

"... concórdia das pátrias americanas de origem portuguesa ..."([1])

Era o máximo da ousadia. Era o "fanatismo dos conversos". A assembléia reagiu. Instituiu o Supremo Tribunal Federal e desenhou o Poder Judiciário republicano. Um poder com um tribunal para servir à República. Assegurar a unidade nacional pela aplicação do direito republicano. Foi para isso -- ser um tribunal da federação.

(tempos modernos)

E a história prosseguiu. Veio a revolução de 30. Depois, o estado novo em 37. A reconstitucionalização de 46. O parlamentarismo de 61. O regime militar de 64. A superação, sem ruptura, de 85. Junto a isso e ao lado disso, massificaram-se as relações jurídicas. Os direitos subjetivos individuais cederam espaço para os direitos coletivos e transindividuais. O aparato judiciário não acompanhou esse fluir.

Ficamos para trás. A paralização reacionária produziu distorções no modelo. Paulatinamente, o supremo tribunal e os tribunais superiores foram perdendo a função de cortes da federação. A cada passo foram sendo transformados em tribunais de justiça às partes. Passaram a ser terceiros e quarto graus de jurisdição. Esvaziou-se a justiça nos estados.

O grau de definitividade da decisão de 1º grau chegou próximo de zero. Tudo tinha e tem que chegar ao supremo tribunal e às cortes superiores. O tempo se dilatou. Veio a morosidade. A nação passou a

perceber a disfuncionalidade do poder judiciário. Começou a cobrar. Era o fim do isolamento do Poder Judiciário.

A questão judiciária passou a ser tema urgente da nação. O tema foi arrancado do restrito círculo dos magistrados, promotores e advogados. Não mais se trata de discutir e resolver o conflito entre esses atores. Não mais se trata do espaço de cada um nesse poder da república. O tema chegou à rua. A cidadania quer resultados.

Quer um sistema judiciário sem donos e feitores. Quer um sistema que sirva à nação e não a seus membros. A nação quer e precisa de um sistema judiciário que responda a três exigências:

- acessibilidade a todos;
- previsibilidade de suas decisões;
- e decisões em tempo social e economicamente tolerável.

Essa é a necessidade. Temos que atender a essas exigências. O poder judiciário não é fim em si mesmo. Não é espaço para biografias individuais. Não é uma academia para a afirmação de teses abstratas. É, isto sim, um instrumento da nação. Tem papel a cumprir no desenvolvimento do país. Tem que ser parceiro dos demais poderes. Tem que prestar contas à nação. É tempo de transparência e de cobranças.

Quem não faz o seu papel na história não é nem bom, nem mau. Pior - é inútil. Criamos uma enormidade de problemas porque nos opomos a falar sobre os nossos. Evitamos falar de nós mesmos e desqualificamos quem fala de nós. O momento exige, de todos nós, lucidez política e humildade. A mesa de discussões tem que se ampliar. Não mais só os tradicionais atores - juizes, promotores e



advogados. Devem estar na mesa o governo, os políticos, os filósofos, os antropólogos, os economistas, os administradores. Também as organizações sociais e os sindicatos de trabalhadores e patrões. Enfim, todos os que são e fazem o país. Todos críticos quanto ao nosso desempenho.

Muitos de nós procuram dar explicações. Caçam culpados. É inútil. Nisso não esqueço o Dr. Ulysses - Ulysses Guimarães. A esse propósito ele lembrava Benjamin Disraeli:

Never complain

Never explain

Never apologize.

A história não registra e não se satisfaz com queixas, explicações ou desculpas. A história lembra do que fizemos e do que deixamos de fazer. Nada mais. A história incorpora resultados e fatos. Não há registro e espaço para boas intenções. A nossa geração não tem muito tempo. O diagnóstico de nosso problema é conhecido. É urgente a terapia. E é aqui a questão. Há concordância com o diagnóstico. E só divergências radicais quanto à terapia.

A reforma, dizem todos, passa, entre outros, pelo sistema processual e pela gestão administrativa. Quando se começa a identificar as modificações necessárias, surge a desavença. Logo alguns verberam sobre urdidas conspirações contra o Poder Judiciário. Outros utilizam a retórica da perversidade e dizem:

- as mudanças propostas moverão o poder judiciário para a direção contrária.

E outros recorrem às teses da futilidade e da ameaça. Todos esses manejam a retórica da intransigência, identificada por Hirschman. Só têm compromissos com seus interesses. Necessário é que venhamos a produzir debates e deliberações que possam modificar as opiniões e as convicções. Aliás, alguém já disse que o pior para a verdade não são as mentiras, são as convicções.

Os convictos querem só marcar posição. Não pretendem resultados. Eles se deleitam com a monotonia das coisas mortas. Para as reformas, precisamos identificar os nossos consensos e nossos dissensos. Vamos à mesa. Todos: advogados, juízes, promotores, acadêmicos, organizações sociais... O poder executivo e o poder legislativo.

Baixemos as armas. Vamos ao diálogo e ao debate democrático.

(agenda)

Proponho a elaboração de uma agenda comum. Eis um de seus possíveis itens. Vamos dimensionar a nossa capacidade de oferta de decisões e seus gargalos. Esse dimensionamento, absolutamente necessário, reclama uma análise estratégica do poder judiciário, na sua integralidade.

Análise essa que induza os 27 Tribunais de Justiça Estaduais, os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, os 5 Tribunais Regionais Federais, com todas as suas estruturas de primeiro grau,

juntamente com os quatro tribunais superiores e com o Supremo Tribunal Federal a começarem a agir em comum e de forma sistêmica.

A divisão constitucional em tribunais com competências específicas foi pensada para produzir consistência ao todo. Em momento algum se pensou nas autonomias dos órgãos judiciários para impedir o diálogo e obstruir a complementariedade. É assim que devemos pensar a nossa ação futura. Creio que o Conselho Nacional de Justiça, que o Senado Federal está para votar na reforma constitucional, deve ser visto nesta perspectiva.

Um órgão voltado para a consistência e funcionalidade do sistema. O debate de surdos forjou a expressão "controle externo", porque em sua composição se encontram membros não integrantes da magistratura. Lembro a composição pretendida: nove são integrantes da magistratura, desde o supremo tribunal até o juiz de primeiro grau. Quatro outros são oriundos das carreiras que a própria constituição define como "funções essenciais à justiça" - a advocacia e o Ministério Público.

Pergunto: estes quatro últimos não têm nada com o Poder Judiciário? São absolutamente estranhos aos seus problemas?

Advogados e Promotores não têm nenhuma responsabilidade com a funcionalidade desse poder?

A resposta está na constituição. São eles ínsitos ao sistema. Basta ver onde se encontram na textura constitucional. É impossível falar

sobre o Poder Judiciário sem contar com eles. Integram, assim, o que podemos chamar de Poder Judiciário em sentido lato. Têm eles legitimidade constitucional para pensar e discutir as políticas estratégicas que poderão ser formuladas por tal conselho.

Se viessem a ser excluídos, onde estaria a legitimação de um órgão que precisa integrar todos os atores, posto que deve definir papéis e condutas? Temos, na composição, dois outros membros indicados pelas casas do congresso nacional. São os representantes da cidadania. As exigências para sua escolha são as mesmas para ministros deste tribunal. São as mesmas exigidas para a formação das listas para os oriundos da advocacia e do MP: notável saber jurídico e conduta ilibada.

Impossível pensar que esse conselho, por sua só composição, venha ferir autonomias e independências. Salvo se entendermos que a máquina Judiciária não tem contas a prestar à nação quanto às suas condutas administrativas e financeiras. Salvo se entendermos que o concurso público ou a aprovação pelo Senado Federal tenha dado ao magistrado um poder sem responsabilidade.

A independência não é incompatível com responsabilidade. Pelo contrário, a independência exige a responsabilidade. As funções correcionais outorgadas ao conselho têm caráter subsidiário e complementar aos órgãos dos tribunais.

Onde falharem estes, há a possibilidade de acionar aquele. Nada, absolutamente nada, de extravagante. Trata-se de subsidiariedade. É claro o texto em debate no Senado Federal. O conselho nada terá com o conteúdo das decisões Judiciais.



Nada com a nota que dá conteúdo e explica, determinantemente, a independência do judiciário: a atividade jurisdicional.

O produto dessa atividade é examinada, avaliada e eventualmente substituída, quando da decisão dos recursos. A jurisdição é o âmbito para essas questões. Creio que a análise da capacidade de oferta de decisões nos conduzirá ao retorno à idéia mestra do desenho republicano: o fortalecimento da Justiça nos estados.

É nesse ponto que emerge o tema dos recursos. Temos uma miríade de recursos que se reproduzem em cada grau de jurisdição. Além do mais e principalmente, temos a possibilidade do uso indiscriminado e sem conseqüências desses recursos. Esse conjunto produziu, no Supremo Tribunal e nos Tribunais Superiores, a usurpação de funções dos tribunais nos estados. Precisamos rever isso tudo com responsabilidade e coragem. Aqueles que pensam o processo de forma só acadêmica preocupam-se com a consistência sistêmica do modelo e não com sua funcionalidade.

Colocam em segundo plano a função real do processo: a produção de decisões em tempo eficaz. Nossa legitimidade está indissoluvelmente ligada à eficiência operacional. Há que modernizar a gestão dos tribunais. A informatização é mais do que um imperativo de modernização administrativa. É condição operacional indispensável para a legitimidade, posto ser esta o produto da eficiência.

Há aqueles que querem a ineficiência. Querem a manutenção da complexidade processual. Tudo porque a morosidade lhes assegura um subsídio oculto à sua atividade. Este é outro item possível desta agenda aberta. Devemos dimensionar e identificar a

demanda de decisões. Toda a delonga no cumprimento da obrigação acaba fazendo com que o devedor seja financiado pelo orçamento do judiciário, considerada a taxa de juros:

(a) deixo de cumprir, hoje, minha obrigação, para cumpri-la anos após;

(b) o valor não desembolsado, capitalizado ao longo dos anos, à taxa de juros do mercado, acaba sendo superior ao valor final da obrigação decorrente da decisão do processo;

(c) aproprio-me do excedente.

Esse excedente acaba sendo resultado de um financiamento oriundo da morosidade e bancado pelo orçamento do Judiciário - leia-se - do contribuinte. Ponha-se isso tudo em demandas de massa. Estas - as demandas de massas - se materializam em infinitas demandas individuais.

Poderemos, assim, ter uma idéia dos subsídios ocultos aos inadimplentes, travestidos em custos da máquina judiciária. Temos que dimensionar a nossa capacidade de oferta de decisões vis a vis aos focos de demandas de decisões. Só assim poderemos dizer à nação quem são os interessados no longo tempo do processo e trazê-los à responsabilidade.

Sejam eles quem forem. Estejam eles onde estiverem. Sempre tendo presente as republicanas funções do poder judiciário. Não somos mais e também não somos menos que os outros poderes. Com eles, harmonicamente com eles, devemos servir à nação. Lembro que, nos anos 70, a nossa geração procurou atribuir ao poder judiciário uma função de oposição ao regime político de então. Não tínhamos espaço para influir nas políticas públicas.

Por isso tentávamos subverter o regime pela sentença. Bravejavamos a distinção entre o legal e o justo. Queríamos, na sentença, o segundo, em lugar do primeiro. Pregávamos a rebeldia jurisdicional. Tudo porque o legal era produto de um regime autoritário. O poder judiciário aparecia como um local em que poderíamos produzir - na sentença - uma oposição ao regime.

As circunstâncias políticas mudaram. O país é outro. O regime autoritário ficou no registro da história. Na plenitude democrática só o voto legitima as políticas públicas. O discurso e a prática de ontem são imprestáveis hoje. A decisão judiciária não pode se produzir fora dos conteúdos da lei - lei essa democraticamente assentada em processo político, constitucionalmente válido.

Não há espaço legítimo para soberanismos judiciários estribados na visão mística de poder sem voto e sem povo. A mensagem democrática e republicana é simples: cada um em seu lugar; cada um com sua função.

Todos comprometidos e responsáveis com o desenvolvimento do país.

Senhor presidente da república;

Senhor presidente da câmara dos deputados;

Senhor presidente do senado federal e do congresso nacional;

Parlamentares;

Governadores

Magistrados e magistradas;

É essa a regra do convívio democrático. São estes os pressupostos da ação. São essas as exigências do futuro. Façamos um acordo a bem do Brasil e do seu futuro. De um Brasil que reclama a inclusão social e o bem estar de todos. Que exige o desenvolvimento social e econômico. Que passa a enfrentar os seus obstáculos culturais, sociais e econômicos. Que discute e quer dar solução à exclusão dos negros. Que sente o desafio deste século. Sejam - todos - merecedores da condição de brasileiros.

Lembro de meu avô Walter: "não adianta fazer praça da nossa miséria e das nossas dificuldades; o que precisamos é ter a coragem de dominá-las. Só os desalentados é que abandonam o combate da vida."

Meus colegas de Tribunal. Agradeço a confiança. A tradição do tribunal foi mantida. Vejo esta presidência como um espaço para servir ao Judiciário nacional e ao tribunal e, portanto, à Nação. Não é - usando de expressão muito cara aos movimentos políticos dos anos 60 - não é - repito - a presidência um aparelho para projetos pessoais. Para servir, não para mandar.

Magistradas e magistrados.

Só a convergência de vontades fortalece a ação. Vamos ao diálogo e ao entendimento. Tenhamos o espírito aberto ao discernimento.

Agradeço a meus colegas e à sorte pela presença de Ellen Gracie na vice-presidência. Haverá, como já está havendo, a efetiva partilha de tarefas e ações a bem da administração do tribunal e do exercício de sua função de órgão de cúpula no Poder Judiciário nacional. Conheço Ellen desde muitos anos. Sei de seu caráter, capacidade, transparência, franqueza e coragem.



Faço menções pessoais. Refiro, com gratidão e reverência, a pessoa de Fernando Henrique Cardoso. O deputado de 1987 aprendeu, com Fernando, que a tolerância é filha da reflexão. Registro, também com gratidão, a presença de Pedro Simon - em 1986 ele teve a coragem de arrancar, para a política, um advogado de Santa Maria.

Agradeço, emocionado, a presença de meus amigos de sempre - desde a Constituinte: Miro Teixeira, José Serra, José Genoíno e Sigmaringa Seixas. Um já se foi: Luiz Eduardo Magalhães. Aprendi muito com vocês - aliás com o parlamento brasileiro - Câmara e Senado.

Agradeço ao Rio Grande. Ao governador Germano Rigotto. Agradeço a meu sempre professor Lélcio Candiota de Campos. Aos meus colegas da turma de 1968. À Santa Maria da Boca do Monte. Ao meu pai e à memória de minha mãe, a meus filhos, a meus irmãos, a meus enteados. Agradeço a palavra de todos. Desconsiderem os exageros de Velloso. É o carinho mineiro do amigo.

Carlos Mário, tu sabes, todos nós sabemos, que ao fim de tudo, quando nada temos para dar, o que individualmente conta é a amizade dos reais amigos. Tu és um deles. Mas, acima de tudo, agradeço o amor, para dar e para ter - reciprocamente. Isso eu tenho e muito. É Adrienne. Beijo-te as mãos, querida.

*Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL - PB) - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL - PB. Pela ordem.) - Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, por ter sido citado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, na forma do art. 14, Senador Efraim Morais.

Ouvirei também o nobre Líder Senador Arthur Virgílio, pela ordem. Depois, darei a palavra ao último orador inscrito, Senador Magno Malta, e ouviremos, para satisfação de todos nós, o Presidente Sarney, que me solicitou dois a três minutos.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL - PB. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, devo alguns esclarecimentos a esta Casa e ao povo brasileiro.

Tenho o maior respeito não só pelo Ministro Jobim, mas pelo Supremo Tribunal Federal e pela Justiça. Todas as decisões tomadas pelo STF foram acatadas pela CPI dos Bingos. É evidente que as acatamos e, às vezes, não concordamos com elas.

As liminares, tanto para o Sr. Paulo Okamoto, como para o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, não convencem a CPI porque atrapalham as nossas investigações. Nós consideramos os casos estilos diferentes. No primeiro caso, do Sr. Roberto Carlos, foram pedidas informações. Houve um erro da Assessoria da CPI. Já fiz a reclamação e estou apurando os fatos. A Ministra Ellen Gracie, que era Relatora, pediu informações, mas esse pedido não chegou à mesa do Presidente nem da Assessoria Jurídica desta Casa. A Ministra não se pronunciou, pediu outra informação e, mais uma vez, lamentavelmente, Senador Jefferson Péres, esse requerimento morreu dentro das Comissões. Mas a Ministra não se pronunciou.

Na noite de ontem, o Ministro Nelson Jobim concedeu a liminar ao Sr. Roberto Carlos. Ontem seria o último dia para que o Ministro, na condição de Presidente de plantão, concedesse essa liminar.

A CPI solicitou a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Roberto Carlos – vejam bem! – porque tínhamos informações públicas da Junta Comercial do Estado de São Paulo de que o Sr. Domingos Edgar Roque Macedo, que é proprietário de uma empresa chamada Brasil Games Ltda, cujo objetivo é o comércio varejista de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos de uso doméstico pessoal e o aluguel de aparelhos de jogos, também era proprietário de uma empresa chamada São Paulo Games Comercial Ltda, que fabrica máquinas de jogos.

Sabíamos também que o Sr. Artur José Valente de Oliveira Caio é de nacionalidade portuguesa e que o Sr. Domingos Roque Macedo é de nacionalidade angolana. Sabíamos que o Sr. Caio é proprietário da Fabama – Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas Ltda, que também fabrica jogos. Sabíamos ainda que o Sr. Roberto Carlos Kurzweil é sócio, na Cicom Telecom, de Artur José Valente de Oliveira Caio e do Sr. José Paulo Teixeira. Ambos são angolanos e estão ligados a bingos; são proprietários de bingos e de jogos.

Assim, perguntamos: existe conexão com os bingos ou não? É isso que não entendemos. Neste caso, foram pedidas informações. No caso do Sr. Paulo Okamoto, foi concedida a liminar sem pedido de informações.

Então, queremos deixar claro que a decisão tomada hoje por esta Presidência, ao lado do Relator, Senador Garibaldi Alves, por sugestão do Senador Magno Malta e de outros Senadores que estiveram presentes na nossa reunião, é que nós vamos procurar o Ministro Nelson Jobim, por quem tenho o maior apreço – foi Deputado Federal comigo, fizemos parte

daquela outra Casa do Congresso Nacional. O que queremos é manter o art. 2º da Constituição, é manter a harmonia e a independência dos três Poderes. O que queremos, na condição de Presidente da CPI dos Bingos, é ter o direito de investigar, porque, se soubéssemos e tivéssemos conhecimento de toda a movimentação bancária do Sr. Okamoto ou do Sr. Roberto Carlos, não pediríamos quebra de sigilo de ninguém. Se eles tivessem falado a verdade na CPI, não seria preciso quebrar o sigilo bancário de ninguém. Mas nós temos provas de que eles mentiram. Temos provas de que eles não falaram a verdade, Sr. Presidente. E, para que as investigações continuem, para que a CPI possa chegar realmente ao fato, precisamos da quebra de sigilo bancário desse cidadão.

Ora, o que temos que informar? Ninguém pode barrar a busca da verdade, Senador Antero. Nem o Poder Legislativo, nem o Poder Judiciário, nem tampouco o Poder Executivo. Ninguém consegue vencer a verdade. Não adianta retardar. Não adianta impedir, pois a verdade chega. Chega sim, porque nós vamos ser persistentes. Estamos fazendo esse trabalho com independência, e isso tem preocupado o Governo! Nós estamos fazendo esse trabalho com transparência, e isso tem preocupado o Governo! Mas também estamos fazendo esse trabalho com coragem, com coragem de buscar a verdade, sem medo das críticas, sem medo dos apelidos que a cada dia são colocados na nossa CPI. Que seja a “CPI do Fim do Mundo”. Eu até me divirto com essa denominação que deram à CPI dos Bingos. Mas devo dizer àqueles que a apelidaram que, antes de chegarmos ao fim do mundo, vamos chegar à verdade. Podem ter certeza.

Agora, Sr. Presidente, devo informar a V. Exª e ao Plenário desta Casa o que já tive oportunidade de dizer no plenário da Comissão: não terei nenhum constrangimento, nenhuma dificuldade de pegar uma lista e buscar, mais uma vez, a prorrogação desta CPI, se tentarem impedir que a CPI chegue à verdade! Não terei dificuldade alguma. E tenho certeza de que teremos mais do que os necessários vinte e sete votos desta Casa para que ela seja prorrogada com o objetivo de chegarmos à verdade.

Não me interessa eleição! Não me interessa palanque eleitoral! O que me interessa é honrar a missão que recebi, por unanimidade, dos Pares da CPI. E devo dizer a todos os senhores que essa vitória não será minha, não será dos Senadores e Senadoras da CPI; será do Senado Federal.

Portanto, com muita humildade, vou conversar com o Presidente Nelson Jobim, conversar com o

Supremo, para dizer que, se esses dados não forem fornecidos à CPI, estará prejudicado aquilo que deseja a sociedade, estará prejudicado aquilo que quer saber o povo brasileiro, independentemente de cor partidária, independentemente de quem tenha responsabilidade com os desvios dos recursos públicos, com lavagem de dinheiro, com crime organizado e com dinheiro de bingo para financiar campanhas políticas.

Não, para mim não me interessa a que Partido pertence esse ou aquele cidadão. O que me interessa é a verdade, Sr. Presidente, e da verdade não vou abrir mão um só milímetro.

Digo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que estou muito à vontade para continuar esse trabalho. Estou com muita disposição, com muita coragem, e sinto nos meus Pares a vontade de chegarmos ao fato verdadeiro, não para dar satisfação a esta Casa, ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo ou ao Poder Judiciário, mas para darmos satisfação à sociedade brasileira, que está cobrando uma posição firme desta Casa, que está esperando dos Srs. Senadores uma decisão e um relatório verdadeiro, que, não tenho a menor dúvida, virá pelas mãos limpas, sérias, honestas e trabalhadoras do Senador Garibaldi Alves, que, com muita dedicação, vem fazendo esse trabalho. Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente.

Se necessário for, virei aqui procurar todos os Senadores para que possamos prorrogar a nossa CPI. Independentemente de quem quer que seja, se houver vontade do Senado Federal, será feita a vontade da sociedade brasileira, que é o esclarecimento da verdade dos fatos que estão acontecendo e de que o povo brasileiro precisa saber.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago à Casa um fato que é de gravidade e que já pode mesmo ser levado – já que estamos falando tanto no meu prezado amigo e ilustre magistrado Nelson Jobim – ao Conselho de Justiça, recém-constituído no bojo da reforma do Judiciário.

Seguem os fatos, Sr. Presidente. Li, hoje, matéria publicada no jornal **Correio Braziliense** sob o título: “Justiça condena ex-diretoria do Banco do Brasil”.

Ex-diretores do Banco do Brasil foram condenados por suposto envolvimento em operações ilegais

de créditos concedidos à construtora Encol. Muito bem. Até aqui, nada de errado.

Se houve irregularidade na operação de crédito, que os responsáveis sejam punidos na forma da lei. Esse é o mandamento que adoto para mim e que me sinto no direito de exigir de todo e qualquer agente público. No entanto, dois fatos me chamaram sobremaneira a atenção. Peço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, porque há algo de estranho nesse reino aqui. E é tão bom dar explicações. Estamos diante de um Governo que não explica nada, que vive acuado, que não consegue levantar a cabeça diante de coisa alguma, de fato qualquer.

O primeiro fato é que esse juiz condenou os ex-diretores, mas não condenou o ex-proprietário da Encol, o conhecidíssimo Sr. João Pedro Paulo de Souza, por administração temerária de recursos de terceiros ou delitos dessa natureza. Não condenou. A Justiça dele estava só com um dos olhos abertos, supostamente.

O segundo fato, Sr. Presidente, é que o Juiz Federal substituto que proferiu a sentença contra os ex-diretores chama-se Cloves Barbosa de Siqueira. E é exatamente aí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que reside a maior surpresa do processo. Esse juiz, ex-funcionário do Banco do Brasil, foi demitido dessa instituição financeira a bem do serviço público, pela mesma diretoria que ele agora houve por bem condenar. Teria ele credibilidade para tanto? Não se deveria ter declarado impedido para julgar o feito? Não seria uma retaliação do juiz contra seus algozes? Como esse cidadão, demitido como foi, conseguiu entrar para a magistratura, Senador Ramez Tebet? E a exigência de reputação ilibada? Se ilibado fosse, passaria o feito para que outro juiz o julgasse. Se ilibado fosse, não teria sido demitido do Banco do Brasil do jeito que foi.

Sr. Presidente, era apenas este esclarecimento, em respeito a esse jornal de enorme capacidade de informar, de enorme seriedade, que é o **Correio Braziliense**, para que se coloquem sempre os pingos nos is.

De minha parte, se há equívoco na atuação desses ex-diretores do Banco do Brasil, que sejam todos eles apenados. Não vou bater à porta de juiz fulano de tal nenhum para não quebrar sigilo de ninguém. Todos, todos devem ser apenados se merecerem.

Agora, estranho muito alguém demitido do Banco do Brasil ser juiz e, mais ainda, estranho alguém demitido pela diretoria do Banco do Brasil achar que tenha legitimidade para julgar pessoas da diretoria que o demitiu. Fica a pergunta no ar. De qualquer maneira, a resposta inicial que a mim me cabia dar já está dada.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre a matéria trazida a plenário pelo nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer. Antes, porém, quero lembrar que ainda temos inscritos o Senador Magno Malta, o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Jefferson Péres e o Senador José Sarney.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Senador Renan Calheiros, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres, com a aquiescência do Senador Heráclito Fortes.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem.) – Para colaborar com a Presidência, abro mão da minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado. Quero agradecer muito mais esse gesto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, porque na última quarta-feira fizemos um acordo para votar, e mesmo assim ficamos aqui até quase uma hora da madrugada para cumprir a nossa pauta. Se ajudarmos um pouco...

O Senador Antonio Carlos Magalhães quer até falar um pouco sobre isso.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido. V. Ex<sup>a</sup> convocou uma sessão para as 15 horas. Nunca houve um Expediente maior. Já temos duas horas e meia de Expediente. Portanto, na hora em que V. Ex<sup>a</sup> puder iniciar a Ordem do Dia, tenho a impressão de que vai agradar a todos, Senadoras e Senadores, até mesmo aqueles que querem falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está coberto de razões o Senador Arthur Virgílio ao abordar este assunto.

Evidentemente que não é intenção nem do Senador Arthur Virgílio como também não é minha intenção fazer nenhum juízo de valores, mas este é um assunto que deve ser apurado, dever ter a participação imediata do Conselho Nacional de Justiça. Afinal de contas se for verdadeiro que o Sr. Clóvis Barbosa de Siqueira, que condena, hoje, diretores do Banco do Brasil, é o mesmo que foi condenado por este Banco anos atrás a bem do serviço público

e demitido, é estranhíssimo, Senador Antero Paes de Barros.

De forma que faço um apelo. A matéria escrita pelo jornalista Eumano Silva, que é um homem experiente, que tem conceito jornalístico, está fundamentada em dados e informações. Seria bom, inclusive, que o Presidente do PT, o Sr. Berzoini, se manifestasse para defender ou, quem sabe, se calar, diante de acusações feitas a companheiros seus.

Faço este reparo, Sr. Presidente, porque sei o que passam, no momento, alguns desses diretores, como, no caso, o Dr. Ximenes e Sérgio Ferreira, a quem conheço pessoalmente. Eu já disse aqui, diversas vezes, que sou oriundo de família de bancários, e essas questões me tocam em cheio exatamente por isso.

O juiz, é bom que se frise, comete um erro grave no julgamento, quando acusa gestão temerária para diretoria condenada. Ora, gestão temerária, Senador Arthur Virgílio, é quando ela comete desatinos administrativos em toda a plenitude. Aqui se vê exclusivamente o caso da Encol. Mas se for examinar o caso da Encol, vê-se que a diretoria tentou, isto sim, salvar prejuízos que já vinham de outros governos e de outras diretorias.

Faço o registro e parabenizo o Senador Arthur Virgílio pela oportunidade de trazer à tribuna matéria desta importância e relevância.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Rodolpho Tourinho, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou ser muito breve, Sr. Presidente, porque voltarei a esta tribuna para tratar deste assunto, que é o problema da lei do gás, que apresentei em meados do ano passado. E o faço, neste momento, para aproveitar o Senador Aloizio Mercadante aqui presente e dizer que é muito difícil tratar com este governo, é difícil fazer qualquer acordo e negociar com este governo.

Apresentei esse projeto de lei em meados do ano passado e de lá para cá andei em várias associações discutindo esse projeto, em associações ligadas ao setor elétrico, à área de petróleo, a gás natural. Ao longo de seis meses, foram pelo menos 20 palestras, 20 discussões que levei a efeito, e durante esse tempo todo, até hoje, fui procurado pelo Sr. Ildo Sauer duas vezes para dizer que gostaria de conversar comigo e nunca apareceu. Fui procurado



também pelo Sr. Ministro, que justificou a sua ausência nessas discussões.

Mas, finalmente, iniciamos uma conversa. Primeiro com o Senador Aloizio Mercadante, com quem, aliás, sempre tive – e S. Ex<sup>a</sup> tem prova disso – o maior desprendimento e a maior abertura na discussão de todos os projetos que participei nesta Casa. Iniciada essa discussão com o Senador Aloizio Mercadante, estive com o Sr. Ministro, que veio me procurar, e também o Presidente da Petrobras. Entendi que, naquele momento, abríamos então uma negociação com o governo, que permitiria que o projeto fosse votado hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que até dúvidas que existissem ou novas discussões seriam levadas a efeito na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Infra-Estrutura. Esse foi o acordo feito.

O Presidente da Petrobras esteve comigo ontem e apresentou quatro pontos que ele julgava importante ser discutidos, sendo que dois deles, no fundo, representam um único ponto. Sobre dois outros, eu disse a ele que entendia que a Petrobras tinha até razão. Um era em relação ao Operador Nacional do Gás e o outro em relação àquilo que podem ou não podem as distribuidoras regionais cobrar da Petrobras. Então, ficaríamos com apenas um ponto, que é a questão de se conceder ou não os gasodutos, de se manter o sistema de autorização ou o sistema de concessão.

Na verdade, o que afirmo, em alto e bom som, e venho dizendo há mais de seis meses, inclusive conto, pelas próprias ações que foram tomadas pela Agência Nacional de Petróleo, com o entendimento dessa agência em relação a isso. Porém, como este governo não toma conhecimento das agências, tratando-as com desprezo total, entendo que a posição da ANP não tenha sido suficiente, embora, numa posição lúcida do seu diretor, Victor Martins, ele fale claramente dos problemas de gás que temos no País hoje, sobretudo das questões relativas a se tratarem os gasodutos de forma diferente.

Iniciada essa discussão, fui surpreendido hoje por declarações do Sr. Ildo Sauer, que estão na imprensa, e que são posteriores à abertura da conversa com o Senador Aloizio Mercadante, com o Presidente da Petrobras e com o Sr. Ministro. Numa entrevista coletiva, hoje à tarde, aqui no Senado Federal, ele buscava atribuir culpas ao projeto, como por exemplo, que a Petrobras terá que rever todos os seus investimentos, mas, sobretudo, acusando que o projeto representaria uma expropriação dos ativos da Petrobras. Pior do que isso, dizendo que aquela idéia que

eu estava tratando com o Presidente da Petrobras era uma excrescência.

Entendo que essa não é a forma de se tratar, principalmente diante de como temos conduzido ao longo desse tempo, o Sr. Relator Eduardo Azeredo e eu, este projeto. Entendo claramente que tratar de excrescência...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pois não, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Rodolpho Tourinho, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que V. Ex<sup>a</sup> está prestando um serviço ao País, porque quem deveria estar apresentando este projeto do sistema de gás é o Poder Executivo. É um projeto típico de Poder Executivo. Já são mais de três anos de governo e o Poder Executivo não apresentou o projeto. Então, V. Ex<sup>a</sup> apresenta o projeto, discute, o projeto está em fase de aprovação, portanto, não merece o tratamento que está recebendo, e não só V. Ex<sup>a</sup>, como o próprio projeto. Se o Executivo não tem capacidade de apresentar, pelo menos que discuta e aprove um projeto apresentado por um Senador, que, na verdade, é o caminho alternativo que sobrou para que a sociedade discuta esse problema tão importante e tão grave para o País. Obrigado.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Obrigado, Senador José Jorge. Aprecio muito as suas palavras, o seu apoio.

Concedo um aparte ao Senador Aloizio Mercadante.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, já disse inúmeras vezes, e quero reafirmar, que tenho tido com V. Ex<sup>a</sup> um tratamento sempre respeitoso. E mais do que respeitoso, a atitude de V. Ex<sup>a</sup>, ao longo do seu mandato, tem sido sempre a de buscar discutir matérias, e matérias complexas, procurando a negociação do mérito. Podemos divergir em alguns temas, mas o que tenho a obrigação de dizer de público é que, mesmo quando não pensamos da mesma forma, a intenção é sempre, por meio da racionalidade, do diálogo e da negociação, recorrer a caminhos para se encontrarem soluções para as políticas públicas. Foi assim na reforma tributária, foi assim na reforma da Previdência, foi assim recentemente num projeto que V. Ex<sup>a</sup> relatava. Portanto, tenho sempre registrada essa atitude como democrática, competente, responsável e merecedora de toda nossa atenção. Em relação a esse projeto, que é uma matéria bastante complexa em que V. Ex<sup>a</sup> trabalhou muito mais tempo do que eu, na qual não tenho domínio nem

entendimento, disse que sentaríamos para uma negociação de mérito. Já fizemos algumas reuniões. Apresentei a V. Ex<sup>a</sup> algumas questões legais que, do ponto de vista da Assessoria Jurídica do Governo, haveria algumas inconstitucionalidades e alguns problemas de formatação, cujo debate é do âmbito da CCJ. V. Ex<sup>a</sup> incorporou algumas das demandas e disse que poderia, inclusive, incorporar outras. Mas eu gostaria de continuar discutindo essa questão ao longo da tramitação do projeto. E, sobre o mérito propriamente dito, discutiríamos no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infra-Estrutura, para permitir, como a matéria é complexa, que a tramitação do processo fosse acompanhada de um aprofundamento da negociação e das discussões. Portanto, essa é a posição que informei ao Governo e ao Ministro, e foi esse, inclusive, o tratamento que V. Ex<sup>a</sup> teve do Presidente da Petrobras, que ontem expôs as divergências de mérito, restando ainda a fundamentação. E é legítimo que qualquer outro funcionário da Petrobras ou do Governo tenha divergência de qualquer natureza no projeto e expresse suas diferenças, mas isso não alterará a minha atitude nem o meu comportamento diante de V. Ex<sup>a</sup> nem o compromisso que assumimos de negociar o mérito do projeto ao longo da tramitação. Assim, quero dizer que sempre me comportei no Senado Federal dessa forma. O que vale aqui nas negociações é a consistência dos argumentos, o interesse público. Por isso, do meu ponto de vista, nada foi alterado no que firmamos. Vamos votar o projeto na CCJ com as adequações legais, que continuarão a ser negociadas, e vamos negociar o mérito com profundidade na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Infra-Estrutura. Há divergências do ponto de vista de alguns técnicos do Governo, divergências de fundo. Eu, evidentemente, estou estudando e inteirando-me da matéria para me posicionar no momento oportuno. O Senador Delcídio Amaral tem familiaridade com essa área e, juntos, poderemos encontrar um procedimento. Se alguma coisa ocorreu que eu desconheça e que não foi dentro dessa perspectiva, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não muda nada do nosso procedimento, da nossa atitude e da relação respeitosa que temos diante do trabalho feito por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Senador Aloizio Mercadante, sempre tive de V. Ex<sup>a</sup> esse tratamento e creio que continuarei tendo, da mesma forma que V. Ex<sup>a</sup> continuará tendo de mim o mesmo tratamento. Não reclamo de V. Ex<sup>a</sup>, mas do Governo, quando o Presidente da Petrobras aqui vem para discutir.

Neste momento, se alguém tem divergência – e pode tê-la –, trate-a de uma forma, em primeiro lugar, educada. Não se pode tratar um projeto ou parte de um projeto como uma excrescência. Não posso aceitar que isso seja feito em uma entrevista coletiva, porque é tentar desmoralizar um projeto importante para o País e inclusive para este Governo. Por isso é que o apresentei.

Estou disposto a discuti-lo, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, na CAE, na Comissão de Infra-Estrutura ou em qualquer outra área, como eu o discuti, ao longo de seis meses, com todas as entidades de classe, com investidores, com todos.

De forma que não entenda como uma crítica a V. Ex<sup>a</sup>, mas a um processo muito difícil de ser conduzido com o Governo.

Concedo um aparte ao Senador Delcídio Amaral.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> mais alguns minutos.

**O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS)** – Senador Rodolpho Tourinho, apesar de estar com uma agenda complicada em função dos trabalhos do Congresso e da CPMI, tenho tido a oportunidade de acompanhar o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> na elaboração do projeto de lei do gás. O gás desempenhará um papel fundamental na matriz energética brasileira. O gás natural não só vai atender segmentos como o de energia, mas principalmente segmentos industriais (o gás veicular, o gás residencial, o gás comercial) e, acima de tudo, na sua aplicação industrial, agregando um valor preponderante, principalmente com relação à qualidade dos produtos a serem fabricados no nosso País. Senador Rodolpho Tourinho, o que me chama a atenção é que já teríamos um potencial grande, um mercado muito maior do que temos hoje, se houvesse uma regulamentação, uma lei do gás. Alguns gasodutos foram projetados há muito tempo: o reforço da área do Rio de Janeiro com o gasoduto de Campinas; o gasoduto do Nordeste; o gasoduto da Amazônia, para atender Manaus e Porto Velho. E pouca coisa tem sido feita. Com isso, vários projetos, vários investimentos foram frustrados, porque houve efetivamente um atraso na implementação desses projetos. Não vou entrar no mérito desse atraso, das questões de gestão propriamente ditas, das questões ambientais e, inclusive, da falta de uma regulamentação clara que é o objetivo maior do projeto de lei preparado por V. Ex<sup>a</sup>. É importante registrar, Senador Rodolpho Tourinho, que acompanhei todos os debates, todas as discussões, não só efetuadas com várias companhias de petróleo, mas também

com companhias distribuidoras de gás. Sei que esse projeto foi bastante trabalhado, burilado. Se ele tem deficiências – é o que o Senador Aloizio Mercadante acabou de dizer –, vamos conversar com a Petrobras. Inclusive, V. Ex<sup>a</sup> deu início a essa conversa com o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Portanto, acho lamentável que um fato como esse ocorra, porque é um desrespeito, primeiro, à imagem de V. Ex<sup>a</sup>, que é um dos maiores especialistas nessa área. E, num momento de diálogo, se parte para críticas absolutamente infundadas, quando não, irresponsáveis. Então, como adiantou o Senador Aloizio Mercadante, esse projeto será votado na CCJ e tramitará pelas demais Comissões do Senado. Ele é de absoluta importância para o desenvolvimento do País, especialmente para um segmento tão fundamental como é o do gás natural.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador Delcídio Amaral, não é sobre a discussão que fico irritado, neste momento, mas à forma de tratamento, depois de eu ter iniciado o projeto. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> bem conhece o Diretor da Petrobras, porque recentemente até fez referências muito pouco elogiosas a S. S<sup>a</sup> desta mesma tribuna. Eu só quero o entendimento; não quero outra coisa. Neste momento, o que pretendo é fazer isso e continuarei a fazê-lo.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup>, com a autoridade que tem, não pode, de modo algum, receber censura e, que dirá, adjetivação de quem não tem qualidades morais nem de mérito para estar nesse cargo. Só está nesse cargo porque, infelizmente, a Petrobras hoje é um antro de muita coisa ruim. E vamos descobrir – que o PT saiba disso –, pois ela será um alvo bem dirigido por nós. A Petrobras tem de dizer para o que veio, e já temos um bom material para pedir uma CPI.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Por último, Sr. Presidente, ouço o Senador Eduardo Azeredo, que também se sentiu atingido e tinha pedido um aparte.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Rodolpho Tourinho, já foi lembrado aqui que a energia produzida com o gás é moderna e tem tido uma demanda crescente, com percentuais muito mais altos que outros tipos de energia. Além do mais, o gás é ecologicamente melhor, pois é uma energia mais limpa. É natural que todas as indústrias brasileiras demandem o uso do gás. Por outro lado, estamos assistindo na América Latina ao nacionalismo boliviano, ameaçando o gás. A maior parte do gás brasileiro vem da Bolívia hoje. É fundamental que tenhamos uma lei moderna que incentive a concorrência, que incentive

uma nova oferta de gás ao Brasil como um todo. O projeto é da maior importância. Como seu Relator, sei de sua complexidade. O relatório já foi lido e é importante que seja votado, realmente, o mais rapidamente possível. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Vamos dar nome aos bois. O Diretor da Petrobras, Ildo Sauer – nem o conheço –, fez críticas indevidas e ameaças de suspender o programa de investimentos da Petrobras em mais de US\$10 milhões. São coisas que não se coadunam com o momento. Não há que se fazer ameaça alguma. Temos é que votar, em respeito ao projeto que V. Ex<sup>a</sup> tão bem apresentou.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Rodolpho Tourinho, pediria a V. Ex<sup>a</sup> encerras-se.

O Senador está com a palavra pela ordem, caro Senador Marcelo Crivella.

**O Sr. Marcelo Crivella** (PMR – RJ) – Não vou demorar mais do que um minuto. Eu sou autor da matéria que fala sobre o plano setorial de gás e que motivou o projeto substitutivo do Senador Rodolpho Tourinho. Quero dar o testemunho de que o Senador Rodolpho Tourinho foi incansável para aperfeiçoar o projeto. Tive dificuldades já na época do plano setorial de gás, que é uma proposta que o Governo deveria ter apresentado antes. É estratégico para o nosso País. Nossas reservas em São Paulo são maiores do que as reservas da Bolívia. Não estava sendo dada a atenção devida ao assunto. V. Ex<sup>a</sup> pegou o projeto, fez o substitutivo, ouviu todas as partes, foi incansável. Creio que devemos analisá-lo, votá-lo e aprová-lo. Estou aqui para solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> nesse trabalho. Trata-se de uma matéria fundamental para o nosso País e vamos lutar por ela, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito ao Senador Tourinho, a todos que participaram do debate.

Eu queria dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente José Sarney, que nem sempre é possível, no Parlamento, fazermos acordo sobre o mérito de toda matéria, de qualquer matéria. As votações existem no Parlamento exatamente para contornar essa dificuldade.

O que nós não podemos é deixar de votar o marco regulatório do gás, é deixar de votar a Lei de Floresta, é deixar de votar a renegociação das dívidas



do Nordeste, é deixar de votar a modificação das medidas provisórias.

Temos de votar. A democracia recomenda que votemos. Se não chegarmos a um acordo... Hoje eu tive oportunidade, no Supremo, de defender exatamente isso, se não houver acordo paciência. O que não pode é a matéria deixar de tramitar, porque essa é uma mudança fundamental.

Concedo a palavra ao Presidente José Sarney.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, procurarei ser breve.

Primeiramente quero dizer que as minhas palavras não têm nenhuma conotação nem relação com os discursos aqui proferidos pelos Senadores Tião Viana e Efraim Morais.

Quero apenas registrar que hoje, pela manhã, estive presente à sessão de abertura do ano judiciário. V. Ex<sup>a</sup> lá estava e proferiu um brilhante discurso, também em companhia do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Venho à tribuna para pedir a transcrição do notável, corajoso pronunciamento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, no qual abordou os desafios de nossa Suprema Corte diante da sociedade de conflitos, democrática, que temos necessidade de o Supremo interpretar uma Constituição nova, procurando, por meio da jurisprudência, suprir lacunas. É, sem dúvida, uma tarefa extraordinária. O Supremo, disse S. Ex<sup>a</sup>, tem de examinar hoje as questões da fazenda, das políticas públicas e da liberdade, assumindo, portanto, uma parte da governabilidade.

Recordo o patrono desta Casa, Rui Barbosa, quando dizia da importância do Supremo Tribunal Federal. Repito suas palavras: “Eu instituo este Tribunal venerando, severo, incorruptível, guarda vigilante desta terra, mesmo durante o sono de todos, e o anuncio aos cidadãos, para que assim seja de hoje pelo futuro adiante.”

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal tem uma importância muito grande, hoje, para todos nós e para a estabilidade democrática. Durante o Império, quando tínhamos o poder absoluto do rei, embora instituída uma Monarquia Constitucional, agregaram à função de D. Pedro II a de Poder Moderador. Ele era o Poder Moderador entre os conflitos que se realizavam dentro da sociedade.

Na República, esses conflitos passaram a ser resolvidos pela força, pelas intervenções militares que ocorreram ao longo da nossa história.

Hoje, com a democracia moderna que temos, de certo modo quem serve de árbitro, quem harmoniza

os conflitos da sociedade é, sem dúvida alguma, o Supremo Tribunal Federal.

Recordo – e vou fazer uma citação de memória, pode não ser fiel, com as mesmas palavras – que o espírito de justiça é, sem dúvida, inato na humanidade. David Hume, um pensador inglês do século XVIII, disse que as nossas forças – ele dizia da Inglaterra –, as nossas frotas, que estão em todos os oceanos, o nosso Exército, as nossas instituições, todas são feitas para assegurar a liberdade dos doze juízes da nossa Corte. Essa era a importância que os ingleses davam.

Nos Estados Unidos também é grande a importância da Suprema Corte como intérprete da Constituição, como sendo aquele ponto de equilíbrio que, na sociedade, dirime todos os conflitos, de natureza privada, de natureza penal, de natureza pública. Essa é a função que entregamos à Suprema Corte.

A tradição brasileira, do Congresso Nacional, ao longo da nossa história, é a de nunca termos tido conflitos entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

Muitas vezes tivemos grandes contendas entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, a começar no Governo de Floriano Peixoto, com o famoso **habeas corpus** que Rui Barbosa teve oportunidade de impetrar, e quando beijou a mão do único juiz que votou em seu favor, pela concessão do **habeas corpus**.

Pois bem, o que nós desejamos é que mantenhamos essa tradição de absoluta convivência harmônica, pacífica, sem lutas, entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Nos Estados Unidos, o Poder Legislativo tem tido grandes conflitos com a Corte Suprema. Mas nós, aqui no Brasil, mantemos sempre essa tradição de harmonia, de respeito mútuo, de interligação entre o Senado e o Supremo. Inclusive cabe a nós, Senadores, julgar os Ministros do Supremo, aprovar os seus nomes; de outro lado, cabe a eles julgar a nós, Senadores da República.

Portanto, o que eu desejo é que isso continue sendo exercido na vida brasileira, para a consolidação de nossas instituições e de nosso sistema democrático.

Com essas palavras, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça constar dos Anais o discurso que hoje proferiu o Ministro Nelson Jobim, um dos mais brilhantes Ministros que tiveram assento naquela Corte, pela sua cultura, pelo seu espírito público e por ser S. Ex<sup>a</sup> um grande juiz.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU PRONCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*



DISCURSO DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2006, PROFERIDO PELO  
PRESIDENTE DO SUPREMO, MINISTRO NELSON JOBIM, NO DIA 1º DE FEVEREIRO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL,  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,  
SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, COLEGAS, EXCELENCIAS,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

REUNIMO-NOS PARA A INAUGURAÇÃO DO ANO JUDICIÁRIO 2006, EVENTO  
CRIADO OPORTUNAMENTE PELO EXTRAORDINÁRIO MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA.

CREIO QUE ESTE MOMENTO É IMPORTANTE PARA ALGUMAS REFLEXÕES.

TEMOS QUE TER PRESENTE A INSERÇÃO E A FUNÇÃO DO SUPREMO NO ESTADO  
BRASILEIRO.

HÁ QUE SE PARTIR DOS FATOS E NÃO DE IDEALIZAÇÕES.

AS DEMANDAS QUE AQUI AFORTAM SÃO, EM LINHAS GERAIS, E NÓS  
MINISTROS JÁ SABEMOS, SÃO, EM LINHAS GERAIS, DE TRÊS MODALIDADES. PERDOEM-ME  
QUE FAÇO TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO:

= AS DE FAZENDA;

= AS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, E

= AS DE LIBERDADES.

UM CASO CONCRETO PODE INTEGRAR OS TRÊS CONJUNTOS, COM EVENTUAL  
PREVALÊNCIA DE UM DELES.

O CONJUNTO FAZENDA COMPREENDE AS DEMANDAS RELATIVAS ÀS RECEITAS E ÀS DESPESAS PÚBLICAS.

OS CONTRIBUÍNTES PRETENDEM REDUÇÃO DE SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS.

TEM REPERCUSSÃO. PARA MÓDOS, NA RECEITA PÚBLICA.

SÃO DEMANDAS SOBRE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.

MUITAS VEZES, APROVEITAM-SE DA MOROSIDADE JUDICIÁRIA PARA ADIAR A LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÃO FISCAL.

NOTEMOS, INSUPRIM-SE, COM RAZÃO, CONTRA A ELEVADA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA.

OUTROS, POR SUA VEZ, QUEREM O AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO.

A REPERCUSSÃO, AQUI, É DO LADO DA DESPESA PÚBLICA.

SÃO DEMANDAS DE SERVIDORES, SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA, CREDORES, ENTÃO, DO ESTADO.

AQUI TEMOS, ALÉM, DEMANDAS EM QUE É O ESTADO QUE SE APROPRIA DO ESPAÇO JUDICIÁRIO PARA ROLAR DÍVIDAS PÚBLICAS.

JÁ O SEGUNDO CONJUNTO, DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMPREENDE DEMANDAS COM VÍZES CLARAMENTE POLÍTICO.

SÃO SEUS ATORES PRINCIPAIS:

• OS PARTIDOS POLÍTICOS.

- OS SINDICATOS; E
- AS CORPORAÇÕES.

ALGUNS PARTIDOS, DEPUTADOS NO CONGRESSO NACIONAL, NA VOTAÇÃO DEMOCRÁTICA, MODELO DA NOSSA ESTRUTURA POLÍTICA, PROCURAM TRIUNFALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS APROVADAS PELA MAJORIA.

ALGUMAS CORPORAÇÕES E SINDICATOS, POR SUA VEZ, OPÕEM-SE A ESSAS MESMAS POLÍTICAS, PORQUE NÃO SÃO ATINGIDOS INTERESSES DE SEUS INTEGRANTES.

EM AMBOS OS CASOS, HÁ A TENTATIVA DE ERIGIR O SUPREMO EM JULGADOR DA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE TAIS POLÍTICAS, APROVADAS NO DEBATE POLÍTICO DO CONGRESSO NACIONAL.

POR FIM, O CONJUNTO DAS LIBERDADES.

AQUI, ESTÃO AS DEMANDAS DE PROTEÇÃO AS GARANTIAS INDIVIDUAIS.

SÃO HABEAS-CORPUS E MANDADOS DE SEGURANÇA QUE TRAZEM AO SUPREMO OBJEÇÕES AS CONDUITAS E DECISÕES

DO EXECUTIVO;

DO MINISTÉRIO PÚBLICO;

DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO;

ENFIM, DAS AUTORIDADES PÚBLICAS.

DIANTE DE TUDO ISSO, GENSA SÍNTESE RÁPIDA QUE FAZEMOS, AFLORA UMA QUESTÃO PARA CUMPRIR EMOCIONAR:

QUAL O PARADIGMA QUE DEVE ORIENTAR A ATUAÇÃO DO SUPREMO NA PRESERVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO?

A REALIDADE ACADÊMICA É TÍPICAMENTE TAUTOLÓGICA:

• É A PRESERVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO.

DIANTE DE DEMANDAS CONCRETAS TAL AFIRMAÇÃO NÃO TEM SENTIDO, NADA SIGNIFICA, NADA ORIENTA.

É INSUFICIENTE.

EM VEZ DE RESCATEAR, ESCONDE.

A EXPERIÊNCIA INTUÍVA, MUITAS VEZES, QUE ATENDER ÀS PRETENSÕES DE POSTULANTES É O CAMINHO FÁCIL PARA O APLAUSO E O RECONHECIMENTO.

EM OUTROS CASOS, DECIDIR CONTRA A SUPOSTA VONTADE DA MAIORIA, DA "OPINIÃO PÚBLICA", SIGNIFICA EXPOSIÇÃO A IRAS DE ALGUNS PODEROSOS.

SIGNIFICA EXPOSIÇÃO À TODA SORTE DE ILAÇÕES CONSPIRATÓRIAS E, AQUI, MUITO CONHECIDAS E INJUSTAS.

RECORDEM QUE O SUPREMO NUNCA SE CURVOU E NÃO IRÁ SE CURVAR A PATRULHAMENTOS DE NENHUM TIPO, PÚBLICOS OU PRIVADOS.

É EXTRAORDINÁRIA A REPERCUSSÃO E O ELOGIO A DECISÕES

- QUE AUMENTEM A DÍVIDA PÚBLICA,

- QUE AUMENTEM AS DESPESAS,

- QUE DIFICULTEM A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS APROVADAS PELOS PARLAMENTOS.

E O PLANO: FÁCIL.



É O ELOGIO RASQUILADO.

MAS, PARA AS DECISÕES DE PROTEÇÃO DAS LIBERDADES E GARANTIAS INDIVIDUAIS, A SITUAÇÃO É DIFERENTE.

O MESMO RASQUILADO O LUGAR DO APLAUSO.

REPULIAM-SE AS DECISÕES DO SUPREMO QUE GARANTEM AS LIBERDADES, TUDO EM NOME DA SEGURANÇA. DA REPRESSÃO AO CRIME, DO COMBATE À CORRUPÇÃO...

MAS, NA VERDADE, A HISTÓRIA MOSTRA QUE O ATO ARBITRÁRIO É MATERIALMENTE O MESMO.

OS ATORES E QUE MUDARAM.

O FUNDAMENTO TAMBÉM MUDOU, MINISTRO PERTENCE.

ONTEM, ERA A "SEGURANÇA NACIONAL".

HOJE, DENYME OUTROS. PODE SER O "CLAMOR PÚBLICO".

EM OUTROS PAÍSES, VEMOS LAMENTÁVEL QUEBRA DE GARANTIAS, DIREITOS E LIBERDADES. EM NOME DO COMBATE AO TERRORISMO.

LA TANTO QUANTO CÁ, INVESTIGAÇÕES ILIMITADAS E INTERMIÁVEIS, INVESTIGAÇÕES QUE ACABAM SE TORNANDO FIM EM SI MESMO, INQUISIÇÕES, EXPOSIÇÕES PÚBLICAS, INVASÕES À PRIVACIDADE E PRESUNÇÕES ABSOLUTAS DE CULPA CONSTITUEM RETROCESSO COM O QUAL A MAGISTRATURA BRASILEIRA NÃO PODE COMPACTUAR.

NÃO QUEREMOS A BARBÁRIE EM NOME DOS "SUPERIORES INTERESSES DO ESTADO".

O SUPLEN. NA SUA HISTÓRIA, SOBRETUDO DEPOIS DE 1988, TEM CLARO O PARADIGMA CAPAZ DE UNIR A RESOLVER ESTA TENSÃO DIALETICA.

E A "GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA".

NAO SE CONFUNDA A CONSTRUÇÃO E DEFESA DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA COM A DEFESA DOS GOVERNOS.

A GOVERNABILIDADE REFIRE-SE A QUALQUER GOVERNO.

SEJA DE QUE PARTIDO FOR.

SEJA QUAL MATIZ IDEOLÓGICO PROTESSE.

O ESTADO DEMOCRATICO DE DIREITO, DO ART. 1º DA CONSTITUIÇÃO, COM QUEM TEMOS COMPROMISSO, É MAIS DO QUE UM DOGMA.

E MAIS DO QUE UM DEVER SER.

E UM FAZER.

E UMA TAREFA CO DIDIANA

A DEMOCRACIA NAO É UM DUTUM.

E UM CONSTRUCTO DIARIO DE TODOS NÓS, PRESENTE EM TODA LINHA DE SENTENÇAS E ACÓRDIOS.

A DEMOCRACIA ESPECISA DE EFETIVIDADE.

A EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA SE ASSEGURA PRESERVANDO-SE A GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA.

PRESERVANDO NOSSAS INSTITUIÇÕES.

PRESERVAR NÃO COMO PASSADO, MAS COMO PRESENTE DO FUTURO.

SENHORAS E SENHORES,

FALAMOS EM DOIS ÂMBITOS DESSA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA;

- + A POLÍTICA E
- = A ECONÔMICA.

O SUPREMO DESENVOLVE SEU PARADIGMA EM DUAS FRENTEIS:

- = DAS SUGAÇÕES INSTITUCIONAIS E
- + DA JURISPRUDÊNCIA.

QUANTO A JURISPRUDÊNCIA, O PARADIGMA DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA FOI SEMPRE APARECE, COM NITIDEZ, E ISSO FOI RESSALTADO, INÚMERAS VEZES, PELO MINISTRO CELSO DE MELLO. APARECE COM NITIDEZ:

- = NO JULGAMENTO DE CONGRESSISTAS;
- = NAS DEMANDAS RELATIVAS ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO;
- = NAS DEMANDAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS;
- = SOBRE TREINOS ELEITORAIS...

NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, ESTÁ O DIÁLOGO AUTÔNOMO DO SUPREMO COM OS DEMAIRES PODERES: A CONSTRUÇÃO DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA POLÍTICA:

- LIEMAMOS O "FACTO PELA JUSTIÇA";

- NEGOCIAMOS, NOS CORREDORES DO CONGRESSO, COMO DEVE FAZER O PRESIDENTE DO SUPREMO, A FORMULAÇÃO DE UMA NOVA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL.

LA ESTÃO 26 PROJETOS, DOS QUAIS 3 JÁ SÃO LEIS. NEGOCIAÇÕES ESSAS QUE SE TRAVAM DENTRO DO GABINETE DE VOSSA EXCELÊNCIA COMO, TAMBÉM, JUNTO AS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO CONGRESSO NACIONAL, QUER DO SENADO, QUER DA CÂMARA.

- DISCUTIMOS ORÇAMENTO, DEMANDAMOS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO;

- OBTIVAMOS, SENHOR PRESIDENTE, DEPOIS DE LONGO CAMINHO, A FIXAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO NACIONAL, DÉBITO QUE TEMOS, NÓS, AO CONGRESSO E AO SEU PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EM REUNIÃO QUE SE REALIZOU EM SEU GABINETE.

- BUSCAMOS UMA SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DOS PRECATÓRIOS, QUE AFECIA MILHARES DE BRASILEIROS E GOVERNANTES E QUE REPRESENTAM DÉBITO PORTE DE R\$ 100 BILHÕES.

NO PODER JUDICIÁRIO, ESSA GOVERNABILIDADE POLÍTICA NO ÂMBITO INSTITUCIONAL, DESDESENVOLVE-SE COM A INTENSIFICAÇÃO DO DIÁLOGO.

A INTENSIFICAÇÃO DO DIÁLOGO COM

OS TRIBUNAIS SUPERIORES - COM O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COM O SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL, COM O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, COM O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, COM OS TRIBUNAIS DE

JUSTIÇA, COM O COLÓQUIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DO TRABALHO, COM AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, FEDERAIS, TRABALHISTAS E NACIONAL.

DAMOS ÊNFASE, MESMO DEBATE, À REFORMA INTERNA DO SISTEMA:

• À SUA EFICIÊNCIA EFICAZ.

SEM JUÍZADO ACERSIVEL, PREVISIVEL E ÁGIL, INEXISTE GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA

QUANTO PALANCO DE PREVISIBILIDADE, NÃO NOS REFERIMOS, PROPRIAMENTE - ÀS ATIVIDADES JUDICIAIS, SEMPRE RELATIVAMENTE INCERTO, CONSIDERANDO A NATUREZA DA PROVA E A AMBIGUIDADE LEGAL DECORRENTE DA REPRESENTATIVIDADE MAIOR DO CONGRESSO NACIONAL. RELATIVAMENTE INCERTO, PORTANTO, EM VISTA DE PECULIARIDADES CONCRETAS

PALANCO, ISTO É, DE CASOS IDÊNTICOS, QUE NÃO PODEM RECEBER SOLUÇÕES DIFERENTES ANTAGÔNICAS.

PALANCO DA REGRAS DO JOGO - DA LEI - PORQUE SERVIMOS AO CIDADÃO PARA ASSEGURAR QUE SUAS CONDUITAS FUTURAS TERÃO UM TIPO DE RESPOSTA PELO SISTEMA JUDICIÁRIO NACIONAL.

PALANCO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, QUE NÃO PODEM SER IMPREVISÍVEIS OU VOLUNTARISTAS.

JÁ O PARADIGMA DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA ECONÔMICA IMPÕE UMA GRANDE CAUTELA AO SUPLENTO

TRATA-SE DE DECISÕES DE ALTO IMPACTO.



IMPACTO E. OBSERVEM BEM, NÃO NO BOLSO DE CADA UM, MAS NA ESTABILIDADE ECONÔMICA DE TODOS.

POIS PORQUE SEUS A NAÇÃO QUE AINDA ESTÁ EM BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MAIS JUSTO, MAIS EQUILIBRADO E MAIS SUSTENTÁVEL.

O SUPREMO, COM ESSE PARADIGMA, ENFRENTOU AS DEMANDAS REFERENTES AOS PLANOS ECONÔMICOS, AOS DIVERSOS PLANOS ECONÔMICOS QUE TIVEMOS COM A REDEMOCRATIZAÇÃO, À REUSE ENERGÉTICA, ÀS PRIVATIZAÇÕES...

A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE CONSTITUCIONAL TEM EXIGIDO DO SUPREMO UM INTENSO TRABALHO DE CONCILIAÇÃO DE INTERESSES ECONÔMICOS CONFLITANTES.

EMPRESAS NO IDAS DAS VEZES, AGRESSIVAMENTE CONFLITANTES.

QUER O INTERESSE INDIVIDUAL, DE SETORES, QUER O CONFLITO COM OS INTERESSES DO FUTURO DA NAÇÃO.

A LEGALIDADE CONSTITUCIONAL ESTARA SÓLIDA E SUSTENTÁVEL, SENHOR PRESIDENTE, QUANDO SUSTENTÁVEL ESTIVER A ECONOMIA.

NÃO QUALQUER ECONOMIA

UMA ECONOMIA BASEADA NELA DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DOS FRUTOS DE UM CRESCENTE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

POIS SOMOS CAPAZES DE DESENVOLVIMENTO SEM QUE CONSOLIDAMOS A GOVERNABILIDADE ECONÔMICA.

NÃO FORTESMENTE OU APENAS GOVERNABILIDADE ECONÔMICA.

NAS UMA GOVERNABILIDADE ECONÔMICA COM ADJETIVOS.

UMA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA PARA UMA ECONOMIA DEMOCRÁTICA, NA QUAL TODOS TÊM O ACESSO AOS GANHOS DE NOSSA PRODUÇÃO.

ISSE É O DESAFIO DO PRESENTE PARA JOGAR NO FUTURO.

QUE AS MAZELAS, QUE OS ÓDIOS, QUE AS RETALIAÇÕES, QUE AS INCOMPREENSÕES DO PRESENTE, NO DEBATE POLÍTICO NACIONAL, NÃO FRUSTREM AS OBRIGAÇÕES DE NOSSA LIGAÇÃO COM O FUTURO DO BRASIL.

GERO AMIGOS,

ALÉM DE SER O MINISTRO, FORMULO UMA PROPOSTA SIMPLES.

1. AO MESMO TEMPO, PERMITAM-ME, UM TESTEMUNHO DA MINHA ATUAÇÃO NO SUPREMO, QUE FA CAMINHO PARA O FINAL.

O CRITÉRIO NACIONAL

= PARA QUE O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO SAIA DO TEXTO;

= PARA QUE O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO GANHE AS RUAS, AS ESCULAS, AS PRISÕES, O MEIO RURAL, OS SINDICATOS;

= PARA QUE O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO ENVOLVA A TODOS - OS "PEQUENOS NOMES" E OS "GRANDES NOMES";

O DOCUMENTO MATERIAL É A PRESERVAÇÃO DA GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA, POLÍTICA E ECONÔMICA.

É O QUE DETERMINA O AMOR QUE SENTIMOS AO NOSSO PAÍS E À BRAVA GENTE BRASILEIRA.

GENTE QUE TRABALHA, CHORA, RI, DANÇA, AMA, EDUCA SEUS FILHOS E QUE SEMPRE PARTICIPA DO DIREITO, DA JUSTIÇA, DOS JUÍZES.

FIM DO DISCURSO

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex<sup>a</sup>, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

Em seguida, começaremos a Ordem do Dia.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Haverá hoje várias votações nominais, votações importantes, inclusive a da mudança das medidas provisórias.

Peço, portanto, aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, visitantes que se encontram nas galerias, registro a inauguração de uma subestação de Furnas que decreta a independência do Espírito Santo no que diz respeito à energia e que foi inaugurada segunda-feira pelo Presidente da República.

Amanhã, o Ministro Alfredo Nascimento vai ao Espírito Santo dar ordem de serviço no Porto de Capuaba e no contorno de Cachoeiro do Itapemirim, obra significativa para escoamento do mármore e do granito com mais força, o que certamente significará um avanço no desenvolvimento da região.

O Ministro Alfredo Nascimento passará o dia, amanhã, no Espírito Santo, certamente acompanhado pelo Governador do Estado e por parte da Bancada, que lá estará, para cumprir esses compromissos assumidos e aos quais, agora, somos gratos.

Sr. Presidente, embora eu tenha tido um comportamento completamente independente nesta Casa – não faço parte da chamada base governista, até porque não tenho vocação para a subserviência, sou servo da minha consciência, a minha consciência é que me comanda, que me domina e que dá o norte do caminho que tenho de seguir –, eu não poderia ficar fora do debate que se tem travado a partir da CPI dos Bingos e que se tem estendido até o plenário. Até porque, na Bíblia, que não é o meu “cavalo de batalha”, mas é a minha cartilha, a minha regra de fé e prática, lê-se que, se a nossa justiça não exceder a dos escribas e a dos fariseus, de nada vale. E a lei dos homens, que é falível, estabelece que todo cidadão é honesto, até que se prove o contrário.

Sr. Presidente, escrevi o fato determinado que originou essa CPI e com insistência tenho dito que esse fato saiu da minha cabeça, eu o coloquei no papel, eu o ditei para que fosse digitado no computador. E o fato determinado é a investigação de bingo, de contravenção, de casa de bingo, de caça-níqueis e de lavagem de dinheiro em bingo.

A CPI dos Bingos começa a conviver agora, Senador Romeu Tuma, com o que nós convivemos – está aí o Deputado Robson Tuma; juntos estivemos na CPI do Narcotráfico por três anos, trabalhando por este País – e experimentamos na CPI do Narcotráfico: as liminares. Elas, muitas vezes, nos entristecem, mas éramos obrigados, Sr. Presidente, a nos curvar, porque os pedidos de quebra de sigilo e algumas convocações eram feitas sem fundamento. Para tanto, as pessoas adquiriam a liminar, impedindo a quebra dos seus sigilos – e é direito do cidadão pedir liminar, porque a liminar não julga o mérito. O cidadão está cumprindo o seu papel, fazendo a sua defesa e buscando os seus interesses com os seus advogados.

Eu me lembro, Sr. Presidente, que fui ao Ministro Carlos Velloso algumas vezes com a CPI. E fiz essa sugestão hoje ao Presidente Efraim, para que, juntamente com o Senador Garibaldi, vá ao Supremo conversar e colocar os documentos que possui sobre a mesa para o Ministro Nelson Jobim.

Tenho respeito e amizade pelo Ministro Jobim, respeito a sua capacidade. E quem sou eu para questionar o seu senso de justiça? Avalio que ele o tenha – e tenha muito –, porque o Ministro Jobim é consciente de que, depois da justiça, só existe Deus. Se a justiça de fato justiça não for, o que será do cidadão, o que será de nós? Imagino que ele tenha senso de justiça – e um senso de justiça apurado e aguçado.

Por isso, imagino que a liminar que ele concedeu, Senador Alberto Silva, impedindo a quebra do sigilo bancário do Sr. Okamoto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, quero me valer do argumento utilizado ontem pela candidata a Presidente da República Heloísa Helena, requerendo o mesmo tempo usado pelo Senador Aloizio Mercadante. V. Ex<sup>a</sup> o atendeu. Então, requeiro o mesmo tempo que utilizaram os oradores que me antecederam. Muito obrigado – a candidata a Presidente está sorridente, mas estou muito mais,

porque me vali do argumento de S. Ex<sup>a</sup> para ter um tempo na tribuna.

Sr. Presidente, avalio que o Ministro não tenha permitido a quebra exatamente por conta do fundamento, por causa dos impedimentos que foram mostrados hoje, pelas liminares concedidas para que não se quebre o sigilo do Sr. Kurzweil – que ia depor hoje, mas não depôs –, de posse dos documentos. É preciso que se faça um questionamento e que se converse pessoalmente com o Ministro, porque ali existem elementos documentais dentro do fato determinado, Senador Paulo Paim, para que se autorize a quebra de sigilo.

Não morro de amores pelo Sr. Okamoto e não sei nem quem é, não tenho autorização para defendê-lo agora, mas tenho de ter senso de justiça para defender o que escrevi. Quando se diz que o Sr. Okamoto pode ter pago a conta do Presidente Lula, que é seu amigo – aliás, eu gostaria também de ter um amigo que pudesse pagar minhas contas –, se isso é crime, que o Ministério Público resolva isso.

Para ser justo comigo, preciso afirmar para mim mesmo: em relação ao pedido de quebra de sigilo deste cidadão, que eu não conheço, com quem não tenho relação, por quem não morro de amores nem morro de amores pelo Governo dele – porque o Governo dele também não morre de amores por mim e não tenho razão para defender nem ele nem o Governo dele –, não existe fato determinado. Não existe razão para se fazer esse pedido – dentro do fato determinado da CPI, não existe!

Agora, dizer: “Recebeu dinheiro de bingo e pode ser que as contas foram pagas...” Isso é ilação, é passar do tolerável!

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Vou permitir, Senador José Jorge.

É ilação.

Por ter o meu sentimento e o sentimento com que pedi esta CPI, visando e esperando que, ao final dela, tenhamos condições de oferecer propostas de políticas públicas para o Brasil no que diz respeito à jogatina, ou se faz uma proposta de fechar de vez, acabando com a jogatina no Brasil, ou se faz uma proposta para escancarar de vez a jogatina. Qualquer proposta. Mas que tenhamos condições de oferecê-la, a partir de ouvirmos, por exemplo, os irmãos Ortiz, Alejandro Ortiz, a família Ortiz, que trouxe os caça-níqueis para o Brasil.

Foi essa a razão da queda do ex-Ministro Greca no Governo Fernando Henrique Cardoso. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso demitiu Greca exatamente por conta desse incidente – e o fez muito bem –, por uma denúncia do Procurador Luiz Francisco, naquela ocasião em que os caça-níqueis começaram a entrar no Brasil, de forma ilegal, viciando o nosso povo e sendo usados para lavar dinheiro do narcotráfico, essa desgraça, esse cancro que corrói, carcome e desmoraliza a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, devo responder a mim, à minha consciência, pelo sentimento que me levou a escrever esse texto.

Propus ao Presidente – e S. Ex<sup>a</sup> o aceitou – falar com o Ministro Jobim, conjuntamente com seu Relator, o qual precisa de muito conteúdo para elaborar esse relatório final, não apenas quanto à GTech, mas para, acima dos indiciamentos, propor políticas públicas que ofereçam instrumentos à sociedade brasileira. Não sei se feliz ou infelizmente, fazemos fronteira com nossos irmãos que usam nossos portos e aeroportos e nossa malha rodoviária como instrumento para o tráfico internacional escoar a produção de droga para o mundo e para a desgraça do consumo interno.

Devemos, ao final, oferecer propostas de políticas públicas nesse sentido.

Qual é o mal que os bingos e a jogatina têm feito a este País, à nossa economia, à moralidade nacional? Onde está a contribuição das jogatinas e dos bingos para o aumento da criminalidade e da lavagem de dinheiro? Diremos: “Não, nós estamos de acordo. Continuem, vamos abrir mais bingos!”. Ou não estaremos de acordo: “Vamos fechar tudo isso!”.

É preciso que, ao final, tenhamos condições de oferecer propostas de políticas públicas, e a razão pela qual venho a esta tribuna, Sr. Presidente, é para poder dar satisfação à minha consciência.

Concedo-lhe o aparte, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Meu caro Senador, eu só gostaria de lembrar que o Sr. Paulo Okamoto deu um depoimento à CPI, depois do qual foi gerada uma série de dúvidas. Por isso, pediu-se a quebra do seu sigilo fiscal. Na realidade, se ele depôs, já está, de certa maneira, envolvido na questão da CPI, e, portanto, é natural que, se houver dúvida, seja quebrado seu sigilo bancário. Era o que eu queria esclarecer.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Tenho todo respeito por V. Ex<sup>a</sup>. E quem sou eu? Sou um indouto de raciocínio lento, com dificuldade de entendimento.

V. Ex<sup>a</sup> tem uma longa experiência, mas é preciso que tenhamos muito cuidado com essas questões.

Não existe um depoimento que diga que esse Paulo Okamoto é amigo de bingueiro tal, que comprou bingo tal, que é sócio dele em algum lugar ou que apareceu outro que falou a mesma coisa. Não há o que gere, documentalmente, elementos para se fundamentar o pedido de quebra de sigilo. Isso é extremamente grave.

Quero relembrar que não sei quem é esse rapaz, não tenho a menor relação com ele, mas, pela pequena experiência que tenho de CPIs, pelos dissabores que nelas vivi e com os quais aprendi, sei que não podemos jogar ao vento nomes de pessoas se não tivermos elementos documentais suficientes para pedir uma quebra de sigilo com a natureza da que foi feita. Pode até ser crime o que ele fez.

Lembro-me de que pedi a quebra de sigilo de um ladrão de cargas, um empresário brasileiro – o Senador Romeu Tuma conhece o fato, e não vou citar nomes, pois foi o Robinho quem relatou – que mandava roubar as próprias cargas. Pedimos a quebra de seu sigilo na CPI do Narcotráfico, mas ela foi negada. Disseram-nos: “Olhem, vocês não apresentaram fato algum que ligasse esse cidadão ao narcotráfico”. Negaram, e, realmente, ele era criminoso. Nós perdemos, mas o sigilo não foi quebrado porque não estava dentro do fato determinado daquela CPI.

Essa é a minha preocupação, Senador José Jorge, levando em consideração o argumento de V. Ex<sup>a</sup> e o respeito que lhe tenho, o qual é mútuo. A minha motivação e a minha consciência me dizem que não existe motivo, que não há provas documentais ou qualquer coisa que ligue o nome do Sr. Okamoto à jogatina brasileira. Não podemos pedir a quebra do sigilo desse cidadão tão-somente porque ele é amigo do Presidente Lula.

Encerro, Sr. Presidente, agradecido pela benevolência e pelo tempo.

Agradeço à Senadora Heloísa Helena pelo argumento que me possibilitou permanecer todo esse tempo na tribuna e fazer este pronunciamento. Eu o devia à Nação brasileira, e essa será a minha posição.

Com relação ao Sr. Kurzweil, existem as ligações e não há razão para se negar a quebra do sigilo, até porque existem documentos da própria Junta Comercial de São Paulo que fazem essas ligações.

A visita ao Ministro do Supremo, por quem temos enorme respeito, o nosso querido Jobim, certamente

fará bem à CPI. Que a CPI corra para chamar os bingueiros de fato, a fim de ter instrumentos para fazer um recheado e robusto relatório propondo políticas públicas para o País, no que diz respeito à jogatina!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou fazer um apelo para que se inicie a Ordem do Dia, mas, evidentemente, se V. Ex<sup>a</sup> conceder a palavra a outros Senadores, vou falar, e não há quem me tire a palavra.

Se V. Ex<sup>a</sup> disser que iniciaremos a Ordem do Dia, tudo bem, e retirarei minha fala. Senão, vou falar fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos começar imediatamente a Ordem do Dia, a não ser que algum outro Senador peça a palavra pela ordem. Como dei a palavra pela ordem a um, vou ter de concedê-la aos outros.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Estou entendendo, Sr. Presidente. É exatamente por isso que estou falando, porque posso pedir a palavra pela Liderança, e V. Ex<sup>a</sup> tem de dá-la de pronto; ou posso inventar um pedido de pela ordem ou uma questão de ordem. Tudo pode.

Se for para iniciarmos a Ordem do Dia, retiro. Se for para começar a lengalenga, falarei também, infelizmente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje pela manhã, li uma notícia no **Correio Braziliense** que dizia que eu teria procurado V. Ex<sup>a</sup>, juntamente com o Deputado João Paulo Cunha, para solicitar que as informações referentes à quebra de sigilo e outras de interesse do Conselho de Ética não fossem a ele encaminhadas.

Li depois, na **broadcasting**, na UOL, uma matéria da **Folha Online** que diz: “O Deputado gaúcho, que é o Relator do processo, Cezar Schirmer, trouxe ao Conselho a informação que ele recebeu de que o Líder do Governo no Senado, Aloizio Mercadante, pediu à CPI que realmente não remeta os documentos



solicitados pelo Conselho, porque representam uma quebra do sigilo dos envolvidos”.

Procurei o Deputado Cezar Schirmer, que nega que tenha dito isso. Procurei o Senador Delcídio Amaral, que, publicamente, disse que eu jamais o procurei para tratar dessa matéria, de fato, nem em relação ao caso João Paulo, nem a outro caso que tenha ocorrido.

Portanto, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> se pronunciasse, porque, em nenhum momento, eu o procurei, e o Deputado João Paulo jamais tratou desse assunto comigo. Portanto, não procede a informação publicada, tanto que o Senador Delcídio Amaral e o Deputado Cezar Schirmer desmentem isso nos jornais, como na matéria de **O Globo**, de Maria Lima, e dizem que não há qualquer procedência.

Eu pediria, portanto, um esclarecimento, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que não é do meu feito, muito menos do de V. Ex<sup>a</sup>, tomar uma iniciativa dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> não precisa ter, com relação a isso, nenhuma preocupação, absolutamente nenhuma preocupação. V. Ex<sup>a</sup> nunca tratou disso comigo, nem seria o caso. Já demonstrei sobejamente a esta Casa e ao Brasil minha isenção, minha absoluta isenção.

Aliás, disseram o mesmo quando coube a mim a decisão de prorrogar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios; depois, quando coube a mim a tarefa de contratar consultoria para que pudéssemos aprofundar a investigação para dar os resultados que a sociedade cobra; e, depois, quando disseram que não íamos convocar o Congresso, porque o Governo não queria isso. Convocamos o Congresso para, exatamente nestas sessões do Senado e da Câmara, votar as matérias que estão na Ordem do Dia, na pauta da convocação – foi exatamente o contrário.

Todos conhecem V. Ex<sup>a</sup> e sabem que significa para nós grande referência. Não precisa provar isso a ninguém. Não tenha nenhuma preocupação, absolutamente.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não, pela ordem, não. Vou pedir a palavra pela Liderança do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou concedendo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pode ser, Sr. Presidente, mas não vou questionar o andamento dos trabalhos, que é como o Regimento estabelece a palavra pela ordem, mas se está concedida a palavra, falarei.

Quero fazer uma comunicação e um apelo, já que se tratou dos assuntos relacionados ao mensalão. Sei das dificuldades do Senador Delcídio em tentar compatibilizar a estrutura de trabalho. O mesmo ocorre com o Deputado Osmar Serraglio. Tem sido muito difícil analisar, na CPMI dos Correios, o emaranhado, os tentáculos gigantescos que foram montados, estabelecidos, em toda a máquina pública, que tinha desde fraude a processo de instrução de edital de licitação a fraude no processo licitatório e nos aditivos contratuais. Já está mais do que provado que existiu o mensalão. Entretanto, nem o Congresso, nem o povo brasileiro sabem quais os beneficiários do esquema fraudulento, denominado mensalão, ou qualquer outro nome igualmente putrefato que a ele seja dado. E é nesse sentido que nós fizemos um apelo para que a CPMI dos Correios assuma as prerrogativas que foram aniquiladas pela promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional, que impediu a prorrogação da CPMI do Mensalão. Nós apresentamos vários requerimentos para a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais do mensalão, para que o povo brasileiro realmente possa conhecer todos os beneficiários, sejam Senadores ou Deputados, envolvidos no esquema do mensalão, e isso só poderá acontecer com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Então, é o apelo que fazemos aos líderes partidários.

Amanhã, haverá uma reunião administrativa da CPMI dos Correios e é essencial que essa CPMI assumo – repito – as prerrogativas de investigação do mensalão, que foram aniquiladas, soterradas, com o impedimento de prorrogação da CPMI do Mensalão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (Bloco/PSB – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, pelo ordem, usar da palavra, porque esta é a oportunidade que tenho de falar.

Sr. Presidente, quero apenas registrar que, ontem, esta Casa aprovou um voto de congratulação a um dos jornalistas mais importantes do meu Estado,

que é o Edilmar Norões. Quero, portanto, agradecer à Casa por esse voto. Ontem foi a comemoração dos cinquenta anos de exercício profissional desse que é um dos jornalistas mais respeitados do Estado do Ceará e colunista político do jornal **Diário do Nordeste**.

Sr. Presidente, ontem, infelizmente, por causa das discussões que aconteceram nesta Casa, não tive a oportunidade de falar. Por isso, hoje, solicito a V. Ex<sup>a</sup> o registro do meu pronunciamento de congratulação nos Anais da Casa. Também quero agradecer à Casa a aprovação do voto de congratulação.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES.**

**A SRA. PATRÍCIA SABOIA GOMES** (Bloco/PSB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para prestar minha homenagem a um dos jornalistas mais importantes do meu estado, o Ceará. O diretor da TV Verdes Mares e colunista político do Jornal **Diário do Nordeste**, Edilmar Norões, será homenageado em Fortaleza, esta noite, quando completa 50 anos de exercício profissional dedicado à sociedade cearense. Por causa do trabalho aqui no Senado, infelizmente, não poderei estar presente a essa justíssima homenagem.

Mas gostaria de dizer algumas palavras sobre este que é um dos jornalistas e radialistas mais respeitados do Ceará. Apesar de formado em direito, desde que ainda morava no Crato, sua cidade natal, Edilmar Norões se dedicou ao jornalismo. Começou no rádio, mais precisamente na Rádio Araripe do Crato, e quando se mudou para Fortaleza, continuou no veículo que, naquela época, era o mais popular de todos.

No final dos anos 50, Edilmar resolveu estreitar sua carreira em jornal impresso, primeiro como colunista social e depois como colunista político da “Tribuna do Ceará”. Nos anos 70, participou da implantação da TV e depois da Rádio “Verdes Mares”. Quando o grupo “Verdes Mares” inaugurou seu jornal, o “Diário do Nordeste”, Edilmar Norões levou para lá sua já tradicional coluna política, até hoje uma das mais lidas da imprensa cearense.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é só o talento para apurar notícias exclusivas da maior importância para o Ceará e para o Brasil que faz de Edilmar Norões um grande jornalista. É também a forma como ele exerce seu ofício diariamente. Tratando suas fontes com ele-

gância ímpar, brindando seus leitores com um texto leve, embora cheio de conteúdo. Enfim, lançando mão de toda a sua experiência para fazer um jornalismo da maior qualidade. Por isso tudo, senhoras e senhores senadores, é que eu quero, de coração, mesmo de longe, me juntar àqueles que hoje homenageiam Edilmar Norões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do Regimento, defiro o pedido de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 89, DE 2006**

**Requerem Voto de Censura ao Advogado Marcos Augusto Perez, que defende o Presidente do Sebrae nas investigações da CPI dos Bingos, pelas insólitas e descorteses frases proferidas com o propósito de agredir o Congresso Nacional.**

Requeremos, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Censura ao Advogado Marcos Augusto Perez por ter, no dia 30 de janeiro de 2006, dirigido palavras desrespeitosas e ofensivas contra o Congresso Nacional, sustentando que “a CPI dos Bingos não deseja apurar nada, mas do somente fazer circo”.

Requeremos, ademais, que esta moção seja levada ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Presidente do Sebrae.

**Justificação**

O Advogado Marcos Augusto Perez, que defende o Presidente do Sebrae (Paulo Okamoto), saiu-se destemperadamente com declarações agressivas, desrespeitosas e abusivas contra o Congresso Nacional e especialmente contra a CPI dos Bingos, a ponto de dizer que aquele órgão quer apenas fazer circo e, ademais, num desconhecimento brutal da lei, que a CPI não é foro legítimo para apurar as denúncias relativas ao pagamento que Okamoto alega ter feito para saldar dívida do Presidente Lula.

Com esse destemperado, o Advogado revela sua face ditatorial, nada adequada para o regime democrático.

Entendemos, assim, que o Voto de Censura ora proposto é a melhor resposta à postura leviana do advogado.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006. **Os-mar Dias**, Líder do PDT. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB. – **José Agripino**, Líder do PFL. – **José Jorge**, Líder da Minoria.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento do Conselho de Comunicação Social que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1, DE 2006**

Ofício CCS nº 124/2005

Brasília, 5 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Na 11ª Reunião Ordinária do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional de 2005, realizada hoje, foi aprovada, por unanimidade, proposta de modificação do Regimento Interno de nosso colegiado, como primeiro item da pauta de trabalhos (anexa).

Encaminho a Vossa Excelência as alterações propostas pelo Conselho, para os fins estabelecidos pelo art. 49, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, aprovado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2004.

Aproveito a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – **Arnaldo Niskier**, Presidente

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**11ª Reunião – 5-12-2005**

**Item I da Pauta de Trabalhos**

*Regimento Interno do CCS – Revisão*

**Modificações no Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social aprovadas pelo Colegiado.**

1) O parágrafo 2º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....  
(...)”

§ 2º As solicitações do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou de entidades da sociedade civil, bem como as manifestações do Conselho, serão sempre encaminhadas através do Presidente do Congresso Nacional.

(...)”

2) O art. 20 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVII:

“Art. 20. ....  
(...)”

XVII – Representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas.”

3) O art. 26 e seu § 1º passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir. O Presidente do Conselho, em caso de relevância ou urgência, poderá criar até duas Comissões Especiais para tratar de temas específicos.

§ 1º As Comissões Temáticas terão prazos definidos pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário, para apresentar o seu relatório. As Comissões Especiais terão prazos também definidos pelo Presidente do Conselho, não superiores a 30 (trinta) dias corridos, contados à data imediata da sua instalação.

(...)”

4) O art. 3º passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 4º:

“Artigo 3º .....  
(...)”

§ 4º O Conselho de Comunicação Social poderá criar um prêmio, denominado “Ordem do Mérito Marechal Cândido Rondon”, a ser outorgado, no limite de 3 (três) por ano, a personalidades que tenham se destacado na defesa dos princípios constitucionais da Comunicação Social.”

**Arnaldo Niskier**, Presidente.


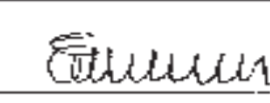
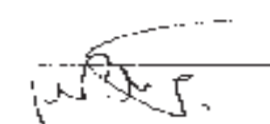
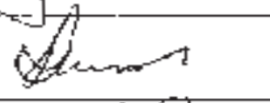
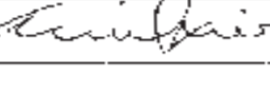

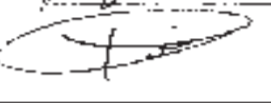
**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

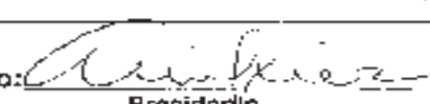
**11ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 5 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,**  
**NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE PRESENÇA**

Presidente: ARNALDO NISKIER  
 Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORREIA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas		MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEFAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO FERREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		REGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
X -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		GABRIEL PRIOLLI NETO	
XI -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		PHELIPPE DAOU	
XII -	ROBERTO WÄGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
XIII -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil		PAULO ROBERTO FRANCO MARTINS	

Visto:  em 5/12/05.  
 Presidente

Em 5.12.05

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**11ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 5 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,**  
**NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE VOTAÇÃO**

Presidente: ARNALDO NISKIER  
 Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

S 2º 3º

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEMPERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas de imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	STEPAN MERCESSION	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISMUNDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	—	IX -	PHILIPPE DADU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARTINS	

VISTO: *Arnaldo Niskier*

Em 5.12.2005



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**11ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 5 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,**  
**NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE VOTAÇÃO**

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta do Conselheiro Roberto Wagner - RT - art. 20 - Lei nº 11.171 - Aprovada.*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEMERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante das empresas de imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	GELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radiistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEM	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	STEPAN MERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais da cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISMUNDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIDLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	—	IX -	PHÉLIPPE DADU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLAVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARTINS	

VISTO: *[Assinatura]*

Em 5.12.2005.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**11ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 5 DE DEZEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,**  
**NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE VOTAÇÃO**

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta de Causelheiro Paulo Machado  
de criação da Medalha Paroquia (3 p/ano)  
Aprovada.*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTES	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas on line	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PADUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante das empresas da imprensa escrita	S	III -	SIONEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notória conhecimentos na área da comunicação social	—	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURIPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radiotelevis	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante na categoria profissional dos ártelex	—	VII -	STEPAN MERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	REGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	—	IX -	PHILIPPE DADU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO: *Arnaldo Niskier*

*Em 5.12.2005*



**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**11ª REUNIÃO DE 2005  
(ORDINÁRIA)**

**DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2005, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H30,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**PAUTA DE TRABALHOS**

**ITEM I**

**Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social – Revisão.  
Com a participação do Advogado e Ex-Presidente do Conselho,  
Dr. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO.**

**ITEM II**

**Relatório do Conselheiro GILBERTO CARLOS LEIFERT sobre o Regulamento de  
Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por  
Assinatura – Ofício n.º 167/2005 da ANATEL.**

**ITEM III**

**Relatório do Conselheiro PAULO TONET CAMARGO sobre “Classificação Indicativa  
a Programas Jornalísticos ao vivo” – Ofício n.º 78/2004, do Diretor do Departamento  
de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça**

**ITEM IV (14h30)**

**Audiência Pública**

**Tema: “Convergência Tecnológica nos Meios de Comunicação”**

**Expositor:**

**Dr. LUIS AVELAR – Vice-Presidente Executivo de Marketing da Vivo**

**ITEM V**

**Comissões Técnicas - Discussão**

**Quadro Comparativo entre o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social e as modificações aprovadas pelo Colegiado.**

Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social	Modificações no Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social aprovadas pelo Colegiado
<p>Art. 3º ..... ..... § 2º Quando em atendimento a solicitações do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil, a manifestação do Conselho terá sempre como referência seu papel auxiliar do Congresso Nacional e será encaminhada pelo Presidente do Senado Federal.</p> <p>§ 3º .....</p>	<p>Art. 3º ..... ..... § 2º As solicitações do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou de entidades da sociedade civil, <i>bem como</i> as manifestações do Conselho, serão sempre encaminhadas através do Presidente do Congresso Nacional.</p> <p>§ 3º ..... § 4º <i>O Conselho de Comunicação Social poderá criar um prêmio, denominado "Ordem do Mérito Marechal Cândido Rondon", a ser outorgado, no limite de 3 (três) por ano, a personalidades que tenham se destacado na defesa dos princípios constitucionais da Comunicação Social.</i></p>
<p>Art. 20. ....</p> <p>Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir.</p> <p>§ 1º A Comissão Temática terá prazo definido pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário, para apresentar o seu relatório.</p>	<p>Art. 20. ....</p> <p><i>XVII – representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas.</i></p> <p>Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir. <i>O Presidente do Conselho, em caso de relevância ou urgência, poderá criar até duas Comissões Especiais para tratar de temas específicos.</i></p> <p>§ 1º As Comissões Temáticas terão prazos definidos pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário, para apresentar o seu relatório. <i>As Comissões Especiais terão prazos, também definidos pelo Presidente do Conselho, não superiores a 30 (trinta) dias corridos, contados à data imediata da sua instalação.</i></p>

**Quadro Comparativo entre o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social e as modificações aprovadas pelo Colegiado.**

Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social	Modificações no Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social aprovadas pelo Colegiado
Art. 3º .....	Art. 3º .....
§ 2º Quando em atendimento a solicitações do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil, a manifestação do Conselho terá sempre como referência seu papel auxiliar do Congresso Nacional e será encaminhada pelo Presidente do Senado Federal.	§ 2º As solicitações do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou de entidades da sociedade civil, <i>bem como</i> as manifestações do Conselho, serão sempre encaminhadas através do Presidente do Congresso Nacional.
§ 3º .....	§ 3º .....
	§ 4º <i>O Conselho de Comunicação Social poderá criar um prêmio, denominado "Ordem do Mérito Marechal Cândido Rondon", a ser outorgado, no limite de 3 (três) por ano, a personalidades que tenham se destacado na defesa dos princípios constitucionais da Comunicação Social.</i>
Art. 20. ....	Art. 20. ....
	<i>XVII - representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas.</i>
Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir.	Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir. <i>O Presidente do Conselho, em caso de relevância ou urgência, poderá criar até duas Comissões Especiais para tratar de temas específicos.</i>
§ 1º A Comissão Temática terá prazo definido pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário, para apresentar o seu relatório.	§ 1º As Comissões Temáticas terão prazos definidos pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário, para apresentar o seu relatório. <i>As Comissões Especiais terão prazos, também definidos pelo Presidente do Conselho, não superiores a 30 (trinta) dias corridos, contados à data imediata da sua instalação.</i>



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido vai ao exame da Mesa, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 15/06 – LPL

Brasília, 25 de janeiro de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Giacobbo (PL – PR), na qualidade de suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 275, de 29 de dezembro de 2005 que “Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 3.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 16/06 – LPL

Brasília, 25 de janeiro de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Reinaldo Betão (PL/RJ), na qualidade de titular, e o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 271, de 26 de dezembro de 2005 que “Autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Fede-

ral e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 17/06-LPL

Brasília, 25 de janeiro de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Medeiros (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Lincoln Portela (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 272, de 26 de dezembro de 2005 que “Altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social à – INSS; nº 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; nº 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS; nº 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 18/06 – LPL

Brasília, 25 de janeiro de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Chico da Princesa (PL/PR), na qualidade de titular, e o Deputado Aracely de Paula (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 274, de 29 de dezembro de 2005 que “Inclui e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que

aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitro ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas. Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 72, DE 2006**

**Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 288, de 2005 (nº 849/2005, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu para exercer o cargo de Diretora do Departamento Nacional de Aviação Civil – ANAC”.**

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta realizada em 15 de dezembro de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Delcídio Amaral, sobre a Mensagem nº 288, de 2005, opinou pela aprovação da indicação da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu, para exercer o cargo de Diretora do Departamento Nacional de Aviação Civil – ANAC, por 15 votos Sim, 1 Não e 1 Abstenção – Total: 17

Aprovado em 15 de dezembro de 2005. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente – Senador **Delcídio Amaral**, Relator.

#### **RELATÓRIO**

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

Por meio da Mensagem (SF) nº 288, de 2005 (nº 849, de 2005, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, autarquia vinculada ao Ministério da Defesa, criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Nos termos do art. 52, III, f da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros “que a lei determinar”. A Mensagem em causa cumpre, assim, o requisito imposto pelo art. 12 da lei que criou a ANAC, segundo o qual os dire-

tores serão nomeados pelo Presidente, após serem aprovados pelo Senado Federal.

De outra pane, o mesmo artigo determina que “os diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados”, condições que a Senhora Denise Maria Ayres de Abreu satisfaz plenamente, tendo em vista o currículo apensado aos autos.

Nascida em 15 de outubro de 1961, na cidade da São Paulo, a indicada graduou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1983.

Em 1987, ingressou nos quadros da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, tendo atuado nas Secretarias de Administração Penitenciária, Educação, Ciência e Tecnologia e Planejamento, bem como na Junta Comercial do Estado.

Exerceu, ainda, diversos cargos de direção na Administração Pública do Estado de São Paulo. Foi Assessora Jurídica do Governo, de 1991 a 1995 e Chefe de Gabinete das Secretarias de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social e da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM, entre 1999 e 2000.

Na esfera federal, foi assessora e Subchefe Adjunta da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, entre 2003 e 2005, tendo atuado na elaboração de projetos de lei, medidas provisórias e decretos, assim como na formulação de políticas para as agências e para o setor aéreo.

Desde agosto do presente ano exerce a função de Assessora Especial do Ministro da Saúde.

Na área acadêmica, foi monitora e assistente da cadeira de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre os anos de 1983 e 1985, e professora do Primeiro Curso de Formação dos Gestores de Saúde, promovido pela Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, em 1998.

As características e a importância dos cargos exercidos pela Senhora Denise Maria Ayres de Abreu demonstram sobejamente a pertinência de suas atividades profissionais com as atribuições de Diretora da ANAC. Dessa forma, submetemos sua escolha, constante da Mensagem (SF) nº 288, de 2005 (nº 849, de 2005, na origem), à apreciação e julgamento desta Comissão.

Sala da Comissão, – **Delcídio Amaral**, Relator.



**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

*Mensagem do Senado Federal nº 288, de 2005*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 2005 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

**PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES**

**RELATOR: SENADOR DELCÍDIO AMARAL**

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
HERÁCLITO FORTES - PFL	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - PFL
MÓSTENES TORRES - PFL	2- CÉSAR BORGES - PFL <i>César Borges</i>
JOSÉ JORGE - PFL	3- JONAS PINHEIRO - PFL
MARCO MACIEL - PFL	4- JORGE BORNHAUSEN - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	5- MARIA DO CARMO ALVES - PFL
LEONEL PAVAN - PSDB	6- FLEXA RIBEIRO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	7- EDILARDO AZEVEDO - PSDB <i>Edilardo</i>
TASSO JEREISSATI - PSDB	8- JUVÊNCIO DA FONSECA - PSDB
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	9- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB
PMDB	PMDB - SUPLENTE
GERSON CAMATA	1- ROMERO JUCÁ <i>Romero</i>
ALBERTO SILVA	2- LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3- PEDRO SIMON
NEY SUASSUNA	4- ÍRIS DE ARAÚJO
ALBERTO MESTRINHO	5- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	6- VAGO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)
DELCÍDIO AMARAL - PT <i>Delcídio Amaral</i>	1- ROBERTO SATURNINO - PT
MAGNO MALTA - PL	2- PAULO PAIM - PT <i>Paulo Paim</i>
JOÃO CAPIBERIBE - PSB	3- FERNANDO BEZERRA - PTB <i>Fernando Bezerra</i>
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB	4- FÁTIMA CLEIDE - PT
SERYS SLHESARENKO - PT	5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
SILVIA MACHADO - PT <i>Silvia Machado</i>	6- FLÁVIO ARNS - PT
AELTON FREITAS - PL	7- JOÃO RIBEIRO - PL <i>João Ribeiro</i>
PDT	PDT
CRISTOVAM BEARQUE	1- AUGUSTO BOTELHO

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**SEÇÃO IV**  
**Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005

**Mensagem de veto**

**Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.**

Art. 12. Os diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 90, DE 2006**

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, requero urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Sala das Sessões, em 1º de fevereiro de 2006.

**REQUERIMENTO Nº 91, DE 2006**

Nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, requero urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 42, de 2006, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006.

**REQUERIMENTO Nº 92, DE 2006**

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 366, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2006.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados após a Ordem do Dia, na forma do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, de 2005**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da*



*Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida, em virtude da falta de acordo de lideranças.

À Medida Provisória foram apresentadas 110 emendas.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Gastão Vieira (PMDB – MA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à medida provisória; e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no último dia 2, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 19 de janeiro;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 19 de janeiro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 44, de 2005, e se esgotará no dia 4 de abril;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 25 de janeiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, Relator revisor da matéria, para proferir parecer.

#### **PARECER Nº 73, DE 2006 – PLEN**

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o parecer é sobre a Medida Provisória nº 268, de 2 de dezembro de 2005, que “abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais), para os fins que especifica”.

A Medida Provisória atende aos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência; também apresenta adequação orçamentária e financeira e, dentro do valor especificado, praticamente 80% do valor se destina ao Ministério da Saúde, ou seja, mais de R\$1 bilhão para remuneração de agentes comunitários, entre outros aspectos, repasse para Estados, Municípios, Distrito Federal, também para aquisição de medicamentos, num valor um pouco inferior, em torno de R\$100 milhões; para o Ministério da Educação, para duas ações fundamentais, que são o desenvolvimento da educação profissional, com a integração do ensino profissional com a educação de jovens e adultos, e também a aquisição de livros didáticos para o Ensino Médio e, subsidiariamente, para o Ministério da Defesa e para operações oficiais de crédito.

Voto.

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, por sua adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo e aprovados também pela Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER DE PLENÁRIO**

**Sobre a Medida Provisória nº 268, de 2 de dezembro de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$1.498.314.101,00, para os fins que especifica”.**

Autor: **Poder Executivo.**

Relator: Senador

#### **1 – Relatório**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 158/2005-CN (nº 824/2005, na origem), a Medida Provisória nº 268, de 2 de dezembro de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$1.498.314.101,00, para os fins que especifica”, conforme detalhamento mostrado na Tabela I.



**TABELA I**

Em R\$ 1,00

ÓRGÃO	SUPLEMENTAÇÃO	ORIGEM
Ministério da Educação	86.156.115	73.595.422
Ministério da Saúde	1.268.340.526	425.652.872
Ministério da Defesa	132.412.460	
Operações Oficiais de Crédito	1.405.000	
<b>Excesso de Arrecadação de:</b>		<b>999.075.607</b>
Recursos Ordinários		193.817.460
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		22.570.693
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		578.724.385
Contribuição sobre Movimentação Financeira		141.908.497
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia		17.534.777
Recursos Próprios Não-Financeiros		4.500.000
Recursos Próprios Financeiros		20.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.498.314.101</b>	<b>1.498.314.101</b>

A Tabela II apresenta os acréscimos e cancelamentos promovidos pelo crédito dentro de cada unidade orçamentária afetada pela MP nº 268, de 2005, assim

como a alocação de recursos oriundos do excesso de arrecadação citado na Tabela I.

**TABELA II**

Em milhões de R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ANEXO I (Suplementação)	ANEXO II (Cancelamento)	DIFERENÇA (I-II)
Fundo Nacional de Saúde	1.203,51	378,64	824,87
Agência Nacional de Saúde Suplementar	6,10		6,10
Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar	1,41		1,41
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	20,51	9,08	11,43
Fundação Nacional de Saúde	27,95	31,14	3,19
Fundação Oswaldo Cruz	5,34	6,38	-1,04
Hospital Cristo Redentor S.A.	0,41	0,41	0,00
Hospital Fêmina S.A.	0,02		0,02
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	4,50		4,50
Ministério da Defesa	132,41		132,41
Ministério da Educação	22,57	64,00	41,43
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	73,59	0,59	64,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.498,31</b>	<b>499,24</b>	<b>999,08</b>

De acordo com a EM nº 287/2005/MP, a urgência e a relevância justificam-se pela necessidade de:

- “distribuição de livros didáticos para o ano letivo de 2006, de forma a não prejudicar o desenvolvimento educacional dos alunos do ensino médio, bem como preparação para que as instituições de Ensino Profissional estejam aptas a receber os alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos, evitando descontinuidade na formação dos estudantes;
- pagamento de despesas com serviços urgentes, relevantes e improrrogáveis, no âmbito do Ministério da Saúde, cuja paralisação provocará grandes transtornos para a população; e
- assegurar as condições necessárias para honrar o compromisso assumido pelo País com a Organização das Nações Unidas – ONU em relação à Missão de Paz no Haiti. A prorrogação do prazo de atuação da Missão e o envio da Companhia de Engenharia de Construção do Exército acarretam custos adicionais à continuidade das ações de aprestamento, considerando o aumento das atividades do contingente brasileiro, e de manutenção dos equipamentos, de forma a não colocar as tropas brasileiras em condições desfavoráveis quanto à sua segurança.”

### 1.1 – Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência –, de adequação financeira e orçamentária, de mérito e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

O art. 62 da Constituição Federal confere ao Presidente da República, em caso de relevância e urgência, competência para adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional. Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. Confrontando tais dispositivos com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória, como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam cabalmente demonstradas a urgência, relevância e imprevisibilidade de que cuidam as mencionadas disposições constitucionais.

### 1.2 – Adequação Orçamentária e Financeira

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria dispositivos ou preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004), LOA/2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

## 2 – ANÁLISE POR MINISTÉRIO

### 2.1 – Ministério da Saúde

No tocante ao Orçamento da Seguridade Social da União, o crédito extraordinário suplementa R\$1.268.340.526,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e seis reais), em favor do Ministério da Saúde, para atender às programações constantes do Anexo I da Medida Provisória., pelo qual verifica-se que as programações suplementadas estão a cargo das seguintes Unidades Orçamentárias (U.O.):

Órgão/Unidade Orçamentária	Valor	Em R\$ 1,00
<b>36000 – Ministério da Saúde</b>	<b>1.268.340.526</b>	
36201 – Fundação Oswaldo Cruz	5.338.000	
36208 – Hospital Cristo Redentor S.A.	413.000	
36209 – Hospital Fêmina S.A.	20.000	
36210 – Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	4.500.000	
36211 – Fundação Nacional de Saúde	27.948.038	
36212 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	20.510.278	
36213 – Agência Nacional de Saúde Suplementar	6.102.000	
36901 – Fundo Nacional de Saúde	1.203.509.210	

A Exposição de Motivos nº 287/2005, de 2 de dezembro de 2005, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que, “no âmbito do Ministério da Saúde, os recursos adicionais visam a atender despesas com a remuneração dos agentes comunitários e profissionais que atuam no Programa Saúde

da Família; as transferências de recursos para Estados, Municípios e Distrito Federal, no intuito de garantir a prestação de serviços à população em 6.142 hospitais integrantes da rede assistencial do Sistema Único de Saúde – SUS, inclusive as instituições filantrópicas (Santas Casas de Misericórdia) e os hospitais universitários

e de ensino, além da rede ambulatorial que conta com 56 mil unidades; a intervenção federal nos hospitais do Rio de Janeiro, que vêm sofrendo sobrecarga no atendimento, principalmente nos setores de emergência; e a transferência de recursos para aquisição de medicamentos pelas 27 Unidades da Federação.

Além disso, alega o Poder Executivo que “o crédito é necessário, ainda, para custear despesas com o pagamento de pessoal e encargos sociais no mês de novembro e décimo terceiro salário de milhares de profissionais de saúde que atendem aos usuários dos hospitais e ambulatórios do SUS; atendimento hospitalar da população indígena e dos usuários submetidos ao tratamento de hemodiálise; aquisição de medicamentos para o tratamento de pacientes portadores de câncer, doença de Alzheimer, Parkinson e Gaucher, esclerose

múltipla, hepatite B e C, osteoporose e outras; além de imunossupressores para os transplantados.”

Os recursos necessários à abertura deste crédito extraordinário, no âmbito do Ministério da Saúde, decorrem de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$842.687.654,00 (oitocentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), principalmente das fontes 151 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, e 155 – Contribuição sobre Movimentação Financeira; e de anulação parcial de dotações constantes da lei orçamentária vigente, no montante de R\$425.652.872,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e dois reais), conforme mostrado no quadro a seguir:

Origem Recursos	Valor
<b>Excesso de Arrecadação</b>	<b>842.687.654</b>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	678.724.380
Contribuição sobre Movimentação Financeira	141.908.497
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	17.534.777
Recursos Próprios Não-Financeiros	4.500.000
Recursos Próprios Financeiros	20.000
<b>Anulação parcial de dotações em programações do Ministério da Saúde</b>	<b>425.652.872</b>
36201 – Fundação Oswaldo Cruz	6.380.400
36208 – Hospital Cristo Redentor S.A.	413.000
36211 – Fundação Nacional de Saúde	31.138.035
36212 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	9.077.501
36901 – Fundo Nacional de Saúde	378.643.936
<b>Total</b>	<b>1.268.340.526</b>

Ressalte-se ainda que haverá suplementação, no âmbito do Ministério da Saúde, decorrente de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$842.687.654,00 (oitocentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), e caso esse valor seja efetivamente despendido, deverá ocorrer, para efeito de cumprimento do disposto na EC nº 29, de 2000<sup>1</sup>, um impacto sobre o Orçamento da União para 2006, cuja proposta encontra-se atualmente sendo apreciada pelo Congresso Nacional e terá que ser majorada nesse valor.

<sup>1</sup>Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

“Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

“I – no caso da União:

“b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;

“§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.”

## 2.2 Ministério da Educação

O crédito ao Ministério da Educação destina-se a viabilizar recursos para a ação de “Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional”, cujo objetivo principal é a integração do Ensino Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, garantindo às instituições públicas federais de educação profissional a estrutura necessária para atendimento de um quantitativo maior de jovens e adultos; Visa, ainda, complementar a distribuição, até o início de 2006, de livros didáticos de forma a atender aproximadamente 8,4 milhões de alunos de 1ª a 3ª séries, matriculados em 16.148 escolas públicas de Ensino Médio em todas as regiões do País.

## 2.3 Ministério da Defesa

No Ministério da Defesa, o crédito visa ao atendimento de despesas com a permanência das tropas brasileiras na Missão de Paz no Haiti, incluindo a manutenção da operação, o preparo de tropas, o deslocamento de contingentes, a reestruturação do contingente militar brasileiro, mediante o envio de uma Companhia de Engenharia de Construção do Exército, em consonância com o efetivo de 1.200 homens

autorizado pelo Congresso Nacional, a aquisição de equipamentos específicos, com a finalidade de ajudar na reconstrução daquele País, e a aquisição de **containers** para o alojamento da tropa.

Cabe esclarecer que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 1.608 (2005), prorrogou o mandato da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – MINUSTAH, até 15 de fevereiro de 2006, com a perspectiva de estender o prazo até o final de 2006, devido à intenção firmada de renovar a Missão em até doze meses após a realização do processo eleitoral no final do presente exercício, com vistas à estabilização do novo governo.

#### 2.4 – Operações Oficiais de Crédito

No âmbito das Operações de Oficiais de Crédito, o crédito proposto destina-se à liquidação de operadoras de planos privados de saúde.

### 3 – VOTO

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, por sua adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, por sua aprovação da Medida Provisória nº 268, de 2005, nos termos propostos pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara dos Deputados.

Brasília, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Flávio Arns**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Flávio Arns, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, contra o voto da Senadora Heloísa Helena.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para discutir a matéria.

Aprovados os pressupostos, passamos à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 268, de 2005, abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.

Ela destina crédito extraordinário de R\$1,4 bilhão para os Ministério da Educação, da Saúde e da Defesa. A maior parte do dinheiro, R\$1,2 bilhão, será destinada ao Ministério da Saúde.

Tais recursos serão usados para custear despesas com o pagamento dos agentes comunitários do Programa Saúde da Família, o funcionamento de 6.142 hospitais públicos de todo o País, a intervenção federal nos hospitais do Rio de Janeiro e a compra de medicamentos nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Outro objetivo da abertura do crédito extraordinário para a saúde é “garantir o atendimento hospitalar da população indígena e dos pacientes de câncer, Alzheimer, Parkinson, hepatites B e C e osteoporose”.

O Ministério da Educação, por sua vez, receberá R\$96,1 milhões para completar a distribuição de livros didáticos até o início do ano letivo de 2006. Também serão destinados recursos ao Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.

No caso do Ministério da Defesa, o Governo pretende usar R\$132,4 milhões para custear as despesas com a permanência das tropas brasileiras no Haiti. Há previsão de verbas para o preparo e o deslocamento de militares e a compra de equipamentos.

Por decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a missão, que terminaria no próximo dia 15 de fevereiro, foi prorrogada até o final deste ano. Por isso, o Governo alega que é necessário fazer novas despesas. De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a abertura do crédito extraordinário é possível graças à existência de excessos de arrecadação e de recursos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e de taxas e multas arrecadadas pela União.

A maior parte dos recursos foi dirigida para a saúde, quase um R\$1 bilhão, para quitar repasses obrigatórios ao SUS, nos Estados. O restante foi destinado ao pagamento de equipes de saúde, 13º salário de agentes comunitários de saúde, salários desses agentes, medicamentos de alto custo, assistência médica a servidores e custeio desse notável Hospital Sarah Kubitschek.

Os Parlamentares rejeitaram um destaque de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, do PFL da



Bahia, que previa a retirada de R\$132,4 milhões destinados à manutenção das tropas no Haiti.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que mais surpreende nessa medida provisória é aquilo que foi objeto de longa discussão na semana passada neste mesmo Plenário do Senado. É o Governo mais uma vez, Sr. Presidente, executando o Orçamento por medida provisória. E mais, nesta medida provisória, especificamente, há inovação. Diante da dificuldade do Governo em mobilizar a sua base na Comissão de Orçamento para aprovar os seus projetos de crédito, optaram pelo caminho mais fácil. Retiraram os projetos de crédito que tramitavam com dificuldade naquela Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, e incluíram os mesmos créditos nessa medida provisória.

É o Governo que não quer abrir o sigilo do Oka-matto, que agora não quer mais que a Comissão Mista de Orçamento tenha legitimidade alguma; é o governo do Deus dará. Na melhor das hipóteses, Deus dará. Eu podia encontrar o antônimo de Deus.

É mais uma vez o absurdo do excesso de medida provisória, e agora para contemplar a execução do Orçamento, tendo em vista as dificuldades encontradas pelo Governo para aprovar no Congresso as matérias orçamentárias por outras vias que não sejam por medida provisória.

Sr. Presidente, vim à tribuna – e a minha intenção talvez até não fosse discutir essa matéria –, mas vim à tribuna para registrar o fato de nós termos hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovado regras que dignificam a soberania do Congresso. A partir de agora, se o Plenário referenda o que a CCJ decidiu e se a Câmara não recua – e sei que não recuará – desse intento de prestigiar o Parlamento ao qual ela se integra em posição de honra e numericamente de forma majoritária, teremos a necessária obrigação de o Governo passar a respeitar o Congresso e parar com esses deboches.

De novo, não me venham com aquela cantilena de que se diz que o Sarah Kubitschek é notável, mas se fosse votar contra, e não vamos votar contra desta vez... E tanto faz votar contra como não votar contra. Já provamos sobejamente que não há prejuízo algum. O dinheiro já foi gasto, não há problema algum. Essa conversa fiada não vai se repetir.

Estamos registrando que o Governo preferiu não votar o Orçamento; preferiu se entupir de dinheiro por via de medidas provisórias de crédito; preferiu driblar e desmoralizar a principal peça de análise congressual, que é precisamente a peça orçamentária. Mas, como tudo o que não é bom tem pernas curtas, o Congresso começa a se mexer, e sabemos que as medidas provisórias estão com os dias contados.

Hoje, discutimos meramente prazos para entrada ou não entrada em vigência das medidas provisórias, e optamos na CCJ por não vigência durante três dias, para apreciação em três dias na Comissão, e, ainda se entrar em vigência a medida provisória, mais três dias para definição pelo Plenário. São, portanto, seis dias. E o Governo que passe a enviar para cá medidas provisórias sérias, porque disse o ilustre Senador Ramez Tebet que, no ano que passou e neste que se está iniciando, não viu uma só medida provisória que fosse efetivamente fundamental para o funcionamento do País. Nenhuma! Todas poderiam não ter sido editadas. Todas poderiam ter ficado para outra formulação legal e todas vieram para cá sob a idéia de que, sem elas, o Brasil capotaria. Este é o Governo do “sem elas...”. É o Governo do “é preciso a compreensão de vocês”. É o Governo que, na hora de se portar com a deslealdade dos discursos dos quais o Presidente abusa, ao se vangloriar – e não sei de que se vangloria –, contrasta com a humildade com que são obrigados a pedir o nosso apoio aqui para aprovar toda e qualquer matéria. É aquela velha música, Senador Jefferson Péres, do Cazuzza: “Eu vivo da caridade de quem me detesta”. É mais ou menos isso.

Então, saibam que os dias das medidas provisórias, da forma em que estão vazadas, estão contados. E aqui este absurdo é denunciado. Mas sabemos que há tantas matérias relevantes na pauta e vamos votar sabendo que é de se denunciar como mau exemplo para a juventude brasileira este Governo que prefere driblar o Orçamento, ao invés de votá-lo; prefere legislar via medidas provisórias a peça orçamentária; e o Governo que agora retirou os créditos que estão sendo votados na Comissão de Orçamento para trazê-los para cá em cima da história de que “você não vão estragar isso”; e “afinal de contas, não sei o quê depois”, “vamos votar o projeto das florestas”. Enfim, estou quase começando a contar os dias. Daqui a pouco vou começar a pedir a palavra pela ordem e dizer assim: faltam tantos dias para acabar este Governo. Quando estiver mais perto, vou contar as semanas; depois, as horas e, no final, os minutos. Depois pretendo respirar aliviado, como qualquer cidadão que tenha senso de responsabilidade em relação ao seu País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PDMB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena. Em seguida, darei a palavra igualmente ao Senador José Agripino e ao Senador Ramez Tebet.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, para discutir a matéria.



**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-Sol – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sabem todos que sou favorável ao instrumento das medidas provisórias. Claro que o aperfeiçoamento que foi discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que será votado na Casa são mecanismos extremamente importantes.

Sou favorável ao instrumento da medida provisória para aquilo que manda a Constituição, o que é urgente e relevante e que mesmo um projeto em regime de urgência, urgentíssimo, encaminhado pelo Executivo, não é capaz de dar conta da liberação de determinadas ações e de determinados recursos que são importantes para casos urgentes e relevantes.

E volto a repetir, embora já tenha feito quinhentas vezes e continuarei fazendo enquanto por aqui estiver, que a grande responsabilidade é sempre do Congresso Nacional, porque é o Congresso Nacional que ora não atenta sobre aquilo que está sob a égide da constitucionalidade, da legalidade, da legitimidade conferida pela legislação em vigor no País. Basta ver, há pouco, o que aconteceu. Qual é o caráter urgente e relevante disso aqui? E vamos acostumando, deixando que isso aconteça.

Então, é sempre importante aprimorar a legislação, mas, por honestidade intelectual, é sempre bom dizer que a grande responsabilidade é sempre do Congresso Nacional, que deixa que os executivos façam o que querem, inclusive rasgar a Constituição e todo o debate do Orçamento, como fazem agora. O que é isso? Sabe o Senador Gilberto Mestrinho com a santa paciência que tem para conduzir aquela Comissão Mista de Orçamento.

O que está sendo votado aqui? Ora, é absolutamente normal que se pudessem suplementar recursos para determinadas áreas, estabelecer uma medida provisória com um crédito extraordinário, diante de algo extraordinário que pudesse estar acontecendo e que, portanto, necessitaria da agilidade do Poder Executivo. Não é nada disso que aqui está sendo votado.

O que está sendo votado agora não é nada. É simplesmente, mais uma vez, a irresponsabilidade do Governo, a irresponsabilidade do Congresso em não obrigar o Executivo a cumprir o Orçamento. Tudo o que está sendo aprovado agora, Senadora Lúcia Vânia... e sabe V. Ex<sup>a</sup> como é a manchete no outro dia. Uma medida provisória, quando já foi liberado o dinheiro, já foi pago o 13º dos agentes comunitários, já foi feito tudo, mas fazemos pose e o Governo faz também e, amanhã, divulga: "Foi aprovada uma medida provisória disponibilizando não sei quantos milhões para a saúde, para a guerra do Haiti, para não sei o quê." Tudo isso estava previsto.

Para disponibilizar esse recurso para a saúde, o Governo tirou de onde? Sabe o Senador Gilberto Mestrinho e sabe qualquer um honesto e intelectual aqui que não seja da base de bajulação e do servilismo desavergonhado com o Governo. Ele tirou de onde? Basta ver de onde cancelou o recurso. Tudo da saúde Senador Gilberto Mestrinho. O Governo cancelou recursos para áreas nobres da saúde de todos os Estados: epidemiologia e controle de doenças de vários Estados. Tenho obrigação de saber porque sou da área de saúde.

O quadro epidemiológico, o quadro de doenças da população brasileira, os agravos à saúde são gigantescos e exige do poder público ação na área de saúde preventiva, ou seja, desde a portinha de entrada no sistema com o serviço de imunização às quatro clínicas básicas até as ações de média e alta complexidade que exigem, em função das doenças vinculadas ao acidente de trânsito, os agravos e as mortes relacionadas à violência, as doenças crônico-degenerativas, cardiovasculares, tudo isso eles tiraram daqui para disponibilizar o recurso para a saúde.

Então, o que havia para os serviços de epidemiologia e controle de doenças de vários Estados foi cancelado; o que havia de atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal, portanto, os hospitais de ensino, foi cancelado. Todas as ações que se relacionavam à prevenção e detecção de doenças de forma precoce e de doenças não transmissíveis para vários Estados foram canceladas; e aquilo que significa também o médio e alto risco da vigilância sanitária. Cancelou e disponibilizou para aquilo que já estava previsto. Quem não tinha previsto ainda que havia necessidade de disponibilizar esse recurso para pagar agentes comunitários de saúde? Então, fica difícil aceitar essas coisas.

Do mesmo jeito, cancelou recursos para educação. A Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que se envolvem mais nessa área, já devem ter visto também os R\$22 milhões cancelados dos recursos destinados a livros, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Vamos votar favoravelmente, porque menos dinheiro ficará nos cofres públicos para viabilizar os interesses dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional, com suas orgias financeiras e suas mais diversas explorações do mundo do trabalho e da dignidade humana, simplesmente porque já foi feito.

O outro ponto é a missão do Haiti, que é outra coisa vexatória. Nada de ajuda humanitária – ajuda humanitária é da Cruz Vermelha, que faz isso. Fomos lá para legitimar o golpe americano no país. Nem as circunstâncias que levaram a um problema gravíssimo de suicídio, ou de assassinato, ou o que quer que seja em relação ao general-comandante das tropas,

nem os depoimentos tristes e assombrosos que estão sendo dados o tempo todo pelas nossas tropas lá fazem o Governo analisar absolutamente nada.

Assim, são recursos para legitimar o golpe americano e recursos retirados da área da saúde para voltar para outros setores da própria área da saúde.

Então, vamos votar favoravelmente, porque são recursos para a saúde, mas quem é honesto intelectualmente sabe exatamente o que caracteriza isso: uma farsa, a velha manipulação eleitoreira, a velha manipulação dos recursos públicos, como se fosse uma medíocre caixinha de objetos pessoais. Não tem planejamento, não tem nenhuma sofisticação técnica em relação à construção dessas metas, do diagnóstico, do planejamento dos serviços. Absolutamente nada. Então, só para deixar, mais uma vez, registrado o projeto.

Todos sabemos como é aquela Comissão de Orçamento: é horrorosa. Aliás, só me indiquei porque o Senador Gilberto Mestrinho estava lá desesperado na convocação extraordinária sem **quorum**. Então, fui completar o **quorum**. Mas, no outro dia, fico querendo retirar o meu nome, porque não tem quem agüente o que, realmente, é discutido lá.

Agora, isso acontece, não por responsabilidade de um ou outro na Comissão de Orçamento, mas por responsabilidade das maiorias no Congresso Nacional, que deixam que os executivos façam o que querem, independente de ter o caráter de um Orçamento obrigatório.

A própria Constituição diz que não cumprir a lei orçamentária leva o Presidente da República a ser enquadrado, a ter iniciado um processo de crime de responsabilidade. No entanto, muita gente se satisfaz com esse tipo de Orçamento, com a ausência de planejamento de serviços, porque se beneficia desse tipo de ineficácia e de farsa administrativa, e estamos aqui votando, mais uma vez: cancela-se dinheiro da saúde para viabilizar o pagamento de décimo terceiro dos nossos queridos, pobres e explorados agentes comunitários de saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua em discussão.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao nobre Líder, Senador José Agripino.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou procurar ser o mais sintético possível, porque quero que passemos essa etapa, que a pauta seja destravada e comecemos a votar aquilo que mais precisamos votar, que é o novo rito processual de tramitação de MPs.

Se a votação dessa matéria não fosse necessária para destravar a pauta, eu faria mil considerações

aqui e seria capaz de fazer encaminhamentos os mais diversos. Mas, pelo santo, beija-se o altar.

Esta matéria, Sr. Presidente, destina aproximadamente R\$1,5 bilhão para aplicação na educação, na saúde, na defesa e em operações oficiais de crédito, pagamento de dívida. Com que fonte? Com remanejamento de dinheiro, a que se referia a Senadora Heloísa Helena? Com nosso rico impostinho chamado CSLL, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas; com a nossa rica CPMF, para pagar os juros da equipe econômica. São R\$1,5 bilhão, dos quais R\$500 milhões foram de remanejamento do Orçamento. O que não conseguiram fazer no Orçamento empurraram numa medida provisória. De resto, é R\$1 bilhão, cuja fonte principal, R\$800 milhões, é decorrente da arrecadação da CSLL, que foi violentamente aumentada dos prestadores de serviço, e da CPMF, que todos nós brasileiros votamos. Se fosse para a educação e para a saúde, menos mal; é para a defesa, para a manutenção das tropas no Haiti, e é para pagar juros. É para operação de crédito, operação financeira oficial, para pagar juros! Operação de crédito. Tudo por medida provisória!

Estamos vivendo os últimos estertores – praz aos céus – de votações como essas, na qual vou até recomendar à minha Bancada que vote “sim”. Mas, em seguida – e espero que seja logo –, vamos votar, hoje, o projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, aprovado hoje na CCJ, para que entremos em outro rito, que cria um filtro para que o Poder Executivo evite editar esse tipo de medida provisória. Se assim o fizer, o filtro rapidamente vai pegar a medida provisória e dizer que ela não é admissível, porque não é urgente, nem relevante, nem constitucional – ou uma coisa, ou a outra, ou a outra – e vai transformá-la em projeto de lei em regime de urgência. Com isso, diminuirá a quantidade de MPs, e a pauta do Congresso vai ficar melhor para discutir, melhor para se fazer a apresentação da imagem do Congresso perante a opinião pública do Brasil.

Desse modo, com essas observações, quero dizer que, pelo santo se beija o altar, e, para que possamos votar logo o novo rito processual das MPs, recomendo o voto “sim” a esta medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu ia mesmo votar essa medida provisória. Embora a considere fora dos trâmites constitucionais, fiz uma pergunta para mim mesmo diante do que é irreversível dentro de uma medida provisória, quer dizer, já entra em vigor e se começa a gastar etc, etc, etc. Perguntei: no seu todo, essa medida provisória é

boa para o País? Tive a mesma dúvida que a Senadora Heloísa Helena, e aliás já tinha-me manifestado na tribuna. Dinheiro para o Haiti? Acho que as nossas tropas deveriam voltar para casa, mas dinheiro para a educação, sim. Dinheiro para a saúde, sim.

Sabem por que estou falando? Estou falando porque encontro nessa medida provisória uma oportunidade para fazer justiça a uma instituição de saúde no Brasil que é modelo para o mundo – acho eu –, que atende o Brasil inteiro: a Fundação Sarah Kubitschek. E o Hospital Sarah Kubitschek está contemplado nesta medida provisória.

Aproveito esta oportunidade para saudar o Dr. Aloysio Campos da Paz, que tem mantido a excelência desse hospital, até o mais humilde funcionário. Faço isso em nome até dos meus queridos conterrâneos de Mato Grosso do Sul, mas não só Mato Grosso do Sul; é o Brasil inteiro que se dirige a Brasília; é o Brasil inteiro que é atendido pelo Sarah Kubitschek, independentemente de pagamento. Ali, não tem pobre, não tem rico. Ali, há atendimento e espírito humanitário. De tal forma que, se existe alguma coisa a ser reparada no Sarah Kubitschek, é que não dá para atender na mesma hora em que o cidadão chega, tamanha a procura pelos serviços do Hospital Sarah Kubitschek.

Assim me pronuncio. Vou votar favoravelmente, mas deixo consignados os meus agradecimentos e o meu reconhecimento ao Hospital Sarah Kubitschek, a todos os funcionários e, volto a repetir, ao Dr. Aloysio Campos da Paz.

Muito obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Mesa subscreve todos os elogios que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer ao Dr. Aloysio Campos da Paz, pelo grande serviço que presta ao Brasil.

Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me às palavras justas do Senador Ramez Tebet, endossadas por V. Ex<sup>a</sup>. É da maior justiça o que esta Casa faz com relação ao Sarah Kubitschek, pelos serviços que tem prestado. Nós, nordestinos, de maneira muito especial, somos gratos ao trabalho que essa grande entidade faz para o Nordeste e para o Brasil. Daí por que votaremos favoravelmente a essa medida provisória. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falou-se do Hospital Sarah Kubitschek, do Dr. Campos da Paz. Queria me associar a essas manifestações, inclusive na forma pela qual V. Ex<sup>a</sup> o fez.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tive um rompimento de menisco e fui a vários locais. Fui ao Dr. Campos, e ele me atendeu com um carinho tão excepcional que não precisei me submeter a cirurgia. Meu joelho sarou só com o atendimento que ele fez e mais alguns benefícios que ele trouxe.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – O Hospital Sarah Kubitschek é um modelo em qualquer parte do mundo, e a dedicação de Campos da Paz e de sua equipe realmente merece do Senado esse tratamento que vem recebendo, principalmente da parte do nosso querido Presidente, que sabe fazer justiça a quem trabalha.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E ele tem muito orgulho da instalação do Sarah na Bahia, ele fala com muito orgulho disso.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> chegar às 8 horas da manhã, ele tem dois setores para atendê-lo: um é no Lago e o outro é no hospital antigo. Ele está lá o dia inteiro, às vezes até com um pouco de dificuldade para caminhar. É um homem que tem um amor profundo pela profissão que abraçou, é a realização de sua vida.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Senador...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – E é uma pena, Senador Romeu Tuma, que os Senadores não conheçam as instalações do Lago, que são as melhores do mundo talvez.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E todos são tratados igualmente, não há discriminação do pobre ou do humilde – as pessoas sentam na sua cadeirinha, com televisão, as enfermeiras atendendo, dando toda a atenção.

O Sarah é motivo de orgulho para nós, brasileiros, até pelo nome que leva o hospital – lembro a homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presidiu ontem, homenagem ao Presidente Juscelino e à sua esposa, que foi o sustentáculo de sua vida.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Gostaria apenas de fazer um pequeno aparte para também endossar todas as palavras que foram ditas em relação ao Hospital Sarah Kubitschek. V. Ex<sup>a</sup> mencionou a ex-

tensão do Sarah para outros Estados. Eu diria que é fundamental para o Brasil que tenhamos, em todos os Estados, uma extensão do Sarah ou outros hospitais que contem com o apoio do Sarah Kubitschek para que essa questão de reabilitação possa acontecer no Brasil todo. Também quero enaltecer esse importante serviço que presta o Hospital Sarah Kubitschek ao País. Esse hospital é uma referência no Brasil e não fica atrás de nenhum serviço semelhante no mundo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Arns, ressalto a visão e a força do Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem levado à Bahia todo tipo de medicina de ponta. O Sarah baiano é uma conquista do Senador Antonio Carlos Magalhães que se originou do amor e da dedicação do Dr. Campos da Paz.

**A Srª Lúcia Vânia** (PSDB – GO) – Senador Romeu Tuma, conceda-me um aparte, por favor.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não. Eu só não sei se o Presidente não vai ficar bravo comigo...

**A Srª Lúcia Vânia** (PSDB – GO) – Ele nem está prestando atenção! Senador Romeu Tuma, eu gostaria de me associar às vozes que já se levantaram aqui em favor do Sarah Kubitschek e aproveitar esta oportunidade para dizer que, embora seja um hospital de referência, o Governo ainda insiste, todos os anos, em atrasar os recursos tão sofridos a ele destinados. Esses recursos não vêm do Executivo, são colocados aqui por nós, Parlamentares. No entanto, na hora de receber esses recursos, o Dr. Campos da Paz tem de peregrinar pelos ministérios e, às vezes, ir até o Presidente da República para conseguir a liberação desses recursos para um hospital que é extremamente importante para Brasília e para o Brasil.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Está aqui o nosso Presidente da Comissão de Orçamento que, sem dúvida, está ouvindo o apelo de V. Exª e irá atender aos pedidos de emenda.

Sr. Presidente, gostaria ainda de conceder um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, a propósito do que está sendo dito, quero dizer que não faz sentido uma instituição como essa ter dificuldades, sofrer constrangimentos. No passado – e o Presidente Renan Calheiros sabe muito bem disso –, apenas algumas poucas instituições de caráter privado, cujo reconhecimento era nacional, tinham acesso a recursos do Orçamento. Hoje, são centenas de instituições.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – E todas em desespero.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Esse quadro não está correto. O Orçamento deveria prever recursos para instituições desse tipo, instituições cujo conteúdo

nacional é inegável, cujo peso é absolutamente significativo. O que existe é uma dispersão enorme de recursos por instituições que, se examinarmos direito, muitas delas não vamos nem encontrar. Quero dizer que sua palavra de equilíbrio tem o nosso total apoio.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PCdoB – TO) – Senador Romeu Tuma, quero participar dessa verdadeira homenagem que esta Casa faz ao Sarah Kubitschek. Não poderíamos a ela faltar. Todos sabemos que o Brasil inteiro demanda os serviços especializados desse hospital. O Dr. Aloysio Campos da Paz revelou-se um dos mais extraordinários e competentes administradores da demanda nacional.

**A Srª Patrícia Saboya Gomes** (Bloco/PSB – CE) – Senador Romeu Tuma...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não sei se V. Exª....

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço apenas aos Senadores que sejam breves.

**A Srª Patrícia Saboya Gomes** (Bloco/PSB – CE) – Serei muito breve, só não poderia deixar também de fazer um aparte ao pronunciamento de V. Exª, Senador Romeu Tuma, para cumprimentar o Sarah Kubitschek por intermédio, evidentemente, do Dr. Campos da Paz, pessoa que é unanimidade no Brasil por seu esforço, por sua dedicação, pela garra com que levou o Sarah a ser hoje uma referência não só em nosso País, mas fora dele também. Dou esse testemunho inclusive como usuária, porque existe um Sarah em Fortaleza, em nossa cidade, que para lá foi levado com esforço, na época, do Senador Lúcio Alcântara, hoje Governador do Estado do Ceará.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Com o apoio de V. Exª, tenho certeza.

**A Srª Patrícia Saboya Gomes** (Bloco/PSB – CE) – Evidente, mas é preciso fazer esse reconhecimento neste momento porque houve um esforço muito grande do Governador Lúcio Alcântara para que o Sarah pudesse estar hoje em Fortaleza e também lá ser uma referência. Aproveitando a oportunidade, mando também um grande abraço à Drª Lúcia, que tem sido uma grande parceira lá no Sarah. É notável a sua participação, o carinho com que trata todas as pessoas que ali chegam. Muito obrigada pelo aparte.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Tuma, quero parabenizar V. Exª e também, muito rapidamente, em nome da comunidade que me elegeu, o Estado do Espírito Santo, agradecer ao Dr. Campos da Paz. O Dr. Campos da Paz merece uma estátua pela



peessoa que é, pelo trabalho que faz, por sua dedicação. O Sarah Kubitschek é motivo de orgulho para todos nós. É verdade que ele não deveria necessitar fazer o que faz, mas pedir não ofende – não ofende quem pede nem quem dá. Nas emendas individuais – acostumei-me a fazer isso desde quando era Deputado Federal –, todos nós atendemos um pouquinho ao Sarah Kubitschek. Além do trabalho que tem com o Sarah, ele ainda tem o trabalho de sair pedindo as emendas. Por isso, o Dr. Campos da Paz merece o respeito de todos nós, devemos honrá-lo a todo tempo. Hoje, Senador Romeu Tuma, tenho uma tia no Sarah, amputada, diabética, colocando perna mecânica. Sou oriundo de uma família extremamente pobre do interior da Bahia, com histórico de diabetes – minha mãe era diabética, uma tia morreu cega, duas tias perderam as pernas e uma está sendo atendida pelo Dr. Campos da Paz e pelo Sarah Kubitschek – pela disponibilidade e pelo exercício sacerdotal da Medicina que são características daquele hospital. Por isso, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e, em nome do povo do Espírito Santo, cumprimento o Dr. Campos da Paz.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Para encerrar, concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma, inúmeras vezes contestamos aqui o excesso de medidas provisórias, mas há medidas que, quando boas, necessárias, têm o apoio de todos os partidos. A MP sob apreciação, certamente, contará com o apoio de todos, principalmente porque nela constam recursos para uma instituição de que todo o Brasil se orgulha. Ontem, estava com o Dr. Aloysio Campos da Paz, que falava sobre o Sarah Kubitschek: “Quando saio daqui e vou para o Brasil...”. Ele sente que está no Primeiro Mundo quando está no Sarah, mas quando sai de lá e visita outros estabelecimentos públicos do Brasil, sente a diferença que existe entre o Sarah e outros hospitais que, lamentavelmente, não têm a mesma conservação e não investem de forma correta os recursos, como são investidos no Sarah. Fiquei três meses, quase quatro meses, hospitalizado no Sarah Kubitschek. Eu estava paralisado por um acidente que sofri logo no início da minha estada no Senado Federal. Um dia antes da posse, tive um acidente e fiquei quase quatro meses praticamente paralisado dentro do Sarah Kubitschek e hoje estou aqui.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Graças a Deus!

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Graças a Deus e ao bom trabalho que esse hospital e seus profissionais prestaram e prestam a toda a sociedade brasileira! É um exemplo para o mundo, e não podemos, em hipótese alguma, deixar de apoiar quando há recursos para essa instituição. Uma das minhas

emendas individuais, sempre faço questão de reservá-la para o Hospital Sarah Kubitschek.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Jefferson Péres, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos aqui numa convocação extraordinária que está custando R\$100 milhões aos cofres públicos. A Casa é uma casa de debates. Se a matéria é polêmica, não me importo de entrar pela madrugada. É um direito e um dever dos Parlamentares debater exaustivamente. Mas, Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que aplique o Regimento. Cheguei aqui às 15 horas, pensando que a Ordem do Dia iria iniciar às 15 horas e 30 minutos e que começaríamos a debater e a votar. Sr. Presidente, são 18 horas, e não votamos nada.

É um apelo que lhe faço. Peço que, por favor, não me leve a mal, mas que seja mais rigoroso no controle do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Jefferson Péres, agradecemos muito a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e gostaria que ela servisse como parâmetro, para que, a partir das próximas sessões, façamos o que o Regimento manda que se faça.

Tenho feito, Senador Jefferson Péres, um esforço muito grande para que votemos, para que a convocação extraordinária tenha os resultados que precisamos que tenha. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem razão, a Casa precisa colaborar. Não havendo colaboração, não há outro caminho que não o de seguir rigidamente o Regimento.

O Senador Marcelo Crivella é o último inscrito para discutir a matéria. (Pausa.)

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação as emendas de parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:



## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais) para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 999.075.807,00 (novecentos e noventa e nove milhões, setenta e cinco mil, oitocentos e sete reais), sendo:

a) R\$ 133.817.450,00 (cento e trinta e três milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 22.570.693,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e noventa e três reais) de Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

c) R\$ 678.724.380,00 (seiscentos e setenta e oito milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta reais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas;

d) R\$ 141.908.497,00 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais) da Contribuição sobre Movimentação Financeira;

e) R\$ 17.534.777,00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia;

f) R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) de Recursos Próprios Não-Financeiros; e

g) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de Recursos Próprios Financeiros; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 499.238.294,00 (quatrocentos e noventa e nove milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º A programação constante do Anexo I desta Lei observará em sua execução os valores autorizados para empenho e pagamento, em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





ORÇÃO - 2006 - PRESTADO NA SAÚDE  
FUNDECO - 0011 - FUNDO COM. FUNDAC. DE SAÚDE

ANEXO I

CREDITO FUNDACIONADO

RECURSOS LÍQU. TRANSFER. FUNDACIONADO

RECURSOS DE FUNDACIONTES - SE L 14

FUNO		RECURSOS LÍQU. TRANSFER. FUNDACIONADO	RECURSOS LÍQU. TRANSFER. FUNDACIONADO		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	33
------	--	---------------------------------------	---------------------------------------	--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	----





[illegible]

136 A. P. Kuznetsov, A. A. Krasovskiy, and A. A. Zhurav

[illegible]

		PR. PROPOSIÇÃO DA SEM. SALVORE E SUBSTITUIÇÃO DE PROPOSIÇÕES DO SENADO DO BRASIL	2006										2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033		2034		2035		2036		2037		2038		2039		2040		2041		2042		2043		2044		2045		2046		2047		2048		2049		2050		2051		2052		2053		2054		2055		2056		2057		2058		2059		2060		2061		2062		2063		2064		2065		2066		2067		2068		2069		2070		2071		2072		2073		2074		2075		2076		2077		2078		2079		2080		2081		2082		2083		2084		2085		2086		2087		2088		2089		2090		2091		2092		2093		2094		2095		2096		2097		2098		2099		2100		2101		2102		2103		2104		2105		2106		2107		2108		2109		2110		2111		2112		2113		2114		2115		2116		2117		2118		2119		2120		2121		2122		2123		2124		2125		2126		2127		2128		2129		2130		2131		2132		2133		2134		2135		2136		2137		2138		2139		2140		2141		2142		2143		2144		2145		2146		2147		2148		2149		2150		2151		2152		2153		2154		2155		2156		2157		2158		2159		2160		2161		2162		2163		2164		2165		2166		2167		2168		2169		2170		2171		2172		2173		2174		2175		2176		2177		2178		2179		2180		2181		2182		2183		2184		2185		2186		2187		2188		2189		2190		2191		2192		2193		2194		2195		2196		2197		2198		2199		2200		2201		2202		2203		2204		2205		2206		2207		2208		2209		2210		2211		2212		2213		2214		2215		2216		2217		2218		2219		2220		2221		2222		2223		2224		2225		2226		2227		2228		2229		2230		2231		2232		2233		2234		2235		2236		2237		2238		2239		2240		2241		2242		2243		2244		2245		2246		2247		2248		2249		2250		2251		2252		2253		2254		2255		2256		2257		2258		2259		2260		2261		2262		2263		2264		2265		2266		2267		2268		2269		2270		2271		2272		2273		2274		2275		2276		2277		2278		2279		2280		2281		2282		2283		2284		2285		2286		2287		2288		2289		2290		2291		2292		2293		2294		2295		2296		2297		2298		2299		2300		2301		2302		2303		2304		2305		2306		2307		2308		2309		2310		2311		2312		2313		2314		2315		2316		2317		2318		2319		2320		2321		2322		2323		2324		2325		2326		2327		2328		2329		2330		2331		2332		2333		2334		2335		2336		2337		2338		2339		2340		2341		2342		2343		2344		2345		2346		2347		2348		2349		2350		2351		2352		2353		2354		2355		2356		2357		2358		2359		2360		2361		2362		2363		2364		2365		2366		2367		2368		2369		2370		2371		2372		2373		2374		2375		2376		2377		2378		2379		2380		2381		2382		2383		2384		2385		2386		2387		2388		2389		2390		2391		2392		2393		2394		2395		2396		2397		2398		2399		2400		2401		2402		2403		2404		2405		2406		2407		2408		2409		2410		2411		2412		2413		2414		2415		2416		2417		2418		2419		2420		2421		2422		2423		2424		2425		2426		2427		2428		2429		2430		2431		2432		2433		2434		2435		2436		2437		2438		2439		2440		2441		2442		2443		2444		2445		2446		2447		2448		2449		2450		2451		2452		2453		2454	
		PR. PROPOSIÇÃO DA SEM. SALVORE E SUBSTITUIÇÃO DE PROPOSIÇÕES DO SENADO DO BRASIL	2006										2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033		2034		2035		2036		2037		2038		2039		2040		2041		2042		2043		2044		2045		2046		2047		2048		2049		2050		2051		2052		2053		2054		2055		2056		2057		2058		2059		2060		2061		2062		2063		2064		2065		2066		2067		2068		2069		2070		2071		2072		2073		2074		2075		2076		2077		2078		2079		2080		2081		2082		2083		2084		2085		2086		2087		2088		2089		2090		2091		2092		2093		2094		2095		2096		2097		2098		2099		2100		2101		2102		2103		2104		2105		2106		2107		2108		2109		2110		2111		2112		2113		2114		2115		2116		2117		2118		2119		2120		2121		2122		2123		2124		2125		2126		2127		2128		2129		2130		2131		2132		2133		2134		2135		2136		2137		2138		2139		2140		2141		2142		2143		2144		2145		2146		2147		2148		2149		2150		2151		2152		2153		2154		2155		2156		2157		2158		2159		2160		2161		2162		2163		2164		2165		2166		2167		2168		2169		2170		2171		2172		2173		2174		2175		2176		2177		2178		2179		2180		2181		2182		2183		2184		2185		2186		2187		2188		2189		2190		2191		2192		2193		2194		2195		2196		2197		2198		2199		2200		2201		2202		2203		2204		2205		2206		2207		2208		2209		2210		2211		2212		2213		2214		2215		2216		2217		2218		2219		2220		2221		2222		2223		2224		2225		2226		2227		2228		2229		2230		2231		2232		2233		2234		2235		2236		2237		2238		2239		2240		2241		2242		2243		2244		2245		2246		2247		2248		2249		2250		2251		2252		2253		2254		2255		2256		2257		2258		2259		2260		2261		2262		2263		2264		2265		2266		2267		2268		2269		2270		2271		2272		2273		2274		2275		2276		2277		2278		2279		2280		2281		2282		2283		2284		2285		2286		2287		2288		2289		2290		2291		2292		2293		2294		2295		2296		2297		2298		2299		2300		2301		2302		2303		2304		2305		2306		2307		2308		2309		2310		2311		2312		2313		2314		2315		2316		2317		2318		2319		2320		2321		2322		2323		2324		2325		2326		2327		2328		2329		2330		2331		2332		2333		2334		2335		2336		2337		2338		2339		2340		2341		2342		2343		2344		2345		2346		2347		2348		2349		2350		2351		2352		2353		2354		2355		2356		2357		2358		2359		2360		2361		2362		2363		2364		2365		2366		2367		2368		2369		2370		2371		2372		2373		2374		2375		2376		2377		2378		2379		2380		2381		2382		2383		2384		2385		2386		2387		2388		2389		2390		2391		2392		2393		2394		2395		2396		2397		2398		2399		2400		2401		2402		2403		2404		2405		2406		2407		2408		2409		2410		2411		2412		2413		2414		2415		2416		2417		2418		2419		2420		2421		2422		2423		2424		2425		2426		2427		2428		2429		2430		2431		2432		2433		2434		2435		2436		2437		2438		2439		2440		2441		2442		2443		2444		2445		2446		2447		2448		2449		2450		2451		2452		2453		2454	
		PR. PROPOSIÇÃO DA SEM. SALVORE E SUBSTITUIÇÃO DE PROPOSIÇÕES DO SENADO DO BRASIL	2006										2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033		2034		2035		2036		2037		2038		2039		2040		2041		2042		2043		2044		2045		2046		2047		2048		2049		2050		2051		2052		2053		2054		2055		2056		2057		2058		2059		2060		2061		2062		2063		2064		2065		2066		2067		2068		2069		2070		2071		2072		2073		2074		2075		2076		2077		2078		2079		2080		2081		2082		2083		2084		2085		2086		2087		2088		2089		2090		2091		2092		2093		2094		2095		2096		2097		2098		2099		2100		2101		2102		2103		2104		2105		2106		2107		2108		2109		2110		2111		2112		2113		2114		2115		2116		2117		2118		2119		2120		2121		2122		2123		2124		2125		2126		2127		2128																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													

[illegible]

16 MAR 2006 14:00	RELAÇÃO DE PRESENCIA DO SENADO E DO SUPLENTE DO SENADO EM REUNIÃO EM 16 MAR 2006 - 14:00	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476
-------------------	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------



[illegible][illegible]



[illegible]

REPRESENTAÇÃO NACIONAL			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479</
------------------------	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------

Copyright © 2000 by John Wiley & Sons, Inc.  
All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage and retrieval system, without permission in writing from John Wiley & Sons, Inc.

**Abstract**

**00000000000000000000**

THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN

[illegible]

PLAN	DESCRIPTION	RECEIVED FROM PERSONS SUBJECT TO	DATE	AMOUNT	TYPE	REMARKS

### ● 重要概念

100

		ATTACHMENT																																																																																																	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75																									

**NOTE** VECT-10000 PARTS LIST AND THE D ILLUSTRATION ATTACHED TO IT ARE

100

[illegible][illegible]

\_\_\_\_\_

[illegible]

It is **NOT** possible to do a **COMPARISON** without an **EXPLANATION**.

100

10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10	10-10-10 10-10-10
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

**DOI:** 10.1002/for

**U** **U** **U**

CONFIDENTIAL - SECURITY INFORMATION



[illegible]

1. The 1998-1999 season was the first season in which the number of days with precipitation was less than 100 days.

**Abstract**

[illegible]

		FUNCTION	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10																																																																																													

[illegible]

See page 10 for more information on the 2014-2015 season.

[illegible]

Source: <http://www.fishbase.org>, 15 October 2009. Downloaded from the FishBase website.

[illegible]

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

[illegible]

[illegible]

[illegible]



[illegible]

[illegible]

		COMISSÃO DE ASSUNTOS											
		COMISSÃO DE ASSUNTOS											
01-02	01-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										01-02-01	01-02-01
02-02	02-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										02-02-01	02-02-01
03-02	03-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										03-02-01	03-02-01
04-02	04-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										04-02-01	04-02-01
05-02	05-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										05-02-01	05-02-01
06-02	06-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										06-02-01	06-02-01
07-02	07-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										07-02-01	07-02-01
08-02	08-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										08-02-01	08-02-01
09-02	09-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										09-02-01	09-02-01
10-02	10-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										10-02-01	10-02-01
11-02	11-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										11-02-01	11-02-01
12-02	12-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										12-02-01	12-02-01
13-02	13-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										13-02-01	13-02-01
14-02	14-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										14-02-01	14-02-01
15-02	15-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										15-02-01	15-02-01
16-02	16-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										16-02-01	16-02-01
17-02	17-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										17-02-01	17-02-01
18-02	18-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										18-02-01	18-02-01
19-02	19-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										19-02-01	19-02-01
20-02	20-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										20-02-01	20-02-01
21-02	21-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										21-02-01	21-02-01
22-02	22-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										22-02-01	22-02-01
23-02	23-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										23-02-01	23-02-01
24-02	24-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										24-02-01	24-02-01
25-02	25-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										25-02-01	25-02-01
26-02	26-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										26-02-01	26-02-01
27-02	27-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										27-02-01	27-02-01
28-02	28-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										28-02-01	28-02-01
29-02	29-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										29-02-01	29-02-01
30-02	30-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										30-02-01	30-02-01
31-02	31-02-01	COMISSÃO DE ASSUNTOS										31-02-01	31-02-01

[illegible]

[illegible]

[illegible]

THE JOURNAL OF LAW, ECONOMICS, & ORGANIZATION, VOLUME 15, NUMBER 1, SPRING 1999

[illegible][illegible]





três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão o substitutivo à proposta, em segundo turno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> para discutir.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é bom ver o fim coberto de êxito da primeira jornada. Temos um pólo industrial pujante no Estado do Amazonas, erroneamente até então chamado de Zona Franca, porque, no início o era, mas, depois, deixou de ser uma zona de livre comércio. Hoje, é um pólo que agrega valor econômico, tecnológico, valor local e valor nacional à altura do que de melhor se possa fazer em São Paulo, por exemplo. É questão de vencermos os preconceitos e de aceitarmos a realidade como ela é, a realidade tal como se demonstra.

No momento em que pensei em investimentos de longo e médio prazo e em que pensei em dar o nome correto às coisas, no momento em que me decidi por apresentar essa proposta de emenda constitucional, fi-lo seguro de que isso contribuiria para colocar no devido lugar o conceito do modelo posto em prática no meu Estado, que, visto como Zona Franca, dá a impressão de farra fiscal, e não o é. O Amazonas recolhe 64% dos impostos federais da Região Norte inteira. Os demais Estados recolhem 36%. O Amazonas exporta US\$2 bilhões por ano. Suas exportações avançam quatro vezes mais velozmente que a média das exportações nacionais. O Amazonas emprega no pólo industrial de Manaus mais de 80 mil pessoas diretamente. E a economia do Estado é dependente do pólo industrial de Manaus, direta ou indiretamente, à razão de 92%, 93%. Logo, é fundamental que se tenha do ponto de vista de quem administra – e a atual gestão da Suframa é correta – a preocupação de coibir fraudes tanto lá quanto em qualquer outro lugar. Não é lá que não pode. Não pode lá e não pode em nenhum lugar.

Há de haver a punição dura de empresas fraudulentas, para que não conspurquem as empresas que cumprem seus deveres, mas é fundamental que a região seja olhada sem a figura pequena do preconceito. E fico muito feliz porque vejo que esses três anos de luta e de convivência – uma luta que, certamente, aqui, já era tocada pelo Senador Jefferson Péres e pelo Senador Gilberto Mestrinho e que não era estranha a mim, na Câmara dos Deputados – têm, enfim, rendido frutos, porque percebo o enorme respeito do Plenário da Casa. Não há mais aquela contestação simplória, já não existem mais aqueles editoriais do tipo lá estão fazendo uma farra fiscal, porque simplesmente não é verdade que estamos fazendo farra fiscal. A verdade é que, hoje, concorremos em muita produção de ponta com Estados da parte mais rica do País. Isso é verdade. Não é verdade que estejamos lá apertando parafusos, que estejamos lá fraudando incentivos ou que estejamos lá sem produzir tecnologia.

A Prefeitura de São Paulo vai adotar, Senador Gilberto Mestrinho e Senador Jefferson Péres, o *mouse* ocular, desenvolvido tecnologicamente pela Fundação Paulo Feitosa. E vai adotá-lo, porque entende que essa é uma forma fantástica de possibilitar deficientes físicos, tetraplégicos inclusive, além de se inserirem no mundo da Internet, poderem até ganhar dinheiro, trabalhar com essa inovação fantástica, que é o *mouse* ocular.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, já me pronunciei durante as discussões a respeito da validade dessa sua emenda à Constituição, muito oportuna, muito válida, porque V. Ex<sup>a</sup> coloca um rótulo adequado, porque o rótulo Zona Franca não corresponde mais ao conteúdo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Porque nem é zona, nem é franca.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Nem é zona, nem é franca. Portanto, não vou repetir o que já disse, muitas vezes, no passado. Parabéns pelo seu oportuno projeto na forma de emenda à Constituição!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o apoio, o incentivo e a compreensão que vem da sua lucidez. Aliás, não faltou apoio jamais em nenhum dos pleitos que a região tenha colocado – acredito – de minha parte e, com toda a certeza, da parte de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Gilberto Mestrinho.

Mas não me vou alongar. Apenas registro que uma verdade começa a ser reposta, uma verdade parte para ser reposta, e essa verdade é boa, como é boa toda a verdade. É melhor a verdade do que a inexatidão. É melhor a verdade do que algo que não se pareça com ela.

Senador Gilberto Mestrinho, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nobre Senador Arthur Virgílio, a emenda apresentada por V. Ex<sup>a</sup> tem a maior pertinência. A Zona Franca de Manaus, tão combatida que foi, nunca foi tão franca, nunca foi franca mesmo. Contribuímos com 64% dos impostos que a União arrecada em todo o norte do País. Ela deu uma contribuição muito grande à sociedade brasileira, porque, quando começou a Zona Franca, um televisor de vinte polegadas, no Brasil, custava US\$500 e, hoje, custa pouco mais de US\$100, fruto da tecnologia implantada na Zona Franca de Manaus. Então, não ficaria bem sermos sempre acusados de vivermos em um paraíso fiscal que não era e nunca foi paraíso fiscal. Então, o Pólo Industrial de Manaus é uma realidade. Estamos chegando a cem mil empregos diretos e a um número muito superior de empregos indiretos, além de possibilitar o desenvolvimento do Estado e a conservação do meio ambiente na Região Amazônica. Parabéns, Senador!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> dá uma notável contribuição ao meu discurso e à compreensão da Casa quando aborda a questão ecológica e a questão da segurança nacional. Certamente, V. Ex<sup>a</sup> pensou e já abordou em outras ocasiões o fato de que o modelo financiou o Centro de Biotecnologia da Amazônia, garantindo espaço e tempo político para o turismo e o ecoturismo se desenvolverem, ou seja, está dando tempo para que mature a indústria do turismo e do ecoturismo.

Foi prestado um serviço inestimável à Amazônia por esta figura lúcida que foi o falecido Embaixador, Deputado e Senador Roberto Campos, e – tenho de reconhecer – por alguém que combati como estudante e que teria combatido como Parlamentar, mas que, nesse momento, obrou, de maneira correta em relação ao meu Estado, que foi o falecido Marechal Castello Branco.

Sr. Presidente, aguardo, portanto, a decisão dos meus Pares com a mesma tranquilidade e confiança demonstradas da outra vez, em que houve uma votação

unânime. Fico feliz, e a Amazônia, de fato, agradece ao Senado pela compreensão e pela altaneria com que se dispõe a examinar os problemas e as soluções de uma região que não é problema, é brilhante, é uma região com a qual o Brasil terá um futuro brilhante para todas as suas demais áreas.

Em outras palavras, agradeço antecipada e pendoradamente ao Senado Federal, de maneira muito forte. O Amazonas, com toda a certeza, pelos seus três Senadores, faz o mesmo agradecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, pessoalmente, tenho dupla satisfação em estar presidindo esta sessão: pelo que o Pólo Industrial de Amazonas significa para o desenvolvimento do Amazonas e da região toda e, sobretudo, por ter sido uma brilhante idéia de V. Ex<sup>a</sup>, que conta com o apoio dos outros dois Senadores do Amazonas. Parabéns!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Durante o tempo todo, V. Ex<sup>a</sup> colaborou do jeito que pôde. Fico feliz que seja V. Ex<sup>a</sup> o Presidente da sessão e da Casa neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado, vamos votar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio não viu que eu pedi um aparte, mas gostaríamos de nos irmanar, como Estado vizinho. É uma situação bastante promissora para todos da região. Quero apenas acrescentar que havia o medo de se colocar um investimento desse porte numa cidade como Manaus, pois poderia irradiar para uma devastação abrupta da floresta, e isso não ocorreu. É um investimento de ponta, que trabalhará com altas tecnologias, para gerar empregos, sem afetar o meio ambiente, o equilíbrio ambiental da região.

Portanto, nós nos irmanamos também nessa alegria e parabenizamos o autor da matéria, Senador Arthur Virgílio, e os demais Senadores daquele brilhante Estado do Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão, em segundo turno.

Passa-se à votação.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consta da pauta, desde o trancamento, como item 1, o Requerimento nº 17, de minha autoria, em que solicito ao Tribunal de Contas da União que realize auditoria de acompanhamento do Programa Emergencial de Trefegabilidade e Segurança nas Estradas, Operação Tapa-Buracos, executado com os recursos previstos pela Medida Provisória nº 276.

O Ministro Adilson Motta, ilustre Presidente do TCU, já tomou as devidas providências para que isso aconteça de pronto, acompanhando todo o processo. Como há um volume muito grande de obras a serem fiscalizadas, S. Ex<sup>a</sup> designou, se não me engano, cem técnicos para acompanharem de perto a referida operação. Dessa forma, torna-se praticamente desnecessário o meu requerimento.

Cumprimento o Ministro Adilson Motta pelas providências que tomou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela coerência e determino o arquivamento do requerimento.

Se os Líderes desejarem orientar as suas Bancadas, poderão fazê-lo a partir de agora.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB obviamente vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto “sim” à sua Bancada.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL recomenda o voto “sim”.

A votação dessa proposta de emenda à Constituição é, como disse, uma homenagem do Senado ao Pólo Industrial, ao desenvolvimento da Região Norte do País e, sobretudo, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria também, em nome da Liderança da Minoria, de recomendar o voto “sim” e me congratular com todo o povo de Manaus, especialmente com os seus três Senadores nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador José Jorge, Líder da Minoria, recomenda o voto “sim”.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, em nome do PT e do Bloco, recomendo o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora Ana Júlia Carepa recomenda o voto “sim” à Bancada do PT.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal, com quórum qualificado. Estamos votando uma proposta de emenda à Constituição que teve votação unânime no primeiro turno. E teremos, em seguida, votações importantes, como a da proposta de emenda à Constituição que modifica o rito e a edição das medidas provisórias.

Cumprindo a Ordem do Dia de hoje, avançaremos bastante na pauta de convocação do Congresso Nacional.

Senador João Ribeiro, como vota o PL?

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador João Ribeiro, como vota o PL?

Consulto o Senador Arthur Virgílio se podemos encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, PL vota com o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, consulto V. Ex<sup>a</sup> se podemos encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

# VOTAÇÃO NOMINAL

## SUBSTITUTIVO À PEC Nº 59, DE 2004 (2º TURNO)

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA ALTERAR A DENOMINAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS PARA PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Núm. Sessão: 1  
Data Sessão: 1/2/2006  
Núm. Votação: 1  
Hora Sessão: 14:00:00  
Abertura: 1/2/2006 18:13:36  
Encerramento: 1/2/2006 18:20:33

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco PT	SP	ALCÍZIO MERCADANTE	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTONIO PAES DE BARROS	SIM
PFL	GA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RJ	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	SIM
SP	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LORANI	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AVELAR	SIM
Bloco PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PR	RN	FERNANDO MALLERIN	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RJ	GABRIEL ALVES FILHO	SIM
	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SD	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	IRACLIANO FORTES	SIM
Bloco-PT	GO	IDELI SALVATI	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PMDB	MA	JÓÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTA	SIM
Bloco-FL	TO	JÓÃO RIBEIRO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNIALSEN	SIM
PFL	RJ	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	TO	LEONAR GUIMARÃES	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAZAN	SIM
PSDB	GO	LUCIANA	SIM
Bloco-PL	ES	MARCIO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUETO VILFA	SIM
PFL	PR	MARCO MACIEL	SIM
PR	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco PT	AC	SILVA MACHADO	SIM
PSDB	AL	THEODONIO MILELA FILHO	SIM
PMDB	RO	WALDIR RAJFF	SIM
PR	DF	VALMIR AMARAL	SIM
PMDB	MG	WILLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
PTB	RJ	WILZARILDO CAVALCANTI	SIM
PDT	PR	OSMAR TIAS	SIM
PSDB	AP	FÁBIO LEO PACE	SIM
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SASSOYA GOMES	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMAL FERREI	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DIARI	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TORRILHO	SIM
PMDB	RJ	RÔMERO LIMA	SIM
PFL	SP	ROQUE TUMA	SIM
PR	MA	ROSEANA BATHY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CAPELAI	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO DA FERRA	SIM
PR	RS	SÉRGIO ZAMBARI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRGIO SILVEIRA RIBEIRO	SIM

Presidente: HENRIK CALHEIROS

Votos SIM : 61  
Votos NÃO : 00  
Votos ABST. : 00  
Total : 61



Primeiro-Secretário  
Senador Papaléo Paes  
Presidente de Sessão

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores.

Não houve votos contrários.

Não houve abstenção.

Total: 61 votos

Aprovado o substitutivo à PEC nº 59, de 2004, novamente por unanimidade.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59 (SUBSTITUTIVO), DE 2004**

**Dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.**

**As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:**

**Art. 1º O art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:**

**“Art. 40. É mantida a Zona Franca de Manaus, que passa a desenvolver-se Pólo Industrial de Manaus, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, preservando-se suas benefícios tributários, suas facilidades, inclusive a de promoção do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, e sua forma de administração, com os ajustes e nova designação, pelo prazo de trinta e cinco anos, contados a partir de 5 de outubro de 1988.**

**§ 1º Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinam ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos no Pólo Industrial de Manaus.**

**§ 2º Os recursos diretamente arrecadados pelo órgão gestor do Pólo Industrial de Manaus serão aplicados, obrigatoriamente, em custeio fiscal, no suporte ao seu funcionamento e aperfeiçoamento e, complementarmente, em ações destinadas ao desenvolvimento da Região. (NR)”**

**Art. 2º Fica revogado o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

**Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.**



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

- O Item 3 fica transferido para a sessão de amanhã.  
São os seguintes os itens adiados:

**3**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 3 DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de  
2000,  
e 14, de 2001)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos  
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno.)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II, e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

**4**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000,  
e 14, de 2001)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos  
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

**5**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 14, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição  
nºs 3 e 12, de 2000)  
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos  
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário

o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 72, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da não deliberação do item nº 1 da pauta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Na sessão deliberativa ordinária de ontem, foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 8 de plenário, e, conforme decidido, as referidas emendas foram remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que emitiu parecer que será lido pelo 1º Secretário.

Sobre a mesa parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 74, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 3 a 8-PLEN recebidas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.**

Relator: Senador **Edison Lobão**

## I – Relatório

Recebeu, em Plenário, a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, as Emendas nºs 3 a 6 e 8, cujo primeiro signatário foi o Senador Aloizio Mercadante, e 7, que tem como primeiro subscritor o Senador Leomar Quintanilha.

As Emendas nºs 3, 4 e 6 modificam o processo de admissibilidade das medidas provisórias, prevenindo que a vigência desses atos não depende da decisão prévia desse juízo. A Emenda nº 6 prevê que a admissibilidade será apreciada pela CCJ da Casa em que a tramitação se iniciar no prazo de cinco dias úteis, com recurso ao Plenário. Não apreciada a admissibilidade pela comissão, transfere-se a decisão para o Plenário, que também terá cinco dias úteis para se manifestar. Não se prevê o que ocorrerá no silêncio desse.

As Emendas nºs 5 e 8 suprimem a proibição da edição de medidas provisórias sobre matéria tributária, retornando o § 2º do art. 62 da Constituição que disciplina a edição de medidas sobre essa matéria.

A Emenda nº 7 prevê a aplicação das normas vigentes após a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, às medidas provisórias editadas anteriormente àquele diploma legal, desde que já tenham sido apreciadas pela respectiva comissão mista.

## II – Análise

Todas as emendas apresentadas em Plenário, salvo a nº 7, já foram objeto de discussão e deliberação por esta Comissão, quando da apreciação do texto da PEC nº 72, de 2005, sendo, então rejeitadas. Assim, reiteramos, aqui, a nossa opinião expendida naquela ocasião.

Com relação às Emendas nºs 3, 4 e 6, elas não podem ser acolhidas pois atingem o fulcro da proposição sob exame que é o juízo prévio de admissibilidade para a eficácia das medidas provisórias. O argumento de que o procedimento previsto na PEC nº 72, de 2005, tornaria inviável a adoção de planos econômicos ou providências que exigem sigilo inicial não pode ser admitido em um sistema democrático institucionalizado. Quando providências desse tipo forem necessárias – o que será algo absolutamente excepcional –, com certeza, a representação popular não faltará. Caberá ao Governo o ônus de demonstrar a indispensabilidade e

a urgência da tomada das decisões. Modificar esse procedimento significa tornar pouco significativo o nosso esforço para restringir a edição abusiva de medidas provisórias.

No tocante às Emendas nºs 5 e 8, igualmente, não nos parece que devam ser acolhidas. A proposição busca assegurar os direitos do contribuinte. Repetindo nossos argumentos expendidos no relatório sobre a PEC nº 72, de 2005, quanto maior for a facilidade de o Poder Executivo interferir no ordenamento jurídico maior será a margem de incerteza associada a qualquer empreendimento, o que acarreta aumento de riscos e do custo de oportunidade das operações contratuais, em geral. São essas as razões que justificam a cautela dos grandes investidores estrangeiros, que preferem aportar os seus recursos em países onde as normas jurídicas sejam mais estáveis.

Finalmente, no que concerne à Emenda nº 7, votamos pela sua rejeição. A aplicação das normas vigentes após a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, às medidas provisórias editadas anteriormente ao diploma legal poderia gerar sérios problemas na agenda das Casas do Congresso Nacional, tendo em vista os prazos peremptórios lá especificados. Assim, não é aconselhável que se proceda a essa modificação, uma vez que ela poderia gerar instabilidade jurídica em torno de matérias que já estão em vigor há muitos anos, algumas por quase uma década.

Em decorrência de acordo, promoveu-se a alteração dos prazos previstos nos incisos I, III e IV do § 5º do art. 62, nos termos propostos pelo art. 1º da PEC, que passam de cinco para três dias úteis.

## III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 3 a 6 pela aprovação da Emenda nº 7-PLN e da seguinte Emenda:

### EMENDA Nº 9 – CCJ

Permute-se a expressão “cinco dias úteis” constante dos incisos I, III e IV do § 5º do art. 62 da Constituição Federal, nos termos propostos pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, pela expressão “três dias úteis”.

Sala da Comissão, 1º de fevereiro de 2006.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emendadoras de Redação e Propostas de Lei

PROPOSIÇÃO: P.E.C. Nº 72 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Edison Lobato	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>[Assinatura]</i>	1- ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>	2- MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBATO <i>[Assinatura]</i>	4- JORGE BORNHAUSEN <i>[Assinatura]</i>
JOSÉ JORGE	5- RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7- EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	8- LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9- GERALDO MESQUITA JÚNIOR <sup>(1)</sup>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(2)</sup> PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Assinatura]</i>	3- SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5- SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>
ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6- MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	7- MARCELO CRIVELLA <sup>(3)</sup>
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>[Assinatura]</i>	2- GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3- SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCA <i>[Assinatura]</i>	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO <i>[Assinatura]</i>	5- LEOMAR QUINTANILHA <sup>(4)</sup> <i>[Assinatura]</i>
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	6- GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[Assinatura]</i>	1- OSMAR DIAS

Atualizada em: 15/12/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 28/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

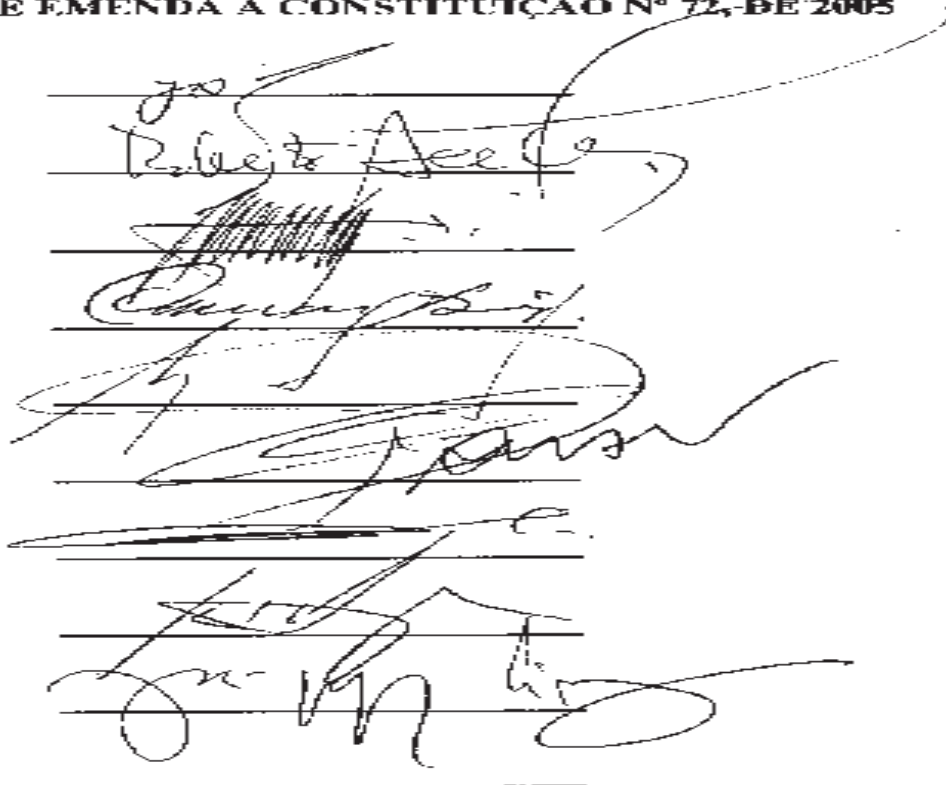
(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

**COMPLEMENTAÇÃO DE ASSINATURAS PREVISTAS NO  
PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 356 DO REGIMENTO INTERNO**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005**

The image shows a document with several handwritten signatures in black ink. The signatures are written over horizontal lines, likely representing the names of the senators who signed the proposal. The handwriting is cursive and somewhat stylized. The document is titled 'PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005' and is related to the 'COMPLEMENTAÇÃO DE ASSINATURAS PREVISTAS NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 356 DO REGIMENTO INTERNO'.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer conclui favoravelmente à Emenda nº 7, de Plenário, com apresentação da Emenda nº 9, da CCJ, e pela rejeição das demais emendas.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão as propostas e as emendas.  
(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária a ser convocada para o prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco, de ofício, duas sessões extraordinárias para cinco minutos depois do encerramento desta sessão para que possamos votar hoje, como combinamos, esta PEC que altera o rito das medidas provisórias.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 7:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 102, §3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.*

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos, de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.



A Presidência informa ao Plenário que deferiu, **ad referendum** do Plenário, requerimento no sentido de que este projeto fosse encaminhado ainda hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se encontrava reunida.

Em votação a decisão da Presidência.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

É o seguinte o requerimento:

#### **REQUERIMENTO Nº 93, DE 2006**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do número 12, alínea **c**, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006, – **Antonio Carlos Magalhães**, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na reunião da manhã de hoje, emitiu parecer sobre a matéria.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço apenas que o parecer do Senador Edison Lobão seja distribuído, porque foi feita uma emenda de relator no processo de votação e nós não lemos a emenda no que diz respeito à alteração no rito das medidas provisórias.

Então, eu pediria que o parecer fosse distribuído ao Plenário para que possamos ler e verificar qual foi a alteração.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós já decidimos que, logo após o término desta sessão, convocar duas sessões extraordinárias e já determinei à Mesa, atendendo ao pedido de V. Ex<sup>a</sup>, que mandasse distribuir o parecer do nobre Senador Edison Lobão. Pretendemos discutir e votar o parecer logo em seguida a esta sessão ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 75, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 12, de 2006, que regulamenta o art. 12, § 3º da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.**

Relator: Senador **José Jorge**

#### **I – Relatório**

É submetido ao exame do Plenário desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 12, de 2006, de autoria da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional para Regulamentação da Reforma do Poder Judiciário e Promoção da Reforma Processual, que regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

A regulamentação proposta para o § 3º do art. 102 da Constituição Federal (CF) permitirá, em síntese, que decisões exaradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de recurso extraordinário, tenham efeito **erga omnes**, admitindo-se, para que não fiquem limitadas às partes em litígio, a manifestação de terceiros, estranhos ao processo.

O art. 1º da proposição limita-se a enunciar o objeto da norma, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, e em tudo se assemelha ao texto encenado na ementa.

O art. 2º, por sua vez, prescreve, na esteira do texto constitucional, que compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida **i)** contrariar dispositivo da Constituição Federal, **ii)** declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, **iii)** julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição

Federal, **iv**) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Nos termos do art. 3º, o tribunal de origem, para dar seguimento ao recurso extraordinário recebido, terá que observar as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os §§ 1º e 2º desse dispositivo, de sua pane, consignam, respectivamente, a irrecurribilidade da decisão que, na origem, admite o extraordinário, e a possibilidade de interposição de agravo de instrumento da decisão que, inversamente, lhe nega admissão.

Dando início às regras procedimentais, o art. 4º, **caput**, determina caber ao Supremo Tribunal Federal, privativamente, o exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário, podendo recusá-lo, em decisão irrecurrível, por votação de, no mínimo, dois terços de seus membros.

Consoante o § 1º do mesmo artigo, o Ministro-Relator do recurso, para a análise da repercussão geral, poderá admitir a manifestação de terceiros, mesmo daqueles sem interesse estritamente jurídico na questão objeto do recurso extraordinário, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

O § 2º dispõe que o relator examinará a repercussão geral das questões constitucionais discutidas, cabendo-lhe, se for o caso de não conhecimento do recurso, propor, em voto fundamentado, a sua recusa. Em seguida, ressalva que se, todavia, por voto de pelo menos quatro Ministros, a turma entender que a questão objeto do recurso extraordinário tem repercussão geral ficará dispensado o exame pelo plenário, não podendo o recurso ser inadmitido por esse motivo.

De conformidade com o § 3º, serão necessariamente considerados, para a verificação da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário, os reflexos do julgamento da causa sobre a ordem jurídica, observada a existência de aspectos econômicos, políticos ou sociais que ultrapassem os interesses subjetivos deduzidos na causa.

O § 4º estipula que o reconhecimento, pelo relator, da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário, é irrecurrível, podendo a questão, no entanto, ser agitada, de ofício, por qualquer ministro durante a sessão de julgamento.

A teor do § 5º, recusado o processamento do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral das questões constitucionais nele discutidas, operar-se-á, com a proclamação do resultado do julgamento, o trânsito em julgado da decisão recorrida.

Consoante o § 6º, vencido o relator quanto ao não conhecimento do recurso extraordinário fundado em ausência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, será designado novo relator para a conclusão do julgamento.

O § 7º na seqüência, determina que a súmula da decisão sobre a repercussão geral, bem assim a sua fundamentação, constará de ata, que será publicada na imprensa oficial.

De acordo com o § 8º, declarada a inexistência de repercussão geral, a decisão terá eficácia em relação a todos os recursos extraordinários versando idêntica matéria, cabendo ao relator negar seguimento liminarmente, salvo revisão da tese, na forma do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Do art. 5º consta o tratamento a ser dispensado aos recursos extraordinários, cumprindo registrar que a admissibilidade do recurso extraordinário ficará sujeita a critérios objetivos, fixados pelo STF, a serem aplicados pelos tribunais de origem.

Ademais, segundo o sistema encanado nesse dispositivo, fica permitido o exame de temas por amostragem, com o sobrestamento dos demais recursos extraordinários considerados de semelhante teor. O inciso II, correlativamente, assevera que, recusado o processamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal com base na ausência de repercussão geral, os recursos sobrestados terão seu seguimento automaticamente negado na origem. O inciso III, por sua vez, impõe que a não aplicação, pelo tribunal **ad quem**, dos critérios objetivos de admissibilidade do recurso extraordinário, seja examinada pelo STF, instado a pronunciar-se, nessa hipótese, por agravo de instrumento.

O art. 6º encerra o rol das matérias consideradas de “repercussão geral”. Tal rol tem caráter exemplificativo e, portanto, não exclui matérias outras, admissíveis a critério do Supremo (Art. 6º Sem prejuízo de outras reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal possuem repercussão geral as causas: I – que contenham julgamento divergente da súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal;



II – relativas à nacionalidade e aos direitos políticos; III – que discutam direitos ou interesses difusos; IV – relativas ao exercício de mandato eletivo federal estadual ou municipal bem como às garantias e prerrogativas da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da advocacia; V – relativas a crimes de genocídio, terrorismo, contra a humanidade, contra o sistema financeiro, de lavagem de dinheiro, praticados por organizações criminosas, bem assim outros cujo potencial ofensivo à sociedade possam justificar tal caracterização.

O art. 7º consigna requisito objetivo à petição do recurso extraordinário, que deverá conter capítulo destacado para a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas. Idêntica exigência se faz também à petição do agravo de instrumento interposto da decisão do tribunal **ad quem** que não admitir o apelo extremo.

Na dicção do art. 8º, caberá à Suprema Corte estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

O art. 9º determina a aplicação da lei em que eventualmente o projeto se convolar aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Por fim, o art. 10 encerra a cláusula de vigência.

## II – Análise

O PLS nº 136, de 2004, não apresenta vício de regimentalidade, havendo sido observados os arts. 142 e 143 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico, iii) possui o atributo da generalidade, iv) se afigura dotado de potencial coer-

citividade e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, insta registrar a enorme importância da proposição legislativa em análise, que regulamenta o § 3º do art. 102 da Carta Magna, dispositivo trazido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (Reforma do Judiciário), e considerada matéria fundamental para finalmente solucionar o que desde a década de 1960 vem sendo chamada de “Crise do Supremo Tribunal Federal”.

Ao exigir que os recursos extraordinários submetidos à jurisdição da Corte Suprema ostentem repercussão geral, o novel § 3º do art. 102 da Constituição, que é minuciosamente detalhado pelo projeto **sub examine**, resgata para aquele Tribunal a função paradigmática que caracteriza a sua **ratio essendi**. Vale dizer, o STF, por definição, não é nem pode ser tratado como corte de terceira ou quarta instância, embora o sistema processual vigente o venha tratando como tal.

À Suprema Corte, como sói ocorrer em países como Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, México, Alemanha e Japão, compete zelar pelos pilares do Estado Democrático de Direito e pelo fiel cumprimento da Constituição. Nesse diapasão, se vulgariza sua atuação, resta evidente que a repercussão imediata na sociedade é o seu desprestígio.

Eis porque exigir a repercussão geral do recurso extraordinário sempre pareceu um excelente mecanismo para a criação de um filtro recursal, de modo que o STF não tenha necessariamente que se debruçar sobre casos repetitivos ou de somenos importância, como brigas de vizinhos ou acidentes de trânsito, podendo dedicar-se a questões que possuam efetiva e ampla repercussão no tecido social brasileiro, seja por um vetor político, econômico ou social.

Assim colocada a questão, e embora o texto original do projeto tenha sido amplamente discutido com a comunidade jurídica e com os membros da Comissão Mista Especial de Regulamentação da Reforma do Judiciário, entendemos que assiste razão aos eminentes Ministros Gilmar Ferreira Mendes e Cezar Peluzo, ambos do Supremo Tribunal Federal, quando manifestam preocupação com o excessivo detalhamento regulamentação do tema.

Essa a razão pela qual, neste parecer, adotamos a postura da regulamentação mínima, deixando para que o próprio STF fixe, em seu Regimento Interno, os parâmetros e o procedimento para a verificação da

repercussão geral do recurso extraordinário. Para tanto, adotamos integralmente, na forma de substitutivo, sugestão elaborada pelos eminentes Ministros Gilmar Mendes e César Peluzo.

## II – Voto

Com as considerações precedentes, de que ressaltam a constitucionalidade, juridicidade, oportunidade e conveniência da proposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, na forma do substitutivo a seguir:

### EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12 (SUBSTITUTIVO), DE 2006**

**Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o art. 102, § 3º, da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentam-se à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, os seguintes artigos:

“Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

§ 3º Haverá repercussão geral, quando o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante da Corte.

§ 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, quatro votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos

liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no **Diário Oficial** e valerá como acórdão.”

“Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Caberá ao Presidente do Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos. Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se. Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

§ 3º O regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.”

Art. 2º Caberá ao Supremo Tribunal Federal, em seu Regimento Interno, estabelecer as normas necessárias à execução da presente lei.

Art. 3º Aplica-se a presente lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de janeiro de 2006.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: DL 5 Nº 12 DE 2006ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(PRESIDENTE)</i>	1- ROMEU TUNA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES	2- MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[Assinatura]</i>	4- JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>(RELATOR)</i>	5- RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7- EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	8- LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9- GERALDO MESQUITA JÚNIOR <sup>(1)</sup>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(2)</sup> PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3- SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI	5- SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6- MOZARILDO CAVALGANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	7- MARCELO CRIVELLA <sup>(3)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i>	1- LUIZ OTÁVIO <i>[Assinatura]</i>
NEY SUASSUNA	2- GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3- SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5- LEOMAR QUINTANILHA <sup>(4)</sup>
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	6- GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i>
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÊRES	1- OSMAR DIAS

Atualizada em: 15/12/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer conclui pelo Substitutivo, em primeiro turno.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas explicar que esse é um dos projetos que foram elaborados pela Comissão que regulamentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 45.

O projeto foi aprovado pela Comissão. Este é o primeiro de seis projetos. Três estão tramitando aqui no Senado e os outros três foram enviados para a Câmara.

Tínhamos alguns pedidos de modificação, principalmente dos Ministros do Supremo. Então, aprovamos hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto que regulamentava o artigo da Constituição que se chama de repercussão geral.

É um projeto de consenso para o qual eu pediria o voto de todos os Senadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado, Senador José Jorge.

Continua em discussão. (Pausa.)~

Não mais havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia de amanhã para a segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 8:**

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências*.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas até o término da discussão.

Transcorre hoje, Srs. Senadores, a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão delibe-

rativa ordinária para a segunda sessão de discussão em primeiro turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 9:**

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça*.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida também a dois turnos, de discussão e de votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para a segunda sessão de discussão em primeiro turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos votar, Sras. E Srs. Senadores, as matérias em regime de urgência.

Votação do Requerimento nº 90, de 2006, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço à Segurança para manter a ordem da Casa, por favor.

Em votação o requerimento.

As Sras e Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto dos Senadores Heloísa Helena e Mozarildo Cavalcanti.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62 DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 90, de 2006, lido e aprovado nesta oportunidade.)*

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de inicia-



tiva do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Darei a palavra para todos discutirem a matéria.

Sobre a mesa, pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Constituição, Justiça e Cidadania, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 76, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (PL nº 4.776, de 2005, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.**

Relator: Senador **Jefferson Péres**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2005, ora submetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

A proposição ora analisada teve origem no Projeto de Lei (PL) nº 4.776, de 2005, encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, e aprovado, na forma de substitutivo, por aquela Casa do Congresso Nacional.

A matéria, ora sob exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi também distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo, a esta última, a apreciação do mérito do projeto.

Para melhor compreensão da natureza e do alcance do PLC em análise, julgamos imprescindível recapitular os principais aspectos da proposição original – o PL nº 4.776, de 2005 –, identificados a seguir:

Título I – Das Disposições Preliminares.

Capítulo Único – Dos Princípios e Definições.

Título II – Da Gestão de Florestas Públicas.

Capítulo I – Da Gestão Direta;

Capítulo II – Da Destinação às Comunidades Locais;

Capítulo III – Das Concessões Florestais.

Título III – Dos Órgãos Responsáveis.

Capítulo I – Do Poder Concedente;

Capítulo II – Dos Órgãos Executores de Políticas de Meio Ambiente;

Capítulo III – Do Órgão Consultivo;

Capítulo IV – Do Órgão Gestor.

Título IV – Do Serviço Florestal Brasileiro.

Capítulo I – Da Criação do Serviço Florestal Brasileiro;

Capítulo II – Da Estrutura Organizacional e Gestão do Serviço Florestal Brasileiro;

Capítulo III – Da Cooperação entre Unidades da Federação.

Título V – Das Disposições Transitórias e Finais.

Os princípios que fundamentam a política de gestão das florestas públicas, ora examinadas, são identificados no art. 2º do Título I (Das Disposições Preliminares). Entre esses princípios, devem ser ressaltados: a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade; o estabelecimento de atividades voltadas para o uso sustentável das florestas e para o desenvolvimento socioeconômico; a promoção do processamento local e o incentivo à agregação de valor; a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, conservação e na recuperação das florestas.

Ainda no âmbito do Título I, devem ser ressaltados os principais conceitos que orientam a referida política:

**a)** concessão florestal – delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços, mediante licitação;

**b)** anuência prévia para uso sustentável – documento expedido pelo órgão competente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – ou órgão estadual de meio ambiente), precedido por estudo de viabilidade sócio-ambiental e prévio à publicação do edital de licitação para concessão florestal, anuindo sobre o desenvolvimento de manejo florestal;

**c)** estudo de viabilidade sócio-ambiental – elaborado pelo órgão gestor – o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – para avaliar os impactos ambientais da concessão florestal, bem como as implicações socioculturais sobre o modo de vida das comunidades locais;

**d)** auditoria florestal – ato de avaliação independente do cumprimento de atividades florestais e dos compromissos econômicos, sociais e ambientais assumidos por meio do plano de manejo florestal e do contrato de concessão;

**e)** órgão gestor – órgão do poder concedente, dotado de competência para disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal (o SFB, no caso de florestas sob domínio da União);

**f)** poder concedente – União, Estado, Distrito Federal ou Município com domínio sobre a floresta pública.

O projeto estabelece três instrumentos para a referida gestão: criação e gestão direta de florestas nacionais, estaduais e municipais, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC); destinação de florestas públicas a comunidades locais; e concessão florestal.

No caso da gestão direta, o Poder Público poderá, para a execução de atividades subsidiárias, firmar, com terceiros, convênios, contratos ou instrumentos similares, com duração limitada a cento e vinte meses.

Antes da outorga das concessões, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades

locais serão identificadas para serem destinadas à criação de reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e projetos agroextrativas, entre outras alternativas.

A concessão será outorgada, a título oneroso, mediante contrato, com base em licitação, cujo edital será precedido por consulta pública regionalizada. As licitações serão realizadas na modalidade concorrência.

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, identificará, no universo das florestas públicas, as unidades de manejo elegíveis, a cada ano, para concessão. Esse plano será submetido, pelo órgão gestor, à manifestação da Comissão de Gestão de Florestas Públicas e a consulta pública. O primeiro PAOF terá caráter experimental.

Os produtos de uso tradicional e de subsistência para as comunidades locais serão excluídos do objeto da concessão, cabendo ao edital de licitação definir, para os concessionários, as restrições e a responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos.

A concessão florestal não confere à concessionária, entre outros, os direitos de titularidade imobiliária ou preferência na aquisição da propriedade, acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções, exploração de recursos minerais e créditos pela fixação do carbono.

A anuência prévia para uso sustentável da unidade de manejo será requerida pelo órgão gestor, mediante a apresentação de estudo de viabilidade socioambiental ao órgão competente. Tal anuência não autoriza, todavia, o início das atividades florestais, sendo indispensável a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e a obtenção das licenças previstas na legislação.

O edital de licitação, elaborado pelo poder concedente, será submetido, previamente, a consulta pública. No julgamento da licitação, a melhor proposta será definida pela combinação de dois critérios: o maior preço oferecido como pagamento ao poder concedente e a melhor técnica, definida com base nos critérios de menor impacto ambiental, maiores benefícios sociais diretos e maior eficiência.

No exercício da fiscalização das operações relativas à concessão, o órgão gestor terá acesso aos dados sobre administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros do concessionário.



O PAOF deverá incluir lotes de concessão que contenham unidades de manejo de tamanhos diversos, de modo a assegurar o acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de pequeno porte.

Os contratos de concessão florestal terão duração mínima de um ciclo de colheita ou exploração e duração máxima de sessenta anos.

O edital de licitação definirá um preço mínimo para a concessão.

A receita proveniente das concessões será rateada entre Estados, Municípios, Ibama e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). No caso de concessões em áreas sob domínio da União, o preço mínimo será destinado, integralmente, ao órgão gestor – o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), no caso da União. O preço total pago, excluída a parcela correspondente ao preço mínimo, terá a seguinte distribuição: Estados – 30%; Municípios – 30%; FNDF – 40%.

No caso de concessões relativas a florestas nacionais, o preço mínimo também será destinado ao órgão gestor e o preço total, excluída a parcela correspondente ao mínimo, será distribuído da seguinte forma: Ibama – 40%; Estados – 20%; Municípios – 20%; FNDF – 20%.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, de natureza contábil, será destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades voltadas para o desenvolvimento florestal sustentável e promover inovação tecnológica no setor, e será administrado pelo órgão gestor federal.

As concessões serão submetidas a auditorias florestais, em prazos não superiores a cinco anos, cujos custos serão assumidos pelos concessionários, sendo facultadas, a pessoas físicas ou jurídicas devidamente autorizadas, a realização de visitas às operações de campo.

A concessão poderá ser extinta por esgotamento do prazo contratual, rescisão, anulação, falência ou extinção do concessionário e, finalmente, desistência e devolução, por opção do concessionário, das áreas concedidas.

A poder concedente poderá de modo unilateral, rescindir os contratos de concessão nos seguintes casos: descumprimento de cláusulas contratuais; descumprimento do PMFS; falta de pagamento do preço florestal; ocorrência de fato superveniente de interesse público que justifique a rescisão, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de ressarcimento.

Os órgãos responsáveis pela gestão das florestas públicas compreenderão:

a) poder concedente – União, Estado, Distrito Federal ou Município, com domínio sobre a floresta pública;

b) órgão executor de políticas de meio ambiente – órgãos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais responsáveis pelo licenciamento, controle e fiscalização ambiental das atividades florestais, nas suas respectivas jurisdições;

c) órgão consultivo – órgão com representação do Poder Público e da sociedade civil, destinado a assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas;

d) órgão gestor – órgão do poder concedente, dotado de competência para disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão.

Ao poder concedente, representado, no âmbito federal, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), cabem, entre outras, as seguintes atividades: definir o PAOF e submetê-lo a consulta pública; definir as áreas a serem submetidas a concessão; estabelecer os termos de licitação e os critérios de seleção.

O órgão gestor, representado, no âmbito federal, pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), terá, entre outras, as seguintes atribuições: elaborar a proposta do PAOF; realizar estudos de viabilidade socioambiental e inventário amostral; gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal.

O Serviço Florestal Brasileiro integrará a estrutura do Ministério do Meio Ambiente e terá, entre outras, as seguintes atribuições: exercer a função de órgão gestor das florestas públicas; estimular e fomentar a expansão da base florestal plantada; promover mecanismos financeiros e de assistência técnica para a viabilização do fomento florestal; criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais, integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA); criar e manter o Cadastro Geral de Florestas Públicas.

O SFB será dirigido por um Conselho Diretor e contará com um Conselho Consultivo, formado por representantes do Poder Público, dos empresários, dos trabalhadores, da comunidade científica, dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, com a finalidade de assessorar, avaliar e propor diretrizes ao órgão.

As unidades de manejo em florestas públicas, que tenham PMFS aprovados e em execução, serão vistoriadas pelo órgão ambiental competente, para ave-

riguação do andamento das atividades. As unidades onde não for verificado o correto andamento do manejo terão o PMFS cancelado e deverão ser desocupadas, sem ônus para o Poder Público.

As florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou a unidades de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo, até que sua classificação, de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), esteja oficializada e a conversão seja plenamente justificada.

Na Exposição de Motivos que acompanhou o projeto de lei, a Ministra do Meio Ambiente lembrou que, além da extensão e da diversidade de suas florestas, o País é o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. Lembrou, ainda, que setores estratégicos da economia do País, como a siderurgia, as indústrias de celulose e papel, de processamento mecânico da madeira, de embalagens, de móveis, bem como a indústria da construção civil, estão estreitamente ligados ao setor florestal.

Enfatizou que as cadeias de produção com base direta em produtos madeireiros, oriundos tanto de florestas plantadas, quanto de florestas naturais, representam 4% do Produto Interno Bruto brasileiro e 8% das exportações, gerando mais de R\$3 bilhões de tributos, anualmente, e dois milhões de empregos diretos e indiretos.

Ressaltou, ainda, o grave problema representado pelo fato de que, na Amazônia brasileira, responsável por mais de 90% da produção florestal oriunda de florestas nativas, apenas 24% de seu território correspondem a áreas consideradas privadas e 29% constituem áreas legalmente protegidas, basicamente sob as formas de unidades de conservação e terras indígenas. Resta, portanto, uma parcela imensa do território da Amazônia – 47% da área – constituída por terras públicas ou devolutas, com cobertura predominantemente florestal, sobre as quais o controle pelo Estado é extremamente frágil.

Apontou que a falta de uma instância de fomento florestal tem imputado à economia, ao meio ambiente e à sociedade brasileiras significativas perdas decorrentes do desperdício de matéria-prima, do desmatamento de grandes extensões territoriais, da ausência de reposição, da má utilização dos recursos florestais, da ineficiência da indústria e da desconsideração do potencial produtivo do setor florestal.

Lembrou que, a partir de 2003, houve significativa retração na oferta de matéria-prima florestal, em decorrência de um conjunto de medidas adotadas pelo

Governo Federal: suspensão da aprovação de planos de manejo florestal em terras públicas; regularização de planos de manejo já aprovados, em estrita obediência aos preceitos legais vigentes; e a intensificação da fiscalização e do controle das Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF).

Frente a esse quadro, enfatizou a existência de três instrumentos de gestão de florestas públicas para produção sustentável: o manejo por particulares, com a privatização das florestas; a gestão direta do patrimônio florestal pelo Estado; e a gestão indireta, com a implementação do manejo sustentável por terceiros, com a manutenção do domínio público sobre os recursos.

Argumentou que a primeira alternativa, que corresponde a um processo de privatização das florestas públicas, limitaria os benefícios socioeconômicos da exploração florestal na Amazônia e, com base na experiência já acumulada, resultaria, quase certamente, em grandes danos ambientais.

Lembrou, ainda, que não se justifica, também, a gestão direta das florestas pelo setor público, uma vez que isso representaria uma intervenção do Estado no domínio econômico, alternativa que, de acordo com a Carta Magna, só se justifica em casos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.

A gestão indireta, por meio de concessões florestais, adotada pelo projeto, torna-se, assim, a solução mais adequada, do ponto de vista econômico e social.

Na Câmara dos Deputados, o projeto sofreu importantes alterações, dentre as quais merecem destaque: **(a)** observância das diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária, nas concessões de uso por comunidades locais; **(b)** realização de audiência pública, em vez de consulta pública, em caráter prévio à publicação do edital; **(c)** observância das normas e diretrizes governamentais relativas à faixa de fronteira; **(d)** exigência de apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), para a concessão da licença prévia, nos casos de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental; **(e)** explicitação de que somente poderão ser habilitadas, nas licenças para concessão florestal, empresas ou outras pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País; **(f)** exigência, pelo poder concedente, de garantias suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos nos contratos de concessão florestal; **(g)** redução, de sessenta para quarenta anos, do prazo máximo dos

contratos de concessão; **(h)** fixação, nos termos de normas regulamentares, do valor mínimo a ser exigido, anualmente, do concessionário; **(i)** aplicação dos recursos do FNDP exclusivamente em projetos de órgãos e entidades públicas, ou entidades privadas sem fins lucrativos; **(j)** realização de auditorias, nas concessões, a cada três anos; **(k)** garantia do direito de continuidade das atividades econômicas desenvolvidas, em conformidade com as normas legais em vigor, pelos atuais ocupantes de áreas de até 2.500 hectares, pelo prazo de 5 anos, a partir da publicação da lei que resultar do projeto ora examinado.

Com as diversas alterações introduzidas durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, o PL nº 4.776, de 2005, foi aprovado na forma de substitutivo. A proposição foi, então, encaminhada ao Senado Federal, passando a tramitar sob a denominação de PLC nº 62, de 2005.

Ao PLC em pauta, foram apresentadas, nesta Casa do Congresso Nacional, vinte e três emendas, examinadas no item II do presente parecer.

## II – Análise

A exploração madeireira na Amazônia desempenha papel crucial na oferta de madeira no Brasil, especialmente nos segmentos de construção civil e mobiliário, fato que se torna evidente quando se considera que da produção de madeira na Amazônia Legal – estimada em 28 milhões de metros cúbicos, no final da década de 1990 – mais de 70% eram destinados às outras regiões do País. A importância econômica dessa atividade é particularmente importante em Estados como Pará, Rondônia e Mato Grosso.

O papel das indústrias madeireiras no desenvolvimento regional e, todavia, severamente restringido pelo fato de que a oferta de toras continua tendo origem preponderantemente irregular, em um processo no qual predominam relações informais de trabalho. A exploração ilegal cria condições artificiais de oferta abundante de toras, do que resultam baixos níveis de preços da madeira. Tais circunstâncias têm impedido uma participação mais significativa das indústrias florestais para a geração de renda e emprego na Amazônia.

A exploração irregular representa, ainda, importante fato de estímulo à grilagem de terras e aos conflitos agrários em toda a região Norte.

Ao mesmo tempo, devem-se reconhecer os inegáveis esforços desenvolvidos pelo Governo federal,

especialmente a partir do início da década de 1990, no sentido de disciplinar a exploração dos recursos florestais na região, mediante políticas destinadas a elevar os benefícios econômicos e sociais da atividade e, simultaneamente, assegurar a manutenção desse valioso patrimônio natural e a minimização dos danos ambientais.

Muitas dessas iniciativas, ainda em vigor, merecem destaque, por seu inegável alcance: a imposição dos planos de manejo florestal sustentável, a partir da Lei nº 6.938, de 1981; o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE); o monitoramento da cobertura florestal pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); o Programa Nacional de Florestas (PNF) e, a partir de 2003, o Plano Amazônia Sustentável.

Merece especial ênfase, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado pela União, em 2004, voltado à implantação de um novo modelo de desenvolvimento regional, baseado em atividades econômicas dinâmicas e competitivas e na ênfase ao uso sustentável dos recursos naturais.

Ocorre que esses instrumentos, embora muito importantes, têm se revelado claramente insuficientes para estancar o desmatamento irregular na região e para viabilizar a adoção, em grande escala, do manejo florestal sustentável.

Uma vez que os tradicionais mecanismos de comando e controle não têm sido capazes de assegurar a exploração sustentável da Floresta Amazônica, torna-se imprescindível a adoção de instrumentos econômicos pelos qual o setor privado passe a ter um interesse concreto na exploração sustentável da floresta, dentro de um modelo financeiramente viável, em termos de longo prazo.

Nesse sentido, o PLC nº 62, de 2005, consagra o modelo de gestão indireta, por meio de empresas privadas e comunidades locais, como a solução econômica e socialmente mais eficiente para a exploração florestal na Amazônia. Um aspecto de especial importância é que ele viabiliza essa alternativa mediante uma estrutura transparente de outorga de concessões, com base em claros mecanismos de controle social.

Finalmente, deve-se enfatizar que o projeto se reveste, também, de urgência, uma vez que as indústrias madeireiras da região enfrentam, atualmente, sérios desafios ligados ao suprimento de toras, em decorrência da adoção, pelo Ibama, em 2004, de rigorosa política de fiscalização sobre os planos de manejo florestal e

sobre a expedição de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF).

No tocante às emendas apresentadas ao projeto, cabem as seguintes considerações.

As Emendas nºs 1 e 2, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o inciso I do art. 3º, definindo como florestas públicas as situadas em bens sob domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta, devidamente registrados junto aos cartórios competentes ou identificados em sentença judicial transitada em julgado.

As emendas não se justificam porque a legislação em vigor já prevê que esse domínio referido no parágrafo anterior só se concretiza mediante o registro dos respectivos bens no cartório competente.

As Emendas nºs 3 e 4, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, modificam o inciso II do art. 6º, estabelecendo que as concessões de uso e similares deverão estar ajustadas aos arts. 187 a 189 da Constituição Federal, e não apenas ao art. 189, de modo a subordinar a destinação de terras públicas e devolutas às determinações da política agrícola do País.

Essas emendas devem ser rejeitadas porque, ao preverem concessões para atividades agropecuárias, contrariam frontalmente o objetivo do projeto – o desenvolvimento florestal, mediante a outorga de concessões relativas à exploração de florestas públicas.

As Emendas nº 5 e 6, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o inciso III do art. 11, estabelecendo que, na elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), serão excluídas as áreas de terras objeto de concessão ou autorização de ocupação pelo órgão fundiário competente sob posse de particular, com o propósito de evitar o agravamento de conflitos sociais e da insegurança jurídica sobre áreas de posse mansa e pacífica, bem como naquelas objeto de ocupação autorizada pelo órgão fundiário competente.

As emendas são desnecessárias porque o art. 11 já prevê, em seu inciso III, a exclusão de áreas sob regime especial de proteção, ou seja, áreas relativas a unidades de conservação e de áreas ocupadas por comunidades locais. Além disso, estabelece que o PAOF levará em consideração as políticas referentes a reforma agrária, regularização fundiária e agricultura.

A Emenda nº 7, do Senador Flexa Ribeiro, embora faça referência ao art. 40, modifica, efetivamente, o art. 39 do projeto, dando nova distribuição ao total dos recursos financeiros relativos aos preços da concessão

florestal de unidades situadas em áreas de domínio da União: 20% para o órgão gestor federal, 20% para o órgão ambiental federal, 20% para o Estado onde se localize a área licitada, 20% para o Município onde se localize essa área e 20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Floresta – (FNDF).

A emenda reduzirá significativamente os recursos destinados ao órgão gestor federal e ao Ibama.

A Emenda nº 8, do Senador Flexa Ribeiro, embora faça referência a alterações no art. 42 do PLC, busca, de fato, modificar o art. 41 do projeto, destinando o FNDF unicamente a fomentar o uso de florestas públicas naturais do Brasil e a promover inovação tecnológica nesse setor, e não a fomentar, de modo amplo, o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor, conforme definido no projeto. Desse modo, ficariam excluídas, do âmbito do projeto, as florestas públicas plantadas. A emenda subordina, ainda, o Fundo a um proposto Serviço Brasileiro de Florestas Públicas (SBFP).

A Emenda nº 9, do Senador Flexa Ribeiro, embora faça referência ao art. 59, propõe mudança no art. 55 do PLC, definindo as competências do SBFP, em substituição ao SFB. A emenda não deve ser acatada porque um Serviço Florestal não deve se restringir, unicamente, a florestas públicas, mas deve implementar políticas voltadas para o desenvolvimento de todo o setor florestal.

A Emenda nº 10, do Senador Flexa Ribeiro, propõe a junção, em um único dispositivo, dos arts. 60 a 65 – de fato, arts. 54 a 62 – que tratam do SFB, para criar o SBPF. Em essência, essa emenda extingue o Conselho Diretor do SFB, componente importante para uma gestão eficiente e democrática do órgão. Em consequência, elimina, ainda, disposições importantes sobre nomeação, afastamentos e impedimentos de membros do referido Conselho.

As Emendas nºs 11 e 12, do Senador João Capiberibe, modificam, respectivamente, os arts. 63 e 64, relativos ao quadro de pessoal do SFB, permitindo o aproveitamento de servidores atualmente cedidos aos antigos territórios federais.

As emendas são desnecessárias porque a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, já assegura o aproveitamento, em órgão da administração federal, dos servidores civis que prestam serviços aos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima.

A Emenda nº 13, do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 63, relativo ao quadro de pessoal do SFB,



eliminando a possibilidade de que a constituição desse quadro possa incluir a redistribuição de servidores de órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica ou fundacional. Essa emenda deve ser rejeitada porque a redistribuição teria caráter temporário e visada apenas facilitar a implantação imediata do SFB. O preenchimento de cargos, em caráter permanente, seria realizado, obviamente, por meio de concurso público.

As Emendas nºs 14 e 15, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o art. 71, passando a estipular que as florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidades de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo após sua classificação para fins de preservação ambiental, de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico devidamente oficializado, enquanto na versão original do projeto essa conversão fica impossibilitada até que ocorra a referida classificação. Essa alteração tornaria vulneráveis a danos ambientais irreversíveis áreas que estariam sujeitas a uma classificação em futuro incerto.

A Emenda nº 16, do Senador Flexa Ribeiro, modifica o art. 72, excluindo do processo de concessão de florestas públicas as áreas de até 2.500 hectares já ocupadas e que estejam aguardando regularização fundiária. Além disso, fica garantida a continuidade, em caráter permanente, das atividades econômicas desenvolvidas pelos atuais ocupantes dessas áreas, desde que elas não superem 2.500 hectares.

Ocorre que o art. 72 prevê que serão excluídas das concessões florestais as áreas públicas já convertidas para uso alternativo do solo, desde que confirmada a vocação dessas áreas para o uso atual, segundo definido em zoneamento ecológico-econômico. Não é cabível ignorar o ZEE, importantíssimo instrumento disciplinador do processo de ocupação territorial, consagrado pela Política Nacional de Meio Ambiente.

A emenda deve ser rejeitada também pelo fato de que concede, aos atuais ocupantes, a posse permanente de áreas com até 2.500 hectares, algo só admissível em programas governamentais de reforma agrária ou mediante licitação pública.

As Emendas nºs 17, 18, 20 e 21, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, suprimem os arts. 81 e 82. Ocorre que esses artigos dizem respeito a aspectos essenciais da legislação ambiental em vigor. O art. 81 expande o campo de aplicação das penalidades

previstas para desmatamento irregular, definidos por meio da Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais). O art. 82 corrige inconstitucionalidade presente no art. 19 da Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal), estendendo a todos os níveis da Federação a competência para autorização de atividades florestais e reconhecendo, assim, a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na esfera ambiental.

A Emenda nº 19, do Senador Flexa Ribeiro, embora faça referência ao art. 81, modifica, de fato, o art. 79 do PLC, dando nova redação ao inciso XV do art. 29 da Lei nº 10.683, de 2003, que trata da administração pública federal. A emenda deve ser rejeitada por ser privativa do Presidente da República a competência para dispor sobre a organização e o funcionamento dessa administração.

As Emendas nºs 22 e 23, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o art. 83, dando nova redação aos arts. 44-A, 44-B e 44-C da Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal).

O art. 83 altera o art. 19 da Lei nº 6.938, de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, de modo a acrescentar, ao dispositivo, um inciso XIII, que inclui instrumentos econômicos como concessão florestal, servidão ambiental e seguro ambiental entre os instrumentos dessa política. Além disso, acrescenta um art. 9º-A, estipulando que o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual renúncia, em caráter permanente ou temporário, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

Já as Emendas nºs 22 e 23 anulam, de fato, o conteúdo desse artigo, uma vez que promovem, exclusivamente, alterações nos arts. 44-A, 44-B e 44-C da Lei nº 4.771, de 1965: introduz, no Código, o conceito de servidão ambiental, que engloba quaisquer recursos naturais, em substituição ao conceito de servidão florestal; exclui, do art. 44-B, o instituto da Cota de Reserva Florestal; suprime as alternativas de recomposição da reserva legal para os proprietários rurais que eliminaram cobertura vegetal sem a devida autorização.

### III – Voto

Com base no exposto, votamos pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, e pela rejeição das emendas a ele apresentadas.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2005.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005.**  
**NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/09/05 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR(A):** \_\_\_\_\_

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEDES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCA
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARAMHÃO	8-VAGO

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALCIZO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELÍCIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PERES
------------	-------------------



**PARECER Nº 77, DE 2006**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776, de 2005, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.**

Relatora: Senadora **Ana Júlia Carepa**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2005, ora sob exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável: institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dá outras providências.

A proposição original, o PL nº 4.776, de 2005, encaminhado, pelo Poder Executivo, à Câmara dos Deputados, foi aprovada, na forma de substitutivo, por aquela Casa do Congresso Nacional, e ora tramita, no Senado Federal, como PLC nº 62, de 2005.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e à CMA, cabendo a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

O projeto original o PL nº 4.776, de 2005 –, engloba os seguintes componentes:

Título I – Das Disposições Preliminares.

Capítulo Único – Dos Princípios e Definições.

Título II – Da Gestão de Florestas Públicas.

Capítulo I – Da Gestão Direta; Capítulo II – Da Destinação às Comunidades Locais; Capítulo III – Das Concessões Florestais.

Título III – Dos Órgãos Responsáveis.

Capítulo I – Do Poder Concedente; Capítulo II – Dos Órgãos

Executores de Políticas de Meio Ambiente; Capítulo III – Do Órgão Consultivo; Capítulo IV – Do Órgão Gestor.

Título IV – Do Serviço Florestal Brasileiro.

Capítulo 1 – Da Criação do Serviço Florestal Brasileiro;

Capítulo II – Da Estrutura Organizacional e Gestão do Serviço

Florestal Brasileiro; Capítulo III – Da Cooperação entre Unidades da Federação.

Título V – Das Disposições Transitórias e Finais.

O art. 2º do Título I (Das Disposições Preliminares) enumera os princípios da gestão de florestas públicas, dentre os quais devem ser destacados os seguintes: a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade; o estabelecimento de atividades voltadas para o uso sustentável das florestas e para o desenvolvimento socioeconômico; a promoção do processamento local e o incentivo à agregação de valor; a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, conservação e na recuperação das florestas.

O art. 3º apresenta diversos conceitos relativos à referida gestão:

**a)** concessão florestal – delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços, mediante licitação;

**b)** anuência prévia para uso sustentável – documento expedido pelo órgão competente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou órgão estadual de meio ambiente), precedido por estudo de viabilidade socioambiental e prévio à publicação do edital de licitação para concessão florestal, anuindo sobre o desenvolvimento de manejo florestal;

**c)** estudo de viabilidade socioambiental – elaborado pelo órgão gestor – o Serviço Florestal Brasileiro (SF8) – para avaliar os impactos ambientais da concessão florestal, considerando as implicações socioculturais no modo de vida das comunidades locais;

**d)** auditoria florestal – ato de avaliação independente e qualificada do cumprimento de atividades florestais e compromissos econômicos, sociais e ambientais assumidos por meio do plano de manejo florestal e do contrato de concessão;

**e)** órgão gestor – órgão do poder concedente, dotado de competência para disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal (o SF8, no caso de florestas sob domínio da União);

f) poder concedente – União, Estado, Distrito Federal ou Município com domínio sobre a floresta pública.

No Título II (Da Gestão de Florestas Públicas), o art. 4º prevê três instrumentos para a referida gestão: criação e gestão direta de florestas nacionais, estaduais e municipais, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC); destinação de florestas públicas a comunidades locais; e concessão florestal.

No caso da Gestão Direta (Capítulo 1, arts. 5º e 6º), o Poder Público poderá, para a execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros. A duração desses contratos e instrumentos fica limitada a 120 meses.

No Capítulo II (Da Destinação às Comunidades Locais), o art. 7º prevê que, antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão identificadas para serem, sem ônus financeiro para os beneficiários destinadas, entre outras, às seguintes formas de gestão: criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável; concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável e agroextrativistas ou outros similares.

O Capítulo III (Das Concessões Florestais – Seções I a XIV, arts. 8º a 50) estabelece, inicialmente (art. 8º), que a concessão será outorgada mediante contrato, com base em licitação.

Segundo o art. 9º, a publicação do edital de licitação de cada lote de concessões será precedida por consulta pública regionalizada, realizada pelo órgão gestor competente (o SFB, no caso da União).

De acordo com o art. 10, serão elegíveis para concessão as unidades de manejo previstas no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente. O PAOF identificará, para cada ano, as florestas públicas passíveis de serem submetidas a processo de concessão, e será submetido, pelo órgão gestor, à manifestação da Comissão de Gestão de Florestas Públicas e a consulta pública. O PAOF federal deverá considerar os PAOF dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Na Seção II (Do Processo de Outorga), o art. 14 estipula que as referidas licitações serão realizadas na modalidade concorrência e serão outorgadas a título oneroso.

A Seção III (Do Objeto da Concessão), que engloba os arts. 15 a 18, estabelece que será outorgada concessão florestal de unidade de manejo de floresta

pública registrada no Cadastro Geral de Florestas Públicas e incluída no lote de concessão florestal.

Conforme o art. 17, os produtos de uso tradicional e de subsistência para as comunidades locais serão excluídos do objeto da concessão e explicitados no edital, juntamente com a definição das restrições e da responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, bem como por eventuais prejuízos ao meio ambiente e ao poder concedente, advindos deste manejo.

Pelo art. 18, a concessão florestal não confere à concessionária, entre outros, os direitos de acessar patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções e pela fixação do carbono.

De acordo com a Seção IV (art. 19), a anuência prévia para uso sustentável da unidade de manejo será requerida pelo órgão gestor, mediante a apresentação de estudo de viabilidade sócio-ambiental ao órgão competente.

Essa anuência não autoriza o início das atividades florestais na unidade de manejo, sendo indispensável a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e a obtenção das licenças cabíveis.

A Seção VII (arts. 22 a 26) trata do edital de licitação, define seus componentes e estabelece que ele será elaborado pelo poder concedente e submetido à consulta pública, previamente a seu lançamento. Prevê, ainda, a possibilidade de que pessoa jurídica, constituída na forma de consórcio, participe da licitação.

A Seção VIII (Do Critério de Seleção – art. 27) fixa que, no julgamento da licitação, a melhor proposta será definida pela combinação de dois critérios: o maior preço ofertado como pagamento ao poder concedente e a melhor técnica, definida com base nos critérios de menor impacto ambiental, maiores benefícios sociais diretos e maior eficiência.

A Seção IX (Do Contrato de Concessão – arts. 28 a 36) prevê que para cada unidade de manejo licitada será assinado um contrato de concessão com um único concessionário, não sendo admitida a subconcessão.

O art. 30 determina que, nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução do plano de manejo florestal sustentável ou das demais atividades florestais.

Segundo o disposto no art. 31, § 3º, no exercício da fiscalização, o órgão gestor terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos, financeiros do concessionário,

respeitando-se os limites do sigilo legal ou constitucionalmente previsto.

O art. 32, § 4º, estipula que no final do contrato de concessão, o concessionário é obrigado a devolver a floresta pública ao poder concedente nas condições previstas no contrato.

O PAOF deverá incluir lotes de concessão que contenham unidades de manejo de tamanhos diversos, de modo a garantir o acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de pequeno porte (art. 33).

Conforme o art. 35, o prazo dos contratos de concessão florestal será equivalente a, no mínimo, um ciclo de colheita ou exploração, e, no máximo, sessenta anos.

Na Seção X (Do Preço Florestal), o art. 37 garante, nos casos e condições previstos na lei, no edital de licitação e no contrato de concessão, o ressarcimento dos custos das obras e instalações que reverterem ao titular da área, na extinção do contrato. Estipula, ainda, que o edital definirá um preço mínimo para a concessão.

O art. 40 define o rateio da receita proveniente das concessões entre Estados, Municípios, Ibama e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). No caso de concessões em áreas sob domínio da União, o preço mínimo será destinado, integralmente, ao órgão gestor; já o preço total pago, excluída a parcela correspondente ao preço mínimo, terá a seguinte distribuição: Estados – 30%; Municípios – 30%; FNDF – 40%.

No caso de concessões relativas a florestas nacionais, o preço mínimo também será destinado ao órgão gestor. Já o preço total pago, excluída a parcela correspondente ao mínimo, será distribuído da seguinte forma: Ibama – 40%; Estados – 20%; Municípios – 20%; FNDF – 20%.

A Seção XI trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, de natureza contábil, administrado pelo órgão gestor federal e destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil, bem como a promover a inovação tecnológica do setor.

A Seção XII (Das Auditorias Florestais – arts. 43 e 44) determina que, sem prejuízo da fiscalização ordinária, as concessões serão submetidas a auditorias florestais, em prazos não superiores a cinco anos, cujos custos serão assumidos pelos concessionários. Estipula, ainda, que qualquer pessoa física ou jurídica, devidamente autorizada pelo órgão gestor, poderá fazer visitas de comprovação às operações florestais de campo.

A Seção XIII (Da Extinção da Concessão – arts. 45 a 48) identifica os casos em que será extinta a con-

cessão: esgotamento do prazo contratual; rescisão; anulação; falência ou extinção do concessionário; desistência e devolução, por opção do concessionário, das áreas concedidas.

O art. 46, que disciplina a rescisão da concessão, identifica, entre outros, os seguintes casos em que o poder concedente poderá, de modo unilateral, promover tal rescisão: descumprimento de cláusulas contratuais; descumprimento do PMFS; falta de pagamento do preço florestal; ocorrência de fato superveniente de interesse público que justifique a rescisão, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de ressarcimento.

A Seção XIV (*Das Florestas Nacionais* – arts. 49 e 50) estipula que, no caso dessas florestas, a concessão somente será efetivada após aprovação do Plano de Manejo de Unidade de Conservação, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000.

O Título III (capítulos I a IV) do projeto ora examinado identifica os órgãos responsáveis pela gestão das florestas públicas:

**a)** poder concedente – União, Estado, Distrito Federal ou Município, com domínio sobre a floresta pública;

**b)** órgão executor de políticas de meio ambiente – órgãos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais responsáveis pelo licenciamento, controle e fiscalização ambiental das atividades florestais, nas suas respectivas jurisdições;

**c)** órgão consultivo – órgão com representação do Poder Público e da sociedade civil, destinado a assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas;

**d)** órgão gestor – órgão do poder concedente, dotado de competência para disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão.

O Capítulo I (art. 52) do Título III estipula que ao poder concedente cabem, entre outras, as seguintes atividades: definir o PAOF e submetê-lo a consulta pública: consultar a Comissão de Gestão de Florestas Públicas sobre a adoção de ações de gestão de florestas públicas, bem como sobre o PAOF; definir as áreas a serem submetidas à concessão; estabelecer os termos de licitação e os critérios de seleção.

O Capítulo II (*Dos Órgãos Executores de Políticas de Meio Ambiente* – arts. 53 e 54) determina que aos órgãos executores locais e seccionais cabe exercer a fiscalização sobre as florestas públicas e as unidades de manejo e “expedir anuência prévia

para uso sustentável quanto à viabilidade ambiental da área a ser submetida à concessão florestal”. Ao Ibama compete aprovar e monitorar o plano de manejo florestal sustentável da unidade de manejo das florestas públicas e atuar, de forma suplementar, na fiscalização.

O Capítulo III (*Do Órgão Consultivo* – arts. 55 e 56) institui a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, destinada a avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas e manifestar-se sobre o PAOF.

O Capítulo IV (*Do Órgão Gestor* – art. 57) disciplina a atuação dos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, estabelecendo que, no âmbito das respectivas competências, cabe a eles, entre outros aspectos:

- a) elaborar a proposta do PAOF, a ser submetida ao poder concedente;
- b) realizar estudos de viabilidade socioambiental e inventário amostral;
- c) gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal, atuar em estreita colaboração com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas a impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais, à promoção da concorrência e à eficácia na implementação da defesa da concorrência no setor;
- d) efetuar o controle prévio e **a posteriori** de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais, e, inclusive, a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal; e
- e) promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não-sustentável.

O Título IV trata do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), estabelecendo, em seu Capítulo I (arts. 58 e 59), que o SFB integrará a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e terá, entre outras, as seguintes atribuições: exercer a função de órgão gestor das florestas públicas; estimular e fomentar a expansão da base florestal plantada; promover mecanismos financeiros e de assistência técnica para a viabilização do fomento florestal; criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais, integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA); criar e manter o Cadastro-Geral de Florestas Públicas.

O Capítulo II (arts. 60 a 65) disciplina a estrutura organizacional e a gestão do SFB, estabelecendo que ele será dirigido por um Conselho Diretor, composto por um Diretor-Geral e quatro diretores, em regime de colegiado, nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, a partir de lista tríplice organizada pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

Pelo art. 66, o SFB contará com um Conselho Consultivo, formado por representantes do Poder Público, dos empresários, dos trabalhadores, da comunidade científica, dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, e terá a finalidade de assessorar, avaliar e propor diretrizes ao SFB.

O SFB contará, ainda, com uma Ouvidoria, à qual competirá, primeiramente, receber pedidos de informação e esclarecimento, acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações afetas ao SFB e responder diretamente aos interessados.

O Título V (arts. 75 a 84) trata das Disposições Transitórias e Finais. O art. 75 prevê que as unidades de manejo em florestas públicas com PMFS aprovados e em execução serão vistoriadas pelo órgão ambiental competente, para averiguar o andamento da atividade. As unidades onde não for verificado o correto andamento do manejo terão o PMFS cancelado e deverão ser desocupadas, sem ônus para o Poder Público. As unidades nas quais esse andamento for correto serão submetidas a processo de licitação, no prazo de até 24 meses.

O art. 78 estipula que as florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidades de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo, até que sua classificação de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) esteja oficializada e a conversão seja plenamente justificada.

Finalmente, o art. 79 prevê que o primeiro PAOF em florestas públicas será realizado em caráter experimental.

Ao encaminhar o projeto de lei ao Presidente da República, a Ministra do Meio Ambiente, em sua Exposição de Motivos, enfatizou que, a despeito de seu relevante potencial florestal, não existe, no arcabouço jurídico nacional, instrumento normativo específico que defina a gestão das florestas públicas. Ressaltou, ainda, que as formas de acesso estabelecidas atualmente são insuficientes para garantir o uso sustentável desse potencial.

Apontou, em seguida, a existência de três instrumentos de gestão de florestas públicas para produção sustentável: o manejo por particulares, com a



privatização das florestas; a gestão direta do patrimônio florestal pelo Estado; e a gestão indireta, com a implementação do manejo sustentável por terceiros, com a manutenção do domínio público sobre os recursos.

Enfatizou que a primeira alternativa – a privatização das florestas públicas – não é conveniente para o Estado, para a sociedade e para o meio ambiente. A gestão direta, por representar uma intervenção do Estado no domínio econômico, só é possível em casos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.

Apontou que a falta de uma instância de fomento florestal tem imputado à economia, ao meio ambiente e à sociedade brasileira significativas perdas decorrentes do desperdício de matéria-prima, do desmatamento de grandes extensões territoriais, da ausência de reposição, da má utilização dos recursos florestais, da ineficiência da indústria e da desconsideração do potencial produtivo do setor florestal.

Argumentou que, a partir de 2003, houve significativa retração na oferta de matéria-prima florestal, em decorrência de um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal: suspensão da aprovação de planos de manejo florestal em terras públicas; regularização de planos de manejo já aprovados, em estrita obediência aos preceitos legais vigentes; e a intensificação da fiscalização e do controle das Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF).

Ao tramitar na Câmara dos Deputados o projeto foi aperfeiçoado mediante diversas alterações, resumidas a seguir, que resultaram no substitutivo enviado ao Senado Federal, na forma do PLC nº 62, de 2005:

**a)** eliminou-se a exigência da anuência prévia para o manejo sustentável, documento a ser expedido pelo órgão competente, bem como do estudo que deveria preceder esse documento – o estudo de viabilidade sócio-ambiental;

**b)** o projeto passou a fazer referência a florestas estaduais e municipais, e não apenas às nacionais;

**c)** nas concessões de uso por comunidades locais deverão ser observadas as diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária;

**d)** concedeu-se permissão ao Poder Público para regularizar posses de comunidades locais sobre áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas;

**e)** previamente à publicação do edital, deverá ser realizada audiência pública, e não uma simples consulta pública;

**f)** o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) será submetido, pelo órgão gestor, ao órgão consultivo da respectiva esfera de governo, e não mais à Comissão de Gestão de Florestas Públicas, ficando excluída, também, nova consulta pública;

**g)** observância das normas e diretrizes governamentais relativas à faixa de fronteira;

**h)** inclusão de dispositivos que tratam especificamente do licenciamento ambiental e estipulam que a licença prévia para uso sustentável da unidade de manejo será requerida pelo órgão gestor, mediante a apresentação de relatório ambiental preliminar ao órgão ambiental competente;

**i)** nos casos de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), para a concessão da licença prévia;

**j)** o início das atividades florestais na unidade de manejo somente será efetivado com a aprovação do respectivo PMFS pelo órgão ambiental competente e a consequente obtenção da licença de operação pelo concessionário;

**k)** explicitação de que somente poderão ser habilitadas, nas licenças para concessão florestal, empresas ou outras pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País;

**l)** o poder concedente exigirá garantias suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos nos contratos de concessão florestal, em modalidades como caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária;

**m)** o PMFS deverá apresentar área claramente delimitada destinada a uma reserva absoluta, equivalente a pelo menos 5% da área total concedida, destinada à conservação da biodiversidade e ao monitoramento dos impactos do manejo florestal;

**n)** o prazo máximo dos contratos de concessão é reduzido de sessenta para quarenta anos;

**o)** o pagamento de preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal será definido no edital e poderá ser parcelado em até 1 ano;

**p)** fixação, nos termos do regulamento, do valor mínimo a ser exigido, anualmente, do concessionário, o qual integrará os pagamentos anuais por ele devidos; o valor não poderá ser superior a 30% do preço calculado em função da quantidade de produto ou serviço auferido mediante a concessão;

**q)** nova distribuição dos recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal relativa a áreas de domínio da União: preço mínimo – 70% ao órgão gestor e 30% ao Ibama; preço pago, excluído o valor correspondente ao preço mínimo 30% para os estados, 30% para os municípios e 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), sendo que, no caso de florestas nacionais criadas pela União, 40% serão destinados ao Ibama, 20% aos estados, 20% aos municípios e 20% ao FNDF;

**r)** aplicação dos recursos do FNDF exclusivamente em projetos de órgãos e entidades públicas, ou entidades privadas sem fins lucrativos;

**s)** realização de auditorias, nas concessões, a cada três anos;

**t)** definição da Comissão de Gestão de Florestas Públicas, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, como órgão consultivo do SFB;

**u)** caracterização do SFB como entidade voltada exclusivamente à gestão de florestas públicas, atuando como órgão gestor da política de concessões e do FNDF;

**v)** nomeação do Diretor-Geral e dos demais membros do Conselho Diretor do SFB mediante decisão exclusiva do Presidente da República, ficando excluída a indicação de nomes, pelo Ministro do Meio Ambiente, a partir de lista tríplice organizada pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas;

**x)** as áreas públicas já ocupadas e convertidas para uso alternativo do solo, na data de publicação da lei resultante do projeto em pauta, ficarão excluídas das concessões florestais, desde que confirmada sua vocação para o uso então vigente, por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE);

**y)** garantia do direito de continuidade das atividades econômicas desenvolvidas, em conformidade com as normas legais em vigor, pelos atuais ocupantes de áreas de até 2.500 hectares, pelo prazo de 5 anos, a partir

da publicação da lei que resultar do projeto ora examinado; e

**z)** alterações nas Leis nº 10.683, de 2003, relativa à estrutura da administrativa do Poder Executivo Federal; nº 9.605, de 1998, que trata dos crimes ambientais; nº 4.771, de 1965 (Código Florestal); nº 6.938, de 1981, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente; e nº 6.015, de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, de modo a ajustar esses diplomas legais à norma sob análise.

Nesta Casa do Congresso Nacional, foram apresentadas 23 emendas à proposição em exame.

As Emendas nºs 1 e 2, do Senador João Capiberibe, modificam, respectivamente, os arts. 63 e 64, relativos ao quadro de pessoal do SFB.

As Emendas nºs 3 e 17, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o inciso I do art. 3º, definindo como florestas públicas as situadas em bens sob domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta, devidamente registrados junto aos cartórios competentes ou identificados em sentença judicial transitada em julgado.

As Emendas nºs 4 e 18, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, modificam o inciso II do art. 6º, estabelecendo que as concessões de uso e similares deverão estar ajustadas aos arts. 187 a 189 da Constituição Federal, e não apenas ao art. 189, de modo a subordinar a destinação de terras públicas e devolutas às determinações da política agrícola do País.

As Emendas nº 5 e 19, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o inciso III do art. 11, estabelecendo que, na elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), serão excluídas as áreas de terras objeto de concessão ou autorização de ocupação pelo órgão fundiário competente sob posse de particular, com o propósito de evitar o agravamento de conflitos sociais e da insegurança jurídica sobre arcas de posse mansa e pacífica, bem como naquelas objeto de ocupação autorizada pelo órgão fundiário competente.

As Emendas nºs 6 e 20, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o art. 71, pelo qual são definidos casos em que não será permitida a conversão, para uso alternativo do solo, de florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidades de conservação.

A Emenda nº 7, do Senador Flexa Ribeiro, modifica o art. 72, excluindo do processo de concessão de florestas públicas as áreas de até 2.500 hectares



já ocupadas e que estejam aguardando regularização fundiária.

As Emendas nºs 8, 9, 21 e 22, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, suprimem os arts. 81 e 82, mas a justificativa apresentada não tem vinculação com esses dispositivos.

As Emendas nºs 10 e 23, dos Senadores Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner, respectivamente, alteram o art. 83, dando nova redação aos arts. 44-A, 44-B e 44-C da Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal).

A Emenda nº 11, do Senador Flexa Ribeiro, modifica o art. 40, dando nova distribuição ao total dos recursos financeiros relativos aos preços da concessão florestal: 20% para o órgão gestor federal, 20% para o órgão ambiental federal, 20% para o Estado onde se localize a área licitada, 20% para o Município onde se localize essa área e 20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

A Emenda nº 12, do Senador Flexa Ribeiro, embora faça referência a alterações no art. 42 do PLC, busca, de fato, modificar o art. 41 do projeto, destinando o FNDF unicamente a fomentar o uso de florestas públicas naturais do Brasil e a promover inovação tecnológica nesse setor, e não a fomentar, de modo amplo, o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor, conforme definido no projeto. Subordina, ainda, o Fundo a um proposto Serviço Brasileiro de Florestas Públicas (SBFP).

A Emenda nº 13, do Senador Flexa Ribeiro, embora fazendo referência ao art. 59, propõe alteração do art. 55 do PLC, definindo as competências do SBFP, em substituição ao SFB.

A Emenda nº 14, do Senador Flexa Ribeiro, propõe a junção, em um único dispositivo, dos arts. 60 a 65 – de fato, arts. 54 a 62 – que tratam do SFB, para criar o SBPF.

A Emenda nº 15, do Senador Flexa Ribeiro, embora faça referência ao art. 81, modifica, de fato, o art. 79 do PLC, dando nova redação ao inciso XV do art. 29 da Lei nº 10.683, de 2003.

A Emenda nº 16, do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 63, relativo ao quadro de pessoal do SFB.

## II – Análise

A utilização sustentável dos recursos florestais representa, indubitavelmente, um dos principais desafios com que o País tem se deparado no esforço por assegurar uma ocupação racional da Amazônia. Ao longo dos anos, o Poder Público tem desenvolvido inúmeras políticas e instrumentos destinados a disciplinar esse processo de ocupação, buscando conciliar a obtenção de significativos benefícios eco-

nômicos e sociais com a defesa do meio ambiente e do valioso patrimônio representado pelos recursos florestais.

Nesse sentido, deve ser lembrado o instrumento legal pioneiro, representado pelo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), cuja aplicação, todavia, sempre foi comprometida pela débil presença do aparato de fiscalização do Estado brasileiro, em vastas regiões do País.

Outros importantes componentes desse esforço merecem destaque: a imposição dos planos de manejo florestal sustentável, por meio da Lei nº 6.938, de 1981; o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE); o monitoramento da cobertura florestal pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); o Programa Arcas Protegidas da Amazônia (ARPA); e o Programa Nacional de Florestas (PNF).

A persistência do desmatamento na Amazônia, em nível elevado, mesmo na presente década, mostra que esses instrumentos, embora muito importantes, têm sido relativamente incapazes de fazer frente à degradação ambiental naquela região. Frente a esse diagnóstico, o Governo Federal lançou, em maio de 2003, o Plano Amazônia Sustentável, que contempla cinco eixos temáticos: gestão ambiental e ordenamento territorial; produção sustentável, com inovação e competitividade; inclusão social e cidadania; infraestrutura para o desenvolvimento; e novo padrão de financiamento.

Definiu-se que a implementação do primeiro eixo gestão e ordenamento territorial seria realizada por meio de quatro instrumentos fundamentais: zoneamento ecológico-econômico, regularização fundiária, licenciamento ambiental em propriedades rurais e consolidação de um sistema de áreas protegidas.

A partir de 2004, o Poder Executivo formulou o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal que, segundo explicitado na introdução do documento, tem como prioridade a viabilização de um novo modelo de desenvolvimento na região amazônica, baseado na inclusão social com respeito à diversidade cultural, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e competitivas e o uso sustentável dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico desse enorme patrimônio brasileiro. Simultaneamente, foi lançado o Plano BR-163 Sustentável (Rodovia Cuiabá-Santarém).

A persistência do grave processo de desmatamento, bem como dos problemas relativos aos planos de manejo sustentável exigidos pela legislação em vigor, levaram o Governo Federal a expedir, em fevereiro do corrente ano, uma série de medidas des-

tinadas a fortalecer a presença do Poder Público na região, estimular, de forma concreta, a exploração sustentável da Floresta Amazônica, criar unidades de conservação, especialmente no Estado do Pará, restringir o desmatamento e, finalmente, regularizar a situação fundiária e reduzir os conflitos agrários na região: a Medida Provisória (MPV) n° 239, de 2005, mediante a qual foi criado o instituto da limitação administrativa provisória ao exercício de atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, convertida na Lei n° 11.132, de 4 de julho de 2005; a criação de um mosaico de áreas protegidas na chamada Terra do Meio, no sudeste do Pará; o estabelecimento de uma Reserva Extrativista e duas Florestas Nacionais; e, finalmente, o PLC n° 62, de 2005, ora sob exame.

A tramitação do projeto assumiu caráter de urgência quando, a partir de 2004, o Ibama, ao adotar uma política rigorosa de fiscalização, passou a cancelar planos de manejo florestal em situação irregular e a exercer rígido controle sobre a expedição de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), do que resultou forte redução na oferta de madeira na Amazônia.

O mérito do projeto reside no fato de que, pela primeira vez, propõe-se um modelo cuja concepção e implementação toma plenamente viável que a exploração da floresta amazônica se realize sob rígida fiscalização do Poder Público e efetivo controle social.

Importa salientar, ainda, que o anteprojeto que deu origem ao PLC n° 62, de 2005 (PL n° 4.776, de 2005, na Câmara dos Deputados) levou em consideração subsídios obtidos por meio de amplo processo de consulta pública, que envolveu os seguintes componentes: reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão de Florestas Públicas aproximadamente noventa participantes; reuniões da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), composta por 37 representantes do Governo Federal e de governos estaduais, bem como do setor privado, da sociedade civil, de instituições de ensino e pesquisa; e, por fim um Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas.

Merece destaque o fato de que o projeto está alicerçado sobre componentes de inegável importância: clara definição de três formas de gestão de florestas públicas unidades de conservação, áreas de uso comunitário e concessões pagas, em processo de licitação pública; identificação dos órgãos responsáveis pela implementação da política de gestão das florestas públicas e clara definição das competências desses órgãos; criação de um Plano

Anual de Outorga Florestal (Paof), sujeito à apreciação prévia pelo órgão consultivo da respectiva esfera de governo no caso da União, o Conselho Gestor de Florestas Públicas, formado por representantes do Governo e da sociedade civil; autorização prévia do Ibama; definição de requisitos para habilitação e seleção de concessionários; e a instituição de auditorias florestais independentes, entre outros aspectos.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados sanou deficiências que tinham sido objeto de críticas durante a tramitação da matéria. Entre as alterações realizadas, merecem ênfase as seguintes: foram resguardados os direitos de comunidades locais sobre áreas por elas tradicionalmente ocupadas; substituiu-se a consulta pública pela audiência pública, um foro bem mais efetivo de participação social; questionamentos sobre questões de segurança nacional levaram à inclusão da observância de normas em vigor relativas à faixa de fronteira; foram reforçadas as disposições relativas ao licenciamento ambiental, inclusive a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), anteriormente à concessão de licença prévia; foram neutralizadas as alegações de risco de desnacionalização de espaços territoriais, ao determinar-se que apenas pessoas jurídicas constituídas em conformidade com as leis brasileiras e com sede no País poderão habilitar-se às concessões; ficou afastado qualquer risco de perenização da ocupação de grandes áreas, ao se reduzir para quarenta anos o prazo máximo dos contratos; foram excluídas das concessões as áreas públicas já convertidas para uso alternativo do solo.

Acreditamos que o PLC n° 62, de 2005, que constitui o substitutivo, aprovado pela Câmara dos Deputados, ao PL n° 4.776, de 2005, reveste-se de inegável mérito, fazendo jus à aprovação desta Comissão.

Quanto às emendas acima referidas, entendemos que elas devem ser rejeitadas, por introduzirem alterações que sacrificam a coerência entre os diversos dispositivos do projeto, comprometendo a estrutura e o alcance do modelo de gestão de florestas públicas definido pela proposição em análise.

### III – Voto

À luz do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 62, de 2005, e pela rejeição das emendas oferecidas à proposição.

Sala da Comissão, 21 de Setembro de 2005.

# **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 62 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/09/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>L. Quintanilha</u>	
RELATOR: <u>Ana Júlia Carepa</u>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
GILBERTO GOELLNER - PFL	3- VAGO
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
NEY SUASSUNA	1-VAGO
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-CRISTÓVAM GUARQUE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

**PARECER Nº 78, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a Redação do Vencido, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776, de 2005, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.**

Relator do Vencido: Senador **José Agripino**

**I – Relatório**

Por divergir da conclusão do parecer do relator do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, emite o presente voto em separado, com fulcro no inciso I do § 6º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2005, encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável; institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

A matéria foi examinada por esta CCJC, em reunião de 5 de outubro de 2005, rejeitando o substitutivo do relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo o presidente me designado relator do vencido.

A comissão concordou que as alterações mais profundas serão encaminhadas por meio de projeto de lei, a ser apresentado pelo nobre Senador Jefferson Péres, que englobará os pontos do substitutivo apresentado pelo relator, além de outros que se julgarem necessários ao aprimoramento da matéria.

**II – Análise**

O projeto em tela constitui importante instrumento para a utilização sustentada dos recursos florestais brasileiros, de forma ordenada e fiscalizada pelos órgãos competentes da administração pública.

Apesar das imperfeições constantes no texto oriundo da Câmara dos Deputados, faz-se premente a existência de norma legal que preencha o vácuo legislativo no que tange à utilização racional e sustentada das florestas brasileiras, justificando-se, então, que a referida matéria seja prontamente posta em vigência.

Contudo, não se podem deixar licenciosos os recursos que serão arrecadados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal durante a tramitação do projeto de lei que a aprimorará.

Isto posto, caberá ao Congresso Nacional analisar com celeridade, mas com primazia, o projeto de lei a ser apresentado pelo Senador Jefferson Péres, nos termos do acordo firmado nesta comissão.

**III – Voto**

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, com as emendas abaixo apresentadas e pela rejeição do substitutivo apresentado pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

**EMENDA Nº 1 – CCJ**

O art. 10 do PLC nº 62, de 2005, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 10. ....  
.....

§ 3º O PAOF deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional, quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida no art. 20, § 2º, da Constituição Federal.

§ 4º O PAOF deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, nos termos do art. 49, inciso XVII da Constituição Federal.

**EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se ao § 1º do art. 58 do PLC nº 62, de 2005, a seguinte redação:

**SEÇÃO I****Do Conselho Diretor**

Art. 58.....

§ 1º O diretor-geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal.

**EMENDA Nº 3 – CCJ**

Acrescente-se a seguinte Seção III, ao Capítulo II, do Título IV, do PLC nº 62, de 2005, renumerando-se os demais:

**SEÇÃO III****Do Conselho Gestor**

Art. 63. O Serviço Florestal Brasileiro, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal a ele subordinado, terão suas ações aprovadas por um conselho gestor.

§ 1º O conselho gestor será composto por:



- a) um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;  
 b) um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;  
 c) um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;  
 d) um representante do Ministério da Defesa;  
 e) um representante do Ministério da Saúde

- f) um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário;  
 g) um representante do Ministério da Integração Nacional;  
 h) um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2005. – Senador **José Agripino**, Relator do Vencido.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 116 Nº 11 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2005 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Antônio Carlos Magalhães</i>
RELATOR DO VENCIDO:	<i>Sen. José Agripino</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO (Relator do Vencido)
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB) <sup>(1)</sup>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR <sup>(1)</sup> <i>(Vencido)</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(2)</sup> PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELÍCIDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI <i>(Vencido)</i>
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA (S/Farol) <sup>(3)</sup>
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
(VAGO)	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCA	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>(Vencido)</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 30/09/2005

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella desfilou-se do PL em 29/08/2005.

(4) O Senador Juvêncio da Fonseca passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30/09/2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle concluem pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas oferecidas nos termos do art. 122, inciso II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 3 – CCJ, que apresenta.

A Presidência presta as seguintes informações: a matéria tramita, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em regime de urgência constitucional e recebeu 23 emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, primeira comissão do despacho, no prazo único previsto no art. 122, II, *b*, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os pareceres sobre as referidas emendas serão finais, salvo recurso interposto por um décimo dos membros do Senado, no sentido de serem as emendas submetidas ao Plenário, sem discussão, nos termos do art. 124, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Discussão do projeto e das Emendas de nºs 1 a 3, da CCJ, em turno único.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem mesmo, Sr. Presidente. Não é para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Como alguns Senadores não têm os pareceres, porque não está no sistema...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer está sendo distribuído, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem) – Esse aqui não está...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já determinei à Mesa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Não, isso aqui não tem os pareceres.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não, não. Os pareceres estão sendo distribuídos agora, exatamente agora.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Onde? Quem é que está distribuindo os pareceres? Podem estar sendo reproduzidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estão sendo distribuídos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Não estão sendo distribuídos agora! Quem é que está distribuindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então, a Mesa está me faltando com a informação correta.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Certo, porque o que foi distribuído agora foi isto. E não há pareceres. Está ótimo isto que foi distribuído, apresenta o projeto. É só isso. (Pausa.)

Agora vão ser distribuídos.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já vou conceder-lhe a palavra.

Estão inscritos para discutir a matéria, pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador José Agripino, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Amir Lando.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É sobre o andamento dos trabalhos. Vou fazer um apelo ao Senador José Agripino, Relator na CCJ, no sentido de que use da palavra antes da discussão.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> abre mão da inscrição para discutir a matéria?

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem.) – Não, apenas registro o meu voto favorável à PEC que trata da Zona Franca de Manaus.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará, com satisfação, o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo-lhe a palavra.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM. Pela ordem.) – Eu gostaria de inscrever-me para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> quer inscrever-se para discutir.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao primeiro orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – Sr. Presidente, eu e o Senador Mozarildo Cavalcanti fizemos um apelo que foi aceito pelo Relator, Senador José Agripino.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto o Senador Mozarildo se quer usar da palavra?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Após o Senador José Agripino.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo a palavra ao Senador José Agripino que foi o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino, que, aliás, foi muito importante durante toda a discussão dessa matéria. Não fosse o esforço de V. Ex<sup>a</sup>, nós não teríamos avançado suficientemente como o Brasil cobra de todos nós.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é oportuna a observação de V. Ex<sup>a</sup> porque é preciso que se recomponha aqui um pouco da tramitação desta matéria.

Ela foi apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá, o Senador Mozarildo Cavalcanti foi o Relator e apresentou o substitutivo que foi levado a voto. Eu me encontrava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o substitutivo de S. Ex<sup>a</sup> foi derrotado.

Durante a discussão, apresentei algumas sugestões de entendimento e de conciliação; sugestões que foram, de certa forma, aceitas, como fórmula de encaminhamento da matéria. Aceitas inclusive pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que teve a posição do Senador Jefferson Péres, que é amazônida, que é *expert* no assunto, como o é o Senador Mestrinho, como o é Senador Arthur Virgílio, como o é a Senadora Ana Júlia, o Senador Geraldo Mesquita, enfim, tantos outros da Região Norte, da Região Centro-Oeste e das regiões onde existem florestas públicas no Brasil.

Apresentei sugestões que foram acolhidas e que foram uma espécie de leito para que se construísse um entendimento para prosseguimento das votações em torno da Lei de Gestão de Floresta.

Fui designado pelo Presidente da Comissão, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para ser Relator do vencido. Eu não fui Relator da matéria, do mérito, mas do vencido, como alguém que procurava encontrar caminho de conciliação, de entendimento para uma matéria que, se não é perfeita e acabada, impõe-se. É importante que se encontre forma de gestão de floresta pública como forma de se gerar renda, ocupação e riqueza.

Em uma etapa anterior ao entendimento que propus e que vou explicitar, o Senador Jefferson Péres tomou a si a responsabilidade – tendo em vista as ponderações colocadas pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que foram consubstanciadas em um voto no seu substitutivo, que infelizmente foi derrotado – de

fazer um projeto que caminaria, daqui para a frente, aproveitando muito do que o Senador Mozarildo propôs, para que a matéria não fosse interrompida e para que houvesse a gestão de florestas, um assunto do enorme interesse do Ministério do Meio Ambiente. Sobre esse assunto, a Ministra Marina Silva me falou, pessoalmente e por telefone, inúmeras vezes.

Eu apresentei uma forma conciliatória: aprova-se o texto que veio da Câmara com emendas que eu reputo como salvaguardas para, inclusive, garantir-se a correta aplicação dos recursos que serão recolhidos para um fundo gestor e um fundo incentivador da preservação de florestas.

Qual é o objetivo fundamental? Aqui, quero fazer um rápido resumo do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, o PL nº 62, de 2005. O que ele objetiva, fundamentalmente? Objetiva regulamentar a gestão de florestas em áreas públicas, seja da União, de Estados ou de Municípios.

Hoje, não há nenhum elemento de gestão, nenhum diploma legislativo, nenhuma lei que discipline a gestão de florestas públicas, pertençam elas à União, a Estados ou a Municípios. Essa lei é o primeiro diploma legislativo a estabelecer uma regulamentação sobre a gestão de florestas.

Um segundo ponto é que ela cria o Serviço Florestal Brasileiro, que, na verdade, é um órgão regulador de gestão de florestas públicas e promotor do desenvolvimento florestal sustentável no Brasil, ou seja, cria uma agência reguladora para disciplinar o aproveitamento das florestas públicas.

Terceiro ponto: cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, voltado para o desenvolvimento tecnológico, promoção da assistência técnica e incentivo para o desenvolvimento florestal sustentável, a ser administrado pelo Serviço Florestal Brasileiro no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, a promoção da assistência técnica e o incentivo para o desenvolvimento florestal sustentável.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, como um fundo é criado – e espera-se que, no correr do tempo, ele amealhe recursos expressivos, e aí vem a minha proposta de conciliação –, entendi a necessidade de criação de salvaguardas. Por isso, apresentei parecer que foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que submeto a V. Ex<sup>as</sup>.

Digo o seguinte, na análise do voto que ofereço:

O projeto em tela constitui importante instrumento para a utilização sustentada dos recursos florestais brasileiros, de forma ordenada e fiscalizada pelos órgãos competentes da administração pública.

Apesar das imperfeições constantes no texto oriundo da Câmara dos Deputados, faz-se premente a existência de norma legal que preencha o vácuo legislativo no que tange à utilização racional e sustentada das florestas brasileiras, justificando-se, então, que a referida matéria seja prontamente posta em vigência.

Contudo, não se podem deixar licenciosos os recursos que serão arrecadados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal durante a tramitação do Projeto de Lei que a aprimorará.

Trata-se do projeto de lei a que me referi, que será elaborado pelo Senador Jefferson Péres e que conterà, seguramente, muito do que o Senador Mozarildo Cavalcanti contemplava no seu substitutivo, que foi derrotado mas há o compromisso de se remontá-lo para tramitação do projeto de lei, ao longo do tempo, independentemente da aprovação deste projeto que cria um fundo que será disciplinado por um conselho gestor, dentro daquilo que eu proponho e que traz salvaguardas.

Eu discuti com o Senador Mozarildo Cavalcanti as emendas que apresentei e submeti este relatório a S. Ex<sup>a</sup>, que concordou com os termos do mesmo. Conversei com o Senador Geraldo Mesquita Júnior e com o Senador Augusto Botelho, pessoas que estavam diretamente interessadas no texto a ser votado e que tinha de ser objeto de consenso, no limite do possível.

Isto posto, caberá ao Congresso Nacional analisar com celeridade, mas com primazia, o Projeto de Lei a ser apresentado pelo Senador Jefferson Péres, nos termos do acordo firmado nesta Comissão.

### **Voto**

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, com as emendas abaixo apresentadas e pela rejeição do substitutivo apresentado pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

#### **EMENDA Nº 1 – CCJ**

O art. 10 do PLC nº 62, de 2005, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 10. ....  
.....

§ 3º O PAOF [Plano Anual de Outorga Florestal] deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional, quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definidas no art. 20, §2º, da Constituição Federal.

A exemplo do que a Constituição diz e o Projeto da Câmara não diz, a concessão de florestas públicas situadas em faixa de fronteira deve ser submetida ao Congresso Nacional. Isso não constava no projeto original e apresento esta emenda, que foi discutida e entendida como fundamental para a lisura, para o bom desempenho do projeto de gestão de florestas.

E mais:

§ 4º O PAOF [Plano Anual de Outorga Florestal] deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de florestas públicas [no relatório consta “terras públicas” e eu pediria a substituição por “florestas públicas”] com área superior a dois mil e quinhentos hectares, nos termos do art. 49, inciso XVII, da Constituição Federal.

A Constituição diz que a cessão de terras públicas acima de dois mil e quinhentos hectares tem de ser submetida à aprovação do Congresso Nacional. Não se poderia, portanto, como veio da Câmara, aprovar-se um projeto sem que a exigência constitucional da concessão de florestas públicas em áreas acima de dois mil e quinhentos hectares também fosse submetida à aprovação do Congresso Nacional. É outra garantia para que esse projeto seja conduzido com segurança, para que as salvaguardas – porque aqui está o interesse público e há muito dinheiro envolvido – sejam todas estabelecidas.

#### **EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se ao §1º do art. 58 do PLC nº 62, de 2005, a seguinte redação:

### **Seção I**

#### **Do Conselho Diretor**

Art. 58. ....

§ 1º o Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Serviço Florestal Brasileiro nada mais é do que a agência reguladora das florestas públicas. Nenhuma agência reguladora, Senador Geraldo Mesquita, nenhuma, tem diretores que não sejam nomeados mediante sabatina do Senado. O projeto de lei da Câmara não previa isso. É uma salvaguarda que coloco ao Congresso Nacional, para que as pessoas tenham os pré-requisitos exigidos para o exercício dessa função, que é nobre e importante.

Então, os nomes que vão vir do Poder Executivo serão todos submetidos à sabatina e à aprovação do Senado Federal – o presidente e os diretores.

E, finalmente:

#### EMENDA Nº3 – CCJ

Acrescente-se a seguinte Seção III, ao Capítulo II, do Título IV, do PLC nº 62, de 2005, renumerando-se os demais:

#### **Seção III**

##### **Do Conselho Gestor**

Art. 63. O Serviço Florestal Brasileiro, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal a ele subordinado [entenda-se: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal está subordinado e vai ser gasto pelo Serviço Florestal Brasileiro também], terão suas ações aprovadas por um Conselho Gestor.

No projeto, que veio da Câmara, o Conselho Gestor era composto pelo Ministério do Meio Ambiente. Aí, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estava o grande flanco, a grande abertura, a minha grande preocupação, e a sugestão que dei foi aceita pelos Senadores que conhecem a região e que defendem com mais ardor um projeto bem feito. Pode-se usar a floresta para fins múltiplos: exploração turística, madeireira, medicinal, mineral. Se há um único Ministério envolvido, pode-se incorrer em lapsos, em equívocos, que vão prejudicar o interesse coletivo. Daí a minha preocupação em colocar os Ministérios envolvidos com interesses que estariam nas florestas públicas, todos eles, representados com voz para defenderem o interesse nacional. Não se deve ficar apenas com um Ministério que pode ser contestado, mas, sim, com um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; com um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; com um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; com um representante do Ministério da Defesa; com um representante do Ministério da Saúde; com um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; com um representante do Ministério da Integração Nacional e com um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com isso, Sr. Presidente, o fundamental do interesse coletivo fica resguardado, porque os dirigentes do órgão que vai ser criado, da agência reguladora, vão ser submetidos e sabatinos pelo Senado. As áreas superiores a 2,5 mil hectares serão concedidas mediante autorização do Senado, como a cessão de terra pública; as áreas de fronteira, *idem*. E o Conselho Gestor não é o Conselho de um Ministério só; é o

Conselho composto por Ministérios que têm interesses diretos sobre as áreas. Com isso, estabelecem-se as salvaguardas, que entendo absolutamente imprescindíveis e indispensáveis.

Houve quem dissesse: “Mas as emendas do Senador José Agripino vão procrastinar a aprovação de um projeto que é aclamado pela maioria da população brasileira!”. Quero deixar claro, Sr. Presidente, que esse projeto está correndo em regime de urgência constitucional. Aprovado no Senado, disporá de um prazo de dez dias para aprovação na Câmara dos Deputados. É um projeto cujo consenso foi costurado – suponho – à exaustão no Senado Federal. Envidarei, pessoalmente, todos os esforços para que esse consenso se reproduza na Câmara dos Deputados.

Esse é o compromisso. Esse é o nosso relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Farei a inscrição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria, antes de conceder a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, de lembrar às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores que haverá importantes votações hoje, sobretudo a votação da proposta de emenda à Constituição que muda o rito e a edição das medidas provisórias.

Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, inicialmente, registrar um voto de louvor ao Senador José Agripino, que, realmente, melhorou enormemente a proposta oriunda da Câmara dos Deputados, obviamente dando salvaguardas que garantam que pelo menos nossas florestas continuem nacionais, para que não sejamos, amanhã, acusados de omissos em questão tão importante quanto essa.

De fato, esse projeto é interessante: uma urgência inconcebível na Câmara dos Deputados, outra urgência inconcebível aqui no Senado; retiraram a urgência para votarem um projeto de interesse do Governo; volta a urgência numa convocação extraordinária. Quero, aqui, fazer um registro para que, amanhã, quando acontecer algum problema – e sabemos que vai acontecer –, não se diga que não houve quem alertasse a Nação, que não houve quem mostrasse, exatamente como fez o Senador José Agripino, as inconstitucionalidades desse projeto.

Sr. Presidente, não quero usar as minhas próprias palavras, não. Vou, inicialmente, ler um curto trecho do parecer da Dr<sup>a</sup> Inês de Sampaio Pacheco, Analista Legislativa do Senado Federal, mestranda em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília.

Sr. Presidente, desde já, peço a transcrição, na íntegra, deste parecer. Passarei a ler alguns trechos:

...Projeto de Gestão das Florestas “Públicas”, cuja denominação já é uma impropriedade. Isto porque a Constituição Federal é clara em seu art. 225, **caput**, ao definir o meio ambiente ecologicamente equilibrado como “bem de uso comum do povo”, logo que não se trata de um bem cuja dominialidade possa ser definida como pública ou privada, posto que é objeto de direito de terceira dimensão que trata dos interesses difusos. No entanto, o Projeto de Lei em questão se arvora a competência inconstitucional do Estado de se apropriar das florestas públicas, um bem de uso comum do povo, por ser um bem de natureza essencial para o meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de interesse difuso como o é a paz mundial.

Sr. Presidente, não vou lê-lo na íntegra, mas, repito, deixo registrado esse parecer a respeito da inconstitucionalidade desse projeto como um todo, desde seu nascedouro.

Sr. Presidente, os servidores do Ibama, pessoas que, por lei, são encarregadas de cuidar do meio ambiente, também são contra o projeto. Também peço a transcrição desse memorial, vamos dizer assim, dos funcionários do Ibama contra esse projeto na sua integralidade e também de um documento do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia também contra esse projeto.

Acontece, Sr. Presidente, que a tese é muito bonita; é uma tese muito bem fabricada da defesa do meio ambiente, da expulsão dos grileiros. Quem está na Amazônia atualmente? São bandidos de toda sorte, são grileiros, são pessoas que praticam genocídio, que matam e perseguem os índios. Esse foi o rótulo que as instituições internacionais colocaram.

Sr. Presidente, quero que também faça parte desta minha intervenção, para que seja transcrita, uma matéria veiculada pelo jornal **Hora do Povo**, de São Paulo, que tem o seguinte título: “Projeto de Florestas esconde pirataria imperialista atrás do manto da proteção ambiental”. Passo a ler seus pontos principais:

Projeto de florestas esconde pirataria imperialista atrás do manto da proteção ambiental.

Organizações estrangeiras, vinculadas aos cartéis do petróleo e energéticos dos Estados Unidos, operacionalizaram projeto que libera a exploração dos recursos naturais do país. Agora, pressionam parlamentares para a aprovação da ilegalidade a toque de caixa.

Não são palavras minhas, para não dizerem que tenho qualquer interesse. Está publicado no mesmo jornal, **Hora do Povo**: “ONGs responsáveis pelo projeto são financiadas pelo Departamento de Estado norte-americano”.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que nós, que somos da Amazônia, que nascemos lá, como nasci, que vivemos lá, primeiro, temos de dizer que a Amazônia não é uma coisa só. A Amazônia do Estado de Roraima não é igual à Amazônia, por exemplo, do Estado do Pará, da Senadora Ana Júlia. Não podemos tratar as florestas nacionais como se todas fossem a mesma coisa. Portanto, trata-se de um projeto imperfeito, empurrado de goela abaixo. Espero que não só o Senado fique vigilante na implementação desse projeto, mas também o Ministério Público, que é o fiscal da lei.

Quero, inclusive, dizer que, lamentavelmente, não houve condição de sequer chegar a um acordo para que esse projeto pudesse ser, por exemplo, discutido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já que envolve uma faixa de fronteira enorme do País. Não foi discutido, não houve como levá-lo para lá.

Quero encerrar minha intervenção, Sr. Presidente, com uma frase do Prefeito de São Paulo, José Serra, publicada na revista **Veja**, do dia 25 de janeiro, que diz o seguinte: “O que falta no Brasil é governo que funcione. O Brasil não é uma ONG. O atual Presidente da República funciona como se fosse o Presidente de um ONG”.

Aliás, para corroborar isso, quero dizer que ouvi do próprio Presidente da República, lá no Acre, que tinha de demarcar a reserva Raposa/Serra do Sol porque não agüentava mais a pressão das ONGs européias, que tinham mais poder do que qualquer partido político.

Reconheço o esforço do Senador José Agripino, mas vou votar contra esse projeto, porque considero que não houve tempo suficiente para discutir e amadurecer um projeto de tamanha envergadura, que, na verdade, vai fazer o quê? Alugar as nossas florestas para os grandes conglomerados internacionais.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*





ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO IBAMA NO DISTRITO FEDERAL

## Porque os servidores do IBAMA são contrários à aprovação do Projeto de Lei que trata da Gestão de Florestas Públicas Sustentáveis (PLC 062/05)

1. Inicialmente, somos contrários ao regime de urgência constitucional, solicitada pelo Governo tanto na Câmara quanto no Senado, pois o mesmo impede um processo de discussão maior, melhor e mais transparente deste polêmico projeto com toda a sociedade brasileira, principalmente pela concessão das florestas públicas por até 40 anos. Se o projeto é tão bom e indispensável para o país, porque então a urgência em passar pelo Congresso, quando os seus resultados são de médio e longo prazo?
2. O Governo encaminhou o referido PL. ao Congresso Nacional, a pretexto de conter o desmatamento e resolver os conflitos de terras existentes principalmente, no estado do Pará. Na realidade, o projeto nada mais é que uma proposta de regulamentação dentro da política de gestão ambiental, baseada simplesmente no enfoque dos instrumentos de comando e controle, como a maioria das políticas ambientais no Brasil. O PL não inova, ou seja, não apresenta instrumentos econômicos de gestão ambiental que visem a cuidar das florestas ambientais por meio de incentivos ou desincentivos, não garantem o uso eficiente e sustentável das nossas florestas, muito menos o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Região Amazônica. Como falar em desenvolvimento sustentável ignorando esses instrumentos?
3. A experiência internacional em sistemas de concessões florestais mostra que os principais causadores de ineficiências e consequentemente, promotores da exploração predatória dos recursos florestais, são as falhas nas políticas relacionadas à regulação e monitoramento por parte dos governos. Essas falhas ocorrem quando os governos permitem o descumprimento das leis ambientais existentes, devido à falta de recursos para realizar os trabalhos de supervisão, monitoramento e fiscalização. A tarefa de monitorar vastas áreas e verificar o cumprimento do contrato de concessão é bastante complexa e requer, além de apoio político, técnico e logístico, uma estrutura institucional e organizacional forte e tecnologicamente avançada. O atual PL não prevê essas condições para os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no processo de gestão florestal.
4. O modelo de concessão florestal adotado pelo Governo não é a única opção para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, como pregam os defensores do PL. A questão da sustentabilidade é bem mais complexa do que está proposto no PL. O uso sustentável dos recursos florestais passa por entrelaves fundiários, orçamentários e financeiros, logísticos, burocráticos, estruturais e culmina com a falta de prioridades para a gestão das florestas e a definição de ações no contexto da política florestal brasileira.
5. Os técnicos do IBAMA sempre defenderam a flexibilização da Lei nº 8.666 para a gestão das Florestas Nacionais – FLONAS, visando uma gestão direta com a terceirização de serviços. Também, posicionaram-se favoráveis à concessão florestal em áreas públicas desde que ocorresse dentro de Unidades de Conservação criadas e destinadas para este fim, com preços coerentes e com o fortalecimento do IBAMA.
6. Esse modelo de gestão direta com a terceirização de serviços foi adotado na Floresta Nacional do Tapajós, no Estado do Pará, deixando claro que os atuais instrumentos normativos não impedem que uma FLONA cumpra com o seu papel de preservação, conservação, pesquisa e uso múltiplo dos recursos florestais com práticas de manejo sustentável. Essa Unidade de Conservação de Uso Sustentável desenvolve ações de gestão participativa com as comunidades locais, produção de não-madeleiros, acolhe diversos projetos de pesquisa na Amazônia e recentemente, finalizou um projeto piloto do manejo florestal industrial. A gestão direta é um modelo para as florestas públicas que deveria ser melhor avaliado, discutido e aperfeiçoado por um projeto de lei como esse.
7. A justificativa do Governo para a criação do Serviço Florestal Brasileiro - SFB é basicamente: 1) a ausência de uma estrutura adequada para lidar com o fomento e desenvolvimento florestal; 2) a necessidade de separação de competências, diante de um "conflito de interesses" existente entre as diversas funções públicas relacionadas ao setor florestal, e 3) a ausência de uma estrutura responsável pela outorga de florestas públicas. Em primeiro lugar, lidar com fomento e desenvolvimento no setor florestal requer estrutura operacional, capacitação técnica e orçamento compatível, características essas não contidas ao SFB neste PL, mesmo porque, a estrutura proposta é de uma mera Agência Reguladora e não de um Serviço Florestal que atenda às necessidades do setor. Em segundo lugar, alegar que é necessária a separação de funções com interesses "conflitantes" é, no mínimo, desconhecer toda a estrutura e competências legais do IBAMA e da própria Diretoria de Florestas do Órgão. É também, desconsiderar os 18 anos de história do IBAMA, enquanto instituição pública respeitada pela sociedade brasileira. É, portanto, voltar no tempo e anular todo o processo de gestão integrada que o próprio IBAMA vem procurando consolidar e melhorar desde a sua criação. Em síntese, o PL provoca um retrocesso sem precedentes na gestão pública dos recursos florestais brasileiros.

Os prováveis recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal de unidades de manejo localizadas em áreas de domínio da União serão, na verdade, distribuídos da seguinte forma: 21% para o SFB, 9% para o IBAMA; 21% para os Estados; 21% para os Municípios e 28% para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal – FNDF. Quando a concessão ocorrer em unidades de manejo localizadas em FLONAS a distribuição será: 30% para o SFB; 28% para o IBAMA; 14% para os Estados, 14% para os Municípios e 14% para o FNDF. Não se justifica o SFB receber 21% destes recursos considerando que os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal serão ressarcidos pelo vencedor da licitação. Também, não se justifica o SFB receber 30% dos valores totais quando a concessão ocorrer dentro de FLONAS, pois neste caso o IBAMA já realiza todo o trabalho e caberá ao SFB apenas fiscalizar o contrato de concessão. Está claro que o grande prejudicado, com a aprovação deste projeto, será o IBAMA.

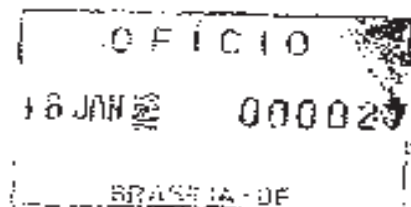
Finalmente, ressalta-se que a Plenária Final da 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente ocorrida de 13 a 15 de dezembro de 2005, promovida pelo MMA, deu ênfase pela necessidade de se discutir a criação de um Serviço Florestal Brasileiro e seu modelo de implantação junto aos Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

Brasília, 16 de janeiro de 2006.



JAN-16-2006 11:33 DE:

PRM:32133579



Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, com representação em todo o território nacional, através de 27 CREAs envolvendo o registro de cerca de 800 mil profissionais, estando ciente de que as duas Casas Legislativas do Congresso Nacional, Câmara e Senado, encontram-se em fase de deliberação final sobre temas de extrema relevância para o Brasil, considera imprescindível alertar Vossa Excelência em relação aos seguintes aspectos:

1- Necessidade de análise multidisciplinar integrada com amplos segmentos representativos da sociedade sobre os objetivos e eventuais consequências sociais, econômicas e ambientais dos conteúdos dos seguintes Projetos de Lei:

- PLC 82/2005 - Gestão e Concessão de Florestas Públicas;
- PL 2.403/2003 - Isenção de IPI sobre produtos derivados de matérias primas de origem vegetal, animal, mineral, biodiversidade e agrosilvopastoril em toda a Amazônia, com criação de novas Áreas de Livre Comércio;
- PL 5.625/2005 - Isenção das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS para a Amazônia, e
- PL 2.057/91 e PL 1.610/98 - Exploração dos recursos minerais e florestais nas terras indígenas.

2- Não permitir a aprovação dos temas acima em Regimes de Urgência, Convocação Extraordinária ou Acordos de Lideranças.

O conteúdo das propostas contempla amplos interesses, de alcance interno e externo ao País, entre eles, a concessão de regalias, benefícios e incentivos, e a transformação da Amazônia na maior Zona de Processamento Agroindustrial e Exportação do planeta, sem a garantia de efetivos mecanismos de proteção para a exploração das riquezas naturais, conforme estabelece a Constituição Federal.

Dai, o porquê desta nossa solicitação para uma discussão mais aprofundada dos referidos projetos, no próprio interesse da nação brasileira.

Cientes do elevado espírito de compreensão, interesse e solidariedade às causas nacionais, emitimos os mais sinceros votos de consideração,

Respeitosamente,

Eng. Civil Marcos Túlio de Melo  
Presidente

## PLEBISCITO E INCONSTITUCIONALIDADE DA APROPRIAÇÃO DAS FLORESTAS QUE NÃO SÃO PÚBLICAS

No dia de hoje houve dois discursos muito importantes no Plenário do Senado Federal. O Senador Mozarildo Cavalcanti fez uma acurada análise do Projeto de Gestão das Florestas "Públicas", cuja denominação já é uma impropriedade. Isto porque a CF é clara em seu artigo 225, caput, ao definir o meio ambiente ecologicamente equilibrado como "bem de uso comum do povo", logo que não se trata de um bem cuja dominialidade possa ser definida como pública ou privada, posto que é objeto de direito da terceira dimensão que trata dos interesses difusos. No entanto o Projeto de Lei em questão se arvora a competência inconstitucional do Estado de se apropriar das florestas públicas, um bem de uso comum do povo, por ser um bem de natureza essencial para o meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de interesse difuso como o é a paz mundial. Assiste razão ao Senador Mozarildo quando submete ao Senado Federal a decisão para concessão das florestas de uso comum do povo brasileiro com a subatina dos concessionários. Mas seria também muito apropriado submeter estas concessões a audiências públicas com as populações locais e mesmo a plebiscitos envolvendo as unidades da federação atingidas pela concessão.

Em acréscimo queremos enfatizar que a segurança legislativa do Projeto das Florestas "Público(-alugadas-privatizadas)" está também ameaçada pela inconstitucionalidade acima mencionada e fundamentada na impossibilidade da simples apropriação destas florestas pelo Poder Público, visto que a natureza pública da base fundiária (terras devolutas) não se transmite ao bem de natureza ecológica essencial à sadia qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental, que são justamente estas florestas, às quais a CF impõe a natureza de "bem de uso comum do povo" inapropriável unilateralmente por ser objeto de direitos difusos.

Aliás esta poderia ser uma regra geral. A Senadora Heloisa Helena defendeu o plebiscito para o Projeto de transposição do Rio São Francisco que é também um projeto que atinge o Rio São Francisco, um bem de uso comum do povo brasileiro.

A sugestão é que seja elaborado um Projeto de Lei Complementar para impor a realização de plebiscitos quando tais bens forem sujeitos a intervenções e medidas gestonárias. Isto satisfaz, também, o princípio, constitucional e internacionalmente, conhecido como participativo, que requer o concurso de todas as partes para decisões de cunho ambiental.

Inês de Sampaio Pacheco

Analista Legislativo do Senado Federal

Maestranda em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília.

## Jornal Hora do Povo

1 2 3 4 5 6 7 8 | [Índice](#) | [Biblioteca](#) | [Assinatura](#) | [Expediente](#) | [Cartas](#) | [Nã tropece na Língua](#)  
 Envie sua carta: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br) | [hp@webcable.com.br](mailto:hp@webcable.com.br)

Clique nos textos para ler as matérias



**Projeto de Florestas esconde pirataria imperialista atrás do manto da proteção ambiental**

ONGs responsáveis pelo Projeto são financiadas pelo Departamento de Estado norte-americano

**O antibiótico brasileiro**

**Biopirataria**

**Cartas**

Projeto de Florestas esconde pirataria imperialista atrás do manto da proteção ambiental

Êtche qçrçida de alguns dos diretores da WWF-Brasil

Onge responsáveis pelo Projeto são financiadas pelo Departamento de Estado norte-americano

O antibiótico brasileiro

Biopirataria

Cartas

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

## Projeto de Florestas esconde pirataria imperialista atrás do manto da proteção ambiental

*Uma proposta de lei tenta "vender" a ideia de que, dentro de 40 anos, o Brasil terá BSA, ou seja, o governo "forçará" as empresas estrangeiras a deixar as florestas sob a tutela do país e agências governamentais competentes, para a concessão de concessões de exploração de carne.*

Na tentativa de esgarçar o saque aos recursos naturais brasileiros, organizações ambientalistas ligadas a interesses estrangeiros se disfarçaram de protetores da natureza e botaram em curso um dos maiores atentados à soberania do país.

O Projeto de Lei 62/05, gestado nas entranhas do Banco Mundial por escusos interesses financeiros, permite entre outras coisas o aluguel de imensas áreas de florestas brasileiras, recomendadamente ricos em recursos minerais, hídricos ou biogenéticos - a qualquer aventureiro que possua pura e simplesmente firma reconhecida em cartório no Brasil.

Baseado em um programa elaborado pelo IS7 (aqueles mesmos países que se recusaram a partir por do movimento internacional de redução do gases nocivos ao meio ambiente por conta seus interesses financeiros), o PL 62/05 prevê a entrega, apenas para começar, de 13 milhões de hectares de florestas. A seguir a lista o que está escrito, qualquer empresa (como a Shell do Brasil, o BankBoston do Brasil, a Texaco do Brasil, a Ford do Brasil, a Weyerhaeuser do Brasil, entre outras) com obviamente comprovados interesses preservacionistas pode conseguir um pedaço da floresta para explorar, sem fiscalização, por até 40 anos.

### RESISTÊNCIA

Atacado por senadores, deputados, governadores, militares, pesquisadores, juristas, entidades e cientistas, o projeto tramita em regime de urgência urgentíssima no Senado e recebe atenção especial da quadrilha de ONGs ambientalistas estrangeiras que se infiltrou no Ministério do Meio Ambiente durante o governo FHC. Na última semana apoderaram-se no gabinete do relator do projeto no Senado para tentar fazê-lo passar pelo plenário a toque de caixa, sem debate, sem emendas.

"É inaceitável entregar nossas florestas à gestão privada por 40 anos sem nem mesmo ouvir o Conselho de Defesa Nacional", ressaltou o senador Mozarildo Cavalcante, relator do Projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

"A Amazônia é do Brasil. A única maneira de preservá-la e deixá-la sob responsabilidade de quem a preservou até aqui, protegendo-a da sanha das potências estrangeiras que querem transformá-la em reserva de mercado", ressaltou Pedro Campos, o secretário geral da UNE. "Temos que enfrentar a cobija das grandes potências que destruíram suas próprias florestas, machucaram seus índios, esgotaram suas reservas minerais e, agora, procuram novos campos de exploração. A Amazônia é um bem inegociável", destacou Pedro.

### CRIME INAFIANCÁVEL

"Fazer concessões de Florestas (florestas nacionais) para as ONGs estrangeiras, Deus meu, que ignorância! Alugar por 30 ou 60 anos é uma das mais tenebrosas propostas contra a soberania brasileira na Amazônia", destacou o geógrafo Aziz Ab'Saber.

Ab'Saber denunciou que o projeto foi "forçado por gente que era de organizações não governamentais, as chamadas ONGs. Todas as ONGs estão dentro do Ministério. Então é evidente que o Ministério não vai ter condições de fazer nada favorável à defesa da Amazônia e das florestas".

Como já foi demonstrado por uma série de reportagens publicadas pelo UOL, muitos grupos internacionais, em sua maioria agências de capital financeiro norte-americano, têm interes-

ses muito específicos (o patrimônio genético, hídrico e mineral brasileiro) e atuam sob a fachada de ONGs supostamente interessadas na "exploração sustentável". Estas organizações são financiadas por multinacionais do setor farmacêutico, de cosméticos, de biotecnologia, ou, ainda, direta mente por governos que, após dizimarem as florestas de seus países, tentam transformar a Floresta Amazônica num pseudopatrimônio da Humanidade.

### **ONGs responsáveis pelo Projeto são financiadas pelo Departamento de Estado norte-americano**

Parte integrante do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o PL 62/05 é patrocinado exatamente pelos países que já destruíram todas as suas florestas, a chamada Grupo dos 7, através de um fundo criado pelo Banco Mundial. Esse fundo é dirigido por ninguém menos do que Paul Wolfowitz, subsecretário de Estado norte-americano, ligado aos cartéis de petróleo, e um dos principais aristas da agressão ao Brasil.

A principal beneficiada do fundo, não por acaso a principal ativista do Projeto de Florestas, é a WWF - principal defensora dos interesses de seus patrocinadores, entre eles a Shell e o Congresso dos EUA - que, como revelou a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para investigar a evasão de divisas brasileiras, figura como recebedora de R\$ 438 mil do Interamerican Foundation (IAF), ONG mantida financeiramente e ideologicamente pelo Congresso dos EUA que tem como diretores três deputados e seis empresários nomeados diretamente pela Casa Branca.

Outra ONG, conhecida dos chapeirinhos amazônicos e diretamente envolvida no lobby do Projeto de Florestas, é o Instituto Socioambiental (ISA), que também recebeu recursos do Congresso norte-americano através do IAF (R\$ 143.864). Entre seu rol de ex-diretores figura ninguém menos do que João Paulo Capuciano, secretário de Florestas do MMA.

**deles é o senhor Luiz  
Inácio Lula da Silva, e o  
outro, o senhor José  
Dirceu."**

*Paulo de Tarso Venceslau,  
economista e ex-militante do PT*

**"Se o senhor quiser, pode quebrar os sigilos da minha  
mãe, eu até dou o CPF e a identidade."**

*Manoel Valerius Pinto Pinheiro de Macedo, advogado da empresa Skymaster,  
investigada na CPI dos Carvões, reagindo ao pedido de quebra do sigilo bancário e  
telefônico dele, de sua mulher e de sua irmã. Foi preso por assédio*

**"Não é possível dizer que ele apenas infringiu um  
decorozinho pequenininho e por isso não poderia ser  
eliminado da vida parlamentar momentaneamente."**

*Nelson Tradi, relator do processo contra o deputado Roberto Brant (PPS - MG), pedindo sua  
expulsão, no Conselho de Ética*

**"Os líderes de Estado que pensarem em usar meios  
terroristas ou armas de destruição em massa contra nós  
têm de entender que se exporiam a uma resposta firme  
da nossa parte. Essa resposta poderia ser convencional.**



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior, para discutir a matéria.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (S/Partido – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, com o mais absoluto respeito às opiniões divergentes da minha, quero louvar especialmente o esforço do nobre Líder, Senador José Agripino, na tentativa de – como S. Ex<sup>a</sup> mesmo afirmou – encontrar caminhos convergentes. Mas, mais uma vez, mesmo assim, coloco a minha convicção que já é pública e contrária a esse projeto pelas razões que declino a seguir.

Em primeiro lugar, os precedentes da outorga de concessões para a exploração do patrimônio natural da Amazônia sempre resultaram em danos irreparáveis e em prejuízos irrecuperáveis para o País. As tentativas frustradas de Henry Ford no Pará para a produção de borracha natural, até a exploração das reservas minerais da Serra do Navio, no Amapá, passando pelo Projeto Jarí, do empresário Daniel Ludwig, assumido por um consórcio de 23 empresas brasileiras, incluindo o triste espetáculo de Serra Pelada e a extração desordenada de cassiterita e de ouro em Rondônia, são alguns dos exemplos da incapacidade do Estado brasileiro para lidar com projetos que o Poder Público não consegue controlar nem colocar a serviço do interesse coletivo na maior, mais rica em recursos naturais e mais promissora área do território nacional.

Em segundo lugar, o projeto não contempla de forma nítida a perspectiva da industrialização regional. O projeto confirma, isto sim, a nossa sina de meros exportadores de matéria-prima na Região Amazônica.

Outro aspecto preocupante é a ausência de previsão detalhada, no projeto, do envolvimento das populações locais no processo de exploração econômica numa relação mais justa. Na Amazônia, e particularmente no meu Estado, a tradição é que os povos da floresta participem da extração de riquezas na condição de trabalho escravo. Ontem, tivemos o Soldado da Borracha. Foram enganados, explorados e tornados miseráveis. Com a aprovação desse projeto, estaremos, possivelmente, em marcha forçada para instituímos o “Soldado da Madeira”, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Há que se ressaltar, ainda, que é incontestável acumularem-se no Ibama centenas e centenas de pedidos de manejo sustentável permitido pela legislação em vigor, sem qualquer decisão, sob o especioso argumento de que, em sua maioria, são projetos de pessoas inidôneas ou por suspeita de inidôneos serem os próprios projetos. A falácia do argumento não pode ser mais irracional. Por que não apreciam, então, não

aprovam nem decidem sobre a minoria dos que são idôneos, condenando-os à inação, à inatividade e à passividade suspeita da burocracia do Estado?

Vale esclarecer ainda que nenhuma lei vai resolver o grave problema da ineficácia, da burocracia e da lentidão do Estado na tomada de decisões. Trata-se de um caso crônico de incapacidade de gestão. A criação do Serviço Florestal Brasileiro não é mais que uma volta ao passado, como se a reinvenção do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, antecessor do Ibama, tivesse o condão de curar os seus vícios. Se a ineficiência decorre da falta ou da inadequação das leis existentes, mais produtivo seria atualizá-las, modernizá-las e adequá-las do que tentar reinventá-las ou vesti-las com a roupagem fácil mas falsa da modernidade.

Em 2002, o Ibama aplicou R\$568 milhões de multas aos que foram apanhados violando a legislação ambiental, mas só recebeu 2,77% desse montante. Ações que se arrastam nos meandros dos cartórios, varas e tribunais de um Poder Judiciário já reformado, sem que nada tenha mudado, recursos admitidos em nada menos do que quatro instâncias e falta de profissionais qualificados para cobrar as multas e acompanhar os meandros de sua execução continuarão depois da aprovação desse projeto, tal como hoje.

Os planos do atual Governo para frear a devastação da Amazônia, em 2004, incluíam nada menos do que 231 ambiciosas metas. No fim do exercício, 2% delas tinham sido cumpridas! O melhor resultado alcançado, ao fim de tanta e ambiciosa retórica, foi que o País conheceu o segundo pior desempenho na preservação ambiental de sua história. Foram nada menos de 26.130 km<sup>2</sup> devastados pelas queimadas, pelo desflorestamento e pelas derrubadas que os olhos dos satélites vêem, mas que olhos humanos parecem não perceber. Tudo isso ocorre num País em que 40% da energia consumida nos lares brasileiros provém da lenha e do carvão, pela impossibilidade de grande parte da população consumir gás natural. Entre outras razões, pelo fracasso de programas sociais como o vale-gás. Quando lançado, no governo anterior, seu valor cobria 50% do valor de um botijão. Como não foi corrigido, representa hoje apenas 25% do preço ao consumidor. Pois toda essa energia é um átimo, menos de um bilionésimo do que se devastou na Amazônia em 2004, apenas num ano durante o mandato do Presidente Lula. Isso para não se falar no ano de 2005.

Não se pode omitir o grave problema da corrupção sistemática, continuada e contínua no sistema de falsificação e venda de licenças para o transporte e a retirada de madeira clandestina em reservas indígenas, em áreas de proteção ambiental e até em parques

nacionais. Em junho de 2005, quando mensagem do Presidente da República retirou o pedido de urgência na tramitação da mensagem que capeava esse projeto, o País tomou conhecimento da maior operação já desencadeada pelo Ministério Público de Mato Grosso e a Polícia Federal sobre fraudes ambientais, quando nada menos de 84 pessoas foram presas e a maior parte delas indiciadas, sendo lamentável a injusta e improcedente detenção do Diretor de Florestas do Ibama, inocentado de qualquer suspeita naquela ocasião. A ação não se cingia à Amazônia apenas, pois, no mesmo dia, Sr. Presidente, era detido em Curitiba um fiscal da instituição, preso em flagrante, recebendo propina de uma madeireira.

A repercussão do escândalo alcançou as manchetes dos principais jornais do mundo. Até o **New York Times**, jornal preferido pela plutocracia de seu país, em editorial intitulado “Amazônia sob risco”, assinalou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cito textualmente, “precisa convencer a si mesmo e à oligarquia agrícola de seu País que floresta tropical não é uma *commodity* para ser explorada em benefício privado”. Como o Governo brasileiro resolveu exatamente o contrário, é não apenas com pesar, mas com o sentimento de impotência que, à falta de outro, valho-me do recurso que me resta de registrar o meu protesto e documentar o voto contra o atentado que o Congresso pretende consumir contra o patrimônio nacional, autorizando a entrega a empresas privadas de toda sorte de recursos econômicos, científicos e de biodiversidades da maior, mais desprotegida, mais agredida e mais devastada floresta tropical do mundo. O que estamos prestes a autorizar é a instituição no nosso País, mais uma vez, das capitânicas hereditárias. Grupos econômicos poderosos se instalarão em imensas áreas de florestas por décadas, explorarão e se apropriarão das nossas riquezas, e as populações tradicionais verão tudo isso acontecer bem ao lado das suas misérias e pobreza angustiantes, fruto da exclusão crônica patrocinada pelo próprio Estado brasileiro.

Com esses argumentos, dentre outros, declaro meu voto contrário à aprovação desta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua a discussão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros – PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito

a V. Ex<sup>a</sup>, na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que promova a inclusão na pauta do nome da Dr<sup>a</sup> Denise Maria Ayres de Abre para aprovação de seu nome como diretora da Agência da Aviação Nacional Civil.

Na terça-feira, estará aqui já devidamente habilitada, superada a questão técnica. Conversei com o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, que viria o último nome que se encontra na Comissão, que é o Sr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi.

Solicito a votação do nome da Sr<sup>a</sup> Denise hoje, no sentido de avançarmos dessa questão da Anac por conta dos atrasos constantes que já temos com relação a ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, concretizarei o que V. Ex<sup>a</sup> pede, se for possível.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando para discutir a matéria. (Pausa.)

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos discutindo aqui um assunto da maior importância para o País. Trata-se da questão de como serão regidas as nossas reservas florestais.

Lamentavelmente, estamos fugindo do modelo que o mundo adota. Em todo o mundo, a questão florestal é gerida pelo ministério da agricultura ou pelo ministério de florestas, como na China. No Brasil, é o Ministério do Meio Ambiente e um órgão, também famigerado na história da atividade no interior, chamado Ibama.

Ora, aqui, o que se quer? Pretende-se conceder concessões de florestas nacionais. Se vivêssemos em um país que cumpre suas obrigações, talvez fosse ótimo isso, porque a realidade, aquilo que é claro, é que estamos cheios de reservas sendo exploradas clandestinamente, segundo dizem os jornais diariamente. Isso significa o quê? Que não há condições, que o órgão capaz de fiscalizar não tem capacidade para isso, que o Governo, o gestor principal, não é capaz de fiscalizar.

Então, se essas reservas não são fiscalizadas, como vamos fiscalizar as concessões de florestas no País? Primeiro, porque será dada a empresas. Na questão amazônica especialmente, a floresta é secundária, e o valor está na biodiversidade, naquilo que está saindo de contrabando, que está sendo patenteado lá fora.

E esses concessionários terão direito de explorar sem nenhuma fiscalização porque, se não há fiscalização hoje, não haverá amanhã. Com certeza.

Em terceiro lugar, essas companhias concessionárias poderão terceirizar o serviço; quer dizer, vão chamar as ONGs protegidas, especializadas na questão de biodiversidade, de exploração, de levar nossas riquezas para fora, e vão praticar absurdos contra o direito do homem que vive nas matas, nas florestas.

Então, se houvesse condições efetivas de o Governo fiscalizar, se fosse uma coisa séria efetivamente – e o Ibama não é sério, salvo algumas exceções, e o Senador Geraldo Mesquita Júnior falou nisso aqui há pouco –, estaria tudo bem, mas não é isso o que acontece.

A proposta do Senador José Agripino é pertinente, muito boa, porque é o mínimo de controle que se pode fazer. Não é possível mais ficarmos sujeitos a que um fulano de terceiro ou de quarto escalão determine a vida de milhões de pessoas que vivem nas florestas. Somente na Amazônia, há 20 milhões de pessoas. Grande parte – pelo menos a metade – vive no interior, nas florestas, tirando seu sustento da floresta. Com certeza, serão expulsos.

O Governo Federal, há alguns anos, criou o grande parque do Jaú no Amazonas, o maior parque natural protegido do mundo. Isso tem sido objeto de muito orgulho para aqueles que fazem do ambientalismo profissão. O que eles fizeram? Eles expulsaram todos os moradores do Jaú para serem miseráveis no Município mais pobre do Amazonas, que é Novo Ayrão. Na época, era o mais pobre. O sujeito saiu de Jaú, onde vivia uma vida de miséria, para ser miserável num Município mais pobre ainda. No Jaú, pelo menos, ele tinha o peixe; em Novo Ayrão, não tem.

Então, temos muita experiência nessa questão de tomar decisões de proteção em relação à floresta, à Amazônia, porque, meus amigos, estamos aí com uma questão indígena.

Há pouco tempo, o presidente da Funai disse uma verdade e depois recuou, mas disse uma verdade: tem muita terra para pouco índio no Brasil. Não é possível que 350 mil índios, o que há no Brasil, efetivamente, muitos deles falando três línguas, ocupem 20% do território brasileiro e queiram mais. Essa é a realidade.

Então, fui contra isso muitas vezes. Cheguei a ir ao Presidente da República, que me disse que atendeu porque recebeu pressão internacional quando fizeram a demarcação da reserva ianomâni.

Hoje, exigiram uma superfície maior do que a de Portugal, onde vivem doze milhões de pessoas, para seis mil índios. E os ianomâni não sabem mais caçar,

não sabem mais usar as ervas medicinais, não sabem mais usar as ervas medicinais, não sabem mais fazer fogo, não cozinham. E isso acontece por quê? Em decorrência das coisas erradas que são feitas. O Governo pode ter a melhor das intenções. Sei que o Presidente Lula tem a melhor das intenções. Uma vez, inclusive, ouvi Sua Excelência dizer à Ministra Marina que não era como ela queria, que a Amazônia precisava ser desenvolvida efetivamente. Ele tem a melhor das intenções, mas o Ministério dele....

Outro dia, a modelo Gisele Bündchen, tão conhecida das colunas sociais e de frivolidades, disse que o Presidente Lula precisava demitir metade dos ministros para, então, se firmar. De fato. Sua Excelência tem uma boa vontade extraordinária, é sincero no que diz, mas a verdade é que os ministros de Sua Excelência, com raras exceções, puxam cada um para um lado. E os ministros não mandam! O terceiro escalão, às vezes, manda mais do que o ministro. No fim do ano tivemos exemplo disso, inclusive no Ministério das Cidades: o terceiro ou o quarto escalão resolveu o problema das emendas dos parlamentares.

Como acreditar, então, que um projeto de tamanha dimensão, um projeto que trata da administração de florestas – e são trezentos milhões de hectares de florestas que há neste País! –, possa ser controlado por um serviço que vai ser criado ainda? O Ibama não controla. Outro dia, o próprio Presidente reclamou que o Ibama atrapalhava o Governo com exigências absurdas. Eles são bons em criar exigências, são bons em criar dificuldades!

A própria legislação ambiental que existe é totalmente negativa para o País e não tem nada a ver, não cuida coisa alguma do meio ambiente. Ela cuida da proteção de interesses que não são os nossos. O código de crimes ambientais foi feito para dar de presente ao Clinton quando veio aqui. Essa é a realidade. O Brasil correu para apressar a votação dessas medidas e entregar ao Clinton um código de crimes ambientais porque o Clinton estava exigindo isso.

O que eles querem? Qual é o compromisso? Congelar a Amazônia. Esse é um trabalho antigo. O engessamento da Amazônia é uma proposta antiga.

Lembro-me de que, certa vez, conversando com o Duque de Edimburgo, marido da Rainha da Inglaterra, ouvi o seguinte: “Vocês deixam explorar muita madeira aqui”. Eu disse: “Não, não exploramos porque vocês não deixam; se nós explorarmos, o mercado, que vocês dominam, cai, e vocês estariam liquidados”. Ele disse: “De fato, nós prejudicamos muito vocês”. Ouvi isso do Duque de Edimburgo, que está vivo hoje, ainda é marido da Rainha da Inglaterra. Infelizmente, essa é a realidade.

Assim, é preciso que reflitamos, que lembremos a responsabilidade que temos aqui em relação à questão florestal. Trata-se de uma área imensa do País. Amanhã, as populações que vivem no interior, os chamados povos da floresta – expressão que inventaram agora – podem ser expulsos de lá e passar a ter de viver mendigando na cidade, viver como marginais nas cidades. Esse é o perigo que corremos, porque as nossas periferias não suportam mais, já estão esgotadas. As populações expulsas do campo vieram para a cidade, para a periferia. Não tendo qualificação, não são absorvidas pelo mercado de trabalho existente, não há emprego para tanta gente.

Então, meus amigos, Senadoras e Senadores, vamos fazer uma reflexão, vamos pensar bem sobre esse processo, sobre essa questão florestal. Guardem o que estou dizendo aqui: esse projeto de engessamento e dominação da Amazônia não é de hoje não, é antigo.

Primeiro cercaram as nossas fronteiras com reservas indígenas. Quando termina a reserva Ianomâmi, começa a reserva Tucano; quando termina a Tucano, começa a reserva do Javari. E, assim, está toda a Amazônia cercada, são áreas imensas. E o que acontece? Agora querem pegar a floresta, querem ficar com a floresta, querem dominar a floresta. Querem mostrar ao mundo que o mercado madeireiro internacional está protegido, está nas mãos deles. Essa é a realidade. O mercado madeireiro no mundo é controlado pela Suécia, Finlândia, Canadá e a Coroa Inglesa especialmente. Esses dominam o mercado, como dominam o mercado de minérios.

Quando surgiram as primeiras pepitas de ouro, surgiu também a questão dos ianomâmis. Muito diziam que era um povo primitivo, que veio do Caribe e não-sei-quê. É porque começaram a aparecer as pepitas de ouro no Alto Rio Negro e na região dos ianomâmis. Quando apareceram as pepitas, o que aconteceu? A Coroa Inglesa exigiu do Presidente Fernando Collor de Mello a demarcação de nove milhões e duzentos mil km<sup>2</sup> naquela região, área contínua. Mas se esqueceram de uma coisa: a entrada na Amazônia, a entrada no chamado Escudo das Guianas, que é uma região riquíssima, região que há muito tempo é cobiçada pelo mundo – vem do Orinoco, para se criar e aquela coisa toda; é onde está a riqueza maior. Eles esqueceram e deixaram demarcar a reserva Raposa Serra do Sol.

Já convivi com os Wapixana, com os Macuxi, com os Taurepang, com os Patamona, lá na fronteira, na tribo deles. Com exceção dos Ingaricó, que vivem na serra e não querem contato com nenhum deles nem conosco, todos os demais viveram sempre muito bem com os não-índios. Cansei de, em fins de semana, ir

lá para a região de Bonfim, para a região de Surumu correr com os índios, correr a cavalo com os índios. Fiz isso muitas vezes. Agora querem implantar um **apartheid** neste País. Inventaram essa história de diferença racial, querem implantar uma separação entre as raças no País. Nós não temos direito de fazer isso! A nossa colonização portuguesa uniu todas as raças. Houve cruzamento de tudo! Não houve genocídio de índio não! Houve cruzamento de português ou de descendentes com índios, e nascemos nós. Então, não há razão para isso.

Eu falo isso à consciência de cada Senador e cada Senadora. Sei que todos nós aqui somos patriotas, todos nós temos interesses, todos nós sabemos que o Brasil é de todos e que não pode ser entregue a somente meia dúzia.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado, Senador Mestrinho.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> para discutir a matéria.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e cidadãos que nos assistem, quero iniciar tentando falar sobre a importância desta matéria, a fim de ajudar as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores desta Casa, bem como as pessoas que nos assistem e nos ouvem, a compreender melhor e ter uma visão correta sobre o que estamos votando.

Primeiramente, quero dizer que, na legislação brasileira, existe uma lacuna sobre a questão da exploração dos produtos da floresta em terras públicas. Simplesmente não é permitido. Sabemos disso, Senador Gilberto Mestrinho. Portanto, este projeto vem para preencher essa lacuna. E está muito claro. Fala-se em privatização da Amazônia, mas é exatamente o contrário: trata-se de um maior controle. Privatização é o que acontece hoje, Senador Sibá Machado. Vou dizer como funciona. Um cidadão vai até a região e ocupa uma terra. Vai ao Incra ou ao órgão do Estado e se cadastra para, um dia, quem sabe, receber o título dessa terra. Ele só tem uma expectativa de direito, mas, com essa expectativa, vende e desmata a terra. E, até 2002, aprovava o seu projeto de manejo no Ibama. A partir de 2003, o próprio Ministério Público Federal instou o Ibama a não mais autorizar planos de manejo em áreas com títulos precários.

Então, na verdade, esta matéria tem uma relação muito forte com a regularização fundiária. Há mais de 15 anos, no Brasil, não se faz regularização fundiária. Está-se começando a fazer agora e exatamente pelo Estado do Pará, onde se está fazendo georeferenciamento, um convênio inclusive do Incra com o Instituto



Militar de Engenharia. É o Exército brasileiro que está fazendo esse trabalho.

Portanto, é exatamente o inverso. Porque hoje o grileiro de terra não tem nenhum compromisso. Vai lá com aquele documento precário, explora, desmata, vai embora e quem é o responsável? Ninguém! Ninguém!

A primeira questão, portanto, é esta: é o contrário. Ele não internacionaliza nada, só empresas nacionais. Essa foi uma emenda de autoria da Câmara dos Deputados, aprovada por aquela Casa e com a qual concordamos.

Segundo, em relação às pequenas empresas não poderem concorrer, vejam, por isso mesmo é que a garantia pode ser exatamente os produtos da floresta, nunca a terra. É vedado que o cidadão, que vai ter a concessão da exploração dos produtos da floresta, seja dono da terra. Ele pode colocar, como garantia, o produto da terra, da exploração da floresta, mas não pode colocar a terra. Se ele não puder colocar esse produto como garantia, apenas os grandes empresários vão poder concorrer. Isso está errado. Por isso, o art. 29 é claro: nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão – este ponto foi colocado na Câmara, que melhorou o texto – até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução pelo concessionário do plano de manejo florestal sustentável ou das demais atividades florestais. O limite previsto no **caput** desse artigo será definido pelo órgão gestor.

Portanto, ao contrário, permite a possibilidade de os pequenos produtores também concorrerem.

Outro argumento, eles dizem que a comunidade local não vai ter mais direito. Não é verdade. Ao contrário, está fora de qualquer concessão o quê? O art. 7º prevê: antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão identificadas para serem, sem ônus financeiro para os beneficiários, destinadas, entre outras, às seguintes formas de gestão: criação de reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, concessão de uso por meio de projetos de assentamento florestal – que hoje, inclusive, já existe – de desenvolvimento sustentável e agroextrativistas ou outros similares. Portanto, primeiro, prioridade zero são exatamente as comunidades, os assentamentos. Eles estarão fora de qualquer situação de poder haver licitação nessa área.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Assim que eu concluir, Senador Gilberto Mestrinho,

até porque eu o ouvi por uns 20 minutos, mais ou menos.

Em relação a acessar o patrimônio genético da nossa biodiversidade, isso também não é verdade porque o art. 18 diz claramente: “A concessão florestal não confere à concessionária”, Senador Sérgio Cabral, “entre outros, o direito de acessar patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções e pela fixação de carbono”. Portanto, essa questão da nossa biodiversidade está garantida porque não permite.

É o mesmo raciocínio, inclusive estavam tentando fazer uma confusão em relação aos direitos minerais. Por exemplo, estavam dizendo que as nossas companhias de exploração de minério não vão mais poder explorar o minério. Imagina, o Pará, a maior província mineral do mundo! É claro que não. Não tem nada a ver. A vedação da exploração mineral é para quem for explorar o produto da floresta. Quem quiser fazer a exploração mineral faça uma solicitação ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), ligado ao Ministério de Minas e Energia. Pode ser na mesma área, sim, de concessão de florestas. Nada impede. Apenas não se pode dar o direito para quem concorre com critérios que tenham o melhor preço, o menor impacto ambiental e o melhor projeto socioeconômico para utilizar os produtos da floresta poder também utilizar o minério. Pode explorar o minério, não pode explorar o subsolo. Esse é um outro departamento, um outro Ministério.

Nada impede que, se tiver minério, a empresa ou os interessados possam solicitar ao DNPM a concessão mineral. Nada impede. Está apenas sendo dito que a floresta...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senadora Ana Júlia Carepa, quem vai fiscalizar isso?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Vamos lá.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – É a mesma estrutura que existe hoje e que não fiscaliza nada?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Não, não é. É por isso mesmo que está sendo criado um serviço florestal. E tem mais: por exemplo, a Comissão do Meio Ambiente pode chegar ao Senado...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Quem vai receber a terra não pode isso, não pode aquilo. Quem vai dizer a ele que não pode? Para fiscalizar alguma coisa é preciso ter muita tecnologia, olhando por cima, porque a estrutura de hoje... Se for essa aí...

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Senador Magno Malta, eu vou lhe dizer: o Ibama vai continuar responsável pelo licenciamento e pela



fiscalização, mas terá o apoio direto dos Estados. Vai envolver os Estados nisso.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Estado de miséria, não é?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Senador Magno Malta, os Estados. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Hoje, usa-se os produtos da floresta e não se paga um único centavo por isso. Não se paga nada, é assim que acontece. E nós sabemos disso. Agora vai-se pagar 30%. É como se fosse um *royalty* para os Municípios, para o poder local. São 30% para os Estados e 30% para o Serviço Nacional de Florestas, sim, exatamente para haver uma fiscalização, que será feita, inclusive, com o apoio dos órgãos do Estado.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Como V. Ex<sup>a</sup> está falando, é bonito. Bom seria que isso acontecesse mesmo! Porém, isso só acontece no País de Alice.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Senador Magno Malta, há gente de boa fé contrária ao projeto? Há, sim! Sou de um Estado que, infelizmente, é campeão de trabalho escravo, e os responsáveis por isso é que são contrários ao projeto, os maiores grileiros é que são contrários ao projeto. Esse projeto foi discutido...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senadora, sou de uma família que só tem terra nas unhas.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Senador, falei que, junto das pessoas de boa fé...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Eu questiono. Aliás, quando eu era menino, meu pai...

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Senador Magno Malta, V. Ex<sup>a</sup> sabe do respeito e do carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Fiz questão de dizer...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PT – ES) – Fico intrigado, porque, no papel, o projeto é importantíssimo. Entretanto, não são só os grileiros. Eu mesmo tenho todas essas dúvidas e sou de uma família extremamente pobre, que terra mesmo só tinha nas unhas.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – ES) – Mas é exatamente por isso, Senador, que estamos esclarecendo alguns pontos abordados de forma indevida.

Nos primeiros dez anos, será permitida a concessão florestal de um percentual muito pequeno, 3%. Essa é a verdade.

Então, junto com pessoas absolutamente sérias – fiz questão de registrar, para que V. Ex<sup>a</sup> ouvisse –, que questionam... Há pessoas sérias? É claro que sim. A democracia é isto: as pessoas pensam de forma diferente. Mas, junto com essas pessoas sérias, infelizmente há a bandidagem. Há, sim! E digo que há, porque conheço o Sindifloresta, que é um sindicato bandido de especialistas em grilagem de terra e que

se opõe a esse projeto, porque ele acabará a farra da grilagem de terra, com a venda de uma expectativa de direito, cuja responsabilidade ninguém sabe de quem é. Depois que alguém desmata, entra o pecuarista com os bois. Acabou! Chega o fiscal para multar, e a pessoa já foi embora.

É muito bom termos o ideal. Esse projeto foi construído e discutido – e peço licença ao Presidente para expor esse ponto – com a Universidade, com setores produtivos, com setores sérios, com entidades não-governamentais que atuam na região. E o projeto foi aperfeiçoado. Inclusive, o Serviço Florestal brasileiro não vai esvaziar o Ibama. Respeito aqueles que acham que sim, mas entendo que, ao contrário, esse Serviço irá fortalecê-lo, porque o Ibama poderá cuidar bem daquilo que hoje não consegue, porque é muita coisa. Tanta gente reclama do Ibama! O Ibama poderá cuidar daquilo que é sua atividade-fim.

E ainda temos a chance, Senador, de avaliar o andamento do projeto, até porque, em um primeiro momento, a idéia é a de que as concessões sejam feitas por cinco anos. Quem hoje é grileiro de terra não terá nenhum privilégio na hora da concessão, nenhum, nenhum, absolutamente nenhum! Por isso é que os maiores grileiros de terra financiam campanhas. Estou falando isso, porque os conheço. Sou vítima deles! Eles financiam campanhas contra o projeto, mistificando-o, distorcendo-o, dizendo coisas que não são verdade, tentando interpretá-lo, de forma equivocada, em relação à privatização, que não existe, ao contrário.

Alguém vai me dizer que hoje existe pessoal suficiente para controlar tudo? Mesmo com o concurso para o Ibama e para o Incra, há condições? Vamos ser realistas!

Senador Gilberto Mestrinho, se o Presidente permitir, concedo a V. Ex<sup>a</sup> um aparte, porque meu tempo já acabou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ana Júlia Carepa, já tive a honra de prorrogar o tempo de V. Ex<sup>a</sup> por cinco vezes.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nobre Senadora, V. Ex<sup>a</sup> me prometeu um aparte.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Tenho a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> será muito breve.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Serei breve, sim. Antes de mais nada, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, apesar de ter sido três vezes Governador do Amazonas, de ter sido Secretário de Fazenda, Prefeito de Manaus, Deputado Federal por Roraima, não tenho um palmo de terra. Nunca tive ligações com o Ibama. No meu Governo, o Ibama tentou repetir os absurdos que praticava no Governo anterior no Amazonas. Quando assumi, dei ordem para que, se chegasse um fiscal do

Ibama, atirassem nele, que era crime afiançável. Este é o problema: o que se vê no interior do Amazonas, especialmente, é a chantagem diária.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Que os grileiros fazem, não é, Senador?

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Eu não defendo grileiro...

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Eu sei disso. Acho que ninguém nesta Casa defende grileiros.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nas três vezes em que fui Governador no Amazonas, nunca tive questão de terra. O Senador Amir Lando foi advogado militante em questões fundiárias e nunca teve uma causa no Amazonas. E a terra, por si só, não vale nada; vale o que tem debaixo da terra ou na sua biodiversidade. Então, não adianta dar garantia, porque o interessado não está preocupado em dar garantia, porque a terra não vale nada.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Mas a garantia não existe com a terra mesmo.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Todas as reservas biológicas hoje são dominadas por ONGs, e ninguém sabe o que sai de lá. A lei proíbe, mas, como disse o Senador Magna Malta, quem fiscaliza? Vamos ser realistas! Vivemos em um País ainda em construção. Há boas intenções? Há. No entanto, não há estrutura para determinados avanços. É como alguém disse há pouco: mandar um homem ao espaço não significa nada, porque ele vai de carona. Então, é preciso ver a realidade e verificar que a fiscalização dessas medidas é impraticável. Falou-se muito na questão de grileiro. Vamos entregar agora a floresta toda a três ou a quatro somente, que vão terceirizar com os grileiros! Essa é a realidade. Muito obrigado.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Eu lhe agradeço, mas vejo que os grileiros da minha terra fazem campanha e as financiam, porque muitos deles estão muito bem de vida. Eles não pagam um centavo de imposto, absolutamente nada! Eles são grileiros e fazem tudo de forma ilegal.

O Serviço Florestal serve exatamente para fiscalizar os contratos da concessão florestal. Além disso, há as fiscalizações externas. Por exemplo, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado da República pode ir lá, para ver se o que foi contratado realmente está sendo feito.

Então, é lógico que a perfeição é muito difícil. O Senador Flexa Ribeiro costuma dizer que, entre o ótimo e o péssimo, há o bom – é mais ou menos isso que o Senador costuma dizer. Ficar de braços cruza-

dos, assistindo ao que está acontecendo com a nossa Amazônia...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Peço-lhe só mais um minuto, Sr. Presidente. Eu prometo.

Não podemos ficar de braços cruzados, assistindo ao que está acontecendo, sem fazer nada para que essa exploração predatória não continue, para que possamos ter um maior controle dos produtos da floresta, e para que essa riqueza dos produtos possa ser distribuída, inclusive, para o pequeno assentado, o pequeno produtor, a pequena comunidade. Permitirmos, simplesmente, que não haja legislação sobre exploração dos produtos da floresta em áreas públicas é incentivar, infelizmente, que continue da forma como está, com grilagem, com essa bagunça, como eles querem. Os grileiros estão torcendo muito hoje para que não se aprove esse projeto. Vão soltar foguetes. Já estão preparados, vão matar uns bois para comemorar, porque vão poder continuar trabalhando de forma tranqüila. Um ou outro é preso, mas a maioria continua.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nobre Senadora, quero apenas citar um fato.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Eu não posso, Senador, porque só falta um minuto.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Quero apenas citar um fato. Quanto à questão da biodiversidade, uma bactéria, um fungo, milhares deles podem ser levados numa caixa de fósforo.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Senador, isso em qualquer situação pode ser levado. Hoje também é levado, se é por isso.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Anos atrás, discutindo com o chefe do Bureau de Biotecnologia do MIT sobre esses problemas da biodiversidade da Amazônia, do contrabando, feito com a conivência de autoridades, ele me disse que conhecia uma empresa na Carolina do Norte que, com uma bactéria da Amazônia, do meu Estado do Amazonas, tinha faturado, no ano anterior, US\$1 bilhão. Então, não venha dizer que vão fiscalizar, porque não há condições de fiscalizar.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Agradeço, Senador, mas preciso concluir, porque há outros Senadores que também querem falar, discutir. Esta é uma Casa democrática.

Estou aqui fazendo um apelo, porque os projetos de manejo no Estado do Pará, por exemplo, estão absolutamente paralisados. E por quê? A Portaria nº 10

do Ibama não permite que se dê mais nenhum título precário, absolutamente nenhum! E não é mesmo para conceder. Não se aprova, porque a maioria, hoje, dos projetos de manejo estão em áreas públicas! Então, há milhares de pessoas, inclusive desempregadas, ali, que estão passando fome literalmente.

Então, essa é uma possibilidade concreta. É a perfeição? Não. Eu também gostaria de fazer uma série de aperfeiçoamentos. Penso que podemos e devemos fazê-los. Mas, hoje, temos um impasse: ou deixamos que a grilagem e que a predação corram soltas, ou criamos regras e normas que possam vir a suprir essa lacuna existente na legislação brasileira, que é uma permissão para poder haver o recurso da riqueza da floresta.

Agora, sim, Senador, é necessário propormos órgãos, inclusive com a participação da sociedade civil, para fazer a fiscalização desse fundo nacional. Um órgão consultivo, sim, mas com a participação da sociedade civil. Isso é fundamental.

É por isso que faço este apelo para que aprove-mos e, depois, possamos discutir as emendas do Senador José Agripino, que considero um avanço, inclusive de acordo com o Senador Jefferson Péres.

São essas as minhas contribuições para essa votação de matéria tão importante para Brasil, mas, em especial, para a Amazônia e para o Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que ainda há dez Srs. Senadores inscritos.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, serão onze, porque gostaria de me inscrever também.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Essa matéria foi uma das matérias importantes da convocação do Congresso Nacional. Se levarmos a discussão para muito mais adiante, provavelmente não vamos ter quórum para votá-la. De modo que queria fazer um apelo para simplificarmos, abreviarmos a discussão para que possamos votar com a presença de um quórum significativo, sob pena de pagarmos o preço de ver essa matéria derrubada.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é difícil, é impossível defender só com palavras sobretudo uma realidade que muitos desconhecem.

A Amazônia ainda é um capítulo indevassado e, sobretudo, inacessível à compreensão do País. Só quem singrou, quem percorreu as distâncias imensas, quem

teve a oportunidade de desvirginar esses últimos capítulos da geografia natural que a Amazônia representa e, por que não dizer, redescobrir o gênese, realmente pode avaliar e pode dizer ao País se podemos colocar na balança um projeto ou a Amazônia.

O que se coloca aqui, Sr. Presidente, é exatamente a voz de um povo, sobretudo de um discurso que sempre se fez dos povos da floresta. O projeto aparentemente quer racionalizar, sim; disciplinar, sim; não há que se confundir a concessão da gestão das florestas, da exploração das florestas, com grilagem de terra. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Grilagem de terra é disciplina da ocupação fundiária brasileira, que, infelizmente, este Governo e os governos anteriores não tiveram condições de fazer.

Essa é uma questão que conheço profundamente. E poderíamos aqui discutir como fazer a ocupação racional. Ainda recentemente, a MP do Bem estabeleceu um limite até 500 hectares, calcada sempre a posse em cultura efetiva e morada habitual. Mas não. Agora, é a concessão da exploração da floresta. E, aí, Sr. Presidente, temos que duvidar um pouco das boas intenções do projeto: por que quarenta anos? Três gerações. Por que conceder quarenta anos para explorar a floresta? Poderíamos ter estabelecido critérios, módulos de exploração, de tamanho médio, como estabelece, aliás, a Constituição, no seu art. 49, que a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares deve passar pelo Congresso Nacional.

Daí a inteligência gravada na Emenda Agripino: exatamente o que a Constituição diz. Essa será uma matéria discutida. Nós não vamos entregar a soberania da Amazônia, em grandes partidas, em grandes porções, porque o projeto não limita tamanho de concessão. Por que não estabeleceram módulos racionalmente edificadas? Não, sem limites! Onde está a preservação do direito dos habitantes da floresta? Aqueles que afirmaram a soberania nacional, com vidas e gerações, no meio da mata, estão abandonados ao léu, à própria sorte.

Onde está a piedade nacional com essa gente? Silêncio. “Se a estrela se cala, se a vaga à pressa resvala, como um cúmplice fugaz...”, como diria Castro Alves, é porque não se pensou nisso, é porque não se estabeleceram critérios de defesa do território. São 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Será quase um século. Por que não transferir a propriedade definitiva da terra? São poucas as propriedades definitivas que resistem um século. Ninguém mantém íntegra a propriedade por um século. A propriedade tende sempre a dividir-se, a mudar de dono, de patrão. É o que foi dito aqui.

Se nós tivéssemos consultado a comunidade amazônica, com audiências públicas com os povos da Amazônia, poderíamos ter opinado, de maneira clara e definitiva, e mostrado ao País que o que queremos é a soberania da nossa terra, da imensidão amazônica. Mas, não. Concessões sem delimitação de tamanho; concessões por 40 anos, renováveis por mais 40 anos ou talvez mais anos!

E, então, onde fica o controle do subsolo? Onde fica o controle da biodiversidade? Quem vai explorar? Será que as empresas multinacionais virão aqui, como fizeram no passado, por exemplo, a Ford e outras grandes multinacionais, que vieram e foram um fracasso em Fordlândia e Belterra?

É uma balela! O que vai ser feito é exatamente a concessão para grandes empresas. Essa questão, inclusive, da empresa nacional, hoje, não tem o menor sentido diante da legislação vigente. Pode ser nacional ou internacional, não importa. Não é a maioria do capital que o determina, mas a sede. E a sede é um lugar no espaço.

**O Sr. Magno Malta** (PL – ES) – Qualquer empresa multinacional com sede no País tem caráter de empresa nacional.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – A sede não quer dizer nada.

Então, hoje não tem mais sentido nenhum. Estamos diante de uma providência a tomar que, aparentemente, é regularizar. Quero disciplinar, sim; quero uma ocupação racional; quero um aproveitamento racional dos recursos renováveis, mas de uma maneira lógica, de uma maneira factível, em que o controle realmente é exercido.

Nós temos, Sr. Presidente, dois discursos em relação ao meio ambiente: um discurso oficial e um discurso não-oficial, como é o discurso do Ministério. Não! Um discurso das ONGs, um discurso parecido com todos, no sentido de que realmente se está cuidando do meio ambiente. Não, não é nada disso. Invade-se terra, derrubam-se terras devolutas da União. Até das florestas. O que deveríamos fazer com as florestas era preservar esse ecúmeno, preservar essa unidade, até para que as espécies não desapareçam. Precisariamos realmente zelar pelas reservas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso saber que as reservas florestais, sobretudo na década de 60, as reservas biológicas foram montadas por uma lógica que não era a do meio ambiente, mas, sim, do subsolo, das riquezas naturais, guardadas sob o manto da floresta. Essa foi exatamente a inspiração de Jânio Quadros, na década de 60; foi essa a sua motivação. Agora, as reservas que já foram feitas há algum tempo, há algumas décadas, com mais de meio século, trans-

ferem-se em grandes partidas. Esse é o critério que deveria ter sido estabelecido previamente na lei.

Estamos realmente oabrando naquilo que eu poderia chamar de alienação da Amazônia; uma alienação branca, uma alienação indolor, imperceptível. Essa é realmente a verdade que temos hoje de descortinar diante da Nação. O que vemos, Sr. Presidente, é a falta de disciplina fundiária, sim; é a invasão, é a grilagem, sim, porque há ausência do Estado para conduzir esse processo.

Lembro-me muito bem que, jovem, fui para ao Acre – fui do Rio Grande do Sul ao Acre. Lá, enfrentamos a questão fundiária, enfrentamos os grileiros.

Nobre Senador Mesquita, V. Ex<sup>a</sup>, na época, era rapaz; seu pai, governador. E o Geraldo Mesquita nos auxiliou no combate à grilagem. Pudemos lá travar uma invasão que se fazia a troco apenas dos impostos, do débito dos impostos, do ITR dos grandes seringais do Acre. Conheço essa realidade. Vendia-se um hectare de terra por menos do valor de um litro de leite; um litro de leite era mais caro do que um hectare de terra. Essa é a verdade, e eu a conheço.

Defendi, agi contra os grileiros, fui ameaçado de morte. Se não fosse a proteção, naquela época, do Estado, do então Governador Geraldo Mesquita, possivelmente nossa vida teria sido eliminada. Muitas vezes me encostaram, sim, um revólver no peito, dizendo que a minha vida seria eliminada. Mas, quem tem a lei na mão não teme; não teme os mais fortes, não teme, sobretudo, os fora-da-lei.

Por isso, Sr. Presidente, quando vejo um projeto urdido dentro dessa idéia, tenho vontade de fazer este apelo: vamos rever alguns pontos, vamos estabelecer modos, limites, vamos resguardar os direitos.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gilberto Mestrinho.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> está colocando bem a questão do projeto; bem por causa do conhecimento, da vivência. V. Ex<sup>a</sup> sabe que as condições são totalmente diferentes daquilo que se comenta no País. Partem de uma premissa errada. Primeiro, quando se lêem notícias no jornal sobre destruição disso e daquilo, conversa fiada! O aquecimento terrestre é consequência de desflorestamento, de gases. Hoje, a floresta não tem essa importância que se dá a ela no que concerne ao meio ambiente. Porque a floresta amazônica hoje produz mais metano do que as fábricas da Rússia e da China, que é muito mais perigoso, muito mais maléfico do que o gás carbônico. Em segundo lugar, comprovadamente, a melhor forma de conservar a floresta seria manejá-la, mas com as pessoas de lá, com o povo da Amazônia



e com os brasileiros que quiserem ir para lá. Essa é a realidade. O que não se pode fazer é o que se faz nas chamadas reservas ecológicas. No Amazonas, há várias. No Pauini, por exemplo, que é o Município mais pobre e que tem mais analfabetos no Amazonas, havia uma plantação muito grande de castanheiras.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – De seringueiras também.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> conheceu. Foi abandonada, foi transformada em reservas, e os moradores de lá foram expulsos.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – O Governo Federal diz: “Se tirarmos, vamos botar gente para proteger, vamos cuidar”. Não cuidam de nada! Não cuidam nem daquilo que deviam cuidar, que era fazer concurso, colocar pessoal nos órgãos para que eles funcionassem. A própria Senadora Ana Júlia Carepa disse aqui que o Ibama não tem pessoal. Se não tem pessoal, se não serve para nada, vamos acabar com o Ibama, porque, para continuar como está, servindo apenas de golpe, não adianta. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Nobre Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para falar da Amazônia. Conheço, inclusive, as reflexões de V. Ex<sup>a</sup>, já gravadas em livros, conheço as palestras, conheço os discursos de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, não precisávamos ter acrescentado nada. Só, talvez, seria importante deixar gravada na história a nossa indignação neste momento, porque amanhã, exatamente quando esse capítulo for revisto, certamente não darão o nosso aval, a nossa complacência, o nosso endosso...

Por isso, eu queria terminar exatamente dizendo, Sr. Presidente, que a questão fundiária é diferente. E lá no Acre os seringueiros, aos milhares, enxotados dos seringais, foram engrossar Rio Branco: a pobreza, a miséria, a prostituição e todas as deformidades sociais inerentes à miséria, exatamente por falta de trabalho. Conheço o que é isso, nós conhecemos, senti isso no Acre.

Quando defendemos os seringueiros e conseguimos, inclusive, anular vários títulos de pretensos proprietários de seringais, começamos a reverter esse quadro. E o que vejo é o seguinte: chegarão os novos donos, os donos sem alma, sem coração, sem nacionalidade, sem sentimento; entidades abstratas, que virão e certamente vão agir...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – ... com a mesma desumanidade, com a mesma falta de consideração por aqueles amazônidas, pelos nossos amazônidas, por aqueles que plantaram a soberania nacional

com um pouco da vida de cada dia e com todos os dias da vida. É essa a gente que será, certamente...

**O Sr. Magno Malta** (PL – ES) – Senador Amir Lando, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer, se o nobre Presidente me permitir.

**O Sr. Magno Malta** (PL – ES) – Não, eu nem pedi. V. Ex<sup>a</sup> me permite falar rapidinho, porque se eu pedir o Presidente corta?

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Magno Malta** (PL – ES) – O sentimento que tenho é que, neste momento, estamos presenciando o que vai ocorrer daqui a pouco, vamos votar um projeto para entregar definitivamente a Amazônia. Com esses prazos, essa história de empresa brasileira, qualquer empresa internacional sediada aqui tem caráter de empresa nacional, 40 anos renováveis por mais 40. O sentimento que tenho, neste momento, a não ser que alguém me prove o contrário, é que nós, daqui a pouco, vamos votar a entrega definitiva da Amazônia.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Infelizmente, Sr. Presidente, hoje está sendo decidido o destino da Amazônia. É uma decisão soberana do povo brasileiro, representado neste Senado da República sobretudo por nós da Amazônia, nós que vivemos naqueles confins, que conhecemos a ocupação, a história de sofrimento dos pioneiros, do seringueiro abandonado na sua comunidade de uma só pessoa. O seringueiro era uma comunidade de uma só pessoa. Ele dialogava com as coisas, com os objetos de trabalho, com os animais, com aquela linguagem gravada em baixo relevo na face do chão, que ia lendo na estrada o que teria acontecido: “Ah, aqui passou o José da colocação do Vai Quem Quer”. De repente, não encontrando mais os passos daquele seringueiro José da Silva, do Vai Quem Quer, observava que ele estava com a perna quebrada, abandonado ou morto no meio da estrada do seringal.

Essa é a história dolorosa da Amazônia, que ninguém consegue saber; essa é a estrada que ele percorria todos os dias, num círculo, indo e voltando; essa é a vida do nosso seringueiro, que assegurou a Amazônia até hoje para nós. É esse o homem que escreveu a história nos troncos, no traço de cada dia dado na árvore de seringa, fazendo a ordenha matutina ainda na madrugada, em plena escuridão.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge, nobre Líder da minoria no Senado Federal.



**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se está havendo obstrução de algum Partido, pois verifico que os Senadores que são favoráveis normalmente são os que estão falando mais. Como já são oito horas da noite e o **quorum** está baixando, quero saber se há Partido, Liderança do Governo ou da Oposição obstruindo formalmente esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, não tenho elementos para responder a V. Ex<sup>a</sup> como eu gostaria.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, aprovado na Câmara, chegou ao Senado sob o nº 62, de 2005, e o Poder Executivo recomendou o seu exame em regime de urgência constitucional. O bom senso pediu, no mínimo, que o analisássemos com critério e com responsabilidade, sem o habitual afogadilho que o atual Governo insiste em atrelar às suas proposições, muitas vezes contrariando o consenso da Casa.

O projeto mexe especialmente – e muito – com a nossa mais estratégica região, a Amazônia, que representa grande parte do mais brilhante futuro do País. Não é à toa que tem despertado tantos e acalorados debates, dividindo figuras de enorme credibilidade, que devem ser respeitadas nas suas perspectivas. É um projeto em que todos têm direito de ter razão. Respeito, portanto, a razão de todos.

No entanto, eu formei sólidas convicções, Senadora Ana Júlia e Senador Motta, a favor do projeto.

A alegação desses setores é a de que é necessário criar mecanismos para a preservação do incalculável patrimônio coletivo que é a Floresta Amazônica e a qualidade de seus ecossistemas. Essas áreas favoráveis ao projeto ressaltam que apenas empresas de brasileiros poderão participar das licitações previstas de áreas florestais.

Em editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, foi mencionada a declaração do diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Para ele, não há como falar em privatização de terras públicas. Na verdade, explica, o que se está propondo é exatamente o inverso da privatização. E lembra: “Privatizar é o que se faz, hoje, com a apropriação indevida de terras públicas e, além de tudo, de forma predatória”.

Antes da solicitação da base governista, que me pediu apoio para a votação em urgência desse projeto, a Ministra Marina Silva, por quem tenho admiração e respeito, manifestou-me o mesmo pleito.

Os que se opõem não propriamente ao projeto mas a partes dele sustentam, entre outros argumentos, que a proposição teria a força de poderoso instrumento em favor de pretensa *internacionalização* da Amazônia.

Em apoio a essa alegação, apontam:

1 – a concessão de grandes glebas de florestas;

2 – a possibilidade de formação de consórcios empresariais, ampliando em consequência esse risco;

3 – a possibilidade de terceirização das atividades;

4 – os possíveis financiamentos, que teriam como garantia as terras cedidas.

Entre os que se opõem ao projeto, figuram o ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de outras figuras ligadas ao meio ambiente, num total de 138 pessoas, representando 36 entidades.

Entre essas pessoas, encontro o nome do Dr. Niro Higuchi, da Coordenação de Pesquisas em Silvicultura Tropical do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, cientista dos mais respeitáveis e dos mais acatados, Senador Tião Viana, na nossa Amazônia, especificamente no meu Estado, mas com renome internacional.

Localizo também o nome do Professor Frederico Arruda, da Universidade Federal do Amazonas, para quem o principal interessado, a sociedade brasileira, não teria sido ouvido a respeito do projeto.

São opiniões relevantes, tanto quanto a palavra da Ministra Marina Silva.

O que é o projeto?

O Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005 prevê a gestão das florestas públicas para produção sustentável, criando unidades de conservação que permitam a produção florestal.

Para esse fim, são destinadas áreas para uso comunitário, como assentamentos, reservas extrativistas e áreas quilombolas.

Sou amazônida e esse é o sentimento tanto da ilustre Ministra Marina Silva, quanto, por exemplo, do Professor Frederico Arruda. É o sentimento que, neste momento, separa a Senadora Ana Júlia do meu querido amigo Senador Gilberto Mestrinho. É o sentimento que nos fez votar, ainda há pouco, por consenso, determinada matéria de minha autoria e, agora, coloca o Senador Mestrinho em uma trincheira e eu em outra. É o sentimento que faz, diferentemente de outros momentos em que estou tão irmanado na luta de oposição com o Senador Mozarildo Cavalcanti, com que S. Ex<sup>a</sup>,

razoável como sempre, tendo melhorado o projeto como melhorou, ponha-se em uma parte do plenário e eu em outra. Senador Amir Lando, isso se aplica a V. Ex<sup>a</sup> do mesmo jeito. Não trabalho com maniqueísmo; não trabalho com a categoria do maniqueísmo.

Peca o projeto – dizem os que a ele se opõem – ao propor a criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Os que o desejam dizem que aí está uma das suas virtudes essenciais e eu tenho muita confiança de que, até pela solidariedade que manifesto, a Ministra Marina saberá conter essa coisa de aparelhismo, essa coisa de nomeação de companheiros. Ela saberá conter isso, porque estou apostando aqui parte do futuro da minha região e quero falar, com toda autoridade, neste momento, a respeito dessa questão que, para mim, é deplorável – essa de se aparelhar politicamente órgãos públicos.

Alegam os que são contra que isso equivaleria à criação de mais uma estrutura – e gigantesca – paralela ao Ibama.

Por essas razões antagônicas e apaixonantes que o tema desperta na sociedade e depois de um longo período de diálogo com os vários segmentos envolvidos na discussão do projeto, vou recomendar à minha Bancada voto favorável ao texto procedente da Câmara, desde que sejam contempladas pela base governista as três emendas apresentadas pelo Líder do PFL, Senador José Agripino Maia, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, emendas que representam parte do contraditório e que significam o apreço que de nós merecem Senadores como Mozarildo Cavalcanti, Flexa Ribeiro e Jonas Pinheiro, dentre tantas outras figuras eminentes e prezadas nesta Casa.

As emendas do Senador José Agripino propõem, basicamente, o seguinte:

Emenda nº 1 – estabelece que o Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF – deverá ser previamente apreciado pelo Conselho Nacional de Defesa, quando estiverem incluídas áreas situadas em faixa de fronteira, além de aprovação prévia do Congresso quando a concessão envolver terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;

Emenda nº 2 – estabelece que o diretor-geral e demais diretores do Serviço Florestal Brasileiro – SFB – sejam nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal;

Emenda nº 3 – estabelece que o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal terão suas ações aprovadas por um conselho gestor composto por um conjunto de Ministérios afeto à questão amazônica.

Portanto, recebendo, como recebi, Senador Tião Viana, as mais diversas contribuições do Deputado Hamilton Casara, ex-Presidente do Ibama, dizendo que considera difícil que se resolva a questão fundiária com relação às áreas acima de 2.500 hectares que hoje dependem de autorização do Congresso Nacional para sua utilização, entendendo que deveria ficar claro no projeto de que maneira seria viabilizada a implantação da base fundiária, tendo em vista a pouca flexibilidade do Incra bem como a falta de recursos financeiros para a execução da base. O Incra, afinal, é o responsável por autorizar o uso das áreas de manejo que serão objeto das concessões. Diz ainda o Deputado Hamilton Casara que é fundamental melhorar a questão dos prazos e verificar as barreiras burocráticas para implementação dos planos de manejo florestal.

Tenho preocupação pessoal, Senador Gilberto Mestrinho, com o fato de haver uma grande confusão sobre a quem as terras pertencem: se elas são do Município, do Estado ou da União. Esse é um problema a ser visto com cuidado pelo Ministério, que tem uma enorme responsabilidade na hora de regulamentar este projeto.

Por outro lado, vejo – e isso me motiva a recomendar o voto “sim”, Senador José Agripino – que, em relação ao prazo de concessão, nos primeiros cinco anos, prestam-se contas, logo de início, ao Congresso Nacional e, a cada cinco anos, auditoria externa. Portanto, haveria a possibilidade de ir acompanhando o êxito de um, o fracasso de outro, a inadimplência de um, a má-fé de outro, a boa-fé de quem mereça continuar como concessionário.

A fiscalização, que hoje é do Ibama, teria a perspectiva de ter as auditorias externas, o Serviço Florestal Brasileiro e os órgãos ambientais de meio ambiente. E espero que haja muito critério nisso, esse é um tema de enorme seriedade, que divide apaixonadamente esta Casa, que se opõem ao projeto até figuras que da região não são e que se sentem responsáveis pela Amazônia. E essa já é uma grande vitória: estarmos colocando a Amazônia no primeiro plano do debate nacional. Isso, para mim, é de enorme significação.

Já concedo o aparte ao Senador Mestrinho, com muita atenção.

Perguntei ao Ministério do Meio Ambiente: quais são as regras para se cancelar os contratos? Como se faz para punir aquele que não esteja, Senador Sibá Machado, portando-se de acordo com o que se esperaria do concessionário? A resposta: ele tem o cancelamento do contrato (art. 45, §1º) pelo não-cumprimento das responsabilidades previstas no próprio contrato, pelo não-cumprimento das obrigações ambientais e em caso de faltas apontadas pelas auditorias externas.

Portanto – já concedo o aparte ao Senador Gilberto Mestrinho –, se alguém me perguntar, volto a dizer que respeito todas as posições aqui postas, todas, não sou maniqueísta, jamais me senti proprietário de Deus e nem me sinto tampouco próximo do diabo, quero ser muito respeitador em relação a todas as posições divergentes. Afinal de contas, é muito bom que os brasileiros todos tenham uma posição firmada, Senador Magno Malta, a respeito da Amazônia. Comove a mim V. Ex<sup>a</sup> entrar em debates acalorados a respeito da minha região. Isso é prova de que a minha região não é mais vista como tema paroquial pelo restante do País.

Conversei com a Senadora Heloísa Helena e sei o que S. Ex<sup>a</sup> pensa. Conversei com diversas pessoas. O Senador Gilberto Mestrinho foi muito criticado por pessoas que, conhecendo pouco a região ou dispondo de boa-fé limitada, tentavam não levar a sério o que, com embasamento científico, S. Ex<sup>a</sup>, quando Governador do Estado, ainda propunha para a região, e, quando se dispunha a ir aos debates mais profundos, via-se que, pelo menos, parte substantiva da razão estava com S. Ex<sup>a</sup>, sim.

Então, estou, neste momento, entendendo que o debate apontará para uma direção que se refletirá numa votação e, conseqüentemente, num caminho para a região. Se não aprovado, talvez seja uma chance perdida. Sempre propus a Amazônia do “sim” e gosto dessa idéia, e não a Amazônia daquele “não”: “não concedo, não permito, não pode, não deve”, e, depois, por trás, fazem tudo! Queria a Amazônia do “sim”: isso pode, e aquilo não! Isto aqui pode, e aquilo ali também não! Isto aqui pode, sim, e aquilo ali, não, senhor! Proponho a Amazônia do “sim”, aquela que reduza a vontade e a necessidade de delinquir, aquela que esvazie as pressões, hoje clandestinas, e as jogue para as áreas permitidas, Sr. Presidente! Que jogue as pressões para as áreas permitidas! E aí, com a fiscalização, teria talvez menos gente delinquindo e tratando a região com menos respeito. Menos gente e, portanto, mais perspectiva de fiscalização!

Concedo o aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nobre Senador Arthur Virgílio, sou testemunha, porque conheço V. Ex<sup>a</sup> desde menino, da sua lealdade e da maneira como V. Ex<sup>a</sup> expõe seus pontos de vista e como respeita o ponto de vista dos outros. Dou este testemunho ao Senado, com muito prazer. Sou amigo de V. Ex<sup>a</sup>, amigo de seu pai, amigo de seu avô também. Perdoem-me, mas quero dizer o seguinte: a proposta pode até ser muito boa, mas a Constituição de 88, por exemplo, concedeu e previu várias coisas que nunca foram regulamentadas. Nunca. Sabemos que existem

vários problemas que a todo ano se repetem. A Lei Kandir, por exemplo, há dez anos não se resolve; há dez anos. Como é que agora se vai fiscalizar as concessões de floresta na Amazônia quando a questão ambiental tem preocupações outras? O Ministério do Meio Ambiente usa a Amazônia como moeda de troca. Quando sabe que vai haver qualquer coisa sobre meio ambiente no mundo, há uma série de publicações no Brasil, capa de revista e tal sobre a exploração da Amazônia, que a Amazônia está sendo saqueada, que a Amazônia está sendo devastada, e correm para a reunião para pedir dinheiro. Isso tem sido constante. Não é de hoje, não! Isso é constante, não é de hoje; não é de hoje. Então, este projeto de floresta vai oficializar e reduzir efetivamente aqueles que deveriam estar na questão fundiária e não estão, que são os grileiros, mas vai criar grandes grileiros no País, porque as empresas chamadas nacionais poderão ser estrangeiras registradas aqui, porque o conceito de empresa nacional é registrada no País. A empresa foi registrada aqui, é empresa nacional. E, segundo, elas podem fazer terceirização. Quem vai nos garantir que essas empresas concessionárias não vão terceirizar com essas ONGs ambientalistas que tanto mal fazem ao País? Por isso digo a V. Ex<sup>a</sup> que respeito as posições, mas acho que a questão é mais profunda e devemos ter um certo cuidado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Gilberto Mestrinho, dou o testemunho do meu carinho pessoal por V. Ex<sup>a</sup> e, mais: do conceito que tenho de que V. Ex<sup>a</sup> é um conhecedor profundo da região e é um amazonólogo. Muito mais do que um amazonense ilustre, é um estudioso da região. E mais ainda: figura de enorme peso de poder efetivo presente, V. Ex<sup>a</sup> continua, e muito brilhantemente, presente na cena do Estado, como de poder simbólico, de efeito simbólico para nós, até porque não há um inimigo seu que seja tão inimigo seu a ponto de conseguir escrever alguma coisa sobre a Amazônia de 1955 para cá sem ser obrigado a remeter ao texto o seu nome. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> é uma figura que vive um momento muito feliz porque é o Senador atuante que é e, ao mesmo tempo, é uma figura expressiva, talvez a mais da história dos últimos cinquenta anos do meu Estado.

Espero que suas palavras sirvam para que a fiscalização aconteça, para que o projeto signifique um golpe na grilagem e não uma tolerância à grilagem; para que o projeto signifique a não privatização de terra, porque a privatização se daria pela grilagem. Se houvesse a idéia da concessão, haveria o controle do Estado, com todas essas regras.

Se V. Ex<sup>a</sup> me dissesse – e falo do fundo do meu coração – “formei meu conceito”, se alguém me dis-

sesse “você vai dormir absolutamente convicto de que tudo o que você está dizendo é completamente exato e vai dar completamente certo”, eu diria que não tenho essa convicção. Tenho o desejo de que seja assim, tenho confiança na boa-fé da Ministra Marina Silva, como tenho confiança na boa-fé de V. Ex<sup>a</sup>, e é com muita honestidade que faço a minha opção aqui e peço o voto dos Senadores da minha Bancada para a opção que faço. Mas estou sob o mesmo impacto emocional de todos aqueles que discutem – e esse é o dado positivo – a minha região, levando-a nesse nível de seriedade.

Portanto, se é uma posição em que V. Ex<sup>a</sup> está de um lado e em que o Senador Jefferson Péres está de outro, digo: “Meu Deus, opto pelo lado que estou optando, porque quero fazer alguma coisa, quero alguma regulação, quero algum marco regulatório; prefiro alguma gerência, prefiro alguma atitude e quero que isso seja um passo à frente”.

Espero estar certo. Se eu estiver errado, darei a mão à palmatória com toda a dor; se eu estiver certo, compreenderei para sempre o desejo de acertar daqueles que...

Ouçó o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Serei rápido, Sr. Presidente. É que, neste momento do debate, começam a surgir alguns pontos menos esclarecidos, e o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, traz uma série de perguntas e respostas. Tenho aqui dois dados e eu gostaria de aproveitar o discurso de V. Ex<sup>a</sup> para acrescentar essa riqueza de detalhes. Primeiro, o tempo em que se discute um projeto dessa natureza é muito diferente daquele de qualquer outra atividade econômica. Na preocupação do Senador Amir Lando, quando S. Ex<sup>a</sup> acha que 40 anos é muito, acontece que, em manejo florestal, o tempo é o da mata, não é o da economia! A Engenharia Florestal calcula, uma vez tirada uma árvore, quanto tempo a própria floresta, por si só, devolve uma nova: 30 anos. Esse é o cálculo da Engenharia Florestal. Portanto, não se pode fazer um contrato, com uma empresa que vai gastar um monte de dinheiro para se instalar, com menos de 30 anos! Tem de ser com o mínimo de 30 anos. Quero dar uma segunda informação: o projeto, como um todo, trabalha 3% da Amazônia, em caráter, inclusive, experimental – há essa preocupação. Em dez anos, é preciso haver toda uma reavaliação do projeto que foi implementado, da própria lei, do que deu certo e do que não deu certo, para poder corrigi-lo. Esses próximos dez anos, no meu entendimento, respondem às preocupações do Senador Amir Lando. A terceira grande preocupação é a seguinte: o projeto coíbe ou não a grilagem de terra? No nosso entendimento, sim!

Por quê? O projeto não vai tratar sobre geração de direito de propriedade fundiária. É o contrário! O projeto não vai gerar esse direito. Então, a empresa vai trabalhar sobre o que está em cima da terra e não a terra. A quarta questão é a seguinte: como uma empresa será fiscalizada? Estamos acostumados a criar leis no Brasil pensando muito mais em coibir os defeitos do que em valorizar os acertos. Então, nesse caso, a grande preocupação que se coloca é a de que o sucesso do programa ou o sucesso dessa lei se dará com a fiscalização. No momento em que uma empresa ganha uma área de terra, em uma licitação, essa área terá de ser georeferenciada, os pontos têm de ser muito bem fiscalizados, até via satélite. E ainda se cria um serviço especial de fiscalização. Haverá não apenas a ação da fiscalização do órgão ambiental, mas também a do órgão trabalhista e a da Receita Federal. Então, teremos a presença do Estado fiscalizando a empresa; o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, todas as ações governamentais estarão de olho na ação da empresa. Por último, precisamos ressaltar que a floresta em pé tem muito mais saídas econômicas do que retirada. É uma discussão também do ponto de vista econômico. Vi um cálculo da Embrapa com o qual fiquei até espantado, no bom sentido. Pegamos um projeto de assentamento antigo do Acre, de mais de 30 anos. As pessoas desmataram mais de 50% até em alguns casos. A Embrapa fez um plano de manejo do restante que sobrou dessas áreas. A renda dessas famílias, hoje, com o manejo florestal, é maior do que quando trabalhavam com a agricultura. O Senador Magno Malta e outros estavam preocupados se o pequeno vai participar; essa é também a preocupação do Senador Augusto Botelho. O pequeno vai poder participar, porque temos as reservas extrativistas; essas reservas podem ser trabalhadas pelo plano de manejo comunitário, e há uma série de novas áreas. Quero dizer para V. Ex<sup>a</sup> que fiquei muito feliz de o Governo concordar com o novo projeto de assentamento que é destinado para a Amazônia, que é o projeto de assentamento florestal e não mais o agrícola, em que se pensa no desmatamento completo. Assim sendo, achamos que o projeto cai como uma luva para uma experiência de economia da Amazônia, respeitando o morador local, a dinâmica local, a economia local. Agradeço de coração as preocupações que V. Ex<sup>a</sup> traz, os pontos que são reais, para serem debatidos, mas também vivemos um tempo imediato, que é o da aprovação do projeto, e aceitamos, assim, todas as críticas que foram apresentadas e que servem para aperfeiçoar. Tenho a certeza de que o projeto, uma vez votado, vai nos ajudar a resolver um grave problema vivido hoje na Amazônia, que é o da grilagem de terra.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo consistente aparte, que revela o Senador atento que é. Olhe exatamente a contradição: de repente, o Senador Geraldo Mesquita – com quem tenho, no cotidiano, tantas afinidades, quando das lutas de oposição aqui; que aprecio muito, de quem gosto muito – está numa posição, e eu estou completamente tendente, definido, em recomendar o voto pela posição de V. Ex<sup>a</sup>.

Mas é isso. A Amazônia é apaixonante. A Amazônia, talvez, não permita as verdades absolutas. Mas lhe agradeço, porque seu aparte corrobora minhas convicções.

Senador Magno Malta, concedo-lhe o aparte. Em seguida, encerro. (Pausa.)

O Senador Magno Malta desiste do aparte. Agradeço-lhe muito, de qualquer maneira.

Sr. Presidente, concluo exatamente repetindo a minha resposta ao Senador Sibá Machado. Tenho muito medo das verdades definitivas e absolutas numa região como a Amazônia; tenho muito medo das certezas e entendo que esse é um passo de enorme seriedade que estamos encetando, de enormes responsabilidades. Não foi à toa que o Relator da matéria terminou sendo a figura ilustre e acatada do Senador José Agripino. Não foi à toa que vimos a separação de tantas figuras.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, ouvi muito pouco do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Ao não poder absorver parte significativa do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, imagino que muito tenha perdido, porque sou seu fã, ainda mais num assunto dessa natureza. Não sei se seria pedir demais, até porque V. Ex<sup>a</sup> tem direito ao mesmo tempo que o Senador Aloizio Mercadante teve ontem e ao que a Senadora Heloísa Helena terá hoje, mas peço que V. Ex<sup>a</sup> me desse, muito sucintamente – V. Ex<sup>a</sup> tem a capacidade da síntese com brilhantismo –, a síntese do seu raciocínio e da sua vivência para fazer a defesa desse projeto, embora seja do Governo. Senador Arthur Virgílio, quando presidi a CPI do Narcotráfico, tive o dissabor de ajudar a prender um coronel da Aeronáutica que era o responsável pelo espaço aéreo da Amazônia, e, só no espaço de que era responsável, havia mais de duas mil pistas clandestinas de aeronave de pequeno porte para tráfico de drogas e contrabando de armas. Então, ninguém toma conta de nada absolutamente. A cada momento me cresce um sentimento ruim; a cada momento, tenho mais dúvidas. A cada fala que escuto... Desculpem-me os companheiros, amigos, irmãos do Parlamento, mas, quanto mais ouvi o discurso da Senadora Ana Júlia Carepa, por quem tenho tan-

to apreço, mais dúvida se criou no meu coração e na minha cabeça. Então, de forma sucinta, quero ouvir V. Ex<sup>a</sup>. Perdi parte do seu discurso, pois estava tratando do mesmo assunto ao telefone.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Senador Magno Malta.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, peço tempo para responder sucintamente ao Senador Magno Malta. S. Ex<sup>a</sup> me pede que resuma meu ponto de vista, e eu o faço.

Senador Magno Malta, a convicção de que é preciso estabelecer algum marco regulatório, alguma regulação no lugar de nenhuma; a idéia de que, quando se faz a concessão, está-se querendo investir contra a grilagem e, portanto, está-se evitando uma privatização, a meu ver, essa, sim, dura e feroz das terras amazônicas; a certeza de que podemos ver contratos cancelados pela inadimplência, pelo descumprimento de cláusulas ambientais, pela reprovação nas auditorias externas; a certeza de que a fiscalização contaria com órgãos – e aqui fui muito claro em relação a essa questão de não se permitir aparelhamento de órgãos que lidam com a Amazônia – que ajudariam o Ibama; a certeza de que teríamos a possibilidade de listar os “sins” em lugar de listarmos os “nãos”, porque hoje se diz “não” para tudo, e tudo acontece à revelia do interesse da região, por trás. Se tivéssemos a possibilidade de dizer quais são os “sins”, teríamos a perspectiva, a legalidade de partir para uma tentativa efetiva de desenvolvimento sustentável.

Eu dizia ainda, Senador Magno Malta, que a minha Região não comporta verdades absolutas, não comporta certezas irretocáveis. Eu dizia que respeito todas as posições, e mais ainda: como agradei a V. Ex<sup>a</sup>, agradeço à Casa e ao Plenário o interesse polarizador que a minha Região desperta. Bancadas se dividem, companheiros de Oposição se põem em condições opostas, companheiros de situação se põem em situações diversas; ou seja, há o interesse efetivo na Região Amazônica, e vejo neste momento uma resposta que o Ministério do Meio Ambiente dá...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu, que critico tanto – acredito que muito poucas vezes injustamente –, mas critico com muita dureza o que eu chamo de inércia administrativa do Governo Lula, estou vendo uma tentativa de um órgão para sair da inércia, procurar propor e criar, a partir daí, até necessidades. Alguém diz que não há capacidade de fiscalizar hoje. A necessidade de fiscalizar de maneira eficaz nasce com a idéia de se fazer a concessão, procurando, a



meu ver, organizar as pressões que estão desorganizadas hoje.

Eu vivi dúvidas. Ouvi o Senador Jonas Pinheiro, ouvi o Senador Geraldo Mesquita, ouvi o Senador Mozarildo Cavalcanti, que, aliás, inspirou bastante as idéias que aqui estão postas. Ouvi o Senador Flexa Ribeiro, que me disse que esse projeto não era, nem de longe, o ideal para S. Ex<sup>a</sup>, mas que esse projeto já está mais palatável em função das concessões que estão vindo no relatório do Senador José Agripino.

Eu, Senador Magno Malta, consigo concordar e discordar de V. Ex<sup>a</sup> com a mesma amizade, com a mesma alegria e admiração. Não tenho nenhuma pretensão de convencê-lo, mas tenho o dever de expressar aqui o meu desejo de ver a minha Região fazendo tentativas. Eu quero perspectivas de emprego para 22 milhões de amazônidas, quero perspectivas de desenvolvimento sustentável, para que não mate-mos a galinha dos ovos de ouro. Eu não entendo aquilo como museu e não entendo aquilo como algo a ser demolido ou depredado. Eu entendo, Senador Magno Malta, que essa tentativa merece que nela eu aposte e, por isso, recomendo à minha Bancada o voto “sim” no momento em que formos à votação.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – A concessão acima de 2.500 hectares sem autorização do Congresso não é inconstitucional?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se for inconstitucional, eu sinceramente não saberia lhe responder. Sinceramente, não saberia.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Mas é o que reza a Constituição.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu não saberia lhe responder, Senador Magno Malta. Sinceramente, não saberia.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Gostaria que alguém, então, respondesse. O Senador Sibá Machado pode responder num aparte? Mas é inconstitucional?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É o chamado contra-aparte.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Terceirizei o meu aparte.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Na emenda que está sendo apresentada, inclusive do Relator José Agripino, está previsto reproduzir dentro do próprio texto o que a Constituição já preserva: áreas acima de 2.500 hectares precisam ter o aval, a autorização do Congresso Nacional. Então, já é constitucional. Está preservado. E o Relator está inserindo isso no texto para que não haja nenhuma dúvida.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Consta da emenda do Senador José Agripino?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fazendo soar a campainha.) – Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Vou continuar ouvindo, Senador Arthur Virgílio. Ainda não formei juízo sobre isso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, de minha parte, esgotei a mensagem que queria levar a alguns colegas.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. É importante ouvi-lo, até por ser da Região e um homem que tem conhecimento da situação como um todo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente. A Região é tão complexa que faz o Senador Magno Malta revelar esse interesse inteligente a que sua mente arguta o obriga, e faz com que estejamos aqui, todos, discutindo itens e detalhes.

Sinto que não sou o último orador. O que eu sinto é que, se eu continuar falando, talvez a minha tese comece a perder votos. Eu sinto que está na hora de, se eu quero agora ser um bom candidato, não falar mais, porque, a partir daí: “Olha, esse rapaz está começando a me chatear”.

Eu agradeço muito e fico feliz, porque tenho uma vitória já consagrada. A Amazônia não é uma região paroquial. Não estamos discutindo aqui uma ponte que liga o Município de Cabrobó ao Município de Pirlimpimpim. Não estamos. Estamos discutindo uma região de interesse planetário e que começa a ser de interesse nacional efetivo.

A polarização aqui no Senado é prova de que a Amazônia alçou esse voo. E isso é uma vitória a ser registrada. O mais é a experiência que se está tentando, e que, a meu ver, deve ser apoiada, deve ter suporte, com todo o respeito e consideração pelas posições abalizadas aqui postas, pelas posições nitidamente inteligentes e bem-intencionadas de todos aqueles que se manifestaram em sentido contrário.

É com respeito, portanto, que volto a recomendar o voto “sim” a essa matéria, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Há ainda seis Srs. Senadores inscritos.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para discutir a matéria.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não há dúvida de que estamos vivendo uma grande sessão, para discutir um grande assunto. Há muito reconhecemos que o Brasil de hoje tem uma

infinidade de questões, mas nenhuma é mais importante do que a Amazônia.

É claro que, se me perguntassem o que eu faria hoje, imediatamente eu diria que resolveria o problema da fome. Milhões de brasileiros estão morrendo de fome e, se eu pudesse pedir a Deus que atendesse a mim uma caridade para o Brasil, eu pediria que esses brasileiros tivessem pão. Depois disso, eu pediria pela Amazônia. O maior problema que o Brasil tem se chama Amazônia. Um é o Brasil com a Amazônia, e outro é o Brasil sem a Amazônia.

O Brasil com a Amazônia é o grande País do século XXI, é o grande País que representa o futuro da humanidade. É a China com a sua população, a Índia com a sua população, e o Brasil com o seu território e as suas riquezas. Esses são os grandes países deste século. Isso, reconhecem todos; em Davos, ontem, estavam reconhecendo. A humanidade reconhece que este é o século do Brasil. O Brasil tem as melhores terras agricultáveis do mundo, em maior quantidade, e, para resolver o problema da fome, não há nenhum outro país que não o Brasil.

Este século não é o século do petróleo, é o século da água, porque para o petróleo já estão encontrando sucedâneos, mas para a falta de água, não. O Brasil tem as maiores reservas de água doce do mundo. E o Brasil tem a Amazônia.

Muito se fala e muito se discute sobre a Amazônia. Desde criança, no Rio Grande do Sul, lá no outro canto, sou um apaixonado pela Amazônia. Reconheço seu valor, seu significado, sua importância. Digo aos senhores com profunda sinceridade: se não pudermos fazer o que devemos pela Amazônia, nós não podemos fazer o que não podemos pela Amazônia. O mínimo que temos a fazer é deixar o patrimônio da Amazônia tranqüilo para os nossos descendentes.

O mundo está aí. Eu, quando Governador, coloquei em meu gabinete do Palácio Piratini um mapa no qual o Brasil aparece sem a Amazônia. A informação que tenho é a de que esse mapa circulou pelas escolas americanas. Eles juram que não, mas esse mapa foi comprado numa livraria dos Estados Unidos.

Ora, Sr. Presidente, o ex-Primeiro-Ministro da França François Mitterrand já dizia que a Amazônia é do mundo. Há quanto tempo a Inglaterra diz que a soberania da Amazônia é do mundo? Também o Primeiro-Ministro da Espanha diz que a soberania da Amazônia é do mundo. Intelectuais em fóruns internacionais dizem que é ridículo pensar que a Amazônia é do Brasil e que a Amazônia é patrimônio internacional.

De certa forma, estamos aqui antecipando isso. A rigor, estamos antecipando – para surpresa de muitos que imaginavam que seria uma luta muito maior

– a transferência da soberania da Amazônia. Como no tempo das Capitânicas Hereditárias, estamos dando permissão a grupos internacionais, por quarenta anos, para ocuparem a Amazônia e fazerem dela bom proveito.

Querer falar no Ibama ou no Ministério do Meio Ambiente para argumentar que será fiscalizada a atuação dessas multinacionais é ridículo. É ridículo, não tem lógica alguma. Sabemos que não existe fiscalização capaz de tanto. Hoje, com a proibição, eles entram, penetram naquele espaço de forma traiçoeira, de forma absolutamente contrária à legislação do País. Hoje, com a proibição, há o contrabando, a derrubada das árvores, o contrabando de matérias-primas estratégicas. Hoje, com a proibição, há aeroportos clandestinos, não se sabe quantos. Se tudo isso acontece quando tudo é proibido, imaginem o que acontecerá quando estiverem lá oficialmente, quando a terra for deles! Imaginem o que acontecerá quando eles tiverem aquela propriedade, o direito de ir e vir, o direito de ter tantos aeroportos quantos quiserem, de fazer tantas negociações externas quantas quiserem, de fazer terceirização com quem bem entenderem! Já está feita a internacionalização da Amazônia, já está oficializada.

E eu diria que isso acontece vencendo-se etapas, porque o que os europeus queriam era a internacionalização sob coordenação da ONU, sob coordenação de uma entidade mundial que cuidaria, com mais tranqüilidade do que o Brasil, para que as ações se pautassem pela seriedade na Amazônia. Mas não vamos fazer isso! Vamos entregar, vamos delegar, vamos empurrar!

Sou um apaixonado pela Ministra Marina. A Ministra Marina é uma das pessoas mais puras, mais dignas, mais corretas, mais decentes e mais santas que encontrei em toda a minha vida. Que a Senadora Heloísa me perdoe: a Heloísa tem até mais, mas a Heloísa tem mais malícia, tem mais malandragem, tem mais pique! Ela vem para esta tribuna e agride. A Marina, não. A Marina é só pureza, só grandeza.

Não tenho dúvida alguma da pureza da Marina, assim como não tenho dúvida alguma da pureza do Jefferson Péres, que é o que tenho de mais amigo, de mais emocionante, de maior credibilidade e seriedade. Não consigo entender: vejo Jefferson Péres e Marina de um lado, e um Senador, que é o que está aqui na tribuna diariamente dizendo que os índios são uma barbaridade, que o negócio é uma barbaridade, de repente, contrário ao projeto. Não entendo mais nada! Não entendo o que está acontecendo!

Vamos votar aqui por quarenta anos. Claro que não estou me referindo a mim, que tenho 76 anos. Talvez esteja aqui para ver o que vai acontecer o compa-

nhairo do Rio de Janeiro, o ilustre Senador que tem 41 anos, o mais moço de nós – com mais 45, terá 86 anos. Os outros, não sei! Quem de nós poderá acompanhar esse projeto, a tramitação desse projeto, o andamento desse projeto? Se o objetivo fosse fazer uma experiência, por que não pegar um determinado número de hectares, por que não pegar uma entidade nacional ou internacional e fazer uma experiência naquele lugar? Por que, de repente, fazer essa monstruosidade que estão fazendo?

Eu não entendo. Eu, sinceramente, não entendo. Eu não entendo que os apaixonados pela Amazônia estejam tão tranquilos, defendendo com tanta firmeza essa medida. Poderíamos levar mais cinco anos discutindo essa idéia e depois viríamos aqui debater, porque um projeto que envolva a Amazônia, a floresta amazônica, o futuro da floresta amazônica, é extremamente complexo.

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Senador, V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte para eu esclarecer essa questão dos quarenta anos?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Claro.

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Julia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Quero lhe dizer que está na lei, está previsto no projeto que, em cinco anos, a matéria precisa voltar ao Congresso para ser aprovada, precisa ser auditada. Então, não é assim: quarenta anos e pronto, acabou. Quero lhe dizer que V. Ex.<sup>a</sup> estará aqui em cinco anos para que possamos exatamente fazer isso – espero que V. Ex.<sup>a</sup> esteja aqui daqui a cinco anos, o Brasil quer isso. Faremos a revisão dessa matéria se Deus quiser. Cinco anos, Senador. Além do controle externo, em cinco anos vai ter de voltar ao Congresso Nacional. Isso está escrito na lei. Está aqui, Senador, vou procurar o artigo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex.<sup>a</sup> tem a pureza das mulheres.

É o mesmo que se dá quando estamos discutindo uma medida provisória. Vamos revogar a medida provisória, mas são vinte milhões. Há dois meses já foram usados. O que sobrou desses vinte milhões? Vamos revogar o quê? Por isso, o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães: só entra em vigor depois de votarmos, depois de decidirmos é que entra em vigor. Mas se é isso que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo, se daqui a cinco anos volta, por que não ir daqui a cinco anos? Vamos estudar nesses cinco anos primeiro.

Vamos falar com toda sinceridade: qual é o estudo profundo que o Congresso Nacional tem sobre a Amazônia? Votar a Zona Franca? Votar projetos aqui, projetos acolá? Vamos analisar a matéria como se deve!

Vejo aqui, Sr. Presidente, um amigão do Lula, Aziz Ab'Saber, considerado o homem número 1 nesta

questão do meio ambiente: está pedindo pelo amor de Deus para que não se vote essa matéria, está pedindo pelo amor de Deus que não se faça isso. Ele está pedindo, pois o maior problema ético do mundo é internacionalizarmos a Amazônia.

Vamos votar, neste ano termina nosso mandato do Congresso Nacional, em 40 anos são dez governos, são dez Congressos Nacionais que passarão por esta Casa. O que será da Amazônia daqui a 40 anos? Será que há esta urgência? Mas será que tem uma urgência eminente agora porque a Amazônia está pegando fogo? Ou é agora ou ela queima toda. Será que tem uma faca no peito? É uma internacionalização. A ONU está dizendo, o Conselho da ONU está dizendo: ou vocês votam, ou vamos intervir lá dentro. O que está sendo colocado no nosso peito que nos obriga a votarmos hoje? O que nos impede de aprofundarmos a matéria?

Não digo que sou contra, digo que sou contra a votar hoje. Não digo que a matéria não tenha coisa muito boa, digo que temos que aperfeiçoá-la; digo que o Brasil inteiro de fiscalização é zero. A nossa fiscalização é zero aqui em Brasília. É zero na fiscalização da sonegação; é zero na fiscalização da ética; é zero na fiscalização da moral; é zero na fiscalização da saúde; é zero em tudo. De repente, ela vai aparecer com nota dez na Amazônia? No meio da Amazônia?

O que nos impede de estudar esta matéria por mais dois ou três anos? Eu até acharia que não se precisaria nem mesmo votar. Poderíamos mandá-la para o arquivo. E, no arquivo, esperar até voltarmos atrás.

Levo meu abraço muito fraterno à Ministra Marina Silva. Ela está imbuída das melhores intenções, como os Senadores que votaram e que falaram aqui da tribuna. Mas esta é uma matéria de uma profundidade que eu diria: “Na dúvida, vamos esperar!” Porque se, na dúvida, esperarmos dois anos, nada acontece. A Amazônia não vai desaparecer, não vai explodir. Nada de mal vai acontecer! Agora, se o fizermos, podemos nos arrepender e não sei o que acontecerá.

Por isso, Sr. Presidente, este é um projeto daqueles. Na dúvida, voto contra. Voto pela preservação da Amazônia. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero deixar absolutamente claro que todos os comentários que vou fazer estão completamente motivados pela minha visão de mundo, pela minha compreensão de aparelho de Estado, de gestão pública, até porque todos sabem

da minha relação, que é uma relação mais do que de amizade, é uma relação de amor, com a Ministra Marina Silva. A Ministra Marina é minha irmã de coração. Não é apenas minha irmã em Cristo, mas minha irmã de coração. Sei exatamente o que move a mente, o coração e a alma da Ministra Marina Silva. Sei exatamente o que a move. É exatamente por isso que é uma situação muito difícil para mim. É especialmente difícil. A Ministra Marina é uma das mais importantes, competentes, brilhantes e sensíveis mulheres que este País já produziu. Por isso, para mim é muito, muito, muito difícil falar o que preciso. Sinto-me na obrigação de fazê-lo, mas quero deixar claro que em nada estou contestando a Ministra Marina.

O problema é que quando analisamos o aparelho de Estado, a gestão pública, o patrimônio nacional, não podemos analisá-lo à luz de uma circunstância da conjuntura política ou da realidade factual. Esse é o problema. Estamos, de fato, analisando a exploração florestal brasileira. É o que estamos analisando. Não compartilho com aqueles que crêem que é delírio persecutório falar da internacionalização da Amazônia. Isso é fato, é verdade. Não é à-toa que parlamentos da Europa, dos Estados Unidos, falam em duas assertivas-chave: soberania limitada da Amazônia e administração compartilhada da Amazônia.

Portanto, nada de delírios persecutórios há em se falar disto: da apropriação, pelo mundo, do patrimônio mundial daquilo que efetivamente pertence à humanidade como todas as outras florestas ou a Antártica ou qualquer um outro setor pertence aos brasileiros e pertence à humanidade.

Estamos falando de 235 milhões de hectares da Floresta Amazônica que passarão a ser gerenciados por empresas estrangeiras, de capital estrangeiro. Não sejamos desonestos intelectualmente. A burrice e a ignorância podem ser encaradas com naturalidade e com carinho, mas não sejamos desonestos intelectualmente porque esse papel fica feio para o Congresso Nacional.

E empresa nacional, sabemos todos nós o que significa: uma empresa estrangeira se instala aqui e muda a caracterização. Então, o que estamos falando é que 235 milhões de hectares da Floresta Amazônica passarão a ser gerenciados por empresas nacionais, instaladas geograficamente no Brasil, mas de capital estrangeiro, fora os mecanismos que podem ser efetivados para que uma “minoría” de acionistas tome conta e defina o que essa empresa vai fazer.

É por isso que digo que acho até natural quando o Senador Arthur Virgílio fala sobre este assunto, porque quem primeiro trabalhou um projeto de gestão de parte da Floresta Amazônica, ainda em 1998, foi o

Governo Fernando Henrique. Então, S. Ex<sup>a</sup> está absolutamente coerente com a visão de aparelho de Estado, visão de gestão pública, que entram as concessões, a terceirização. Então, é absolutamente compatível com a visão de Estado que muitos aqui têm, com a visão de gestão que muitos aqui têm, mas o que está sendo definido é que a supremacia do público diante do privado deixa de existir e passa a haver a supremacia do privado para o público. Isso é fato, do mesmo jeito que é fato dizer que não é apenas uma concessão por quarenta anos, mas por oitenta anos.

O projeto foi encaminhado com uma concessão de sessenta anos. A Câmara modificou para quarenta anos, mas é uma concessão que poderá ser renovada pelo mesmo prazo e, portanto, é uma concessão de terra pública para gestão privada por oitenta anos.

E por que tenho consciência tranqüila de que tenho que dar o meu voto contra apesar de saber que o que move o coração, a mente e a alma da Ministra Marina Silva é algo completamente distinto? O problema é que a realidade brasileira é outra. São dez Governos só nos primeiros quarenta anos, são dez novos Congressos Nacionais, com toda a possibilidade de flexibilização da legislação para, inclusive, alterar um pouco do controle do que foi estabelecido e destinar sim... É gestão privada.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta, para eu voltar a outros detalhes sobre a exploração florestal brasileira da Amazônia, como importante atividade econômica, inclusive introduzindo o debate sobre os produtos florestais não madeireiros, que são importantes de serem analisados.

**O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senadora Heloísa Helena,** quando V. Ex<sup>a</sup> fala da alma da Ministra Marina Silva, que é um dos melhores quadros, se não for o melhor quadro da política brasileira, que conhece bem a matéria, que merece o respeito de todos nós – e o meu de uma maneira muito especial, posso chamá-la de “irmã Marina” –, quem somos nós para questionar e dizer que a Marina está querendo entregar a Amazônia, que a Marina se mancomunou com grupos internacionais? Absolutamente. Ninguém jamais ousaria isso, nem tendo febre de 40 graus. Mas quando V. Ex<sup>a</sup> levanta todos esses pontos e trata com tanta clareza do aparelho de Estado frágil na sua conveniência – frágil quando quer ser frágil, flexibiliza quando quer flexibilizar –, as contas dos anos vindouros, até porque ninguém tira alguém que está há quarenta anos dentro de um espaço – ainda que diga que não gera a posse da terra, mas ninguém tira – então, para mim, a discussão é que está verde. Ela está muito verde, ela precisa ser mais amadurecida. O sentimento nacionalista que o Senador Pedro Simon



tem eu também tenho. E por isso acho que deveríamos aprofundar mais e chamar à profundidade, enaltecer o sentimento, a coerência e a dignidade da Ministra. Eu acho que essa é uma posição brasileira de fato. Os *e-mails* que se sucedem em meu computador são de brasileiros desesperados, chamando de malditos, de covardes aqueles que querem votar um projeto dessa natureza. Por isso penso que devemos discutir mais, amadurecer mais, ainda que lá na frente nos venhamos a convergir para uma posição de entendimento e com algumas mudanças que já acontecem nessa emenda Agripino. O nosso querido Senador José Agripino já faz uma boa proposta. Mas eu acho que deveríamos amadurecer mais essa discussão, para não tomarmos uma decisão atabalhoada, arrependermo-nos ali adiante, sem termos a mecânica para voltarmos atrás.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e concedo apartes ao Senador Sibá Machado e ao Senador Amir Lando, para que eu possa concluir.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloísa Helena, farei uma rápida comparação sobre a qual conversei com o Senador Arthur Virgílio. Poucos países descobriram a economia florestal como um filão. A Finlândia tem como seu principal produto econômico a economia florestal de manejo junto com a economia de floresta de cultivo. Na Finlândia, trabalha-se um tempo quase dez vezes maior do que no Brasil. Então, o tempo para uma árvore retirada voltar a florescer naturalmente na Finlândia são setenta anos. Estamos falando de uma economia no Brasil com, no máximo, trinta anos. A preocupação que eu acho que realmente está posta aqui é que o projeto de lei não pode trabalhar a mudança das leis do capitalismo brasileiro. Esse projeto não tem competência para isso. Quanto aos critérios, talvez entrando um pouco na linha mais antiga do nosso raciocínio...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não tem nenhum problema, porque como ainda eu vou ter não os dois minutos que estão ali, mas 23 minutos, para ser absolutamente igual aos outros – estou monitorando meu tempo – V. Ex<sup>a</sup> pode continuar porque ainda disponho de 23 minutos. Em seguida, ouvirei o Senador Amir Lando e depois falarei.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – A lei não pretende mudar as regras do capitalismo brasileiro, está querendo ajustar uma forma de economia. A ocupação da mata atlântica se deu de uma forma para a qual o mundo nunca se despertou, assim como a ocupação do cerrado, da caatinga, de todos os biomas brasileiros. Mas a Amazônia despertou mil interesses de todo o mundo. Então, vejo com bastante alegria a preocupação deste debate. Este bendito projeto está querendo

exatamente se adiantar a fatos que já estão vivendo lá, que são as Irmãs Dorothys. Acabam sendo essas as regras da ocupação da Amazônia. C. R. Almeida alega cinco milhões de hectares de propriedade. Diz que são dele e pronto. Então, o que estamos querendo dizer é que há uma nova regra como o marco da energia elétrica, como o marco de uma série de usos da economia brasileira para respondermos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (PSOL – AL) – A sua comparação acabou sendo mais precisa e me motivando a votar contra, porque V. Ex<sup>a</sup> comparou com o marco regulatório da energia, da água, dos processos de privatização do Governo Fernando Henrique Cardoso, do que é que significa equilíbrio contra a atual situação econômico-financeira.

Concedo um aparte aos Senadores Amir Lando e Gilberto Mestrinho.

Houve um probleminha na Mesa, Sr. Presidente, porque já estou na contagem regressiva de um minuto, mas ainda tenho 20 minutos. Então, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> organizasse isso, porque senão vai acabar o meu tempo daqui a oito segundos.

**O Sr. Gilvam Borges** (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup>, quando fala exatamente nessa concessão, que não é das terras, mas apenas a exploração da floresta, determinados produtos da floresta, devo dizer-lhe que não pense que aqueles que receberem as concessões vão deixar essa área livre. Essa área será objeto, inclusive, de segurança particular, para não dizer de jagunço, como fazem as empresas mineradoras, os corretões. Ninguém entra, ninguém sai. E para quem ousa ultrapassar os limites, o chumbo come.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nobre Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> está tratando muito bem da questão. A maneira sincera com que V. Ex<sup>a</sup> aborda os problemas, sem se preocupar se agrada a “A” ou a “B”, é a sua marca no Senado. V. Ex<sup>a</sup> falou, assim como o Senador Amir Lando, sobre aquilo que há no interior da floresta, que é muito mais valioso, muito mais importante do que as árvores. Apenas uma correção. Não são trezentos e poucos, duzentos e poucos quilômetros, não, porque não foram contadas aí as florestas de várzea.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Os 47% de todas as terras.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Faltam as florestas de várzea também, que aumenta em mais 35 milhões de hectares. Mas, Senadora, também não queremos condenar nem crucificar a Ministra do



Meio Ambiente, a nossa colega Marina Silva. Não. O que queremos é que a Amazônia não seja entregue à meia dúzia para substituir os grileiros. É só isso. Muito obrigado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) –** É claro. Não é oficializar os novos grileiros. Então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu estava voltando para o debate sobre a exploração florestal brasileira. Como já foi dito aqui várias vezes, a exploração florestal brasileira é uma importante atividade econômica, corresponde a 4% do Produto Interno Bruto, coisa que não é simplória. Se traçarmos uma breve comparação com a atividade pecuária, por exemplo, a atividade florestal brasileira, considerando extração de madeira de floresta nativa e floresta plantada, ocupa 6,5 milhões de hectares de terra, gerando divisas de US\$6 bilhões, ou seja, com apenas 6,5 milhões de hectares de terra gera US\$6 bilhões. A pecuária brasileira, que ocupa 220 milhões de hectares de terra, Senador Alberto Silva, também gera apenas US\$6 bilhões em exportações. Conseqüentemente, com apenas 2,5% da área ocupada pela pecuária, a floresta amazônica pode produzir, com desenvolvimento econômico sustentável, a mesma coisa. Com menos de 2%, ela hoje já produz a mesma coisa.

Algo que é muito importante e que temos de tratar são os chamados produtos florestais não-madeireiros. Isso é algo extremamente importante, além do debate da biodiversidade, porque algumas pessoas falaram aqui – o que infelizmente não é verdade – sobre a utilização da biodiversidade.

Sinceramente, com a desestruturação do aparelho do Estado, com o esvaziamento da máquina pública, com a utilização da biodiversidade como se faz hoje, de forma absolutamente insustentável juridicamente, com a apropriação privada não somente do solo, mas do subsolo, cabe na cabeça de alguém que se podem entregar 47% de todas as terras da Amazônia que estão devolutas e que, portanto, caracterizam o objeto desse projeto?

O problema é que, quando analisamos a gestão pública, não podemos analisar simplesmente que, com uma pessoa à frente, o projeto será realizado de forma eficaz, conseqüente, ética e competente. Não é assim que se analisa a gestão pública! São dez novos Governos só na primeira etapa dos quarenta anos!

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) –** Meu Senhor, meu Deus, eu creio, mas aumentai a minha fé!

Então, são quarenta anos. Já imaginaram o significado disso? Já imaginaram o que é a gestão priva-

da de 47% da floresta amazônica, que é objeto desse projeto? São dez novos Governos na primeira etapa, dez novos Congressos Nacionais! A flexibilização da legislação será alterada. Há a possibilidade de que outras instituições de crédito, públicas ou privadas, possam, no meio do caminho, renegociar e transformar o que pode ser um contrato de empréstimo em hipoteca. Quem é que garante que isso não se consolida?

Ora, se existem outros mecanismos, outras alternativas de desenvolvimento econômico sustentável para a Amazônia, não apenas vinculadas, volto a repetir, à extração de madeira de florestas nativas ou plantadas, mas diretamente vinculadas à questão da biodiversidade, à ciência, à tecnologia, ao aproveitamento de outros recursos da Amazônia, por que é que vamos correr o risco de repetir o que outros países fizeram e que foi experiência desastrosa? A experiência foi desastrosa, desastrosa! Sabe disso quem acompanhou o que aconteceu na exploração de florestas nativas com esse mesmo tipo de concessão e de contrato. Basta ver o que aconteceu na Malásia, na Costa do Marfim, na Bolívia, no Sri Lanka! Basta ver o que está acontecendo na Indonésia! Esse é o problema.

Então, preparemo-nos de outra forma! Tenhamos a ousadia que é necessária de discutir um projeto de desenvolvimento econômico sustentável para a Amazônia; tenhamos a ousadia de preparar um aparelho de Estado não desestruturado como está hoje o Ibama! Hoje, o Ibama acumula uma dívida de R\$33 bilhões. Só no ano passado, o Governo Federal, o Ministério da Fazenda cortou 40% do seu orçamento. Então, como é que vamos fiscalizar a gestão privada por 80 anos?

Realmente, era preciso ter uma visão da gestão pública vinculada simplesmente à personalidade que conduz o aparelho de Estado, o que, infelizmente, não é compatível com a realidade objetiva.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) –** Senadora Heloísa Helena, permita-me um aparte, por favor?

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) –** Pois não, Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) –** A preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é a de muitos brasileiros, mas penso que esse projeto não será votado hoje. Estou sentindo que o Governo está tentando obstruir essa votação.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) –** Vai ser votado, sim!

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) –** Quero chamar a atenção do meu amigo Senador Antonio Carlos Magalhães, autor de uma PEC que regulamentará as medidas provisórias e que está na pauta de hoje. Estou vendo os Senadores do Governo se sucedendo na tribuna para falar por 45 minutos, tentando esvaziar o plenário para obstruir a votação e não votar a PEC do

Senador Antonio Carlos Magalhães. Acredito que essa votação não vai acontecer hoje!

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Vamos votar hoje, porque todos estamos aqui para trabalhar!

Compartilho da preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, mas estamos aqui para trabalhar e para votar. Vamos ficar até a madrugada, não há nenhum problema. Quando foi para retirar direito dos trabalhadores, todo mundo saiu daqui de madrugada, na votação da reforma da previdência.

Então, vai dar tempo de votar tudo, com os debates que têm de ser feitos. Ninguém está na fase de fim de vida, nem em fim de carreira. Embora aqui ninguém possa ter menos de 35 anos, porque é proibido por lei candidatar-se ao Senado com idade inferior a essa, está todo mundo bem, inteiro, porque, senão, tinha de entregar os cargos.

Então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se da gestão privada da floresta pública, cujo gestor privado terá apenas ganhos. Como não terá sequer despesa da compra da terra, ele simplesmente passará a administrar o rendimento da exploração da terra. E quem sabe o que vai acontecer daqui a dez, vinte, trinta, quarenta, oitenta anos? A legislação é alterada, e se entrega a terra vazia. A terra vazia é o que pode ser simplesmente entregue para as futuras gerações.

Assim sendo, voto com consciência e com tranquilidade, registrando, mais uma vez, todo o respeito, o profundo respeito à nossa querida Ministra Marina Silva, mas o debate, neste caso, está diretamente relacionado à concepção do brasileiro, à concepção de gestão pública ou de gestão privada de terras públicas, à flexibilização da legislação, o que pode, de fato, acontecer em relação à nossa querida Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador João Batista Motta para discutir a matéria.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Almeida Lima.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui ouvi atentamente o Senador Pedro Simon e, principalmente, a Senadora Heloísa Helena, que falou das qualidades da Ministra Marina Silva, com o que concordo em gênero, número e grau. Mas, neste País, se instalou um câncer em seu organismo chamado ONGs, com um poder de persuasão jamais visto em nosso País. E eles estão atuando em todos os sentidos para impedir o progresso brasileiro

e fazendo tudo para alcançar seus objetivos quanto a se apoderarem das nossas riquezas e do patrimônio brasileiro.

Se não fosse um assunto tão grave e de tanta responsabilidade, eu até diria que seria interessante votarmos favoravelmente a esse projeto, porque, por certo, passará para a história o Governo de Lula como o governo mais entreguista que já possuímos e mais irresponsável. Porém, trata-se de assunto tão importante, que não podemos nos dar o luxo de protestar, de mostrar nossa indignação com a aprovação de uma aberração como essa lei.

Já vi esse filme antes. Quando garoto, levei pancada da polícia, porque não queria que o Espírito Santo, que o Brasil vendesse minério bruto. Conseguimos dos militares uma siderúrgica, a Siderúrgica de Tubarão. Depois, quando essa Siderúrgica, ainda em poder do Governo, crescia de vento em popa, de repente, veio a privatização. E a alegação era a mesma: estamos vendendo para brasileiros. Hoje, essa Siderúrgica pertence ao grupo internacional Arcelor, que, recentemente, quase foi vendida para um grupo internacional ainda maior. Acabou meu sonho.

Brasileiro aqui, neste País, daqui a uns dias, só servirá para trabalhar varrendo empresas internacionais. Brasileiro não tem condição nem mais de vender seus produtos diretamente ao consumidor. Há, no meio do caminho, alguém para abocanhar o maior lucro, a maior vantagem. São as empresas internacionais, que fazem hoje a intermediação dos produtos primários, que pobres lavradores produzem.

**O Sr. Gerson Camata** (PMDB – ES) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Concedo um aparte ao Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** (PMDB – ES) – Nobre e ilustre Senador Motta, V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Magno Malta e eu falamos aqui sobre florestas com muita autoridade. Primeiro, se analisarmos pelo percentual territorial, o Espírito Santo foi o Estado que mais conservou Mata Atlântica, embora tenha conservado muito pouco. Depois, pelo tamanho do território, o Espírito Santo é o maior produtor de florestas plantadas, de florestas recicláveis do Brasil, e o maior produtor, em consequência disso, não só de madeira para móveis, de madeira para cerca, de madeira para utilização industrial, mas também de madeira para produção de celulose. O Espírito Santo é o maior produtor de celulose da América do Sul. Ele dá esse título ao Brasil, porque exporta US\$3 bilhões de celulose de eucalipto fibra curta por ano. Então, V. Ex<sup>a</sup> fala sobre floresta com a autoridade de quem vive num Estado que preserva as suas florestas e onde também há fazendeiros flo-

restais, que produzem madeira. Mas eu queria dizer que discordo um pouco de V. Ex<sup>a</sup>. A CST, que hoje é a Arcelor, francesa, na verdade, foi fundada pela Kawasaki, japonesa, e pela Italsider, italiana. Depois, ela foi vendida por um grupo nacional, que a estava vendendo para transformá-la apenas numa produtora de blocos. Fui um dos que foi, na época, ao então Presidente da República pedir que não permitisse aquilo e que, se fosse à venda, que ela fosse preferentemente entregue aos franceses. Hoje, ela se projeta como a maior produtora de aço. Ela produz 22% do aço do mundo, e, desses 22%, 20% no território do Espírito Santo. De modo que, também, o Espírito Santo é um grande produtor de aço no Brasil. Agora, vamos ao projeto em discussão, em relação ao qual vou discordar um pouco de V. Ex<sup>a</sup>. Eu disse, quando me encontrei com a Senadora Marina Silva, a ilustre Ministra, que, se ela não fizesse mais nada neste Governo, ela poderia voltar para o Senado, porque, com esse projeto, ela entraria para a história do Brasil. É um avanço extraordinário! É um avanço extraordinário! A Vale do Rio Doce foi vendida e, hoje, virou multinacional, com empresas no mundo todo. Não vamos condenar isso. A privatização das Teles melhorou as condições de telefonia no Brasil. Hoje, o Brasil é um pioneiro na América do Sul e um dos países que mais têm telefone **per capita**. Agora, estamos fazendo o quê? Fazendo com que essas reservas florestais, essas partes de florestas sejam democraticamente usadas pelos brasileiros e que também haja uma vigilância melhor, uma vigilância por quem tem interesse em vigiá-las e colocá-las mais diretamente sob fiscalização nossa, do cidadão comum, das ONGs, de todas as organizações que zelam pela preservação das florestas brasileiras. Portanto, creio que isso é um grande avanço. Estamos na iminência de um grande avanço. E não podemos deixar para aprovar o projeto depois, não. Não devemos ter medo de avançar. Devemos aprovar imediatamente o projeto, porque ele tem um alcance enorme para o futuro da preservação das florestas brasileiras. Desculpe-me V. Ex<sup>a</sup>, mas discordo, nesse ponto, de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)** – Senador Gerson Camata, agradeço a interferência de V. Ex<sup>a</sup>, mas quero dizer que comungo de outro pensamento. Não admito que entreguemos nossas riquezas aos estrangeiros. Não sei se é porque sou índio, não sei se é porque gosto deste País, não sei se é porque amo a nossa gente que tenho essa posição.

O Senador Pedro Simon disse: “Por que não se faz uma experiência em um pedaço de terra para ver se dá certo?” Já foi feito, Senador Pedro Simon, já foi feito o chamado projeto de manejo. Os empresários foram para dentro da mata, tiraram madeira, abriram

uma estrada, vasculharam tudo, e abandonaram. Ninguém cumpriu um projeto neste País, porque ninguém cumpre lei aqui!

V. Ex<sup>a</sup> tem razão. É uma temeridade permitir isso hoje. Não tenho dúvida. Vejam bem, posso me apoderar de uma grande área de terra por meio de uma concessão que eu acordar com o Governo Federal. No outro dia, posso passá-la para um grupo internacional qualquer e, assim, todo mundo vai fazer a mesma coisa. E depois? Como é que ficamos? E nossos netos? O que vão falar da gente? “Meu avô entregou meu País, meu avô entregou nossa riqueza, meu avô foi um covarde diante do poderio internacional”, ou, aqui, alguém ignora que os estrangeiros vivem de olho na nossa Amazônia, vivem de olho no nosso País? Quem pode ignorar que eles estão aqui, recebendo a maior parte do bolo daquilo que o País produz? Brasileiro, por acaso, produz automóveis, produz telefones? Brasileiro, por acaso, produz aço? Não. O brasileiro é o varredor da fábrica, Senador Camata, e temos de acabar com isso. Temos de valorizar nossas empresas.

Há brasileiros que vão se servir, pegar áreas para transferi-las imediatamente para os grupos internacionais. Pelo projeto, quem pegar uma concessão dessas pode entregá-la, como garantia de financiamento, aos bancos internacionais. E não vão pagar, não. Daqui a 40 anos, o banco vem aqui, aciona e vai se tornar dono da área. Nós já teremos morrido, mas ficaremos como aqueles que fizeram esse mal a este País.

No começo, o Governo brasileiro incentivava o povo a ir para a Amazônia, ajudava em tudo o que podia, dava até a terra. E, para se tornar dono dela, o cidadão era obrigado a derrubar três alqueires para ficar dono de seis, de oito. Era assim, Senador Camata! Hoje, aqueles que foram para lá são chamados de grileiros. Os estrangeiros, não; esses não vão ser grileiros, porque vamos dar o documento para que eles se tornem donos da concessão, donos da terra. Aquilo a que os brasileiros no passado não tiveram direito.

Ninguém, Senador, ninguém tem o direito de fazer isso com este País. Não. Nós, que já sofremos o que sofremos; nós, que já vimos tantas riquezas saírem pelo meio dos nossos dedos; nós, que já vimos tanta coisa errada feita, pela incapacidade, pela omissão, não podemos, mais uma vez, nos acovardar, votando um projeto dessa magnitude.

Sou daqueles que exigem e pedem nesta Casa que, pelo menos, posterguemos essa decisão, que deixemos para outro dia, que estudemos mais a fundo esse projeto, porque, na verdade, ele não atende ao interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é impressionante como as coisas acontecem! Hoje, com esta votação, acabamos querendo ser bobinhos. Só que comigo não dá para ser bobinho, porque sou muito grande. Então, acabo sendo bobão, no final da votação, se votar alguma coisa assim.

É uma série de fatos que acontecem e que vamos observando.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, há pouco tempo, estávamos discutindo a questão dos orçamentos das Forças Armadas, em que o Comandante do Exército – porque hoje não é mais Ministro – mostrava o que está acontecendo com a Amazônia, com as bases internacionais que estão sendo montadas em volta dela. Ele colocava bonitinho lá: está aqui, está ali, está lá. Tudo em volta da Amazônia. E estou guardando na minha cabeça.

Depois, passa mais um pouco, o Ministro fala que nas empresas de aviação, nas forças aéreas desses países, os aviões são mantidos pelos Estados Unidos. Não são os países que fazem a manutenção desses aviões. Os Estados Unidos doam a manutenção desses aviões para esses países, para ficarem em volta da Amazônia. E isso vai ficando na minha cabeça.

Hoje, recebo um **e-mail** a respeito de um debate de que o Senador Cristovam Buarque estava participando numa universidade americana. Num determinado momento, um aluno americano pergunta: “Mas, Senador, e a sua posição com relação à Amazônia internacional?” Segundo fato: já temos o País sendo cercado e os alunos americanos pensando que a Amazônia é internacional.

Terceiro fato: chego aqui, hoje, e estamos votando um projeto dessa magnitude. Muito bem.

Toda vez que há algum debate, procuro sempre me espelhar em algum Senador. Notei algumas coisas aqui. Por exemplo, quando se trata de crianças e mulheres, gosto de ouvir a Senadora Patrícia Saboya Gomes; quando é sobre educação, gosto de ouvir o Senador José Jorge, o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam Buarque; quando é sobre tributo, gosto de ouvir o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Romero Jucá, independentemente de Partido; quando é o povo, gosto muito de ouvir o Senador José Maranhão e o Senador Mão Santa, que fala muito para o povo; quando o assunto é agrone-

gócio, o Senador Jonas Pinheiro, que sempre acompanha essa parte.

Senadores, chego aqui, ouço uma discussão sobre a Amazônia e vejo um Senador que pensa sempre no País, com a idade que tem, alguém como Pedro Simon – e me dá muito orgulho pertencer ao PMDB, onde há muitas maneiras de se pensar e onde sempre aprendo com as diferentes raízes do Partido – ser contra o que estamos votando hoje.

Mas o pior de tudo é quando eu vejo o Senador Gilberto Mestrinho ser contrário ao projeto. Eu posso ler 500 livros que nunca vou saber 20% do que sabe o Senador Gilberto Mestrinho sobre a Amazônia. S. Ex<sup>a</sup>, se não estou errado, foi três vezes Governador do Amazonas. Então, como é que alguém que entende da Amazônia como o Senador Mestrinho chega aqui e nos diz: “Olha, não vote isso. Isso não é bom para a Amazônia.”? No entanto, alguns acham que devemos votar a favor desse projeto.

Vou dizer sinceramente para os senhores: sou um homem de Partido, tenho um Líder, tenho Presidente do Partido, acompanho o meu Partido, mas, Senador Gilberto Mestrinho, em matéria de Amazônia, sempre vou ter o senhor como o grande referencial. Não digo isso por estar na frente do senhor, mas pela sua experiência. Durante toda a minha vida, procurei a experiência, com um pouco de juventude também, um pouco de “empurração de cerca”, como dizem lá em Minas, Senador Azeredo.

V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, espero que o voto não vença hoje, se a votação não for por acordo de Liderança. Tenho no senhor um homem de bom coração e do qual nunca ouvi nada de errado, não só no Amazonas, mas também em nosso Partido. Sempre foi uma voz calma, sempre foi de observar, de ajeitar. Além de mim, gente muito mais experiente, no nosso Partido, sempre ouviu o senhor. Com relação à Amazônia, não há como discutir com o senhor.

Não vou falar mais. Vou falar pouco.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Claro, Senador, um aparte para o senhor.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Obrigado. Realmente, esse projeto está dando alguns nós, pois vemos os Senadores da Amazônia se dividindo: o Senador Jefferson Péres, um homem experiente, o Senador Arthur Virgílio, diplomata, Líder do Governo anterior, Líder da Bancada do PSDB neste Governo, e o Senador Gilberto Mestrinho, um verdadeiro mestre da Amazônia, votam de forma divergente. Votam,



de um lado, os Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, e, de outro, vota o Senador Gilberto Mestrinho. Em Rondônia, vota, de um lado, o Senador Amir Lando, que se posiciona contrariamente ao projeto, e, de outro, votamos eu e a Senadora Fátima Cleide, e assim por diante. A matéria está dividindo Estados da própria Amazônia. No entanto, Senador Wellington Salgado de Oliveira, não podemos ver esse projeto como o hecatombe da Humanidade. Pior do que está não vai ficar. Não acredito mesmo que a situação piore. A Amazônia está sendo devastada. Em Rondônia, meu Estado, que tem em torno de 400 indústrias madeireiras, já houve no passado algumas multinacionais. Hoje, não há mais. Com a legislação anterior, já houve, em Rondônia e em vários Estados amazônidas, como há ainda hoje no Pará e talvez no Amazonas ou no Acre, empresas multinacionais explorando madeira. Assim, não creio que, aprovado esse projeto, isso vá trazer de volta as empresas multinacionais para Rondônia ou para qualquer outro Estado. E mesmo que venham, vamos aproveitar a madeira velha, adulta, das florestas nacionais, que hoje não estão sendo aproveitadas por ninguém, nem pelas multinacionais, nem pelas indústrias nacionais, do meu Estado. Há desemprego em larga escala nas madeireiras de Rondônia. É por isso que, a pedido dos presidentes dos sindicatos municipais e do Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia, voto favoravelmente a esse projeto. Se o Congresso tem força, agora, para mudar a legislação anterior, terá força, daqui a quatro ou cinco anos, para mudar essa lei novamente. Se por acaso se descambar para a internacionalização da Amazônia, acredito que o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – pode mudar novamente a lei. O Senador Jefferson Péres diz muito bem: “Isso é balela”. Desse negócio de internacionalização falam, falam, falam, mas não acredito que algum país tenha coragem de querer internacionalizar a Amazônia. O Brasil já não é mais aquele “país das bananas”, como se dizia antigamente. É um País que deve ser respeitado na América do Sul e no mundo inteiro. Muito obrigado, Senador.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – Nobre Senador, ouvi com atenção e agradeço as referências feitas a mim. Ouvi o aparte do brilhante Senador Valdir Raupp, ex-Governador de Rondônia, fazendo colocações que somente, talvez, uma pessoa que não tenha muito tempo de Amazônia possa fazer. A região amazônica é diferente. Digo isso porque conheço todas as florestas do mundo. Todas! Estive pessoalmente nas florestas, vendo como trabalham, como extraem, tudo aquilo. Dizia-se que onde houvesse levantamento

geoeconômico seria respeitada a atividade. Rondônia fez isso com sacrifício, inclusive no Governo do Senador Valdir Raupp, só que isso nunca foi obedecido pelo Ibama. Nunca. O Governo Federal estabeleceu, numa época, que para se ter o título de terra do Incra era preciso desmatar metade da área. Era o certificado do Incra obrigando o desmatamento. Depois, há pouco tempo, veio o Ministério do Meio Ambiente, com o Ibama também, querendo inclusive que se reflorestasse. V. Ex<sup>a</sup> pode acreditar nisso? Não é não acreditar no Governo Lula, ao contrário. É acreditar na cultura brasileira, naquilo que nós vivemos. Ouvi falarem, aqui, na Finlândia. A Finlândia é do tamanho de um Município grande do Amazonas, com uma desvantagem: ela é cercada de lagos e, durante seis meses, a floresta fica gelada. Ela exportou, no passado, em produtos madeireiros, US\$17 bilhões. E foi com a madeira que surgiu a Nokia, essa grande empresa telefônica, a maior do mundo. Ela surgiu de uma madeireira. Isso mostra o interesse que eles têm pela madeira. Ora, mas no Brasil, não. No Brasil se faz uma fiscalização para impedir o desenvolvimento. O Senador Arthur Virgílio falou bem ao afirmar que quer uma política do “sim”. Sabem por quê? Porque na Amazônia tudo é proibido: não se pode tocar na floresta, não se pode pescar nem caçar. Por quê? Porque há um compromisso internacional, que não é de agora, mas de antes, de engessar a Amazônia para não concorrer nos mercados internacionais. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela concessão do aparte.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é a minha posição do coração. Mas, como às vezes temos que seguir o Partido, o Líder – e política, para mim, tem que ser grupo, tem que partir junto –, e o PMDB, o meu Partido já me fez dormir muitas noites tranqüilo, então, pode ser que me faça não dormir algumas noites. Mas o meu coração diz o seguinte: isso tem que ser votado “não”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Augusto Botelho, penúltimo orador inscrito. O último orador inscrito é o Senador Almeida Lima, que terá a palavra em seguida.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também sou um habitante da Amazônia. Portanto, espero que daqui a uns quarenta anos eu consiga ter a metade do conhecimento que têm os Senadores Gilberto Mestrinho e Amir Lando sobre a Amazônia. Tenho me dedicado muito para isso.

Quando vim para cá, pensava que iríamos lutar para fazer uma política de desenvolvimento da Ama-



zônia, para resolvermos a situação das pessoas que vivem na beira dos rios, dentro das florestas, nos campos. Aliás, no segundo turno, quando fui pedir voto para o Presidente Lula, eu assegurava aos nossos assentados que iríamos resolver a situação fundiária deles e que o dinheiro do FNO não iria mais voltar do meu Estado, porque iríamos resolver a situação: iria haver título de terra para garantir os empréstimos.

Infelizmente, o que estou vendo aqui é que querem impingir à Amazônia uma política, como falou claramente o Senador Pedro Simon, de entregar as nossas florestas para grandes grupos econômicos, que não vão ser os nossos grupos. Todos os madeireiros da Amazônia, há três anos, estão levando multas e mais multas em cima de multas. Por que levam tantas multas? Desde que inventaram essa história de que não poderiam conceder manejo nem exploração em área que não é titulada todo mundo começou a levar multa, porque não existe área titulada suficiente. Falo isso principalmente em nome do meu Estado, que luta para ter três milhões de hectares. E aqui, abro esta Lei, que querem impingir ao povo brasileiro, que diz que as concessões dos planos anuais, até a aprovação do primeiro plano de outorga, “fica o poder concedente autorizado a realizar concessões florestais em unidades de manejo em áreas públicas que, somadas, não ultrapassem 750 mil hectares...”, e outras coisas mais.

Para dar para a empresa 750 mil hectares, o Governo se empenha em apoiar um projeto em regime de urgência, que caiu e voltou novamente, atropelando tudo. O meu Estado, que tem 340 mil pessoas – parece pouco para V. Ex<sup>as</sup>, mas, para mim, é muito, que é a minha gente –, luta para poder regularizar 30, 50, 100 hectares e não consegue. Quer dizer, vai regularizar a floresta? “Ah, mas não vai ser dada a terra para quem vai explorar”. O que interessa a terra? Ele quer a principal riqueza que temos sobre a floresta, fora o nosso povo, que é a nossa madeira.

Pior: quando essas empresas começarem a explorar, elas não vão mandar para fora móveis fabricados não! Vão mandar toras de madeira. Além de exportarmos o nosso minério do Pará, que a Senadora reclama muito, naturalmente, vamos exportar a nossa madeira dessa forma também.

O povo da Amazônia, que está lá, que foi estimulado a ir para lá, os descendentes deles, não vão poder usufruir da riqueza amazônica. “Ah, mas a outorga vai ser uma coisa organizada”. Temos o exemplo das autorizações de minérios, que são feitas com grupos mais espertos, que conseguem a autorização e vão ser beneficiados. Mas as pessoas que já estão na Amazônia, os indígenas da Amazônia, que deve-

riam ter direito de explorar os seus minérios, não têm direito ao minério.

Por que o Governo não se apressa em fazer uma lei que permita que as comunidades indígenas explorem os minérios?

Creio que seja isso.

Sou contra este Projeto, votado da forma como está sendo votado, assim como tenho a certeza de que muitos Senadores da Base do Governo vão votar a favor, mas em dúvida, sem terem a certeza, com vontade de discutirem mais este Projeto. Por que não usamos o bom senso e o discutimos por mais um tempo?

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, apenas para dizer que realmente o maior pecado deste Projeto é a forma como se votou na Câmara e como querem votá-lo aqui: empurrando goela abaixo sem que se discuta. A prova está aqui neste plenário: a maioria das Sr<sup>as</sup> e dos Srs Senadores tomaram conhecimento deste Projeto hoje. E o que é pior: fazendo de conta que, como V. Ex<sup>a</sup> disse, depois de colocarem os madeireiros em uma situação difícil, agora apresentam este Projeto como o “salvador da pátria”. Assim como V. Ex<sup>a</sup>, tenho consciência, como amazônida, de que este Projeto não é bom para a Amazônia nem para o Brasil!

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Nobre Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Concedo o aparte ao Senador Amir Lando.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Sei que há muitos madeireiros acompanhando esta nossa discussão e estão na doce ilusão de que vão ter parte nesse bolo. O esquema, a montagem desse processo é voto. A montagem desse processo, como não poderia deixar de ser, evidente que aqueles pequenos ocupantes, que moram na floresta poderão talvez continuar extraindo látex, ou açaí, ou castanha, mas duvido que o concessionário... Conheço essa história, senhores! Quando os sulistas, de todos os Estados do Sul, os paulistas, os mineiros chegaram ao Acre, a primeira coisa – os seringueiros estavam lá há 50, 60, 80 anos, alguns dos mais idosos –: foram sumariamente despejados. Aí que nós entramos na defesa exatamente para a manutenção deles na gleba. Vai ser uma tensão social permanente – e V. Ex<sup>a</sup> certamente será testemunha desses primeiros conflitos. São situações que queremos prevenir, discutir melhor, disciplinar mais rigidamente essa matéria. Do jeito que está solta, sem limite das extensões que podem ser concedidas aos nossos pequenos e assegurar melhor inclusive aos

nossos madeireiros, ou seja, colocar um artigo dizendo expressamente “os madeireiros locais terão preferência até tantos hectares”. Ninguém quer 750 mil hectares; ninguém quer 100 mil hectares, mas certamente 2 mil, 5 mil ou até 10 mil hectares, não sei agora o tamanho. Outra história: alguém vai fiscalizar se vão extrair cinco árvores por hectare. Quem vai percorrer palmo a palmo a Amazônia? Ninguém. Estou lá há mais de 35 anos, porque era um explorador natural da floresta, adorava andar pela floresta em minha juventude. Ainda hoje faço isso. Durante as férias, percorro quilômetros e quilômetros. Já fiz “varagem” de 100 quilômetros pela floresta exatamente porque gosto disso. Mas duvido que os guardas do Ibama ou do órgão futuro palmilhem hectare por hectare as áreas concedidas. É uma balela! É uma mentira! É realmente uma concessão de uma exploração da floresta, mas não há acessório sem o principal. Não se pode desconectar as árvores da terra sem o solo estar imbuído e envolvido nesse imbróglio. Vão dizer: “Não, é a exploração da floresta...” Quem que vai exercer a posse pelo menos ou a ocupação ou o que quer que seja? É o concessionário da exploração. O subsolo, que às vezes é uma pequena área, e os concessionários fecham áreas imensas, e a guarda particular das empresas de segurança mantém a ferro e fogo a posse, inclusive a impossibilidade de um estranho entrar nesses limites. Isso que irá acontecer: conflitos, conflitos, violências, e registraremos os óbitos talvez amanhã.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É,** Senador, o conflito não ficará somente no Pará, acontecerá em todos os outros Estados.

Recebi telefonemas do pessoal do sindicato de madeira de Roraima, que não há quatrocentos madeireiros, há cerca de trinta madeireiros que têm pequenas serrarias, que, se trabalharem a todo o vapor, com toda a força, não serram mais que 15 metros cúbicos de madeira por dia. Em Roraima, disseram-me que há três anos estão levando multa, multa até por ter tirado madeira de um lugar, colocando-a em outro lugar na serraria sem ter avisado para o Ibama. Se juntarem todos, não podem ganhar uma concorrência.

Então, em nome deles, estou fazendo um apelo aos Srs. Senadores. Sei que o bom senso sempre prevaleceu nesta Casa. Sei que a Ministra Marina parece uma santa, que tem apelado a todas as pessoas para votarem no projeto. Mas também apelo para o espírito de santa da Ministra Marina para que pense nos pobres da Amazônia, porque acho que ela não está seriamente pensando neles, infelizmente. Ela deve estar sendo confundida por alguma ONG que está mostrando a coisa da forma que não é para ela.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) –** Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> coloca a preocupação que é de todos os amazônidas e acredito que de todos os brasileiros. Estamos vivendo, neste instante, Presidente Renan Calheiros, um momento histórico, porque podemos estar aqui definindo o futuro da Amazônia. A preocupação que atinge a todos, e especialmente os Senadores da nossa região amazônica, tem fundamento. Acompanho esse projeto desde o tempo em que ele tramitava na Câmara Federal, onde ele recebeu mais de uma centena de emendas, e desde que chegou aqui no Senado Federal, tramitando nas comissões. Senador Augusto Botelho, esse projeto é realmente inovador, é um projeto que pretende organizar a exploração da riqueza florestal da nossa Amazônia. Tenho algumas dúvidas a respeito da sua implementação, dúvidas essas que são bastante importantes, e algumas foram aqui colocadas por vários oradores que me precederam. Mas temos de caminhar para que a Amazônia não acabe como estão querendo: como um santuário para a humanidade ou que se dê a oportunidade de ser tomada como território internacional. Então, nós, brasileiros, temos de tomar uma atitude. Se a atitude que está sendo proposta agora precisar de reparos no futuro, que seja feita. E esta Casa vai ficar com a responsabilidade de acompanhar a implementação desse projeto e fazer os reparos que se façam necessários, na medida em que eles apareçam. Aqui já foi dito, por vários Senadores, que o setor madeireiro da nossa região se encontra em uma situação de insolvência, porque há mais de dois anos o Ibama não vem aprovando os projetos de manejo florestal. E são projetos que não são em áreas não-tituladas, como diz o Ibama. O Senador Mestrinho colocou que o Ibama deveria ser extinto. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mestrinho, porque o Ibama não ajuda, ou melhor, ele entrava o desenvolvimento da nossa região. Farei aqui um voto de confiança na Ministra, de confiança nas pessoas que implementarão esse projeto. Mas, quero dizer a todos, até porque os meus companheiros do Pará me solicitaram por telefone e um amigo-irmão que perdi há meses e que era Presidente da Federação das Indústrias tinha esse projeto, porque assim o induziram a pensar, como a solução para o segmento madeireiro da região, quero dizer, Senador Augusto Botelho, que votarei favoravelmente. Tenha certeza de que estarei atento a todas as ações que se fizerem na região para aqui fazer a denúncia e pedir o apoio para a correção por parte do Senado Federal.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) –** Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho, pedindo-lhe mais um pouco de paciência, Sr. Presidente.

**O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) –** Nobre Senador Augusto Botelho, V. Ex<sup>a</sup> tocou em um ponto im-

portante: a questão da fiscalização. Apenas para ilustrar o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, vou contar um caso acontecido quando eu era Governador do Amazonas. Era presidenta do Ibama uma criatura decantada entre os ambientalistas chamada Tânia Munhoz. Essa senhora foi a Manaus e esteve lá no Hotel Tropical, onde participou de um alegre almoço. Pegou um helicóptero da Rede Globo, fez uma filmagem e viu uma coisa que nunca ninguém viu na Amazônia, ninguém nunca pensou sequer que pudessem existir: viu uma jangada de madeira no fundo do rio. Então, aplicou uma multa fantástica nas madeiras de Itacoatiara. Resultado: dois mil e duzentos desempregados! O Presidente Collor foi lá e eu lhe disse: vamos ver o que seu Governo fez em Itacoatiara. Ao chegar lá, havia uma multidão. Disse-lhe: “Estão todos desempregados por conta da sua presidenta do Ibama”. Ele mandou que a presidenta do Ibama fosse falar comigo em Manaus. A presidenta do Ibama foi até lá, meio apreensiva, e eu lhe disse: “Entre, porque sou um cavalheiro e vou conversar com a senhora. A senhora sabe, por exemplo, que os afluentes do Amazonas, na margem direita, têm água branca e que os da margem esquerda, água preta?” “Não”. “A senhora sabe que o regime de águas desses rios é diferente?” “Também não”. “A senhora sabe a distância entre a fronteira de Tabatinga e a foz do Amazonas?” “Também não”. “Como é que a senhora estabelece um defeso de peixe igual para toda a região? É por isso que a senhora faz essas besteiras que fez com as madeiras. Jangada não vai ao fundo, dona Tânia Munhoz”. E ela foi demitida.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Augusto Botelho, só uma palavrinha.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Pois não, Senador.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – É porque o Senador Flexa Ribeiro, a quem prezo muito, falou que estará aqui fiscalizando a implementação da lei. E vou ficar rezando para Deus, também por 80 anos, para que S. Ex<sup>a</sup>, daqui a 80 anos, esteja aqui fazendo essa fiscalização com eficiência.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Para encerrar, Sr. Presidente. O Senador Flexa falou que é uma lei inovadora. Realmente ela é inovadora.

Vou ler o art. 29, Srs. Senadores; prestem atenção porque V. Ex<sup>as</sup> que votarem “sim” vão votar nessa excrescência que está aqui neste projeto. Art. 29: “Nos direitos de financiamentos, os concessionários [os que ganharem a floresta] poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão”.

Realmente é uma inovação oferecer-se em garantia bancária direitos emergentes de uma concessão que

vai ser adquirida de uma coisa pública. É uma garantia por uma coisa privada com um bem público.

Encerro, pedindo às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores que pensem um pouco, que votemos “não” a esse projeto, para, posteriormente, discutirmos uma política. Nós, da Amazônia, queremos uma política de exploração da floresta, queremos usar e conservar a nossa floresta, mas não entregá-la para grandes empresas, como foi feito com os minérios no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento a Senadora Ana Júlia Carepa. O esforço de V. Ex<sup>a</sup>, na tribuna, foi muito grande em defesa desse projeto. Embora eu não seja e não faça parte da agremiação de V. Ex<sup>a</sup>, penso que V. Ex<sup>a</sup> já merece a Liderança do seu Partido.

Em segundo lugar, devo dizer que faço minhas todas as palavras daqueles que me antecederam e que esboçaram posição contrária a essa propositura. É lamentável esse projeto. É a demonstração viva de que o Governo Federal, de que o Estado brasileiro, na atual circunstância, em que, na Presidência da República, se encontra Luiz Inácio Lula da Silva, demonstra incapacidade e incompetência para administrar o País. É a demonstração de que a competência lhe falta. Quem sabe até, a qualquer momento, se a Constituição permitir, possa encaminhar para esta Casa, o Congresso Nacional, projeto no mesmo sentido, agora para terceirizar a administração da Presidência da República, numa demonstração de total incapacidade para a gestão do patrimônio e dos bens do nosso País.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, ouvi aqui algumas barbaridades – permitam-me, **data venia**, assim me pronunciar. Alguém diz que poderemos aprovar esse projeto e que, se não der certo, daqui a três ou quatro anos, muda-se a lei. Que País é este? Depois de contratar, por 40 anos, baseado em lei, com possibilidade de renovação por mais 40 anos, baseado em lei, quando essa lei dá toda estabilidade e garantias a quem contrata... Apreendi uma regra nos bancos da Faculdade de Direito de Sergipe – alguém pode dizer que é do Direito privado – que se aplica aqui: **pacta sunt servanda**, os pactos têm de ser observados e obedecidos. E, mesmo que seja um princípio do Direito privado, onde está o respeito do País? Como este País quer apresentar-se ao mundo como uma nação civilizada, cujos pactos elaborados e firmados podem ser modificados quatro anos depois? Que barbaridade é essa? Ou isso não é barbaridade? Quem disse tem consciência da ilegalidade, da impropriedade que



pronunciou, mas está tentando convencer alguém do contrário. Isso é um absurdo!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, esse projeto, sem dúvida alguma, dá demonstração a todo País daquilo que muitos vêm afirmando e com que muitos não vêm concordando: que o PT é igualzinho ao PSDB e que o PSDB é igualzinho ao PT. E ficam, em todo País, a discutir a alternativa PT e a alternativa PSDB, como se um fosse alternativa ao outro, quando são iguais, siameses.

Essa foi a orientação que ouvi desta legenda aqui da tribuna desta Casa. Precisamos, sim, Sr. Presidente Renan Calheiros, de uma alternativa para a Presidência da República diferente da única que existe, porque, entre as duas candidaturas, PT e PSDB, que se apresentam, não teremos duas alternativas, mas uma única.

É inimaginável que este País, como já foi dito aqui, Sr. Presidente, não discuta com propriedade encaminhamentos para a Amazônia, o grande patrimônio e reserva deste País, e que, de uma hora para outra, queiram aprovar uma proposição dessa magnitude, transferindo não se sabe lá para quem aquilo que é visto como uma riqueza que promoverá a redenção do nosso País.

Basta apenas que, na Presidência da República, no Executivo, chegue um projeto político de governo que respeite os interesses nacionais! Fatiar a Amazônia não é a fórmula, não é a solução. Se este Governo tivesse algum projeto, se tivesse consciência da sua importância, ao ser eleito, teria proposto ao Congresso Nacional e ao País um novo mapa para o Brasil, a partir do Norte, do Centro-Oeste, pois o que estamos precisando nessas regiões é da presença do Estado como um ente jurídico que possa estabelecer e fiscalizar as relações entre as pessoas, as empresas e o Estado. Com a distância em que eles se encontram de terras tão grandiosas, estamos vendo todas elas sendo deterioradas.

Portanto, precisamos de um projeto mais amplo.

Tramitam, nas duas Casas, projetos que criam novas unidades da Federação, novos territórios, o que aí seria uma base inicial para a ocupação da Amazônia, pois precisamos ocupá-la e não vendê-la; precisamos ocupar a Amazônia e não negociá-la. E se estabeleceria, de forma racional, uma nova divisão territorial, em que o Governo tivesse responsabilidade, alterando dispositivo das Disposições Transitórias da Constituição Federal que estabelecem maiores pré-requisitos, bem como um número que considero muito grande de Deputados Estaduais, de órgãos que poderão estabelecer a infra-estrutura administrativa para a criação de um novo Estado ou de um Território. É necessária, portanto, Sr. Presidente, a presença do Estado. É necessário, até por uma questão de segurança nacional, que se redistribua o contingente das Forças Armadas deste País – dos territórios, das

unidades federadas onde hoje se encontram, devem ir para o Norte e para o Centro-Oeste do País. É preciso redistribuir o contingente humano militar de que dispomos, pois não há necessidade de que permaneça na Costa Atlântica no número em que lá se encontra hoje. Diante da vastidão de terras, precisamos é da presença do brasileiro. E nada melhor do que a presença do militar brasileiro nessas regiões. Precisamos de uma redivisão territorial, da ocupação do solo, da presença de governos e de autoridades.

No dia de ontem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tivemos aqui a comemoração dos cinquenta anos da posse de Juscelino Kubitschek. Quanto se falou, quanto se elogiou, quanto se disse e quão pouco se aprendeu! O que estamos precisando neste País é de figuras exemplares como Juscelino Kubitschek, que teve a visão de procurar interiorizar o País, de trazer o País do litoral do Atlântico para o centro e para o norte. É esse tipo de investimento que temos de defender, visando à ocupação efetiva do solo brasileiro, administrando diretamente e não por terceirização, porque essa é uma demonstração de incompetência.

Não posso conceber que uma Casa tão iluminada, com tantos iluminados como é o Congresso Nacional, não tenha aprendido as grandes lições que o estadista Juscelino Kubitschek nos deu durante todo o tempo em que esteve na Presidência da República e no Governo de Minas Gerais.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) –** Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) –** Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) –** Senador Almeida Lima, primeiro, quero cumprimentá-lo por seu discurso, no qual mostra V. Ex<sup>a</sup> o conhecimento que tem da Amazônia e a firmeza de sua posição, principalmente por ser da Oposição e por ser um peemedebista histórico, alguém que conhece as raízes do seu Partido, que é da base do Governo do PT. Quem disse que poderia mudar a lei daqui a quatro anos foi o Senador Valdir Raupp, do PMDB. Quem está ajudando a coordenar a votação para aprovar esse projeto, entre os Líderes do PT e também do PSDB... Esquece V. Ex<sup>a</sup> que o outro Líder é o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB. No PSDB, o Líder, Senador Arthur Virgílio, não fechou questão, tanto é que temos alguns Senadores que votam contra o projeto. Eu não posso me calar sem responder ao meu amigo, Senador Almeida Lima. Estivemos juntos no PSDB até há pouco, quando V. Ex<sup>a</sup> estava no Partido. Sempre vota contra o Governo quando o PSDB se posiciona contra. Nós não podemos nos calar quando faz essa salada...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) –...entre a votação desse projeto e as eleições futuras para Presidente da República. Hoje estamos discutindo um projeto que não tem cor partidária. É um projeto pelo Brasil e pela Amazônia, com diversas opiniões: o Senador Gilberto Mestrinho, do PMDB, é contra, e o Senador Ney Suassuna, Líder do mesmo Partido, é a favor. Se existe uma confusão ideológica em relação a esse projeto, talvez seja justamente no Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que é da base do Governo. No PSDB, eu e V. Ex<sup>a</sup> compartilhamos idéias por alguns dias no período em que V. Ex<sup>a</sup> permaneceu no Partido, trabalhamos por ele, participamos de reuniões, defendemos as nossas lideranças. De repente, infelizmente, perdemos V. Ex<sup>a</sup>, que é uma figura que gostaríamos que estivesse conosco. Nós o perdemos por questões regionais, não pela questão ideológica do nosso Partido. Então, não dá para ouvir essas questões de irmãos siameses, porque sabemos que o PT e o PSDB, em termos de pensamento, estão muito distantes. Governamos o Brasil com coerência e o que estamos vendo hoje não é aquilo que defendíamos e defendemos para o nosso País. Fica aqui o meu aparte para cumprimentá-lo por sua posição em relação à Amazônia, mas também para contrariá-lo na questão do pensamento político e do nosso Partido, que V. Ex<sup>a</sup>, no curto período em que nele esteve, engrandeceu. Obrigado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Almeida Lima...

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Almeida Lima...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Concederei, com a permissão da Presidência. Apenas gostaria de responder ao nobre Senador Leonel Pavan, embora S. Ex<sup>a</sup> mesmo já tenha dado as justificativas que tinha anotado para fazer.

O PMDB tem posições diversas exatamente pelo que V. Ex<sup>a</sup> disse. O meu Partido, o PMDB, não se reuniu e não fechou questão. E, se o meu Partido não fechou questão, estamos livres para votar de acordo com a nossa consciência.

Disse que o PT e o PSDB são siameses, porque é o que ouço aqui, inclusive do PSDB, neste plenário, quando diz que o Governo do Presidente Lula é o terceiro Governo do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso. Apreendi exatamente com V. Ex<sup>a</sup>, ou seja, é o mesmo governo. É claro que gostaria de continuar no PSDB, pois preciso de uma sigla forte para mudar a estrutura do meu Estado. Não foi possível! Isso não se deveu aos companheiros do Partido no plano nacional, mas, sobretudo, em razão da liderança do ex-Governador Albano Franco, com o qual, do ponto de vista da

moralidade pública e da ética, não posso conviver. E, levando-se em consideração isso, pelo comportamento ético e moral do Sr. Albano Franco na Administração Pública, que reprovei, tive de deixar o PSDB.

Ouçó, com prazer e com a permissão da Presidência, o nobre Senador João Batista Motta. Logo a seguir, o Senador Mozarildo Cavalcanti e, depois, o Senador Valdir Raupp.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Almeida Lima, gostaria de informar a V. Ex<sup>a</sup> que o seu tempo está encerrado. É claro que vou ter com V. Ex<sup>a</sup> a mesmíssima deferência que tive com os outros Senadores, mas, se V. Ex<sup>a</sup> puder concluir o seu raciocínio, seria muito bom.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Abreviarei!

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Almeida Lima, queria discordar de V. Ex<sup>a</sup> quando diz que estamos aqui permitindo que a Amazônia seja vendida ou negociada. Não. Estamos aqui impedindo que ela não seja penetrada pelos pobres como penetraram, no passado, em outras regiões. E estamos permitindo que ela seja doada, dada aos ricos e aos estrangeiros. Muito obrigado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Nobre Senador João Batista Motta, não se conserta um erro com outro. Se há um equívoco e um erro de administração, ele decorre exatamente da omissão do Governo. O Governo não poderia ser tão omissivo como é. Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Quería manifestar a minha satisfação de ouvir V. Ex<sup>a</sup>, que é um Senador do Nordeste, de ter ouvido o Senador Pedro Simon, que é um Senador do Sul, de ter ouvido o Senador Wellington Salgado, que é um Senador do Sudeste, e ver que realmente muitos brasileiros estão preocupados com a Amazônia e não estão de acordo com este projeto. Lamento muito que este projeto que trata de alugar e, portanto, praticamente doar as nossas florestas seja trazido assim, de repente, para uma votação quando estava na CCJ para discutirmos o voto do Relator, do vencido. Mas, de qualquer forma, está aqui. O debate foi propiciado, embora, digamos assim, esteja entrando na guilhotina. De qualquer forma, marcamos uma posição em favor da Amazônia.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, concluo, portanto, as minhas palavras dizendo expressamente que votarei contra. Votarei contra porque sou patriota, porque amo esse torrão brasileiro. Votarei contra porque não vejo como sendo esta a forma correta de administrar o solo brasileiro.

*(Interrupção do som.)*



**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Para concluir, Sr. Presidente.

A grandiosidade territorial do nosso País deve servir exatamente a esta geração e a futuras gerações. O que precisamos é fazer do território brasileiro o que fizeram os americanos há dois, três séculos passados, quando avançaram para o centro, para o oeste do país, ocuparam as suas terras, desenvolveram seu país para dar qualidade de vida aos seus filhos. É isso que o Brasil precisa fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco em votação o projeto.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço o apoio de três Senadores.

Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Almeida Lima, Senador Augusto Botelho, Senador João Batista Motta.

Vamos fazer a verificação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas bancadas.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu queria pedir aos Senadores do PMDB que estão nos gabinetes que venham votar. O PMDB vai manter a questão em aberto, mas pessoalmente vou votar “sim”. E peço aqueles que puderem votar “sim” que o façam.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, a matéria não é matéria ideológica. Para o PFL não é questão fechada. Fui Relator e voto a favor da matéria e recomendo o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL recomenda o voto “sim”. O Relator da matéria foi o Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, no PTB a matéria igualmente está em aberto. Mas não posso deixar de dizer que lamento não votar

com o Relator, Senador José Agripino, que aperfeiçoa a matéria. Mas o miolo, o mal deste projeto continua.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o PT?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em nome da nossa Bancada, em primeiro lugar, quero fazer um agradecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> puder sintetizar, porque os Senadores que estão no gabinete, enquanto perdura a discussão, não se dirigirão para o plenário, em detrimento do nosso **quorum**.

Só pediria...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Em atendimento a V. Ex<sup>a</sup> e como, neste momento, o interesse maior é a matéria, peço aos colegas do PT e do Bloco que votem “sim” neste projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, como vota o PSDB?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A Liderança do PSDB pede a presença dos Senadores do Partido em plenário; compreende perfeitamente a posição do Senador João Batista Motta e do Senador Papaléo Paes, mas encarece muito fortemente aos demais Senadores para que votem “sim”, ansioso por ver a matéria resolvida, o projeto aprovado, para que eu possa voltar a votar contra logo a seguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN) – Já votei “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se os Srs. Líderes quiserem orientar suas Bancadas poderão fazê-lo.

Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer, sobretudo pelo extraordinário respeito que tenho pela Ministra Marina Silva ao longo de toda convivência que tivemos aqui no Senado e acompanhando o seu trabalho como Ministra do Meio Ambiente e mesmo tendo ouvido observações, por exemplo, de pessoas pelas quais tenho o maior carinho e respeito, que é um dos maiores geógrafos e especialistas na questão do meio ambiente, que é o Professor Azis Ab'Saber\*, que votarei “sim”.

Considero que se trata de um projeto importante, visto que se trata de uma região do Brasil que corresponde a 61% do território nacional, que dos 185 milhões de brasileiros, abrange 21 milhões e que metade da Amazônia é constituída de propriedade pública. Mas também é importante ressaltar que o projeto procura compatibilizar como administrar uma propriedade pública, como gerar empregos, como preservar o ambiente

e, sobretudo, garantir que as florestas sejam exploradas sob o controle do Estado e de forma sustentável. Por essas razões, Sr. Presidente, eu voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”, lembrando que este projeto vai atingir, no máximo, 3% da Região Amazônica em áreas que não estão protegidas, que são devolutas, que não estão demarcadas, não estão registradas. E vai permitir que a gestão das florestas públicas se faça acompanhada de um Serviço Florestal Brasileiro, da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, permitindo que o usufruto da floresta e não a propriedade do solo, da terra, possibilite gerar renda, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Será feita por meio de licitações. Preservar-se-á, sobretudo, a área mais importante do projeto para as comunidades que vivem na Amazônia, que serão protegidas e valorizadas.

Isso tudo é um grande avanço. Foram centenas e centenas de audiências em sete Estados da Federação. Este PL recebeu 303 emendas. Cento e quarenta emendas foram acatadas. Foram realizadas, só na Câmara, 12 audiências públicas, além de todo o debate que tivemos no Senado. Passou por mais de vinte revisões. Então, houve um amplo processo de construção e uma grande convergência de vários segmentos. Temos absoluta segurança de que é um passo necessário e indispensável para que se possa gerir o usufruto da floresta, preservando, garantindo seu desenvolvimento sustentável e estabelecendo mecanismos de controle da sociedade brasileira sobre esse rico patrimônio e toda a sua biodiversidade.

Por isso, nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço as Srs. e aos Srs. Senadores que venham ao plenário. É importante que tenhamos um **quorum** significativo nesta votação.

Senador Marcelo Crivella, como vota o PMR?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PMR – RJ. Sem revisão do orador.) – O PMR vota “sim”, Sr. Presidente. Em um hectare, em um campo de futebol da Amazônia, existem 200 árvores adultas e mil jovens. Esse projeto, em trinta anos, vai mexer em cinco árvores. Uma castanheira vive 1.200 anos. Nosso projeto não é algo que, absolutamente, vai afetar a biodiversidade da Amazônia.

Votamos “sim” para que o Governo e o Estado possam cuidar da Amazônia e para que esta não continue sofrendo com queimadas.

Sr. Presidente, ouvi muitos discursos falando sobre a fiscalização da Amazônia. A fiscalização da Amazônia hoje é feita por satélite, utilizando, com certeza, muito mais tecnologia do que antigamente.

O dever do Estado é aprovar esse Código das Florestas. E quero parabenizar a Ministra Marina Silva por essa vitória, porque o projeto existe há mais de vinte anos.

O PMR, Sr. Presidente, vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço apenas um esclarecimento. Fala-se singelamente de 3% da Amazônia, mas não se diz que a Amazônia corresponde a 61% da área do País. Portanto, 3% dessa área é muita coisa sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leomar Quintanilha, como vota o PCdoB?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PC do B vota a favor do projeto, porque o considera um avanço. Discutimos exaustivamente na Casa, na Comissão do Meio Ambiente, onde foram realizadas audiências públicas que contaram com a participação intensa de diversos setores organizados da sociedade.

Particularmente, fui testemunha da devastação que experimentou uma parte da floresta amazônica do sul do Pará, exatamente por não ter uma regulamentação. Quem não conheceu a forma açodada com que foi devastada a chamada Terra do Meio, entre os rios Xingu e Iriri? Eu testemunhei, eu vivi muito tempo da minha vida naquela região e entendo que a votação desse projeto é efetivamente um avanço, para que as ações econômicas possam ser desenvolvidas no País, mas sem agredir o meio ambiente, como vem ocorrendo.

Portanto, entendo que estaremos dando uma contribuição muito grande para o equilíbrio e para a preservação da floresta brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para tirar uma dúvida. O projeto requer apenas uma aprovação por maioria simples, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não se trata de PEC. Só peço a V. Ex<sup>a</sup> para fazer um agradecimento do esforço que foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos ter, em seguida, duas sessões extraordinárias, como já anunciado, para concluirmos a votação da proposta de emenda à Constituição que modifica as medidas provisórias. Serão sessões rápidas, apenas para discussão da PEC.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas agradeço aos Senadores José Agripino, Jefferson Péres e Ana Júlia Carepa, que relataram o projeto, e aos Senadores pelo debate esclarecedor, que pôde tirar uma série de dúvidas que podiam estar

pairando no ar. Neste caso, peço o esforço da nossa Bancada para se manter firme até o momento que V. Ex<sup>a</sup> achar importante, para que votemos até a última matéria da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que venham ao plenário. É importantíssimo que tenhamos maioria não apenas para esta votação, especificamente, mas, sobretudo, para as duas sessões extraordinárias que realizaremos para concluir a discussão da proposta de emenda à Constituição.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

## VOTAÇÃO NOMINAL

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL ... E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 1/2/2006

Num. Votação: 2  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 1/2/2006 22:33:10  
Encerramento: 1/2/2006 22:44:43

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOZIO MERCAANTE	SIM
PMDB	RO	AMIR LAMÔ	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	ALGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR RODRIGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCILINO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	FELICIANO AZEVEDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SPLICY	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTS	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GLBERTO MESTRINHO	NÃO
PMDB	AP	GLUAM BORGES	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATI	SIM
PSDB	ES	JÃO BATISTA MOTTA	NÃO
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PCdoB	TO	LEOMAR GUANTÂNILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VIANA	SIM
Bloco-P	ES	MAGNO MÁLTA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	NÃO SANTA	NÃO
PMR	RJ	MARCELO CRIVILLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PTB	RR	MOZAR LDO CAVALCANT	NÃO
PMDB	PE	NEY SLASSERNA	SIM
PSDB	AP	PAPALCO PAES	NÃO
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SARGYA ROMEN	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RR	PHILHO SIMON	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PFL	SA	RODOLPHO TURINHO	SIM
PFL	SP	ROMEU TILMA	SIM
PMDB	RJ	SERGIO CASRAL	SIM
PDT	RS	SERGIO ZAMBIARI	ABST.
Bloco-PT	MT	SERYS ZHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	AC	TÁO VIANA	SIM
PMDB	RO	VÁTER RAIP	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA EST	SIM


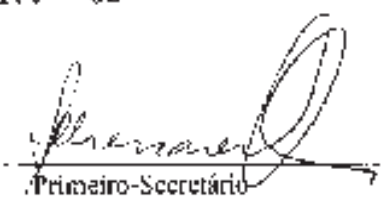
Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 39

Votos NÃO : 13

Votos ABST. : 02

Total : 54

   
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO 13.

Houve 2 abstenções.

Total: 54 votos.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005.

Passa-se à votação em globo das emendas com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em votação as Emendas nºs 1 a 3 – CCJ.

As Srs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

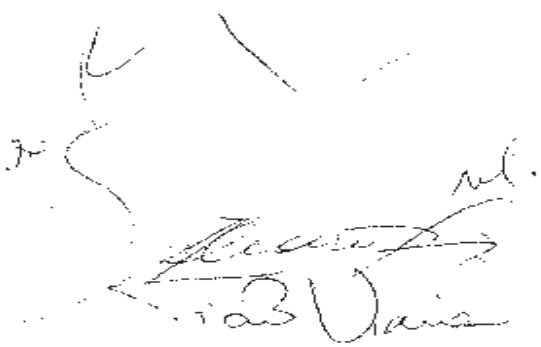
#### **PARECER Nº 79 DE 2006**

(Da Comissão Diretora)

#### **Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776, de 2005, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776, de 2005, na Casa de origem), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 1º de fevereiro de 2006.



#### **ANEXO AO PARECER Nº 79, DE 2006**

#### **Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 2005 (nº 4.776, de 2005, na casa de origem).**

**Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.**

#### **EMENDA Nº 1**

#### **(Corresponde à Emenda nº 1 – CCJ)**

Acrescente-se ao art. 10 do Projeto os seguintes parágrafos:

“Art.10. ....

§ 3º O PAOF deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional, quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida no art. 20, § 2º, da Constituição Federal.

§ 4º O PAOF deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares, nos termos do art. 49, inciso XVII, da Constituição Federal.”

#### **EMENDA Nº 2**

#### **(Corresponde à Emenda nº 2 – CCJ)**

Dê-se ao § 1º do art. 58 do Projeto a seguinte redação:

#### **“Seção I**

Do Conselho Diretor

Art. 58. ....

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal.

.....”

#### **EMENDA Nº 3**

#### **(Corresponde à Emenda nº 3 – CCJ)**

Acrescente-se a seguinte Seção III, ao Capítulo II, do Título IV do Projeto, renumerando-se as demais:



**“Seção III**

Do Conselho Gestor

Art. 63. O Serviço Florestal Brasileiro, bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal a ele subordinado, terão suas ações aprovadas por um Conselho Gestor.

Parágrafo único. O Conselho Gestor será composto por:

I – 1 (um) representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;

II – 1 (um) representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

III – 1 (um) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV – 1 (um) representante do Ministério da Defesa;

V – 1 (um) representante do Ministério da Saúde;

VI – 1 (um) representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

VII – 1 (um) representante do Ministério da Integração Nacional;

VIII – 1 (um) representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.”

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Pela ordem.) – Desculpe, mas meu voto está aparecendo como abstenção e eu votei “não”. Eu queria que constasse, por favor. É possível?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos pedir para retificar o voto de V. Ex<sup>a</sup>. O voto de V. Ex<sup>a</sup> foi anunciado da tribuna.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Muito obrigado. Estou olhando no painel agora e está amarelo. Ou está um pouco anêmico ou realmente digitei errado. Só queria que constasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Autorizo a retificação do voto do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 29/2006-GSRS

Brasília, 1º de fevereiro 2006

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa que, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, participava de reunião na Câmara dos Deputados destinada a ouvir a explanação do Embaixador José Felício, do Haiti, sobre a situação das eleições gerais que ocorrerão neste País no próximo dia 7 de fevereiro, quando fui avisado por meus assessores da votação nominal do Item 2 da pauta, ocasião em que logo me dirigi ao Plenário do Senado Federal para exercer meu direito de voto.

Entretanto, para frustração minha, quando aqui cheguei o processo de votação já havia se encerrado. Por isso, Senhor Presidente, solicito de V. Exa a justificção de minha ausência na votação.

Certo da atenção de V. Exa., aproveito a oportunidade para manifestar protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tendo em vista as conclusões e propostas contidas nos itens 14 e 15 do Comunicado Final do IV Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, realizado em Brasília em 27 e 28 de janeiro de 2005, designo o nobre Senador Marcelo Crivella para integrar grupo de trabalho a ser constituído para definir os preparativos do V Fórum, a realizar-se nos próximos dias 4 e 5 de abril, em Luanda, Capital da República de Angola.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos e convocar sessão extraordinária, a realizar-se às 22 horas e 46 minutos, para apreciação de item único, a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 22 horas e 45 minutos.)*



# Ata da 13ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 1ª de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

ÀS 22 HORAS E 46 MINUTOS ACHAM-SE  
PRESENTES AS SRAS. E SRS. SENADORES:

(Registro de Comparecimento das Sras  
e Srs. Senadores)

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/2/2006 07:38:13 até 1/2/2006 23:02:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PMDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PMDB	FA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
PMDB	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PMDB	PI	MAO SANTA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PMDB	AM	ARTHUR VIRGLIO	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	BA	CESAR BORGES	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X	Bloco-PT	MT	SÉRGIO SLHESARENKO	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X	PSDB	AL	TECTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X	Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PFL	RN	JOSE AGRIPIO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						

Compareceram: 77 Senadores

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Emissão: 1/2/2006 23:03:10

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Item Único:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o nobre Sena-

dor Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar edição de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão da Proposta e das emendas em primeiro turno.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Valadares, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de receber um esclarecimento da Mesa. Com a apresentação dessa emenda à proposta de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, pergunto se o parecer dessa emenda será dado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer será dado em plenário em substituição à Comissão, em consequência de um acordo realizado pelos Líderes partidários, que dispensou todos os prazos e interstícios.

Designo o Senador Edison Lobão, Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para proferir o parecer em plenário, em função da dispensa dos prazos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Já que todas Lideranças concordam que a proposta deva ser discutida aqui, está tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A emenda de V. Ex<sup>a</sup> terá toda a tramitação. Se desejar fazer destaque, poderá fazê-lo.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a Mesa Emenda que será lida pela Sra. 1<sup>ª</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005**

**“Altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.”**

#### **EMENDA DE PLENÁRIO Nº 10, DE 2006**

Dê-se ao § 6º, inciso V, de que trata o art. 1º do projeto, na forma adotada pelo relator da CCJ, a seguinte redação, e acrescente-se um § 14:

“V – se, em cada fase de tramitação a que se referem os incisos I a III, a medida provisória não foi apreciada depois de transcorridos dois terços do respectivo prazo, entrará em regime de urgência, na Casa do Congresso Nacional em que estiver tramitando, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas do plenário da Casa respectiva, salvo sobre as decorrentes do inciso III deste parágrafo, do inciso III do § 5º e § 14.

§ 14. O sobrestamento de matérias de que trata o inciso V do § 6º deste artigo será de três dias de sessão ordinária da respectiva Casa, findos os quais, sem que seja efetivada nenhuma votação, os três dias subsequentes de sessão ordinária serão dedicados às demais matérias constantes da Ordem do Dia, retornando o sobrestamento nos três dias se-

guintes de sessão ordinária para votação ou, após esse novo prazo, caso ainda não tenha sido ela votada, a pauta novamente será liberada dentro do prazo já fixado, e assim sucessivamente até o esgotamento da fase final de apreciação das medidas provisórias.”

#### **Justificação**

Dentre as atuais regras das medidas provisórias, dentre outras, existem as regras que estabelecem o prazo fatal de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período, para que a medida provisória seja aprovada, findo o qual perderá sua eficácia (§ 3º do art. 62 da CF/88).

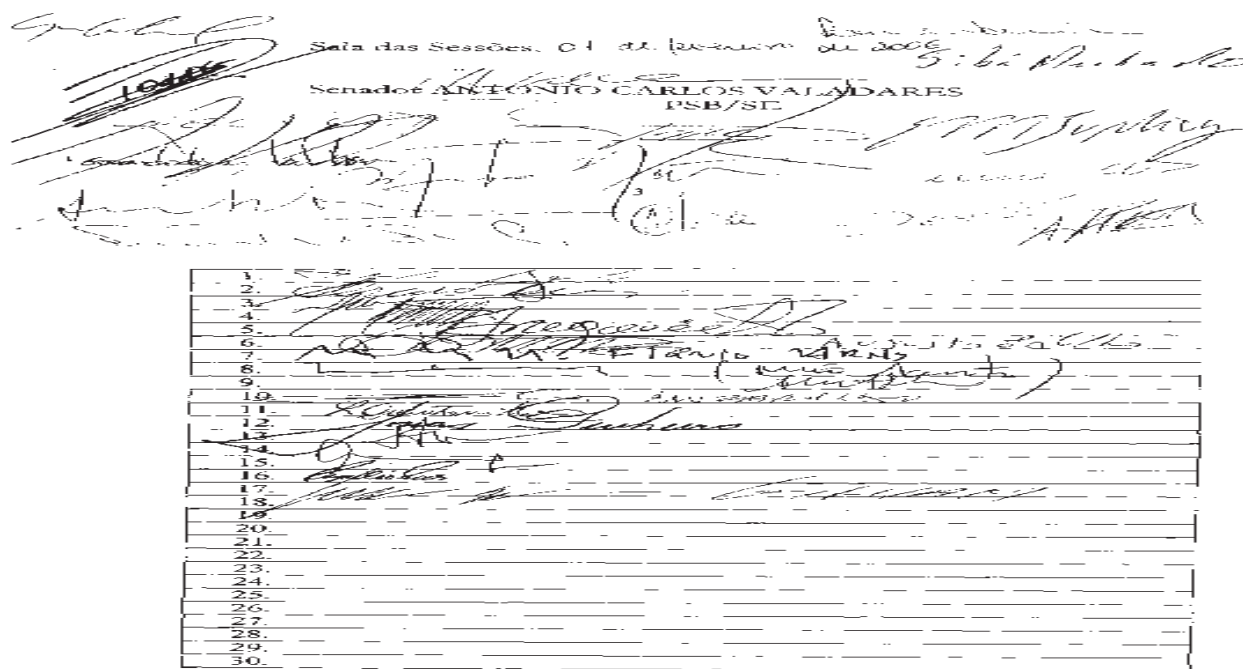
A regra prevista no Projeto (inciso V do § 6º do art. 62) diz que transcorridos 2/3 do prazo em cada uma das três etapas de apreciação de uma medida provisória (Casa Iniciadora, Casa Revisora e Casa iniciadora novamente) sem que haja deliberação, entrará a matéria em regime de urgência na Casa em que estiver tramitando, ficando sobrestadas, até que se ultiem as votações, todas as demais deliberações legislativas da Casa respectiva, ressalvada as hipóteses de apreciação de emendas da Casa revisora ou da matéria, quando não haver sido apreciada a medida provisória, na Casa iniciadora, prevista no inciso III do § 6º, ou de apreciação pelo Plenário do recurso da decisão sobre admissibilidade, feita pela Comissão, conforme prevê o inciso III do § 5º (§ 6º V).

Portanto, existe o reconhecimento de que transcorrido 2/3 do prazo para apreciação e votação das MP, matérias em tramitação no Senado ou na Câmara ficarão sobrestados. O tumulto provocado no processo legislativo pela edição de medidas provisórias não será resolvido. Querer que o Executivo “pense duas vezes antes de editar medida provisória” que foi a chave da questão quando da própria edição da EC nº 32 (e que determinou o sobrestamento integral das matérias em tramitação) não resolveu o problema. E, agora, Assim, estou propondo outras espécies de ressalvas (ou exceções) as originalmente previstas no próprio Projeto. Ou seja, estou criando exceções em favor de algumas matérias que não ficarão sobrestadas (ou trancando pauta), simplesmente porque as medidas provisórias não foram votadas/apreciadas no prazo legal. O mecanismo é o seguinte: O sobrestamento de matérias de que trata o inciso I do § 6º deste artigo será de três dias de sessão ordinária da respectiva Casa, findo o qual, sem que seja efetivada nenhuma votação, os três dias subsequentes de sessão ordinária não estarão sobrestados, retornando o sobrestamento nos três dias de sessão ordinária seguintes para votação ou, após esse novo prazo, caso ainda não tenha sido ela votada, a pauta novamente será liberada dentro do prazo já fixado, e assim sucessivamente até o esgotamento do prazo final de apreciação das medidas provisórias.

Aliás, permanece a regra de que, esgotado o prazo sem votação das MP, essa perderá sua eficácia e passará a tramitar como projeto de lei em regime de urgência.

A adoção da presente proposta restará eficaz no desenvolvimento das atividades do processo legislativo, mitigando a interferência do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao eminente Senador Edison Lobão para proferir parecer sobre a Emenda nº 10, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes, porém, informo que haverá duas sessões para discussão, asseguraremos os destaques e a pauta será trancada a partir de amanhã, devido a três medidas provisórias que chegaram da Câmara. Na próxima semana, vamos proceder à votação.

#### **PARECER Nº 80 DE 2006 – PLEN**

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o eminente Senador Antonio Carlos Valadares apresenta uma emenda e S. Ex<sup>a</sup> mesmo define seus objetivos, alterando a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse projeto, Sr. Presidente, já foi examinado na Comissão de Constituição e Justiça, aprovado com duas emendas apenas: uma que contempla a faculdade do Presidente da República de editar medidas provisórias sobre contratos e uma outra que alterou a distribuição das medidas provisórias que chegam ao Congresso Nacional, para permitir que a Mesa do Senado realize essa distribuição.

Hoje, Sr. Presidente, em uma nova reunião da Comissão de Constituição e Justiça, examinamos diversas emendas apresentadas no plenário a um mesmo projeto e, por consenso, a Comissão manteve o parecer anterior, acatando apenas uma emenda do Relator que altera os prazos para o exame da preliminar das

medidas provisórias por parte da CCJ e por parte do Plenário do Senado.

Agora uma nova emenda é apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares. S. Ex<sup>a</sup> esclarece que o sobrestamento de matérias de que trata o V, do §6º, do mesmo artigo, será de três sessões ordinárias da respectiva Casa, findo o qual, sem que haja uma efetiva votação, haverá uma nova composição do funcionamento da Comissão.

Sr. Presidente, como se trata de uma matéria já exaustivamente examinada, com o consenso realizado em torno dela, e considerando que esta emenda não inova do ponto de vista positivo, no meu entendimento, na elaboração da emenda constitucional de tamanha importância ou de grande envergadura, como Relator, eu me manifesto contrariamente à aprovação desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão.

O parecer é contrário.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, convocando uma nova sessão extraordinária para às 22 horas e 53 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 52 minutos.)

# Ata da 14ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 1º de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros*

*(Inicia-se a sessão às 22 horas e 53 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal, para disciplinar a edição de Medidas Provisórias*.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão da Proposta e das emendas, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão em primeiro turno.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos votar ainda dois Projetos de Decreto Legislativo, se não houver objeção do Plenário. (Pausa.)

Votação do Requerimento nº 91, de 2006, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2006

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 91, de 2006, aprovado nesta oportunidade – art. 336, II)*

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006 (nº 1.734/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003*.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Relator designado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para proferir parecer sobre a matéria.

#### PARECER Nº 81, DE 2006 – PLEN

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de Mensagem recebida pela Câmara dos Deputados em 3 de fevereiro de 2005 e o Projeto de Decreto Legislativo decorrente foi aprovado naquela Casa em 8 de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

A Convenção em tela foi assinada por ocasião da 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, da Unesco, e tem por objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da humanidade, grupos e indivíduos envolvidos, da conscientização no plano local, nacional e internacional de sua importância e de seu reconhecimento recíproco e da cooperação e assistência internacionais.



O texto convencional adiciona outros critérios para a definição do patrimônio imaterial, o que em muito contribuirá para o avanço de sua proteção.

O instrumento estabelece ainda a ressalva de que essa proteção será sempre coadunada com os demais atos internacionais de salvaguarda dos direitos humanos, bem como com os imperativos de respeito mútuo entre as comunidades, grupos e indivíduos e do desenvolvimento sustentável.

Uma das mais importantes características do ato internacional em apreço é sua operacionalização. Além de criar a organização internacional específica para cuidar do tema, a Convenção estabelece as formas de cooperação e de assistência internacional, lista os bens de patrimônio cultural imaterial da humanidade e institui um fundo para sua preservação.

Constitui-se, destarte, um dos mais importantes acordos recentes de que o Brasil toma parte e supre uma lacuna importante nas áreas de proteção dos conhecimentos tradicionais de nosso País.

O Voto: Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação da Convenção em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006, oriundo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2006**

**De Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006 (nº 1.734, de 2005, na Câmara dos Deputados), que Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

#### **I – Relatório**

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 55, de 1º de fevereiro de 2005, submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

A Convenção foi inicialmente apreciada pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame, também, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Educação e Cultura e de Finanças e Tributação.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 3 de fevereiro de 2005 e o Projeto de Decreto Legislativo decorrente foi aprovado naquela Casa em 8 de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, para ser relatada, no dia 27 de janeiro seguinte, após cumprimento de prazo regimental, sem ter recebido emendas.

Tendo sido incluída como matéria constante da Sessão Legislativa Extraordinária de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006, a proposição foi trazida a Plenário, onde se pronuncia o presente Parecer em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

#### **II – Análise**

À Convenção em tela foi assinada por ocasião da 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, e tem por objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da humanidade por meio da promoção do respeito a esse tipo de patrimônio das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos, da conscientização no plano local, nacional e internacional de sua importância e de seu reconhecimento recíproco e da cooperação e assistência internacionais.

Para concretizar esses objetivos, a Convenção institui uma organização internacional, cria sua estrutura, com normas, finalidades, organismos, composição, instrumentos de atuação e cooperação próprios, além de um fundo de financiamento próprio. A novel organização internacional funcionará, porém, sob os auspícios da Unesco.

A Convenção adota uma conceituação própria de patrimônio imaterial que em muito auxiliará os países a disciplinarem internamente essa área, como é o caso do Brasil, com infundáveis polêmicas sobre a delimitação dos conhecimentos tradicionais. Segundo a Convenção, patrimônio cultural imaterial é constituído pelas práticas, representações, expressões, conheci-



mentos e técnicas (junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados) que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O texto convencional adiciona outros critérios para a definição do patrimônio imaterial, o que em muito contribuirá para o avanço de sua proteção.

O instrumento estabelece a ressalva de que esta proteção será sempre coadunada com os demais atos internacionais de salvaguarda dos direitos humanos, bem como com os imperativos de respeito mútuo entre as comunidades, grupos e indivíduos e do desenvolvimento sustentável.

Uma das mais importantes características do ato internacional em apreço é sua operacionalização. Além de criar a organização internacional específica para cuidar do tema, a Convenção estabelece as formas de cooperação e de assistência internacional, lista os bens de patrimônio cultural imaterial da humanidade e institui um fundo para sua preservação.

Constitui-se, destarte, um dos mais importantes acordos recentes de que o Brasil toma parte e supre uma lacuna importante nas áreas de proteção dos conhecimentos tradicionais de nosso País.

### III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação da Convenção em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2006.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Relator é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

## (\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

### Nº 42, DE 2006

(Nº 1.734/2005, na casa de origem)

### **Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) O texto da Convenção encontra-se publicado no **DSF** de 19-1-2006

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação do Requerimento nº 92, de 2006, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passamos à imediata apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

### Nº 63, DE 2006

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 92, de 2006, aprovado nesta oportunidade – art. 336, II)*

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2006 (nº 1.760/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-*

*Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004.*

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, Relator designado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para proferir parecer sobre a matéria.

#### **PARECER Nº 82, DE 2006 – PLEN**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dada a importância da matéria, sou de parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do nobre Senador Papaléo Paes é favorável.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### **(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

##### **Nº 63, DE 2006**

(Nº 1.760/2005, na origem)

**Aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) O texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 26-1-2006

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do último dia 15 de dezembro foi lido o **Requerimento nº 1.499, de 2005**, de iniciativa da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano, solicitando a prorrogação, por mais noventa dias, para a conclusão dos trabalhos daquele Colegiado.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 15 de dezembro passado, foi lido o **Requerimento nº 1.500, de 2005**, da Senadora Íris de Araújo e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado, em data a ser oportunamente definida, destinada a homenagear a Sr<sup>a</sup> Abigail Izquierdo Ferreira, a atriz Bibi Ferreira.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 75, de 2006**, do Senador Paulo Paim, lido em 30 de janeiro último, solicitando a realização de sessão especial no dia 13 de fevereiro próximo, destinada a homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, quero agradecer aos Srs. Senadores a paciência de todos. Precisamos continuar demonstrando paciência, muita paciência. O Brasil conta muito com a paciência de todos nós, para que possamos deliberar e dar ao País uma resposta com relação às cobranças que nos fizeram e continuarão

a fazer sempre, porque o papel de cada um é exatamente esse.

Agradeço aos líderes, agradeço ao Senador José Agripino, que foi o Relator dessa importante matéria, a maneira como costurou esse acordo, um acordo mínimo, possível. Mais uma vez, o Senado está deliberando.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Se o Senado está deliberando, pela correlação apertada, equilibrada que temos, é porque contamos, sem dúvida alguma, com a compreensão, o consenso e o equilíbrio de todos os Partidos da sustentação do Governo, mas também de todos os Partidos da Oposição.

Sinceramente, só tenho a agradecer. Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem feito o impossível, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que tenhamos aqui, no plenário do Senado Federal, matérias apreciadas por essa Comissão, a fim de que o Senado possa deliberar.

Todos estão de parabéns.

Senador Heráclito Fortes, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um registro da minha votação nessa última votação nominal. Acompanho a minha Bancada. Como sempre, obediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o seu voto.

Agradeço muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio; Garibaldi Alves Filho; João Batista Motta; Sérgio Guerra; Teotônio Vilela Filho; Leonel Pavan, Romero Jucá e Amir Lando enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PT não aprende. O PT insiste em sua desastrada postura incivilizada. O PT não perde

o jeitão fascista de atuar, esquecendo-se de que vivemos num regime democrático.

Há pouco, mais precisamente na semana passada, os petistas deram mais uma demonstração de seu desastrado modelo, na maior e talvez mais cosmopolita cidade do País, São Paulo.

Leio nos jornais que o Prefeito José Serra foi vítima da sanha petista, ao inaugurar duas escolas no Parque Novo Mundo, na Capital paulista.

O que houve foi mais uma das manjadas montagens tão ao gosto petista. O PT orientou cem moradores da chamada Favela Funerária, que fica ao redor das escolas. O grupo entrou numa das escolas, onde estava o Prefeito e aí começou o espetáculo petista.

Ao contrário dos petistas, Serra procurou dialogar com os manifestantes, inclusive com uma observação a propósito dos dizeres de uma das faixas acusando o Governo pela existência de favelas. Eles cobravam moradias.

Serra lembrou que a cidade fora governada por quatro anos pelo próprio PT, que, naquele momento, organizava mais aquela demonstração, num repetido modo fascista de o PT se portar.

Serra conseguiu acalmar os ânimos. Agiu com civilidade e sugeriu que os manifestantes mantivessem um encontro para debater o assunto com o Secretário Municipal de Habitação.

Já passou da hora de o PT abandonar esse seu modo inconveniente, indecente e despropositado de fazer reivindicações. Na verdade, não era bem esse o desejo petista. Queriam tão somente tumultuar uma solenidade pública.

Até quando o PT vai continuar agindo tresloucamente? Não estaria na hora de aprender a conviver com a democracia?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, passo a ler, para que conste dos Anais, artigo de autoria do Senador Jefferson Péres, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, sob o título “Ao próximo presidente, seja quem for.”

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL

FOLHA DE S. PAULO

DIA:

01

MÊS/ANO:

Fev. 06

EDITORIA:

Opinião

CADERNO:

A

PÁGINA:

3

## TENDÊNCIAS/DEBATES

Publicado em 27 de fevereiro de 2006, às 14h30. Última atualização: 27 de fevereiro de 2006, às 14h30. O conteúdo deste artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a opinião do jornal.

## Ao próximo presidente, seja quem for

JULIO CESAR PERLIN

**S**E CONSIDERARMOS apenas as características mais recentes de desenvolvimento, observadas na segunda metade do século 20, facilmente constataríamos a existência de dois padrões nitidamente diferenciados.

O primeiro prevalece na América Latina em geral, com destaque para os três países de maior grau de industrialização: Brasil, México e Argentina. Suas características os distinguem negativamente. Uma, a desocupação, ao alternarem períodos de rápido crescimento com fases de crescimento lento ou mesmo de estagnação; outra, a tendência à concentração da renda, perpetuadora da miséria.

O segundo padrão prevalece no Leste Asiático, de rápido crescimento porque se estende, há décadas, por três gerações de países. Jáve, como primeiro o Japão, potência industrial e militar à no final do século 19, mas que alcançou o pleno desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, vieram os chamados tigres asiáticos: Coreia, Taiwan, Hong Kong e Singapura, que deram um salto espetacular em pouco mais de 20 anos. Finalmente, como retardatário, emergiu o novo leão, a partir dos anos 90, após o abate das insanidades chinesas.

Muito diferente do latino-americano, o padrão asiático mostra características opostas. O crescimento rápido ocorre de modo contínuo, quase sem interrupção, salvo em anos atípicos e, mais importante, com significativa descida da taxa de renda e redução da pobreza.

À pergunta que deveria acitar a escolha dos novos políticos, em particular dos candidatos à Presidência da República, é: Por quê? Por que eles conseguiram, e nós, não? Pergunta importantíssima, já que as respostas, ao clarear suas mentes, os ajudarão a decifrar o enigma brasileiro e latino-americano.

Vou tentar responder, em um gigantesco esforço de síntese.

Primeiramente, assinala-se que os asiáticos não se encaram em perigo ideológico e demonstram que o desen-

volvimento decorre de políticas acertadas, independentemente de ideologias.

Pois não adotam um modelo político-econômico uniforme. São seis países e seis modelos diferentes, em um amplo arco que vai do híbrido socialismo capitalista da China até o ultraliberalismo de Hong Kong. Se eles se enquadram, coletivamente, em alguma "uma", será talvez em apenas um: o pragmatismo.

Mas, afinal, por que eles conseguiram, e nós, não? A resposta se torna fácil se identificarmos o conjunto de fatores que, por um lado, são comuns a todos

*A pergunta que deveria acitar os candidatos é: Por que os asiáticos conseguiram, e nós, não? Tenta responder*

os asiáticos e, por outro lado, estão ausentes nos latino-americanos. Um exercício elementar de lógica levará à conclusão de qual está a resposta.

Existem esses fatores comuns? Aí sim, pelo menos, um minucioso estudo comparativo tornou evidente que sim. São quatro políticas públicas presentes nos asiáticos, sem exceção, e ausentes ou adotadas erradicamente pelos latino-americanos. Nestas, a exceção é o Chile, o único de padrão asiático, com os resultados conhecidos. Mas vejamos quais são essas linhas mestras.

Primeira, a extroversão econômica. O traço marcante deles todos tem sido a ênfase nas exportações, com a busca incessante de inserção competitiva no mercado internacional. Algo que só descobrimos recentemente, depois de perdemos um tempo enorme na discussão equivocada sobre o falso equilíbrio do mercado interno à mercadoria externa.

Segunda, a estabilidade monetária. Eles sempre mantiveram a moeda leve, salvo em períodos muito curtos. Nós vivemos décadas de inflação galopante,

que sempre há pouco tempo conseguimos controlar.

Terceira, a carga tributária. Eles possuem sistemas tributários simplificados, com cargas um pouco acima de 20% do PIB. Nós vivemos em uma escuridão fiscal, com gastos de má qualidade e uma carga tributária obscena.

Finalmente, quarta, a revolução educacional. Eles a fizeram desde cedo, investindo massivamente e bem na massificação do ensino de boa qualidade, do pré-escolar à pós-graduação. Nós também gastamos muito, mas gastamos mal, errando na escolha de prioridades e falhando na melhoria da qualidade, com as terríveis consequências do conhecimento de todos.

Para concluir, a exposição acima resume o que me parece necessário para avançar o Brasil: fazer o que eles fizeram de básico, sem prejuízo de outras políticas públicas específicas para as respectivas áreas.

Era o que eu faria se fosse presidente da República. Mas, convicto de que não sei, como gostaria, meu espírito público me manda, a qualquer assume, dar ao próximo eleito, seja quem for, conselhos que não me pediu, mas que dou assim mesmo.

Tenha grandeza e descortino: mire-se no Leste Asiático e na exceção do Chile, para não repetir os erros da América Latina; livre-se dos ideólogos; adote tolerância zero com desvios éticos; inaugure uma nova forma de governar; isole a banda podre da política; seja um conciliador e faça um entendimento de alto nível com seus adversários, em torno de pontos consensuais que permitam iniciar a construção de um grande projeto de nação.

Faça isso e tenha certeza de que, assim, nos próximos quatro anos e seguintes, ninguém segura este país!

Julio Cesar Perlin, 71, advogado, senador pelo PDT RJ, e 10.º senador do senado



**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Quatro anos de mistério”, publicado na seção Opinião do **Jornal do Brasil** em sua edição de 21 de janeiro deste ano.

O editorial refere-se ao assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, e cuja investigação ainda se encontra “numa vasta e tenebrosa zona cinzenta”.

Segundo o editorial, “O assassinato de Celso Daniel, com a morte sucessiva de testemunhas e com os indícios sugeridos por incontáveis depoimentos, não foi resultado de assalto fortuito. Mas petistas insistem na tese. Instalados no poder, os comandantes do partido

costumam oferecer bruma onde se pede transparência. Petistas não parecem interessados em enxergar contradições na trama. Há interrogações incômodas lançadas aos investigadores e à Justiça. Quatro anos depois, convém começar a dissipar as sombras que as encobrem”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**A10** SÁBADO, 21 JUL., ANFITEATRO DE 2006

## **JORNAL DO BRASIL**

Publicado em 21 de julho de 2006

Editor: Sérgio Gomes da Silva

Assessor: Sérgio Gomes da Silva

J. A. de N. (Santo André, SP)

Presidente do Conselho Editorial

Luiz Filipe de Oliveira (São Paulo, SP)

Presidente do Conselho Editorial

Manoel Trovão

Presidente do Conselho Editorial

Roberto Tavares

Presidente do Conselho Editorial

Roberto Tavares

Presidente do Conselho Editorial

Paulo Martins

Presidente do Conselho Editorial

Paulo Martins

Presidente do Conselho Editorial

Ana Maria Tavares

Presidente do Conselho Editorial

### **CASO CELSO DANIEL**

## **Quatro anos de mistério**

O assassinato de prefeito de Santo André, Celso Daniel, completou ontem quatro anos, ainda imerso numa vasta e tenebrosa zona cinzenta. Desse terreno devastado só se extraiu até agora uma certeza: há uma trama impenetrável a ser explicada, e sua elucidação parece cada vez mais distante, sobretudo quando constatados sucessivos e sombrios ingredientes associados à história e mal contada história sobre a morte de Daniel.

Depois de assassinato, as investigações, conduzidas por policiais do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo e com o aval do deputado federal Luiz Edmario Cunha Leite (dosignado pelo PT para acompanhar os trabalhos), concluíram que o assassinato não passara de um crime banal. Cerca de dois meses depois, o caso se concretizou com a prisão de uma quadrilha de assaltantes e seqüestradores. O desfecho prometido balizava-se, em grande parte, pela confissão de um adolescente – que, com 16 anos à época, afirmou para os delegados ter sido o autor dos disparos que mataram o então prefeito.

Nova ingrediente, também acrescentado nos últimos dias, já amplifica o mistério. A CPI dos Biletes, a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo ouviam uma testemunha segundo a qual o ex-escrivão do prefeito e empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, mandou seqüestrar o prefeito para levantar R\$ 3 milhões. Metade do dinheiro pagaria um mafioso que teria ajudado a financiar a campanha eleitoral de 2000. Em troca, segundo o depoimento, o prefeito liberaria as locações em vazio. Ainda de acordo com a testemunha, o mafioso teria investido R\$ 1,5 milhão na campanha de Daniel. Mas o prefeito não cumpriu a promessa. O mafioso pediu o dinheiro de volta, e o Sombra teria planejado o seqüestro para saldar a dívida.

Em novembro passado, outra testemunha, Rosângela Gabrielli, integrante da família que administra uma festa de aniversário em Santo André, detalhou o funcionamento da máquina de arrecadar propinas montada no fim dos anos 90, durante a gestão de Daniel. Todos os proprietários de ônibus foram transformados em contribuintes compulsórios do

Há poucos dias descobriu-se que tudo não passa de mentira. E das grandes. Um documento produzido por funcionários da Fiesp, do Tatuapé, em São Paulo, ainda indolentemente estava um regime de interação, informa que ele foi obrigado pelo empresário a assumir a autoria do crime. Se não seguisse as exigências, diz o documento, o adolescente e sua família seriam mortos. Ele garante quanto a desistência foi a constatação de que ele fugira da Fiesp seis meses atrás, depois de cumprir três anos de interação. Em se tratando de um “réu confesso”, um espanto.

As descobertas e reviravoltas têm sido incapazes até aqui de elucidar as surpresas sublinhadas por tantas mentes sensatas. Os desconfortos de informação somam-se a perturbadoras “coincidências” – como a inacreditável inclusão, na trama, de dois cadáveres envolvidos no caso (incluindo o preteito), todos com morte estranha e mal explicada. Mesmo os mais modestos autores de romances policiais evitariam a previsibilidade de tal enredo.

PT Pagavam R\$ 550 por veículo. A Guará, empresa dos Gabrielli, era sangrada em R\$ 40 mil por mês pela quadrilha de extorsionários – que incluía o Sombra. Contante na impunidade, ele teria autorizado alguns extorquidos a pagarem a mesada com depósitos em sua conta bancária.

O assassinato de Celso Daniel, com a morte sucessiva de testemunhas e com os indícios sugeridos por incontáveis depoimentos, não foi resultado de assalto fortuito. Mas petistas insistem na tese. Instalados no poder, os comandantes do partido costumam oferecer bruma onde se pede transparência. Conforme o JB tem sublinhado em editoriais sobre o tema, os insipientes argumentos, segundo os quais Celso Daniel foi vítima de um crime comum, não são insustentáveis quanto às desculpas da trama das malhas e dos mensais. Petistas não parecem interessados em enxergar contradições na trama. Há interrogações incômodas lançadas aos investigadores e à Justiça. Quatro anos depois, convém começar a dissipar as sombras que as encobrem.



**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “As perspectivas da esquerda”, de autoria do filósofo Ruy Fausto, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 22 de janeiro do corrente ano.

O artigo aqui registrado pretende discutir a situação da esquerda no atual cenário político brasileiro. A conclusão do autor é a de que “é preciso buscar uma solução fora do PT, não dentro dele”. “Mas, e o PT? O PT se perdeu por quê? Por mais de uma razão, mas principalmente porque, partindo de um modelo de revolução violenta, ele não abandonou o que estava por trás desse projeto, a justificação dos meios pelos fins. Limitou-se a trocar a violência pela corrupção. A falta

de respeito pela legalidade (que não é só ‘burguesa’) continuou a mesma. A acrescentar a cristalização no Partido dos Trabalhadores de práticas antigas de corrupção sindical”.

Ainda segundo o autor, “O PT quer jogar a poeira para baixo do tapete, se esquecendo de que se trata de coisas mais graves do que poeira e tapete”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **As perspectivas da esquerda**

RUY FAUSTO

### **Nessas condições e a essa altura do campeonato, acho que é preciso buscar uma solução fora do PT, não dentro dele**

**N**A HORA dos balanços do ano findo e da definição de perspectivas para o ano novo, cabe a pergunta (principalmente para quem se situa à esquerda): Que possibilidades pode ter, ainda, a esquerda no Brasil?

Retornemos o fio do que aconteceu no ano passado e tentemos analisar um pouco o seu significado, assim como os seus efeitos na conjuntura atual. Começo por considerações empíricas (sobre eventos e pessoas), porque já no nível dos dados há muita confusão.

A Câmara dos Deputados cassou o mandato de José Dirceu (e o de Roberto Jefferson), mas não parece se dispor a ir muito mais longe do que isso. A cassação de Dirceu é um fato auspicioso. Preferia não me alongar sobre o personágem, mas, já que uma parte do PT o celebra como herói (1), cabem duas palavras a respeito dele.

Dirceu, é preciso dizê-lo, encarna o que há de pior na esquerda, em termos de burocratismo e de autoritarismo. O que não é só questão de traços pessoais. Seus laços — passados e presentes — com o “socialismo” totalitário são conhecidos, ainda que não intrinsecamente. É sintomático, aliás, que entre os seus maiores defensores estejam nostálgicos de Stálin e rivistas de uma certa tendência não muito forte na defesa da democracia e da honestidade administrativa, o chamado “castro-quercismo”...

Entretanto, a cassação de Dirceu — e sobretudo quando o cassado é acolhido com flores pelo partido — não garantiu um verdadeiro reconhecimento para o PT. Tudo se passa como se a última oportunidade de refundação tivesse sido perdida com a eleição, sem condições, de Berriz para a presidência do partido.

Hoje, salvo erro ou surpresa maior, uma “virada” do PT já não parece possível. Na vida de um partido (e principalmente de um partido de esquerda), como na vida de um indivíduo, os traumas graves não podem ser reabsorvidos sem um profundo “trabalho” interno.

Ora, digam o que quiserem uns e outros, os “traumas” do PT não são da ordem daqueles que podem ser descartados por meio de fórmulas do tipo “nostalgias” ou outros eufemismos do mesmo gênero. O PT quer jogar a poeira para baixo do tapete, se esquecendo de que se trata de coisas mais graves do que poeira e tapete.

O caso Celso Daniel, para falar só do mais sério, é de imensa gravidade. Observemos ainda uma vez que as evidências de que a morte de Daniel tem a ver com práticas de corrupção em proveito do PT são múltiplas e esmagadoras (para dar apenas um argumento: seis pessoas de algum modo relacionadas com o crime não teriam sido assassinadas se se tratasse de um simples sequestro, como pretende, hoje, a direção petista).

A desmoralização do PT resultou essencialmente de revelações como as do caso Celso Daniel e de evidências suficientemente sólidas de práticas de corrupção envolvendo de forma direta os seus dirigentes. Inútil tentar explicar o que aconteceu pela “luta de classes” ou pelo gulismo da direita, mesmo que, evidentemente, a direita se recuse com tão oportuno presente.

Se se quiser apelar para a tradição, há alguma coisa mais séria a refletir. Na história do socialismo, há um fenômeno recorrente: o do apodrecimento de partidos de esquerda. Conhece-se o caso famoso da social-democracia alemã e de alguns outros partidos social-democratas que se comprometeram a fundir

com a aventura guerrilheira de 1914. O partido bolchevique, ele próprio um partido de tipo autoritário e ultracentralista (nesse sentido, ele já nasce degenerado), sofreu, por sua vez, o fenômeno da degenerescência stalinista. Um partido de jacobinos fanáticos se transformou em partido de burocratas corruptos e de policiais a serviço de um despota genocida.

Mas, e o PT? O PT se perdeu por quê? Por mais de uma razão, mas principalmente porque, partindo de um modelo de revolução violenta, ele não abandonou o que estava por trás desse projeto, a justificação dos meios pelos fins. Limitou-se a trocar a violência pela corrupção. A falta de respeito pela legalidade (que não é só “burguesa”) continuou a mesma. A acrescentar a cristalização no Partido dos Trabalhadores de práticas antigas de corrupção sindical. Como escrevi em outro lugar, o resultado dessa mistura foi uma espécie de “degenerescência mafiosa” (a distinguir das outras, mesmo se alguns traços são comuns, a saber, da assim chamada degenerescência “reformista”, — ou, antes, “adesista” — da populista e da stalinista).

Nessas condições e a essa altura do campeonato, acho que é preciso buscar uma solução fora do PT, não dentro dele. Muita gente saiu do partido, e os desligamentos continuam. Só que — novo problema — muitos daqueles que se dispuseram a partir acreditam que, com a derrota do PT, o caminho “pacífico” se esgotou no Brasil e só restaria uma “alternativa revolucionária”...

Há motivos para supor, entretanto, que essa “alternativa” representa uma outra ilusão, simétrica a dos que ainda acreditam no PT. Mas essa segunda falsa opção e a situação geral da esquerda são temas para serem tratados em outro artigo.

Ruy Fausto, filólogo, é professor emérito da USP. E autor, entre outras obras, de *Marx e Engels e a Política* (Edições 34).

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Qual o Lula que estará valendo na campanha?”, de autoria do jornalista J. R. Guzzo, publicado na revista **Exame** em sua edição de 1º de fevereiro do corrente ano.

O artigo pretende discutir como será o posicionamento do presidente Lula a respeito das questões que o governo terá de decidir durante este ano eleitoral. Para o autor, “nunca se soube direito o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realmente pretendeu fazer ao longo do seu governo, mas agora se sabe muito menos”. “Quando é perguntado, não responde. Se responde, não explica. Se tenta explicar, ninguém entende nada. O resultado é que prestar atenção no que o presidente diz tornou-se um exercício perfeitamente inútil”.

Ainda segundo o autor, como o Presidente Lula e seus aliados não têm como responder a questões como a corrupção no atual governo, o desmanche moral e a inépcia administrativa, “a tentação de recorrer à demagogia pode tornar-se mais forte que qualquer outra coisa”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Brasil | opinião

# J.R. Guzzo

## Qual o Lula que estará valendo na campanha?

**O presidente que prega a responsabilidade na economia é o mesmo que ataca a elite e nega existir corrupção no governo. Em quem acreditar?**

**U**MA DAS DIFICULDADES PARA QUEM QUER OU PRETENDA COM-  
panhar o que está acontecendo na economia brasileira durante este ano eleitoral de 2006 é que sumiu do radar um indicador básico — a posição do presidente da República a respeito das questões que o governo terá de decidir até o dia da eleição. É verdade que nunca se soube direito o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realmente pretendeu fazer ao longo do seu governo, mas agora se sabe ainda menos — a perspectiva, daqui por diante, é haver mais do mesmo. Nas ocasiões em que Lula fala por conta própria, o que se vê é muito palavreado, muita cara brava contra a “elite”, muito elogio a si próprio e pouco mais. Nas ocasiões em que dá entrevistas a coisa não fica melhor. Quando é perguntado, não responde. Se responde, não explica. Se tenta explicar, ninguém entende nada. O resultado é que prestar atenção no que o presidente diz tornou-se um exercício perfeitamente inútil. Cada vez mais, nesse ponto, Lula vai ficando parecido com o ex-governador Paulo Maluf.

Fica complicado prever, assim, como o governo vai tratar a economia até outubro, período em que terá diante de si a tarefa de convencer os eleitores a ficar mais quatro anos de casa. A palavra oficial é que serão mantidas as linhas básicas seguidas até agora — algo que, em condições normais, faria todo o sentido, pois é justamente aí, na gestão econômica responsável, que a administração Lula tem os seus únicos méritos reais e obtive seus resultados mais positivos. Nunca o Brasil esteve numa situação tão saudável no balanço de pagamentos, nem que tem sido uma praga histórica na economia brasileira. As exportações, que devem superar os 130 bilhões de dólares neste ano, são o dobro do que eram no início do governo Lula. O real permanece forte e o câmbio não dá sinais de recuo. A inflação de 2006 deve ficar abaixo da de 2005, que foi a menor em sete anos. Por que, então, desviar-se nesse rumo?

Porque, tirando essas coisas, tudo o mais no presente governo é uma ruína que nem seus piores adversários podiam imaginar três anos atrás — e, para esconder isso, a tentação de recorrer à demagogia pode tornar-se mais forte que qualquer outra coisa. Lula e seus aliados não têm como responder com uma mí-

nimo de lógica às cobranças sobre a corrupção grosseira, o desmanche moral e a prodigiosa inépcia administrativa nos quais o governo se perdeu. Não responderam até agora e não vão responder até o dia da eleição, pelo excelente motivo que ninguém consegue negar: todos providam em vícios, audácias, assinaturas em recibos bancários e confissões públicas de culpa. Não é possível, da mesma forma, inaugurar obras que não existem e apresentar realizações que não foram realizadas. A verdade é que, pela primeira vez na vida, Lula terá a obrigação de mostrar o que fez de concreto, quando teve a oportunidade de fazer, e sem o conforto do “vamos acabar com tudo isso que está aí”. Vai dizer o quê? Fazer oposição, como sempre fez, ele não pode mais, a menos que queira falar mal do próprio governo. Ficar dizendo que tudo é culpa da “herança maldita” de Fernando Henrique também não adiantou grande coisa até agora, e vai adiantar cada vez menos. Louvar os resultados da sua política econômica é complicada, pois quem mais a combate é justamente o PT — ou, pior ainda, grande parte das pessoas que estão dentro do governo. Travou tudo, em suma.

Para destravar, a única ideia que parece ter surgido é a de apagar o incêndio jogando dinheiro público em cima dele. É claro que vai haver muita conversa sobre “políticas estruturais”, “orçamento popular” e outras fantasias da mesma família, mas o que se pretende mesmo é gastar em coisas que produzam barulho e fogueira material para o próximo Dada Mendonça montar filmes destinados a fazer bonito no programa eleitoral. Trata-se de truque velho, comprovadamente ruim e de resultado incerto; só que, na hora do desespero, a tendência de quem está no governo é correr para soluções desesperadas. Vai ser assim em 2006? O mais que se pode dizer, no momento, é que não dá para saber. O presidente vem prometendo que não vai pôr em risco a estabilidade ou tentativa de ganhar votos. Toma-



ra. O problema é que, enquanto diz isso, Lula também diz que não existe "nada de provado" na flagrantíssima corrupção do governo, que quer "voltar à prosperidade de que havia neste país 25 anos atrás",

que os recordes nas exportações se devem às viagens que faz pelo mundo e outros disparates do mesmo tipo. Qual o Lula que estará valendo em campanha?

Como não adianta querer informar-se sobre isso ouvindo o que o presidente diz, resta olhar o que o seu governo faz. A história, aí, começa mal. De um lado, não há o menor sinal de que alguém tenha aprendido alguma coisa com a coleção de desastres que vêm desmoralizando Lula e sua administração há oito meses seguidos. A TV Globo, por exemplo, revelou que o Fome Zero, justo ele, aduga um inflável em Brasília por 125 000 reais por mês. Trata-se de um absurdo em estudo puro, em relação ao qual pode-se fazer tudo, menos uma coisa: tentar explicar. Pois foi justamente o que o governo fez. O que adianta falar de "preços vigentes no mercado", ou de bela localização do prédio, ou do seu acabamento top de linha? O problema, obviamente, é pagar esse dinheiro todo num programa que pretende ajudar gente em estado de miséria extrema — e transformar o dono do inflável na cidadão que mais ganhou com o Fome Zero até agora. Na mesma toada, a revista *Veja* mostrou que Duda Mendonça tem mais uma conta bancária no exterior, além da que ele próprio já tinha confessado ter. Apesar dos delírios de sonegação fiscal e evasão de divisas, o publicitário do presidente continua prestando serviços à Petrobras, que não vê problema algum nisso tudo. A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, informou que o BMG, provedor de dinheiro para os empréstimos feitos ao PT por Marcos Valério, vendeu uma de suas carteiras de crédito para a Caixa Econômica Federal — que também acha normal uma órgão do governo manter relações comerciais com um banco que está sendo investigado pela suspeita de abastecer ilegalmente os cofres do partido político de seu mesmo governo.

E, de prever, assim, que continue jogando dinheiro do Erário para esse tipo de coisa. Se nada está errado, na visão do go-

O presidente beija criança em ato de trabalhadores rurais: uma das muitas faces de Lula

verno, por que parar? Outra parte da questão está nas novas fontes de gasto, já especificamente voltadas para a campanha eleitoral. A que está mais em evidência, neste começo de ano, é a tentativa de remendar os buracos das estradas federais. Depois de três anos inteiros sem dar a mais remota atenção ao assunto, descobriu-se de um momento para outro, como diz a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que a situação das rodovias federais "não está tão boa" — naturalmente, por culpa dos governadores, ou da "herança maldita", ou de qualquer pessoa que não faça parte da atual administração. Seria pior, é claro, deixar tudo como estava, mas isso não muda o fato de que a operação tapa-buraco é mais uma dessas mulas-sem-cabeça que o governo solta na praça quando se lembra de mostrar serviço. A verba decidida para as obras é de 440 milhões de reais, uma miséria para um governo que nestes três anos arrecadou 30 bilhões só com o imposto especificamente destinado às rodovias federais. Além de se gastar pouco e tarde, vai se gastar mal: até o ministro dos Transportes reconhece que o trabalho a ser feito não irá agüentar nem um ano.

Se esse for o padrão durante o ano eleitoral, estamos mal. Vem aí, para ficar só num exemplo a mais, a decisão sobre o salário mínimo, e junto com ela a tentação de ficar mais bonito na foto. É uma tragédia da economia brasileira haver um salário mínimo miserável e, ao mesmo tempo, a permanente necessidade de regular para baixo, a cada ano, os trocadinhos do aumento para não estourar as contas públicas — uma discussão 100% demente para um país onde o problema é a falta, e não o excesso, de renda. Como em todos os governos anteriores, não há o menor risco de escapar a sério essa situação, algo que só pode começar com a revisão de todo o sistema que faz as despesas do Estado explodirem a cada migalha que se acrescenta ao mínimo. O resultado é que tudo sempre piora nas finanças públicas e nada melhora nas finanças particulares. Neste ano, com as eleições, o que é ruim pode ficar pior. De novo, nesse caso, a promessa oficial é de agir com a prudência que for necessária. Pode ser assim, pode não ser. O que existe de certo, mesmo, é que ninguém deve contar com as falas do presidente para tirar a dívida.

J.R. Garcia é jornalista

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Legista aponta tortura em Celso Daniel", publicada pelo **Jornal do Brasil** em sua edição de 25 de janeiro de 2006.

A matéria trata do depoimento do médico-legista Paulo Vasques à CPI dos Bingos, realizado no último dia 24 de janeiro. Segundo a matéria, o médico reafirmou na CPI que o ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, foi torturado. Ele também disse que tratou-se de "crime de mando", encomendado.

Segundo a matéria, "Para a polícia, Celso Daniel não foi torturado, mas vítima de seqüestro comum seguido de morte. Essa também é a versão defendida pela maioria no PT".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Legista aponta tortura em Celso Daniel

**Médico mostra 15 fotos do ex-prefeito assassinado e promoveu senadores. Opinião contraria tese petista de crime comum.**

**BUSQUILA** - O médico de ginecologia Paulo Vazquez, refiriu uma ocorrência no Cif das Rongas que o problema persistia? Sando André "Bibi" Lelo Lelini, assassinado a tiros em junho de 2002, foi tortura de um dos táticos. Ele também disse que nasceu se de "a coisa do mandado", então, mandado. A coisa e relatada pela vítima, o soldado 27, partido da sua unidade.

Para combater a contaminação, Vasquez propôs a instalação de uma estação de tratamento de efluentes no Saco do Itapicuru, no município de São João do Rio Preto, no Rio de Janeiro.

Vasquez mantém a rede de atuação, a exemplo de seu colega lealista Carlos Niemeyer de Freitas, que se encontra no Rio de Janeiro, antes de ir para LULA. Ao contrário de Niemeyer, Vasquez não faz um trabalho de campo, apenas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo de terço de Lulista.

O fã da música  
lou a UPI e leu de se-  
bre a morte de Dei-  
ramis, afirmando: a possi-  
bilidade de se fazer um filme  
Essa é uma hipótese, quando  
para a maioria de nós, não  
municípios, a UPI Segundo  
Vazquez, seu colega moço  
da outra população, que  
municípios, a UPI Segundo  
Vazquez, seu colega moço  
da outra população, que  
municípios, a UPI Segundo  
Vazquez, seu colega moço  
da outra população, que

As lavas do corpo de Daniel  
primariamente reagiu entre os  
secundária.

«Pensávamos fazer um filme sobre a história de Portugal que não fosse a história dos reis e dos reis de Portugal, mas a história do povo (PMDB-RS), que deixava a sala abarrotada de gente», diz o líder do PFL no

DETILLO A.211p. 10 N212  
(2F1. 11F), também chamados  
estais chaco do tem as 1.200  
m2 e 1.000m2. 43.000.000

O senador Antônio Carlos Magalhães (PPS-BA) pediu que fossem aceitas todas as emendas. Deu o voto pela aprovação da proposta. O senador Eduardo Suplicy (PSB) também votou pela aprovação da proposta. O senador José Carlos de Albuquerque votou pela rejeição da proposta.

Para a rodina, Cássia Bonini não foi apenas a, mas vilão de seqüestro e um segredo de morte. Essa também é a versão defendida pela comissão PT.

O Ministério Público de São Paulo e a CPI suspenderam de imediato o processo por corrupção passiva de Sérgio B. L. na primeira. Ele teria sido capturado para revelar

que sabia. O mesmo  
dia, ele teria se em-  
presado Sérgio La-  
mas da Silva. Ele,  
no entanto, não

**la**  
**inato**

[illegible]

Alcaldía según lo exigía la  
primera ley de Delema,  
assinada em 23 fevereiro de  
2012, apontava que Taciid te-  
ria sido o titular.

- Foi uma filipe de não ter  
me dado a ideia de trabalhar  
(nao) - afirmou Vespasiano -  
fazendo que a ideia não só  
seja feita por mim.

No dia primeiro de setembro, no Belém-30, Rômulo, 57, do Departamento Roteiro e de Investigações Criminais do 30º Batalhão (30B) e José de Souza, da Polícia Federal, afirmaram que, até aqui, não houve nenhum caso de crime cometido em comunidades, e que uma quantidade de requesitadores não pode ser avaliada, pois não há controle em muitos.

## Palocci depõe como convidado

JOSUÉ PEREIRA

**BRASIL** O ministro da Justiça, Antonio Carlos de Figueiredo, afirmou que o Brasil não se opõe ao envio de armas para a Colômbia, desde que elas sejam destinadas a combater a criminalidade organizada e não para fins políticos. O ministro também afirmou que o Brasil não se opõe ao envio de armas para a Colômbia, desde que elas sejam destinadas a combater a criminalidade organizada e não para fins políticos.

Para a maioria dos acadêmicos e pesquisadores, a história não se resume a uma sucessão de fatos. O Palácio Nacional da História, a LARCA e a FLN não queriam ser meros repositores de objetos, mas centros de dinamização de estudos e de enriquecimento da comunidade. O novo edifício da LARCA, com o seu espaço de 1.200 metros quadrados, com a sua programação cultural, com o seu espaço de

ΠΡΕΣΒΥΤΕΡΟΙ ΚΑΙ ΕΠΙΣΚΟΠΟΙ ΤΗΣ ΑΓΓΛΙΑΣ  
ΕΝ ΤΗ ΜΕΤΕΠΙΣΤΑΣΙ ΤΗΣ ΑΓΓΛΙΑΣ  
ΕΝ ΤΗ ΜΕΤΕΠΙΣΤΑΣΙ ΤΗΣ ΑΓΓΛΙΑΣ

- Leu só virou um ator de teatro pela demora na realização - disse o líder da minoria no Senado. 1.º de março (FOLHA DE PAULISTA)

Desde o início da semana, o senador Ivo Cassol (PT-AC) tem se esforçado para manter o equilíbrio da repórter. Ele afirmou que a CPI investigará o mau governo do prefeiro, não o sistema. Porém, quando lhe foi perguntado se, durante a sessão, ele não se sentiria obrigado a votar a favor da CPI, ele respondeu:

[illegible]

—E388 625.4 8 01 C10: r 2010

do para o ministro Talmont, que  
apresenta uma situação per-  
niciosa para o país.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PPB-AL), garantiu que a constituinte deliberativa será realizada no prazo marcado.

O deputado em questão mora a quatro-das-milhas de Curitiba e Elzeir. Em 2005, a presidência do CPT dos丁香sauroua colheu em touros e por vários dias a empilhamento de comemoração da minúcia da Foz de Iguaçu. E, logo após, relatou:

para a área de produção de leite, por exemplo, a produção anual de 183'990 litros de leite saindo da Leão quando era prefeito de São Paulo. Hoje, ele não tem mais nada a ver com a produção de leite, mas continua pagando a imposto, a partir de 1993, na cidade de Luba na Coreia do Sul. Ele não trabalha mais em 2002.

do Daniel. Acreditamos que, ao ver cancelada a participação da PF no caso, o promotor Gilmar Casella, chefe-adjunto da Procuradoria, já deve, um dia, integrar a categoria. A Luiz Inácio Lula da Silva. Quem faria a PF voltar ao ar?

— É muito interessante. Há uma participação da latifundiária. O delegado cardeal me informou que houve interferência de pessoas da primeira base ucraniana feitas no parágrafo de Galy (Galy) — disse o senhor. — Álvaro Dias (PSB-PR).

Polícias militares entregaram uma centena de pilulas de interiorar opor ten do pródigo de a ptefel to momea - acentuando a secular du sa u

possíveis pela a situação econômica do momento do presidente Celso Daniel. Quero saber porquê os militares não deram o apoio ao presidente da CPI, senão dar o drama Negrois...

Deposited pursuant to  
 28 U.S.C. § 1716.

Huacum aynlayce  
por parte dos delinqüentes.  
Não só o PT quem indicou  
ninguém. O PT precisa  
governar o máximo, e gane-  
har as eleições de 1990.  
Ministro da Justiça foi  
quem indicou os nomes.  
Indicados a senadora Ieda  
Salgado (PTSC).

Um dos fatos mais interessantes também da vida de Marechal Baltazar Souzena indicados pelo PT para comandar as operações do exército.

## Delegado envolve o PT

**BRASÍLIA** - O delegado da Polícia Federal José Paulo de Lencastre revelou ontem ao CPI das Drogas que não indicado pelo PT para comandar as investigações do caso Celso Daniel. A afirmação chegou de surpresa aos integrantes da oposição e os senadores militares.

— É o estranho. Me espanta saber que foi o FBI quem indicou, vindo um fevereiro de 2001, os dois nomes, incluindo o

### Os indicadores de tortura segundo o legislador

<p>• Espaço cabotino Ribeirão Preto: a água a monte, cortando os campos de pastagem;</p> <p>• Espaço de terraço: a floresta de mata nativa;</p> <p>• Espaço de terraço: a floresta de mata nativa;</p>	<p>• Espaço de terraço: a floresta de mata nativa;</p> <p>• Espaço de terraço: a floresta de mata nativa;</p> <p>• Espaço de terraço: a floresta de mata nativa;</p>
--	--

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se almejamos encontrar soluções para nossos problemas de desenvolvimento, temos que investir maciçamente na qualificação de nossa mão-de-obra e na melhoria do acesso da população ao mercado de trabalho. Tarefa aparentemente difícil para Governos, mas, para a qual, a sociedade parece encontrar soluções simples e eficazes.

Sr. Presidente, a vida de Marcos Antônio Nascimento da Silva poderia ser igual à de centenas de outros jovens brasileiros que, sem perspectivas de formação escolar e de emprego, são arrastados para a marginalidade. Marcos, contudo, um jovem de 21 anos de idade, é um exemplar funcionário da subsidiária brasileira da PricewaterhouseCoopers, umas das maiores empresas de auditoria do mundo. Marcos trabalha como auxiliar administrativo no escritório da capital paulista.

E sobre esse jovem, assim se expressa o Sr. Wander Teles, sócio da empresa: “Marcos foi o primeiro estagiário efetivado no programa de inclusão social da empresa e é uma prova viva do potencial das ações conduzidas em conjunto pela iniciativa privada, instituições públicas e organizações não-governamentais”.

O Sr. Teles falava do programa PWC-Cidadania, operado por sua empresa, em parceria com o Comitê para Democratização da Informática (CDI), a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e a Câmara Americana de Comércio (Amcham).

Após uma trajetória em que tudo conduzia para uma vida de marginalidade, Marcos acabou internado na Unidade Educacional 9 da Febem, no Tatuapé, em São Paulo. Dentro da Unidade, o rapaz conheceu e passou a freqüentar a EIC – Escola de Informática e Cidadania – instalada na Febem por convênio entre o CDI e a Fundação.

O empenho de Marcos despertou a atenção dos responsáveis pela EIC que resolveram investir em sua formação profissional. Assim, logo que saiu da Febem, em setembro de 2001, Marcos ingressou no programa de estagiários da Price e, um ano depois, era efetivado como assistente administrativo. Hoje, Marcos é remunerado em dois salários mínimos, conta com os benefícios concedidos pela empresa, retomou os estudos e conclui o ensino médio, além de estar reformando a casa em que cresceu. Manter-se do “lado certo” da vida é um desafio diário, frisa o rapaz, que se mostra decidido a agarrar a oportunidade e cursar administração para fazer carreira na empresa em que hoje trabalha.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, utilizo a narrativa do caso do jovem Marcos Antônio Nascimento da Silva para

ilustrar como projetos bem feitos podem gerar e multiplicar frutos na sociedade, transformando para melhor, muito melhor. Ao mesmo tempo, parece que projetos eficazes brotam sistematicamente da sociedade organizada e trazem a reboque o Governo. O estranho nessa lógica e que nos parece que o Ente motivador de tais iniciativas deveria ser o próprio Governo, seguido pela sociedade motivada pela ação pública.

A história que acabo de reproduzir é uma das muitas que surgem do trabalho desenvolvido pelo CDI, uma organização não-governamental dedicada à inclusão social pela via da informática. Iniciativa surgida no Rio de Janeiro, em 1995, pelas mãos de Rodrigo Baggio, empresário e professor de informática, o CDI tem como filosofia utilizar as tecnologias da informação e comunicação como instrumentos para que o próprio grupo social reflita sobre sua realidade, procurando meios de enfrentar os obstáculos. As escolas, EICs, são centros difusores de uma cultura digital e de transformação social, cuja condição precípua é que estejam ligadas a entidades enraizadas nas suas comunidades.

Sr. Presidente, ao longo de dez anos de existência, o CDI vem desenvolvendo um trabalho de educação popular em comunidades menos favorecidas, aplicando em sua metodologia conceitos e valores fortemente fundamentados na pedagogia de Paulo Freire, de educação para a conscientização e a transformação social.

A missão a que se propõe o CDI é investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos. Para atingir tais objetivos, a equipe do CDI capacita e assessora moradores das comunidades para atuarem como educadores das EICs e procura fortalecê-los por meio de leituras, pesquisas e debates. O intuito é que aprofundem o conhecimento sobre a realidade em que vivem, percebendo-a em sua dimensão histórica e contexto sociopolítico amplo. O resultado esperado é que os educadores possam motivar e desafiar seus alunos a se engajarem em projetos e ações capazes de promover um mundo menos injusto e desigual.

Meus nobres Pares, iniciado como um pequeno projeto no Rio de Janeiro, o CDI, hoje, está presente em 20 Estados brasileiros e em 11 países diferentes. Atuam no CDI quase dois mil educadores e mais de mil voluntários. Já foram implantadas e funcionam, no Brasil, 800 escolas EICs, e, no exterior, 146 outras. Foram formados mais de 600 mil alunos, agentes multiplicadores em suas comunidades.



Sr. Presidente, recebi, há alguns dias, um muito bem editado livro comemorativo dos dez anos de conquistas sociais do CDI. Vale a pena lê-lo, por todas as razões possíveis, desde a qualidade da edição, até a excepcional ação proposta e levada a cabo por todos os que participam desse magnífico projeto de inclusão social e cidadania.

Se as autoridades públicas, em particular os responsáveis pela educação pública, lessem e se inspirassem nas ações e resultados obtidos pelo CDI e seus parceiros, talvez conseguíssemos iniciar uma verdadeira revolução neste País. A revolução que os pobres e excluídos tanto desejam e que lhes é subtraída diuturnamente pela permanência do status quo opressor.

Sr. Presidente, fosse possível ao Governo, em todas as suas esferas, aplicar as idéias e práticas desse projeto educacional para a cidadania, teríamos, em muito pouco tempo, um Brasil renascido.

Nas EICs, há um processo contínuo de integração e união do grupo e de estímulo ao exercício da cidadania crítica e ativa. A metodologia utilizada convida os educandos a saírem às ruas para conhecer melhor sua comunidade, seus problemas, sua história, seus valores, seus projetos, seus movimentos e seus sonhos. Realizam-se pesquisas com todas as fontes disponíveis – jornais, revistas, livros, Internet e entrevistas locais – e a reflexão sobre a informação reunida, depois de contextualizada histórica, social e politicamente, leva o grupo a ampliar a consciência sobre a realidade e a definir possibilidades de ação sobre ela. Após percorrer esse caminho, o grupo seleciona uma das ações que identificou e trabalha com a comunidade para colocá-la em prática. Ao longo desse processo – no qual o sujeito não é o indivíduo, mas a comunidade –, o grupo se apropria das tecnologias da informação e comunicação de forma questionadora e inteligente, decidindo quando, como e para que utilizar tais ferramentas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando o Estado brasileiro, ou melhor, as pessoas investidas da autoridade do Estado, decidirem que a educação é formação da cidadania, projetos como os do CDI poderão servir de modelo para a verdadeira e única revolução de que o Brasil de fato necessita – a revolução pela educação.

Sr. Presidente, desejo, entusiasticamente, congratular-me com todos os que fazem parte da grande rede do CDI e seus parceiros. Esse é um projeto de brasileiros para brasileiros e para o Brasil. Construamos alguns outros e teremos um País mais justo e de reais oportunidades de inclusão e ascensão social para todos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste domingo, 29 de janeiro, foi comemorado o “Dia Mundial de Combate à Hanseníase”. Essa data foi criada pela Organização das Nações Unidas, e a esperança de seus idealizadores era a de que ela se tornasse desnecessária, o mais rápido possível. Pois, essa mesma esperança ainda persiste, já que a data tem mais de meio século de história, e o mundo continua convivendo com essa doença típica de povos subdesenvolvidos e que ainda causa, em muitos países, o mais cruel dos preconceitos, o da segregação, que se traduz na desnecessária proibição do convívio social.

Aliás, a hanseníase vem de longe na história. Desde o seu primórdio, até muito recente, chamada de lepra, ela ocupa, inclusive, um dos capítulos da Bíblia Sagrada, no chamado milagre do leproso, quando Lázaro foi, segundo as sagradas escrituras, “purificado”, ou “limpo”, de suas chagas. Lázaro tornou-se, depois, um santo, a quem se evoca, religiosamente, para a cura de males de pele.

Como milagres não acontecem todos os dias, a doença persistiu ao longo da história. A própria igreja católica chegou a considerar o mal como uma punição de Deus às pessoas impuras e pecadoras. Eram separadas do convívio humano. O doente recebia um par de luvas e um sino, para que anunciasse a sua chegada nos lugares públicos.

Mas, essa história não se molda, apenas, na antiguidade. Até alguns anos atrás, os doentes eram obrigados a se agruparem em colônias, para quebrar o ciclo de contaminação. Quem nunca viu falar dos famosos “leprosários”, de onde se contavam histórias horripilantes, de pessoas mutiladas e deformadas pela “lepra”? Quem nunca ouviu a expressão “lazarento”, pronunciada em tom do mais pesado palavrão?

Pois bem, a hanseníase dos nossos tempos já não é mais um palavrão. Ela tem cura. Os doentes já não são isolados, nem usam luvas ou sinos para o convívio social. Mas, ao contrário do que aspiravam os idealizadores do seu dia, ela ainda mantém números preocupantes. Embora o número das tais colônias tenha diminuído, de 101 no total, para em torno de 30, a doença ainda não foi, totalmente, erradicada. Em algumas regiões, ainda causa danos irreparáveis.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde, reunido em meados do último semestre, traçou um quadro nada animador sobre a hanseníase no Brasil, bem como das colônias ainda existentes. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, edição de 15.08.2005, levantamento realizado nestas instituições, demons-

tra “uma total falta de assistência aos moradores das colônias, principalmente no norte e no nordeste. Asilos que cuidam de quem possui a doença, não têm médicos nem enfermeiros suficientes. Em algumas colônias, os idosos estão em estado de completo abandono”.

As estatísticas mostram que a maior incidência da hanseníase continua nos países menos desenvolvidos. O Brasil não foge à regra. Embora o número de casos tenha diminuído, ano a ano, principalmente nos últimos tempos, a doença ainda preocupa e, parece, está muito longe de ser erradicada. Portanto, pelo menos para países como o Brasil, o dia 29 de janeiro ainda será mais lembrado do que comemorado.

Em 2004, 49 mil novos casos foram registrados, no País. No ano passado, 38 mil. Um número menor, mas não menos preocupante. Um novo caso da doença a cada quinze minutos!

Mas, o que mais preocupa, nestes números, é a sua incidência espacial. Tal e qual no caso mundial, a hanseníase é uma doença de regiões mais pobres. No Brasil, ela é uma doença tipicamente nordesta. Por exemplo, na região norte, os novos casos, nos últimos dois anos, a cada dez mil habitantes, equivalem a sete vezes os das regiões sul e sudeste. Na Amazônia, segundo esse mesmo índice, são, pelo menos, cinco novos casos por ano, quando a Organização Mundial da Saúde recomenda que este número, para ser controlável, não deve passar de um. Para se ter uma idéia, segundo o que prega a ONU, nas regiões sul e sudeste, a hanseníase seria considerada, praticamente, erradicada, enquanto na região norte ela estaria em um patamar longe do devido controle.

Descendo, ainda mais, o foco, em termos espaciais, preocupa, sobremaneira, a situação de Rondônia. Somente no último ano, foram quase 1.300 novos casos, segundo dados ainda preliminares. Isso, sem contar que se trata de números oficiais, sem contar os que, na imensidão da fronteira, sobrevivem, ou morrem, sem o devido registro. Isso significa que, os, aproximadamente, quatro novos casos, em média, por dia, em Rondônia, podem estar escamoteados por uma realidade ainda mais cruel. Pode-se dizer, também, que todos os municípios de Rondônia possuem incidência de hanseníase.

É bem verdade que o Ministério da Saúde tem demonstrado maior preocupação, ultimamente, com essa situação. O Governo Federal praticamente dobrou os recursos do Programa Nacional de Erradicação da Hanseníase, no último ano. Entretanto, o diagnóstico da doença mostra que os R\$ 13 milhões de 2005 ainda

são insuficientes para erradicar a doença, conforme o discurso oficial.

Estou levantando essa questão, não só para lembrar o dia em que se propaga a campanha pela erradicação dessa doença que acompanha a história universal, desde a antiguidade. A minha preocupação segue o passo do que venho debatendo, durante os últimos anos, sobre a questão da saúde pública no Brasil, em especial na Amazônia e no Estado de Rondônia. Tenho dito que as estatísticas, no Brasil, por se tratar de um país de enormes disparidades regionais, têm, no cálculo das médias, o poder de escamotear a verdadeira situação das regiões mais pobres. É que os problemas, nessas regiões, são os mesmos do País como um todo. Mas, lá, eles assumem uma importância maior, pelas condições muito mais precárias de vida das populações locais.

Portanto, a questão da regionalização assume importância crucial na distribuição dos recursos públicos, notadamente no caso da saúde. Não há como persistir regiões que conformam um verdadeiro país de segunda classe, com doenças típicas de subdesenvolvimento e que deveriam estar erradicadas há muito tempo. A hanseníase é um desses casos. Trata-se de uma doença contagiosa, mas que tem cura. Portanto, as ações podem ser tanto curativas, como preventivas! E, isso, principalmente nas regiões mais deprimidas, é papel do Estado! Os governos, em todos os níveis, devem estabelecer parcerias no sentido de erradicar, de uma vez por todas, esses tipos de males, que assolam, principalmente, as populações mais pobres. Não há como ostentar avanços, em quaisquer que sejam as áreas, se ainda conviver com doenças curáveis através de campanhas públicas. Quanto valeria, em termos da qualidade de vida de milhares de brasileiros, a erradicação da hanseníase? Não seriam os tais R\$13 milhões muito pouco para aspiração de tamanha importância para o País?

Por isso tudo, eu acredito haver uma necessidade urgente de se debater novos critérios para a alocação de recursos públicos, no Brasil. Quais são as verdadeiras prioridades e que mereceriam aportes maiores, segundo o desejo da população brasileira? Por exemplo, será que essa mesma população, conhecendo o que se despende em outros gastos do setor público, muito mais onerosos, manteria os R\$13 milhões para erradicar, de uma vez por todas, a hanseníase?

O Presidente Lula, no programa de rádio desta semana “Café com o Presidente”, afirmou que o Governo está engajado e comprometido com o movimento para diminuir a hanseníase no Brasil. Segundo ele, “é

um compromisso do Ministério da Saúde, assumido com as organizações que cuidam da hanseníase”. O presidente prometeu discutir, na próxima semana, com um grupo interministerial, políticas públicas para cuidar das pessoas que são portadoras da doença.

A população brasileira tem que participar, ativamente, dessa campanha e cobrar dos órgãos públicos o cumprimento de ações que, efetivamente, erradique essa moléstia que, se não cuidada, provoca, não apenas, seqüelas físicas e óbitos. Ela afeta, de forma brutal, a auto-estima do portador e, por extensão da família e da comunidade.

Vale lembrar que a hanseníase se manifesta, no seu início, através de manchas brancas e avermelhadas na pele, em ambos os casos caracterizadas pela dormência. Isto é, tais áreas permanecem insensíveis ao toque do paciente. Espera-se, portanto, que, na ação pública, os governos, em todos os níveis, não sejam acometidos de uma espécie de “hanseníase política”: aquela que provoca, também, um outro tipo de insensibilidade: a indiferença aos reclamos da população, que já demonstra sinais de que não quer permanecer, assim, tão paciente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000,  
e 14, de 2001)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos  
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

### 2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as  
Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000,  
e 14, de 2001)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos  
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as Propostas  
de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)*

*(Incluída em Ordem do Dia, nos termos  
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias*.

Pareceres sob nºs:

– 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– 74, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre as emendas nºs 3 a 8-Plen, favorável à nº 7-Plen, e apresentando a emenda nº 9-CCJ.

5

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal*.

Parecer sob nº 75, de 2006, em audiência, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

6

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências*.

7

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 22 horas e 59 minutos.)*

**(OS Nº 10545/06)**

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PMR** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

**PMDB** – João Alberto Souza\*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney\*\*

### Pará

**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

**PMDB** – Maguito Vilela\*  
**PFL** – Demóstenes Torres\*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**PSDB** – Antero Paes de Barros\*  
**PFL** – Jonas Pinheiro\*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

**PSDB** – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**PMDB** – Ney Suassuna\*  
**PFL** – Efraim Morais\*\*  
**PMDB** – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PMDB** – Gerson Camata\*\*  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

### Piauí

**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

**PFL** – Jorge Bornhausen\*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – Teotônio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

**PFL** – Maria do Carmo Alves\*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

**PSDB** – Alvaro Dias\*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

### Acre

**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**Sem partido** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**BLOCO-PT** – Delcídio Amaral\*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque\*\*  
**PFL** – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro\*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

**PMDB** – José Sarney\*  
**PMDB** – Gilvam Borges\*\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\* : Período 2003/2011



<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

# 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB** <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza <sup>(3)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres <sup>(4)</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) <sup>(1)</sup>	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>o</sup> doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) <sup>(5)</sup>		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) <sup>(2)</sup>		
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- (1) O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.  
(2) O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.  
(3) Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.  
(4) Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.  
(5) O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

## CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

### COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

#### Notas:

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

### COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002  
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

## COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

### 01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### 03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

#### **PDT**

	1.
--	----

#### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO/AC)
--	---

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

#### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311- 5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



**EDIÇÃO DE HOJE: 264 PÁGINAS**